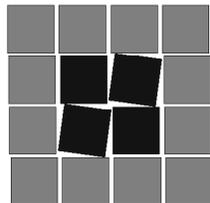


ISSN.BL 0041-8862 Fortaleza, v. 42, n. 2, p. 7-167, jul./dez., 2011

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Gestão, centralização e dinâmicas produtivas

APOIO



Universidade Federal do Ceará
2011

Revista de Ciências Sociais

Volume 42 – número 2 - 2011

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

Comissão Editorial

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Antônio Cristian Saraiva Paiva, Isabelle Braz Peixoto da Silva, Irllys Alencar Firmo Barreira, Jakson Alves Aquino e Maria Sulamita de Almeida Vieira.

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Jawdat Abu-

El-Haj (UFC), João Pacheco de Oliveira (UFRJ), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Villas Boas Concone (PUC-SP), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS).

Edição

Projeto gráfico: Fernanda do Val

Editoração eletrônica: Gilberlânio Rios

Revisão: Sulamita Vieira

Endereço para correspondência

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais

Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL

Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16

E-mail: rcs@ufc.br

Publicação semestral

Solicita-se permuta / Exchange desired

Revista de Ciências Sociais – periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC

n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2011

Semestral

ISSN.BL. 0041- 8868

1. centralização; 2. dinâmicas produtivas; 3. trabalho precário; 4. qualidade de emprego; 5. política urbana; representações sociais.

I- Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades.

CDU 3 (05)

SUMÁRIO

07 NOTA EDITORIAL

Dossiê: Gestão, centralização e dinâmicas produtivas

08 MARCAS DE UMA DEMOCRATIZAÇÃO DILUÍDA: MODERNIDADE, DESIGUALDADE E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DE ÁGUAS NO CEARÁ

Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi

34 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONFIGURANDO AS DINÂMICAS PRODUTIVAS E SÓCIO-CULTURAIS DOS CAMPONESES NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: EM BUSCA DE UMA SUSTENTABILIDADE

Arilde Franco Alves

47 DO TRABALHO PRECÁRIO AO TRABALHO DECENTE? A QUALIDADE DO EMPREGO COMO PERSPECTIVA ANALÍTICA

Daniel Gustavo Mocelin

63 DESCENTRALIZAÇÃO E CAPITAL SOCIAL: IMPASSES E DESAFIOS. DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Maria Zefisa Nogueira Soares Menezes

Artigos

75 COR E STATUS MARITAL NO BRASIL

Jakson Alves de Aquino

91 A “RODA DE MACEIÓ” E O PROJETO REGIONALISTA. UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DAS DISPUTAS OCORRIDAS NO MUNDO DO LIVRO DOS ANOS 1930

Simone Silva

108 FOUCAULT E A HISTÓRIA NUMA TRAMA DE CONCEITOS

Clóvis Da Rolt

119 PARA UMA MICROSOIOLOGIA DO ACIDENTE E INCIDENTE DE TRÂNSITO

José Alcântara Júnior

141 ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS: REFLEXOS DE ÉPOCAS E ESTÉTICAS FEMININAS

Claudia Schemes e Denise Castilhos de Araújo

Resenhas

154 POR UMA ANTROPOLOGIA DA MOBILIDADE, de Marc Augé
Igor Monteiro Silva

159 BROTINHOS E SEUS PROBLEMAS: JUVENTUDE E GÊNERO NA IMPRENSA FORTALEZENSE DA DÉCADA DE 1950, de Lídia Noêmia Santos
Mayara Magalhães Martins

CONTENTS

07 Editorial note

Dossier: Management, centralization and productive dynamics

08 MARKS OF A DILUTED DEMOCRATIZATION: MODERNITY, INEQUALITY AND PARTICIPATION IN THE MANAGEMENT OF WATER IN CEARÁ

Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi

34 SOCIAL REPRESENTATIONS, CONFIGURING THE PRODUCTION AND SOCIO-CULTURAL DYNAMICS OF PEASANTS IN THE SEMIARID PARAÍBA: IN SEARCH OF SUSTAINABILITY

Arlide Franco Alves

47 FROM PRECARIOUS WORK TO DECENT WORK? QUALITY OF EMPLOYMENT AS AN ANALYTICAL PERSPECTIVE

Daniel Gustavo Mocelin

63 DECENTRALIZATION AND SOCIAL CAPITAL: DEADLOCKS AND CHALLENGES OF STRATEGIC PROJECTS

Maria Zefisa Nogueira Soares Menezes

Articles

75 SKIN COLOR AND MARITAL STATUS IN BRAZIL

Jakson Alves de Aquino

91 THE “MACEIÓ GROUP” AND THE REGIONAL PROJECT. AN ETHNOGRAPHIC PERSPECTIVE OF DISPUTES THAT OCCURRED IN THE WORLD OF BOOKS IN THE THIRTIES

Simone Silva

108 FOUCAULT AND HISTORY IN A WEB OF CONCEPTS

Clóvis Da Rolt

119 TOWARDS A MICRO-SOCIOLOGICAL EVALUATION OF THE TRAFFIC ACCIDENT AND INCIDENT

José Alcântara Júnior

141 ADVERTISING ADS: REFLEXES OF TIMES AND FEMALE AESTHETICS

Claudia Schemes e Denise Castilhos de Araújo

Reviews

154 ANTHROPOLOGY OF MOBILITY, by Marc Augé

Igor Monteiro Silva

159 ADOLESCENTS AND THEIR PROBLEMS: YOUTH AND GENDER IN THE FORTALEZA PRESS IN THE FIFTIES, by Lídia Santos Noêmia

Mayara Magalhães Martins

NOTA EDITORIAL

As dinâmicas produtivas e seus vínculos socioculturais constituem o pano de fundo das reflexões que dão unidade ao dossiê desta edição. Unidade não oposta a diversidade, pois tecida através de vários ângulos. Observando-se inicialmente as questões tratadas no dossiê sob o prisma do trabalho, percebe-se a relação entre crenças e representações, analisadas fundamentalmente no artigo de Franco Alves que examina as estratégias camponesas presentes no contexto do semi-árido paraibano. Ali, as múltiplas dinâmicas produtivas e socioculturais desenvolvidas pelos agricultores, conforme constatação feita através de pesquisa de campo, se expressam em um universo muito complexo de *representações sociais*. Trata-se de um conjunto de *saberes*, *fazer*s e estratégias cotidianas relacionado a crenças e mitos inerentes ao clima, à terra, aos animais, constitutivo de tradições camponesas da região denominada *Curimataú Ocidental*.

Se o trabalho na agricultura configura um tipo de interação e convivência com o local no qual se efetiva, a noção de emprego, mais ampla e condizente com o ambiente urbano, evoca outros atributos. A despersonalização e o envolvimento fazem da *qualidade do emprego* e do *trabalho decente* atributos genéricos superpostos a atividades empregatícias peculiares. Um emprego de “melhor qualidade” aponta para uma reflexão baseada na concepção de *trabalho precário* tal como apresentada no artigo de Gustavo Mocelin.

Outras reflexões relacionadas ao tema da participação se não estão diretamente vinculadas ao trabalho também não se encontram dissociadas das dinâmicas produtivas. Trata-se de pensar sobre como determinadas implicações simbólicas da modernização produzem desarticulação em processos participativos, em especial em seu potencial para funcionarem.

Abordando o tema da democratização e participação na gestão das águas, Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi apresentam os resultados de pesquisa quantitativa realizada com 626 membros de comitês de bacias hidrográficas no país, no âmbito de atividades do grupo de pesquisas Marca D'Água. Simultaneamente, os autores examinam também efeitos de um discurso de modernização existente no Ceará com suas atribuições de novas identidades sociais a atores políticos locais.

Apoiada em um estudo sobre a implementação do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB-CE), na cidade de Iguatu, no Estado do Ceará, Zefisa Menezes analisa em que medida essa experiência traduzida como planejamento urbano, de gestão municipal, potencializa a constituição de capital social e induz a descentralização. A hipótese do trabalho é a de que a eficácia do Projeto estaria associada à gestão de poderes locais e a vivências de organização e participação social da população. Tanto a descentralização como o incremento do capital social dependem de uma conjugação desses fatores.

Os demais artigos, não-integrantes do dossiê, complementam esta edição e tratam de temáticas independentes, com enfoques teóricos e metodológicos também diversificados. Em suas singularidades, apontam a vitalidade do pensamento sociológico e antropológico no enfoque conferido à sociedade contemporânea.

A Comissão Editorial

MARCAS DE UMA DEMOCRATIZAÇÃO DILUÍDA: MODERNIDADE, DESIGUALDADE E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DE ÁGUAS NO CEARÁ¹

RENZO TADDEI*

ANA LAURA GAMBOGGI**

Introdução

A participação social na governança local é uma expressão genérica que pode fazer referência a um espectro amplo e diverso de fenômenos. Em razão disso, argumentamos neste artigo, análises da participação social na gestão de recursos naturais precisam combinar o estudo de estruturas de decisão e poder – sendo essa a abordagem mais comum na literatura sobre o tema no Brasil e no exterior – com pesquisas sobre as dimensões processuais e simbólicas que caracterizam cada caso. É de especial

Um grande número de ações sociais em gestão de reabordagem estrutural, onde constituintes dos processos em diferentes circunstâncias estruturais nas quais resultados, em eficiência ou em em-

RESUMO

Este artigo discute resultados de pesquisa quantitativa realizada com 626 membros de comitês de bacias hidrográficas no Brasil. Confrontando os dados apresentados com os de outras pesquisas e dados etnográficos coletados no Vale do Jaguaribe, Ceará, entre os anos de 2003 e 2010, delineia-se um panorama de crise de representatividade dentro dos comitês, fortemente dominados por representantes dos poderes públicos, com alto nível de escolaridade, renda, e de perfil ocupacional técnico. Adicionalmente, este artigo discute efeitos do discurso de modernização existente no Ceará, mostrando como tal discurso atribui novas identidades sociais a atores políticos locais, marcando algumas dessas identidades como não-apropriadas para a participação na gestão responsável da água. As implicações simbólicas da modernização produzem certa desarticulação nos processos participativos, em especial em seu potencial para funcionarem como instâncias efetivas de inclusão social.

Palavras-chave: participação, governança ambiental, comitês de bacias, estruturas de poder, Ceará.

ABSTRACT

This article analyzes the results of a survey of 626 members of participatory water committees in Brazil. Contrasting the survey data with other quantitative and ethnographic data collected in the Jaguaribe Valley, state of Ceará, between 2003 and 2010, this paper suggests that the participatory governance of water resources in Brazil is going through a legitimacy crisis. The average profile of committee members reveal the socioeconomic gap between these individuals and the larger civil society, which should find in the committees a legitimate venue for political representation in water related disputes. Additionally, the article discusses the effects of the modernization discourse on the participation process, showing how new social identities are ascribed to local political players, with some being cast as not proper for responsible water management. The symbolic implications of modernization end up disarticulating the potential for the participation to be a process of effective social inclusion.

Keywords: participation, environmental governance, water committees, power structures, Ceará.

* Professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York.

** Pesquisadora, pós-doutoranda, no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

importância, no esforço de pesquisa sobre a governança ambiental, buscar entender de que maneira configurações ideológicas contextuais e supra contextuais influem sobre os processos de construção e utilização de significados associados ao meio ambiente, isto é, como partícipes entendem os objetivos e formas preferenciais de participação, e como isso os leva a agirem (ou não) de formas específicas (COOKE e KOTHARI, 2001; KOTHARI, 2001; MOHAN, 2001; TADDEI e GAMBOGGI, 2009).

análises sobre a participação social adota uma os “blocos” ou “unidades” de participação são testados, na busca das condições dos ótimos sejam produzidos poderamento (e.g. ABERS

e KECK, 2006, 2007; AVRITZER, 2007; DINAR *et al.*, 2005; FORMIGA JOHNSON e KEMPER, 2005; FORMIGA JOHNSON e LOPES, 2003; KEMPER *et al.*, 2005; MESQUITA, 2007; PIRES e TOMÁS, 2007). Esta abordagem é importante e útil, mas precisa ser complementada com tentativas de se entender os pontos de referência usados pelos participantes para dar sentido ao processo de participação. Nosso argumento se baseia na crença de que, para tanto, são necessárias análises de como significados são construídos e manipulados durante todo o processo político, desde o enquadramento dado à participação social por discursos políticos, até a compreensão de como normas culturais locais relativas aos usos sociais da fala afetam a participação (TADDEI, 2004, 2011).

Uma das vantagens dessa abordagem metodológica é o fato de prevenir a tendência de adoção, mesmo que implícita, da crença de que existe uma forma *ideal* de participação, o que frequentemente reflete certa confusão entre as ideias de *participação* e *democracia*. O significado de ambas é necessariamente reconstruído pelos atores em suas práticas e ações políticas locais, de modo que noções definidas aprioristicamente e fruto de reificações conceituais tendem a obscurecer mais do que esclarecer os fenômenos estudados (LATOURETTE, 2005). Adicionalmente, esta abordagem previne o erro de se usar dados coletados apenas entre aqueles que *oficialmente* participam, sem incluir aqueles que, em virtude de uma miríade de razões possíveis, são feitos invisíveis, ilegítimos e/ou irrelevantes, ainda que suas contribuições sejam de alguma forma importantes (TADDEI, 2011). Uma compreensão mais produtiva da participação, e o que ela significa para diferentes atores em diferentes níveis e escalas, demanda um marco analítico mais amplo.

Este artigo toma como caso de análise a participação social na gestão de água no vale do Jaguaribe, estado do Ceará. Cientistas sociais brasileiros e estrangeiros debruçam-se, há vários anos, sobre os sucessos e fracassos dos processos de descentralização política na gestão de água ocorridos nas últimas duas décadas no Brasil, e o caso de análise mais destacado consiste na gestão participativa através dos comitês de bacia hidrográfica (ver, por exemplo, ABERS e KECK, 2006, 2007; BELL *et al.*, 2011; BROAD *et al.*, 2007; ENGLE *et al.*, 2011; GUTIERREZ, 2006a, 2006b; FORMIGA JOHNSON e KEMPER, 2005, KEMPER, DINAR e BLOMQUIST, 2005; LEMOS, 2008, LEMOS e OLIVEIRA, 2004; TADDEI *et al.*, 2004; TADDEI, 2004, 2005, 2011).

Inicialmente, este artigo discute a relação entre abordagens metodológicas de pesquisa acadêmica e as formas (acadêmicas e não-acadêmicas) através das quais as atividades dos comitês de bacias são avaliadas. Em seguida, apresenta-se uma descrição de algumas das atividades participativas da forma como ocorrem no vale do Jaguaribe e, a partir de tal descrição, analisa-se como significados são construídos e usados nas atividades políticas decisórias. Mais especificamente, busca-se descrever como a gestão de água encarna uma das contradições mais fundamentais que marca a participação social nas fronteiras de expansão do capitalismo: o fato de o enquadramento da participação social como mecanismo de resolução de conflitos encontrar-se em oposição e contradição ao entendimento da existência dos comitês participativos como parte de processos de modernização econômica e política. Como mecanismo de resolução de conflitos, a participação cria o potencial para a inclusão de agendas e pontos de vista de grupos marginalizados dos processos decisórios centrais. A apresentação de

tais instâncias decisórias participativas, como parte de processos mais amplos de modernização e desenvolvimento econômico, no entanto, possui implicações simbólicas que geralmente reduzem dramaticamente o potencial de empoderamento efetivo de tais grupos marginais. As razões pelas quais isso ocorre são apresentadas em detalhe ao longo do texto.

Os comitês de bacia hidrográfica: avaliações de desempenho

Nos últimos vinte anos, mais de cento e cinquenta comitês foram criados no Brasil. Há, hoje, comitês em todas as regiões do país. No Ceará, todas as bacias² (dez, no total, incluindo sub-bacias) contam com comitês estabelecidos e operantes.

No passado, a gestão de águas no estado foi recorrentemente mencionada, em publicações nacionais e internacionais, como caso exemplar (ANA, 2002; UNDP, 2006; WB, 2000). O United Nations Development Program (UNDP), por exemplo, publicou em seu *2006 Human Development Report* a seguinte afirmação:

Brazil is sometimes cited as a model for some aspects of integrated basin management. (...) Ceará [is] arguably the best performing state. (...) The state of Ceará has been among the most successful reformers. (...) Water reform in Ceará has been part of a wider process of democratization and decentralization. (...) Success was made possible by high levels of user participation and public debate within the Users Commission, which helped to institutionalize the rules for managing competition. (UNDP 2006: 154-155).

No ano 2000, o Banco Mundial já havia publicado

que, “With its reforms, Ceará has become a national, and in some respects international, leader” (WB 2000, p. 58). Ainda que não tenha mencionado diretamente a gestão de águas, mas focando sua análise na abordagem participativa do Estado cearense para com a gestão de setores diversos dos serviços públicos, o livro *Bom Governo nos Trópicos*, de Judith Tandler (1997), é um marco daquele momento mais otimista do que propriamente analítico.

Alguns anos depois, no entanto, o tom de celebração havia sido substituído por um outro mais contido, em que a maioria dos autores se mostrava preocupada com os rumos que a abordagem participativa estava tomando. A partir de 2003, a mudança da equipe de governo – ainda que o mesmo partido (PSDB³) mantivesse o controle do governo estadual – trouxe para os cargos de direção da Secretaria de Recursos Hídricos do estado pessoas aparentemente comprometidas com a desarticulação do sistema de gestão participativa instalado; uma desmontagem completa era ao mesmo tempo impossível – dado que a participação social na gestão de água está prescrita tanto na lei estadual de recursos hídricos como na lei federal – e inconveniente – em razão do volume de recursos do Banco Mundial destinados ao financiamento de atividades de gestão ou a elas condicionados (para uma análise mais detalhada, ver GUTIERREZ, 2006b e TADDEI, 2005). Nos anos imediatamente posteriores, foi publicada uma série de avaliações sobre a gestão participativa no Ceará, em que o tom das análises mostra-se abertamente crítico (ABERS e KECK, 2006, 2007; GUTIERREZ, 2006a, 2006b; FORMIGA JOHNSON e KEMPER, 2005; KEMPER, DINAR e BLOMQUIST, 2005; LEMOS e OLIVEIRA, 2004, 2005; TADDEI, 2004, 2005). Chama a atenção o fato

de que dois documentos do Banco Mundial, publicados no ano de 2005, referem-se ao momento político vivido pela gestão participativa de água no Ceará como uma “seca política”. Em um deles, Formiga Johnsson e Kemper (2005) afirmam:

The achievements already made are thus quite impressive. It is too early, however, to establish firm conclusions about the political stability of the process. Only the future will tell if the 12-year long decentralization process described here, a process that was initiated and strongly supported by a succession of political leaders, and implemented by highly professional and dedicated staff, has yet been institutionalized enough to survive the current period of ‘political drought’ that started with the change in state and institutional leadership in 2003 (FORMIGA JOHNSSON e KEMPER, 2005: 34).

A mesma ideia é mencionada novamente em Kemper, Dinar e Blomquist (2005: 17).

É importante entender os critérios usados por tais autores para fundamentar sua análise do desenvolvimento das atividades dos comitês estaduais ao longo do tempo, o que naturalmente determina suas percepções a respeito das suas performances. De forma geral, as análises se fundam em duas questões centrais. A primeira diz respeito à adequação do perfil dos membros dos comitês para levar a cabo o amplo rol de atividades desejadas ou prescritas para tais organismos participativos (FRANK *et al*, 2008; GUTIERREZ, 2006a), ou à forma como desigualdades em termos de perfil educacional e técnico afetam as atividades dos comitês (BELL *et al*, 2011; ENGLE *et al*, 2011; LEMOS *et al*, 2010). A segunda abordagem foca na

natureza da relação entre os comitês e o contexto político mais amplo em que se inserem, especificamente no que diz respeito ao jogo partidário e às dinâmicas internas da administração estadual, ou ainda no contexto mais amplo, à reforma do Estado e aos dilemas do federalismo brasileiro (ABERS e JORGE, 2005; ABERS e KECK, 2006, 2007; GUTIERREZ, 2006a, 2006b; LEMOS e OLIVEIRA, 2004, 2005). Através deste importante conjunto de contribuições, além de outras publicações aqui não citadas, a comunidade acadêmica passa a ter uma visão mais sofisticada não apenas da gestão de água e recursos naturais em geral no Brasil, mas também da forma como as relações de poder se constroem e se reconstroem, num contexto de franca transformação no aparato institucional político brasileiro.

No entanto, a abordagem que caracterizou todo esse esforço de pesquisa, marcadamente no âmbito da ciência política, deixa ainda uma ampla gama de questões em aberto. Trata-se de uma limitação de caráter metodológico, em nosso entender. Ao focar em mecanismos institucionais burocratizados (no sentido weberiano), dinâmicas socioculturais locais não-formalizadas, mas mesmo assim importantes, passam despercebidas. O foco em desenhos institucionais, na adequação dos atores para aí desempenharem suas funções, e na relação disso tudo com estruturas formalmente estabelecidas de poder recai sobre uma dimensão intermediária da governança ambiental. Propomos aqui que é preciso complementar essa abordagem como um esforço de entendimento a uma só vez mais micro e mais macro contextual, e também com uma abordagem mais explicitamente diacrônica. Procuramos demonstrar a conveniência de tal abertura analítica, contrapondo dados etnográficos

coletados em reuniões de comitês de bacias no vale do Jaguaribe, no Ceará, entre os anos de 2003 e 2008, e os resultados da maior pesquisa quantitativa já realizada junto aos membros de comitês de bacias hidrográficas no Brasil, com resultados publicados em 2008 (FRANK *et al.*, 2008).

Tal publicação constitui um dos trabalhos mais importantes sobre os comitês de bacia no Brasil dos últimos anos, não apenas em razão dos dados que apresenta, mas também da forma como explicita a metodologia usada. Trata-se dos resultados de uma pesquisa de questionários realizada no âmbito do projeto Marca D'Água e levada a cabo no ano de 2004, em que 626 membros de 14 comitês e 4 consórcios de bacias das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste foram entrevistados (FRANK *et al.*, 2008). Os 14 comitês participantes foram selecionados por terem mais de dois anos de funcionamento, entre outros critérios. A pesquisa analisou temas como a composição dos comitês de bacias e os segmentos sociais que estão aí representados, o perfil socioeconômico dos participantes, seu perfil educacional e níveis de capacitação técnica, sua percepção a respeito da forma como a participação ocorre nas atividades dos comitês e de como se dá o processo deliberativo, sua relação com seus representados, e suas opiniões sobre a cobrança pela água e sobre o propósito e desempenho dos comitês.

Uma das virtudes deste tipo de estudo consiste em possibilitar a pesquisadores que se dedicam à análise da gestão de água em uma bacia ou em um estado que verifiquem a existência de semelhanças ou discrepâncias, no perfil e opiniões dos membros de comitês, com comitês de outras regiões, favorecendo, assim, julgar até que ponto as lições aprendidas em

uma região são extrapoláveis a outras. Dos comitês do Ceará, apenas o da sub-bacia do Baixo Jaguaribe foi incluído na amostra selecionada. Antes de discutir os dados quantitativos da pesquisa, apresentaremos algumas notas etnográficas a respeito de como os comitês existem e de como as reuniões são organizadas e levadas a cabo no Ceará, justamente no vale do Jaguaribe, onde nossa pesquisa etnográfica teve lugar⁴.

A gestão participativa, na prática

Ainda que desde o início da década de 1980 pesquisadores da área de engenharia hidráulica da Universidade Federal do Ceará já discutissem a necessidade de reforma do sistema de gestão de águas do estado (GUTIERREZ, 2006b), inclusive com a inclusão de instâncias participativas, foi apenas com a chegada de Tasso Jereissati ao poder - pelas eleições estaduais de 1986, e com o subsequente estabelecimento de uma longa relação com o Banco Mundial para o investimento em reformas infraestruturais - que se materializou a criação de um novo aparato institucional para a governança hídrica no estado. A Secretaria de Recursos Hídricos foi criada em 1987; em 1992, a lei estadual de recursos hídricos (11.996/92) foi aprovada na Assembleia Legislativa Estadual, estabelecendo a participação social na gestão de água como um dos fundamentos essenciais do novo sistema de gestão (GARJULLI *et al.*, 2002: 108).

Especula-se a respeito de como a participação social foi incluída na nova legislação, dado o pouco apreço histórico das elites políticas cearenses por esse tipo de dispositivo. Três fatores parecem ter contribuído nessa direção: Tasso Jereissati trouxe alguns dos engenheiros hidráulicos da UFC (muitos dos quais também proprietários de empresas de consultoria cujo

cliente principal era o Estado) para os cargos de direção da Secretaria de Recursos Hídricos; a lei de 1992 foi inspirada na lei paulista, aprovada no ano anterior, e onde a *participação* figurava como elemento importante; e, talvez como fator mais politicamente determinante, o Banco Mundial condicionou os empréstimos relacionados ao investimento em infraestrutura hídrica à criação de mecanismos participativos de gestão (TADDEI, 2005, 2011). Ou seja, é importante notar que a criação de instâncias participativas de gestão de água não surge como desenvolvimento histórico endógeno dos processos políticos locais⁵, nem nas altas instâncias políticas formais, nem nos movimentos ligados à sociedade civil. Governo e populações locais tiveram que atribuir significados à novidade e adaptar-se a ela – adaptando-a a suas formas de vida e de funcionamento no mundo, naturalmente. Isso se dá não apenas no universo da gestão de água: segundo Mesquita, os conselhos municipais de saúde, de direitos da criança e do adolescente, de assistência social, são criados, mais do que tudo, por obediência a preceitos constitucionais (2007: 73).

A criação da lei estadual de recursos hídricos, em 1992, não significou a implementação imediata da participação social. Foi apenas em 1994, devido aos efeitos negativos de uma grande crise hídrica que assolou o estado no ano anterior, que a primeira experiência participativa foi levada a cabo. Devido à grande seca de 1993, os níveis de reserva de água no estado foram consideravelmente reduzidos, e Fortaleza se viu na situação de um colapso hídrico iminente. O então governador Ciro Gomes ordenou a construção, às pressas, de um canal trazendo água do rio Jaguaribe ao sistema de açudes que abastece a região metropolitana da capital do estado. O Canal do Trabalhador,

como ficou conhecido, foi construído em três meses apenas. Para que a água acumulada no açude Orós, localizado a cerca de 390 quilômetros de Fortaleza, chegasse o mais rápido possível à capital, o governador ordenou a abertura completa da válvula do açude, e a destruição das barreiras construídas ao longo do rio. Ambas as ações geraram reações negativas entre as populações locais. A liberação de água de um açude é comumente entendida como algo que deve ser minimizado, dadas as incertezas climáticas futuras. Entre os anos de 1960 e 1980, por exemplo, o açude Orós sequer possuía válvula de liberação de água. O ímpeto conservantista é parte do senso comum e das estruturas de sentimentos dos habitantes rurais do Ceará: quando, no ano de 2009, devido ao excessivo volume de chuvas no estado, o governo se viu obrigado a liberar água do açude Castanhão (mantendo, assim, a sua função de controlador de cheias, devido ao excesso de vazão no alto vale do rio, o que pode facilmente inundar amplas regiões do baixo vale), houve enérgicas reações contrárias por parte de políticos e radialistas locais. Mas mais do que isso, naquele ano de 1993, o envio de grande volume de água a Fortaleza condenava à ruína a atividade agrícola irrigada no município de Icó, atividade essa abastecida com água proveniente do açude Orós. Naquela ocasião, revoltados com a perspectiva da impossibilidade de pagar suas dívidas contraídas junto aos bancos públicos para custeio da atividade agrícola, produtores rurais invadiram a sala de controle do açude Orós e fecharam a sua válvula. O conflito entre produtores e o governo estadual só se resolveu depois de muitas horas de negociação, e contou com a mediação do cantor Raimundo Fagner, ele mesmo natural do município de Orós. Com relação às barreiras, trata-se de obstruções construídas

no leito do rio de modo que o nível da água se eleve, facilitando o seu bombeamento para as plantações. Com a destruição de tais barreiras, muitos agricultores tiveram sua irrigação inviabilizada. E finalmente, o perímetro irrigado da Chapada do Apodi, localizado no município de Limoeiro do Norte, e onde se dá o maior volume de bombeamento para atividade agrícola do vale, foi proibido de fazer tal bombeamento, ocasionando grandes perdas financeiras aos produtores locais.

Desta forma, o momento das decisões relativas à alocação de água do ano de 1994, ao término na estação chuvosa, em junho, chegou marcado por um enorme desgaste na relação entre o governo estadual e as populações do vale do Jaguaribe. A própria divisão de água dentro do vale era tema altamente conflituoso. Naquele contexto, sociólogos e geógrafos reunidos no Departamento de Organização de Usuários da recém-criada Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH) decidiram organizar uma grande comissão, com a participação de agricultores, lideranças políticas locais, representantes de órgãos dos governos municipais, estaduais e federal, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, da Igreja Católica e de outras entidades da sociedade civil de todo o vale perenizado do rio Jaguaribe (ou seja, todos os municípios localizados a partir do açude Orós até o encontro com as águas do mar, na barragem de Itaiçaba⁶), para discutir questões ligadas à alocação de água e tomar decisões de forma participativa. O método de discussão adotado naquela reunião – apresentado em detalhe na próxima seção deste artigo – mostrou-se eficaz como estratégia de resolução de conflito, e acabou sendo adotado como modelo para as reuniões futuras.

Em 1997, o primeiro comitê de bacia formal foi

criado, como piloto, na bacia do rio Curu. O comitê do Baixo Jaguaribe foi criado em 1999. Em 2002, todos os comitês do vale do Jaguaribe haviam sido criados. No ano de 2005, a grande comissão criada para negociar a alocação de água em 1994, que se mantinha ativa, mas informal até então, é extinta e a alocação de água passa a ser de fato (e não apenas *de jure*) atividade dos cinco comitês da bacia do Jaguaribe⁷. Grande parte dos membros de comitê era também membro da comissão, de modo que essa formalização da instância decisória não constituiu ruptura propriamente dita.

A alocação de água, discutida na reunião dos comitês, tem por objetivo a água acumulada nos três maiores açudes do vale, que respondem, juntos, por mais de 95% da capacidade de acumulação de água da região. Os demais açudes menores têm comissões participativas locais, e em geral as decisões de alocação de tais açudes estão restritas à distribuição de água sobre pequena extensão de território (ainda que os conflitos envolvidos não sejam necessariamente menores). São realizados dois encontros de alocação ao longo do ano. O primeiro ocorre em janeiro, no início da estação chuvosa, e em geral tendo como objetivo discutir a previsão climática para o semestre seguinte, e elaborar estratégias de ação. Tais estratégias raramente envolvem a discussão de liberação de água dos açudes, dado que as necessidades hídricas agrícolas tendem a ser atendidas pela chuva durante esse período. Os técnicos da COGERH geralmente obtêm dos membros de comitê autorização verbal para que abram válvulas, no volume mínimo necessário, no caso de períodos de estiagem dentro da estação chuvosa, ou para a manutenção da capacidade de controle de cheias dos açudes (o que requer a manutenção de parte do volume do açude vazio).

O segundo encontro se dá em junho e é considerado mais importante, uma vez que geralmente a essa altura a estação chuvosa tem se encerrado, e todo o acúmulo anual de água já ocorreu. No semestre

seguinte, durante a estação seca, a atividade agrícola irrigada é mais intensa, devido à menor incidência de pragas e maior facilidade de preparo dos campos, plantio e colheita, na ausência de chuva. Desta forma, os volumes de água necessários são altos, e frequentemente não há volume necessário para o atendimento de todas as demandas agrícolas, o que faz com que as negociações de alocação sejam tensas e acaloradas. Isso segue ocorrendo na sub-bacia do Banabuiú, não favorecida pela construção do açude Castanhão, o maior do estado e em funcionamento desde o ano de 2004.

A composição média dos comitês de bacia segue a seguinte proporção: 30% de membros de grupos de usuários locais de água (agricultores e agências municipais de água); 30% de grupos da sociedade civil (não-usuários diretos de água, como sindicatos de trabalhadores rurais, grupos religiosos, etc.); 20% do governo municipal (secretarias municipais); e 20% dos governos estadual (técnicos representantes de órgãos ou empresas estaduais, como CAGECE, SEMACE, etc) e federal (IBAMA, DNOCS, etc). Em 2003, a grande comissão de alocação de água tinha 107 membros, provenientes das quatro sub-bacias do Rio Jaguaribe⁸. Em 2007, depois da extinção da comissão informal e da transferência da alocação para os comitês formalmente constituídos, estavam habilitados para votar na reunião de alocação de água 155 membros de comitês.

Descrição da reunião de alocação negociada da água

A seguir, descreveremos o ritual de negociação e alocação de água, de forma esquemática e focando em seus elementos componentes fundamentais. Essa descrição é uma reconstrução artificial, baseada em notas de campo e filmagens das reuniões do mês de junho, dos anos 2003 a 2008.

Ao final do período de chuva, no começo de junho, os técnicos da Gerência de Gestão dos Recursos Hídricos (setor anteriormente denominado

Departamento de Organização de Usuários) da COGERH definem uma data para a reunião participativa de negociação de água, e enviam convites pelo correio para todos os membros votantes. Os técnicos da COGERH esperam que cada membro comunique os demais integrantes da sua instituição ou comunidade (a quem representa⁹) sobre a realização da reunião. Nossas observações de campo e entrevistas revelaram que poucos fazem isso, exceto alguns representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) com orientação política de esquerda, organizações ligadas à Igreja Católica ou grupos que têm interesse especial em levar muitas pessoas à reunião, a fim de exercer pressão nos debates e votações (estes são, geralmente, grupos que passaram por escassez de água em anos anteriores). Uma das razões pelas quais muitos membros de comitês não agem como “representantes” de suas comunidades nas reuniões de alocação de água se deve ao fato de que, em seus lugares de origem, são líderes locais cujo compromisso maior não parece ser refletir a opinião coletiva e sim moldá-la.

Quando a rede de comunicação local é utilizada, as mensagens são disseminadas através de emissoras de rádios locais: avisos durante missas, autofalantes localizados no exterior de templos, e até mesmo da circulação de motos ou bicicletas com autofalantes. Um desafio aqui é o fato de os meios de comunicação de massa no sertão serem altamente “politizados”. Estações de rádio e jornais locais são inevitavelmente de propriedade de políticos regionais, que utilizam os meios para veicular propaganda política¹⁰ – o que pode significar ataques à própria COGERH e aos comitês. Em 2000, por exemplo, um grande produtor de arroz do vale do Banabuiú utilizou sua estação de rádio, na cidade de Morada Nova, para atacar a COGERH e a decisão do comitê em reduzir a distribuição de água para áreas produtivas em 50%. Uma

vez que a informação deixa os domínios da COGERH, entra em um ambiente fortemente dominado por relações políticas locais. Até mesmo a infraestrutura de comunicação é, às vezes, negativamente afetada: produtores rurais envolvidos em um conflito por água na comunidade de Nova Floresta, no município de Jaguaribe, afirmaram em 2003 ter a correspondência proveniente da COGERH sistematicamente retida na agência local dos Correios, tendo que se comunicar por telefone para obter informações sobre datas e locais de reuniões.

Em seguida, a comunidade ou grupo participante tentará providenciar transporte para levar as pessoas até o local do Encontro. Este pode ser um dos maiores problemas para alguns grupos, devido às grandes dimensões territoriais do Vale do Jaguaribe. Ajuda é frequentemente solicitada a líderes políticos locais, o que naturalmente cria obrigações políticas para os envolvidos.

A comunicação que ocorre antes das reuniões não se resume àquela entre cada membro de comitê e a comunidade ou grupo por ele representado. Dependendo da natureza dos problemas em aberto e na pauta da reunião, uma considerável quantidade de comunicações entre membros de grupos afins e rivais pode ocorrer antes da reunião propriamente dita, na tentativa de formação prévia de alianças, discussão de possibilidades de ação e definição de estratégias combinadas¹¹. De forma geral, é possível mapear as interações mais prováveis em função mesmo da localização das comunidades na distribuição espacial da bacia, ou seja, na rede de reservatórios e cursos d'água. Alianças políticas são construídas em grande parte em função de localização geográfica (por exemplo, comunidades situadas *antes* ou *depois* das comportas de reservatórios, quando as primeiras tendem a se opor à liberação da água, enquanto as últimas tendem a favorecê-la) e

por prática ocupacional (como rizicultores, fruticultores ou pecuaristas – cada qual com padrões bastante distintos de uso de água, e, sendo assim, de necessidade de abastecimento de água –, organizados através de sindicatos, cooperativas e associações). Desse modo, os envolvidos podem, simultaneamente, ser aliados e rivais, dependendo do tema do debate, isto é, aliados em disputas pela água em escala regional e oponentes em conflitos locais. Este é o caso, por exemplo, entre sindicatos de trabalhadores rurais e associações de proprietários que atuam juntos contra alianças formadas em outra parte da bacia, apesar da relação conflituosa que têm entre si, localmente. Os recorrentes atrasos no início das reuniões são oportunidade para articulação política entre membros de comitês que, apesar de possuírem interesses comuns, por razões diversas não conseguiram se comunicar com antecedência.

O caso de articulação prévia em larga escala mais notório, conforme observamos, deu-se em 2005, quando da inauguração do perímetro irrigado do Tabuleiro de Russas. O projeto do novo perímetro previa o abastecimento de água através do rio Banabuiú, cuja bacia apresenta os mais altos níveis de conflito por água do vale do Jaguaribe, justamente em razão da já grande quantidade de áreas irrigadas instalada naquela região do vale. A nova área de irrigação, no entanto, está localizada próxima da junção dos rios Banabuiú e Jaguaribe, de modo que a água poderia vir deste último, onde a construção do açude Castanhão praticamente extinguiu os conflitos por água na região do baixo vale. No entanto, essa alteração demandaria ajustes de infraestrutura, o que acarretaria gastos para o Estado, que então se opunha a tal mudança. As principais lideranças dos comitês do Banabuiú e do Baixo Jaguaribe discutiram, de forma antecipada, a questão da fonte de abastecimento do

novo perímetro, e chegaram à reunião com um amplo bloco formado em apoio à alteração de tal fonte, do rio Banabuiú ao Jaguaribe. Tendo obtido sucesso massivo na votação, forçaram o governo estadual a efetivamente fazer os ajustes infraestruturais e mudar a fonte de água para o novo perímetro. Mais detalhes deste caso serão apresentados adiante.

O local do Encontro é sempre uma instituição com a infraestrutura mínima tida como necessária – microfones, projetores, auditório que comporte os convidados, ar condicionado – geralmente em municípios importantes do vale, como Limoeiro do Norte, Jaguaribara ou Icó. Os membros de comitê que assinam a lista de presença recebem, na entrada do auditório, um livreto com informações técnicas a serem discutidas durante o evento – tabelas e gráficos sobre o nível dos reservatórios, evaporação, taxas propostas para a alocação de água que deverão ser votadas, etc. Enquanto as atividades não começam, os presentes tomam café e comem doces ou sanduíches.

O evento só se inicia, de fato, quando a autoridade mais importante chega ao local. Em todas as reuniões observadas, o atraso mínimo entre o horário marcado e a abertura dos trabalhos foi de cerca de 40 minutos, tempo suficiente para que membros de comitês tentem articulações políticas de última hora. Quando é chegada a hora, alguém da COGERH abre formalmente o encontro, e esta pessoa provavelmente irá disciplinar o uso do tempo e as falas. Geralmente, este papel cabe ao gerente local da COGERH para a bacia hidrográfica ou a alguém em posição mais elevada na hierarquia da empresa, vindo de Fortaleza. A primeira atividade é apresentar as pessoas que compõem a “mesa de autoridades”: o secretário estadual de recursos hídricos (SRH) – ou algum substituto seu, como o subsecretário, ou outro diretor da instituição – é chamado para compor a mesa, seguido pelo presidente da

COGERH (ou substituto), representantes do DNOCS e da EMATERCE, um representante do município que abriga o Evento (geralmente o secretário municipal de agricultura ou meio ambiente), e os presidentes dos comitês das sub-bacias. Começando com o secretário (SRH), cada membro da mesa faz um discurso, que frequentemente: 1) realça a importância do seminário como um elemento de *modernização* no gerenciamento da água e a necessidade de mais organização e envolvimento das comunidades, para que o processo democrático se solidifique; 2) promove a agenda da COGERH, incluindo a necessidade de cada produtor rural do Vale solicitar uma licença para o consumo da água dos rios (chamada de *outorga*), ou as vantagens de introduzir o pagamento pela água como um mecanismo de gerenciamento e promoção de eficiência e economia de água.

Os componentes da referida mesa retornam então à platéia. O técnico da COGERH que organiza o seminário chama, em seguida, os palestrantes – em geral técnicos da própria COGERH ou professores de engenharia hidráulica – que fazem apresentações sobre tópicos específicos, incluindo pagamento pelo uso da água e suas vantagens, a necessidade de manter o leito dos rios livre de obstáculos, controle da poluição, etc. Geralmente tais apresentações são seguidas por discussões e debates sobre o tema abordado. O técnico coordenador da reunião organiza o debate, muitas vezes convidando outros especialistas da COGERH para fornecer respostas técnicas. É saliente como os turnos de fala evidenciam uma divisão dicotômica entre os técnicos da COGERH (e outros técnicos convidados) e os demais participantes, particularmente nessas discussões a respeito de questões específicas em torno do uso e gestão da água. Isso se dá por uma razão simples: a COGERH é a única agência a produzir dados quantitativos sobre as condições hídricas do

estado, através de uma rede de medidores de vazão e hidrômetros espalhados pelo Vale e controlados pela empresa. Esse monopólio na produção das informações quantitativas coloca a COGERH numa posição ao mesmo tempo confortável e delicada. O seminário então é interrompido para o almoço¹².

Na última apresentação, a situação atual de cada um dos três maiores reservatórios, em termos de quantidade de água acumulada, é discutida, e propostas de volumes de liberação de água nos rios durante o segundo semestre (chamadas *simulações de operação*) são expostas ao auditório. Esta parte da apresentação é bastante técnica, e não raro pode-se observar que algumas pessoas têm dificuldades com a especificidade da linguagem utilizada. Enquanto parte do auditório aparentemente segue a apresentação com interesse, esse é o momento em que algumas pessoas deixam o local para um café, um cigarro ou uma chamada telefônica.

Após essa apresentação, a platéia debate as simulações formuladas pela COGERH¹³. Cerca de 4 a 6 simulações são fornecidas para cada reservatório, com taxas diferentes de liberação da água (em vazão, medida em metros cúbicos por segundo, a ser liberada do açude de volta ao leito do rio), os níveis de evaporação respectivos, e as taxas de diminuição no volume de água disponível no reservatório (ver apêndice). Todas as simulações começam pela situação do reservatório no momento da discussão. Os valores propostos para liberação pré-definem o contexto em que as decisões podem ser tomadas. Muito raramente, os volumes de liberação máximo e mínimo sugeridos pela COGERH são questionados. Quando o são, técnicos da COGERH fornecem justificativas baseadas em detalhes técnicos dos reservatórios.

Os debates entre os participantes são fundamentados em razões pragmáticas. Usuários tendem a usar suas memórias e percepções sobre a correlação entre

os números abstratos em discussão (vazão em metros cúbicos por segundo), a atual situação do rio, e suas atividades econômicas e necessidades em anos anteriores. Comparações mentais entre os níveis propostos e as liberações em anos anteriores são feitas. Com base nas avaliações individuais sobre a quantidade de água que corre no rio ou em canais de irrigação próximos de onde cada pessoa trabalha, casando valores numéricos opacos com imagens mentais dos rios ou canais, os participantes decidem se o volume proposto será suficiente. O mesmo se aplica para pescadores e membros de comunidades que fazem sua atividade agrícola dentro da área dos reservatórios, e que dependem de certos níveis para a sobrevivência dos peixes e para a manutenção da acessibilidade das áreas de plantio.

Os atores tentam, então, defender seus interesses. Muitos resultados podem sair dessas discussões: os participantes podem aprovar uma taxa de liberação eventualmente mais baixa, se tiverem como contrapartida a promessa de manutenção e limpeza do leito do rio, para aumentar a vazão da água e fazer com que ela atinja áreas mais distantes. Variações no tempo da liberação (versus o volume total) também podem ser negociadas; por exemplo, durante a estação seca, por motivos de pico de consumo de água devido às necessidades biológicas das plantas em cultivo, taxas mais elevadas de liberação podem ser aplicadas por períodos curtos. O técnico da COGERH que coordena as atividades faz anotações sobre as decisões tomadas. Ele também tenta fazer com as decisões sejam consensuais, o que pode levar horas em debates acalorados. É senso comum entre membros de comitês e técnicos da COGERH a ideia de que a construção do consenso, via negociação, vale mais do que votação. Há o medo de que resultados de um processo de votação, se tidos como ilegítimos pela parte perdedora,

resultem em ações de sabotagem contra o sistema hídrico (ver TADDEI, 2005). A negociação é entendida como um processo de construção de legitimidade. Se o consenso é impossível, a decisão vai a voto¹⁴.

Uma estratégia de retórica recorrente utilizada pelos participantes nos debates é a utilização de linguajar sofisticado e expressões técnicas específicas de setores interessados, apresentando a agenda particular como a necessidade técnica geral, fazendo uso de um elemento cultural local na representação da ordem social: a dicotomia da sociedade entre alguns “dotô” (doutores, aqueles escolarizados e geralmente pessoas poderosas), e muitos “cidadão”, tendo o primeiro autoridade para liderar, em função do seu conhecimento, enquanto o último “deve obedecer devido sua ignorância”. Estes movimentos de retórica são contrapostos pela ação dos técnicos ligados a grupos clericais ou associações comunitárias, estudantes universitários, e até mesmo empregados da EMATERCE, que acabam assumindo a função de representantes informais de pequenos fazendeiros e pescadores na arena da terminologia sofisticada.

Os debates são abertos a todos os indivíduos presentes no Encontro, embora apenas os membros formais dos comitês possam votar. Geralmente, o número de presentes é maior que o número de membros votantes. Enquanto a discussão caminha para um consenso, todos os presentes podem influenciar o debate. Grupos populares como associações comunitárias e sindicatos geralmente são os responsáveis por levar muitas pessoas às reuniões. Se um consenso não é atingido, e a votação deve ser colocada em prática, então apenas os presentes, daqueles pouco mais de 150 membros, podem votar. Este é o momento onde grupos desprivilegiados sofrem pela falta de infraestrutura (na maior parte, de transporte), uma vez que não importa quantos sindicalistas, por exemplo, estão

presentes: se os membros oficiais com direito a voto não estão presentes, seus votos serão perdidos. Os membros manifestam seus votos erguendo os braços, abertamente e em público. O técnico da COGERH contabiliza os votos e faz o registro na ata.

As discussões, assim como a votação, podem versar sobre outras questões além das taxas de liberação. Em casos de escassez severa de água, elas podem definir critérios de racionamento de água. A já mencionada decisão do comitê do Banabuiú, em 2000, em limitar a distribuição em 50% da taxa pré-crise, impondo uma redução de 50% na água disponível para todos os usuários, é um exemplo.

Quando as decisões de alocação de água eram tomadas, o representante da COGERH que liderava as atividades lia os resultados em voz alta e pedia uma última confirmação verbal do auditório. O representante, então, se congratula com todos os presentes, reforçando a importância do Encontro como um mecanismo democrático, e o declara encerrado.

Nos dias que se seguem à reunião, a COGERH prepara um resumo das suas atividades e deliberações, e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado se reúne e (geralmente) ratifica o documento (TADDEI, 2004). Os resultados são disponibilizados na página de Internet da COGERH, e eventualmente são mencionados em notas nos cadernos dedicados a assuntos regionais dos principais jornais do estado.

O seminário será realizado novamente em janeiro do ano seguinte, para discutir as previsões climáticas da temporada de chuva que começam no mesmo mês, e para deliberar sobre as operações dos reservatórios no período. Quando a previsão aponta para um inverno normal, as válvulas dos reservatórios são ajustadas para garantir a demanda mínima dos municípios (consumo humano e manutenção do ecossistema do leito do rio) no caso de eventuais períodos sem chuva.

A pesquisa do Marca D'Água

Há uma grande quantidade de elementos culturais, sociais e políticos implícitos – mas fundamentalmente importantes – na descrição das atividades de alocação de água que acabamos de expor. Não é nosso objetivo elaborar análises mais pormenorizadas desse material etnográfico (para isso, ver ORLOVE *et al*, 2011; PETERSON *et al*, 2010; TADDEI, 2004, 2005, 2011, no prelo; TADDEI *et al*, 2004, 2010), mas ressaltar elementos relevantes para a análise da participação social na gestão de água, por contraste e comparação com os resultados da pesquisa quantitativa do Marca D'Água (FRANK *et al*, 2008). Passemos, então, a uma breve apresentação dos resultados daquela pesquisa.

Como ponto de partida, a composição dos comitês, no panorama da amostra selecionada pela pesquisa revela a predominância massiva do poder público: dos 626 membros de comitês entrevistados, 41% são representantes dos poderes públicos municipal, estadual e federal, enquanto representantes de instituições de usuários de água totalizam 26%, e representantes de instituições ligadas à sociedade civil (que nas legislações estaduais de recursos hídricos é geralmente definida por exclusão, ou seja, todos que não são governo ou usuários diretos de água) são 28%. Adicionalmente, 44% dos representantes dos usuários de água e 44% dos representantes da sociedade civil declararam atuar profissionalmente no setor público, apesar de não serem representantes desse setor como membros do comitê. Desta forma, mais da metade de todos os membros entrevistados está ligada ao poder público.

Ao mesmo tempo em que o poder público tem presença dominante, isso nem sempre é entendido, internamente aos comitês, como favorável. 45% dos entrevistados afirmaram que a existência de certos grupos no interior do comitê dificulta os seus trabalhos. Entre essas pessoas, 45% citaram os governos

federal ou estadual, 41% os empresários, e 34% o município, como grupos que dificultam a dinâmica do comitê. Em geral, os membros entrevistados manifestaram baixo grau de confiança nos poderes públicos. 55% disseram confiar na universidade, 16% na Igreja, 10% nos juízes, 6% no governo federal, 5% na mídia e apenas 2% nas grandes empresas. Como afirmam os autores do texto, este baixo grau de confiança indica um baixo nível de capital social, o que, sugere a literatura, reduz a facilidade com que a participação democrática ocorre (cf. BAQUERO, 2003).

Ainda de acordo com o texto, outros fatores que impedem uma maior representatividade social nos comitês são: a falta de organização formal de alguns setores da sociedade, a falta de tempo e a falta de recursos. No final, o texto afirma, há predominância das elites em negociações no âmbito dos comitês de bacias. O caráter de elite marca fortemente o perfil socioeconômico dos membros dos comitês estudados. Cerca de 66% dos membros têm entre 40 e 59 anos de idade, 78% são homens, e quase 80% das 626 pessoas entrevistadas continuaram a estudar após o segundo grau, sendo que 45% concluíram pós-graduação. Com relação a níveis de renda, 65% dos entrevistados ganha mais do que 10 salários mínimos, sendo este percentual 42% nos comitês da região nordeste e 70% nos de São Paulo.

Com relação às capacidades e perfis profissionais dos membros entrevistados, a maioria (67,2%) declarou possuir mais de cinco anos de experiência direta na área de recursos hídricos. 40% dos entrevistados têm mais de 10 anos de experiência na área. O texto limita-se a ressaltar a grande experiência dos participantes. No entanto, dado o fato de que a maior parte dos comitês de bacia do Brasil não tinha cinco anos de existência quando a pesquisa foi realizada, pode-se concluir que os comitês atraíram para dentro de

si um grande contingente de pessoas já ligadas à área (de perfil predominantemente técnico), sendo pouco capazes de atrair pessoas com outras experiências (principalmente dos setores usuários de água e da sociedade civil). Como a experiência mencionada pelos entrevistados tende a ser na área técnica, esse fato tende a aumentar o caráter tecnicista do grupo que compõe os comitês. Isso se confirma na resposta à seguinte pergunta que integrou o questionário: “qual é a qualidade individual mais importante para os membros dos comitês?” 30% dos entrevistados responderam conhecimentos técnicos, 27% inserção na comunidade e conhecimento local, 23% experiência na gestão dos recursos hídricos, e 19% capacidade de articulação política. 41% responderam que a qualidade menos importante é a capacidade de articulação política. Como mencionam os autores do texto, dado o caráter inevitavelmente político das atividades dos comitês de bacias, muitos dos membros fazem política sem sabê-lo, o que é comum nos meios técnicos (ver também, a esse respeito, TADDEI, 2011).

Ainda com relação às capacidades e competências, enquanto 91% dos entrevistados afirmaram que o uso de conhecimentos técnico-científicos facilita a tomada de decisão, 71% consideraram ser a desigualdade no domínio do conhecimento técnico a principal dificuldade na tomada de decisão de forma democrática nos comitês. Entre os membros da sociedade civil, este percentual sobe para 78% e, entre membros ligados aos poderes públicos, estaduais e federal, cai para 37%, enquanto entre representantes dos grandes e médios usuários, para 35%. Estes dados ratificam, de forma quantitativa, outras análises (e.g. BELL *et al*, 2011; LEMOS, 2008; LEMOS *et al*, 2010 e TADDEI, 2005, 2011) que apontam para o fato de a linguagem e o conhecimento técnicos serem entendidos como a forma mais legítima de conhecimento sobre a água,

enquanto outras formas de conhecimento parecem ser invisíveis às formas de organização dos comitês (pois são, em geral, consideradas “falta de conhecimento”). O problema, como não poderia deixar de ser, é mais saliente para os que estão mais distanciados dos meios técnicos (sociedade civil).

Outro dado que confirma o privilégio atribuído à dimensão técnica – em detrimento da dimensão política, e que não se encontra na publicação do Marca D’Água nem nos dados disponibilizados de forma digital, mas em uma análise feita por integrantes do Marca D’Água, em outro trabalho (FLORIT e NOARA, 2007) – aparece na resposta de entrevistados, ao serem perguntados se preferiam uma decisão democrática ou uma decisão tecnicamente correta, se fossem obrigados a escolher: 58,8% destes afirmaram que escolheriam a segunda opção. Entre usuários, este percentual sobe para 63,5%; 60,4% entre membros representantes da sociedade civil, e entre representantes dos poderes públicos não-usuários de água é de 55,2% (FLORIT e NOARA, 2007: 16).

Os dados quantitativos vistos a partir do campo

Os dados apresentados anteriormente refletem e enriquecem, de maneira geral, observações de campo realizadas no vale do Jaguaribe. Há, no entanto, outros dados presentes na publicação do Marca D’Água que contrastam com a nossa experiência de campo, e merecem comentário. No capítulo sexto, por exemplo, 76% dos membros afirmaram comparecer, 55% disseram usar da palavra, e 43% disseram fazer propostas na maioria das reuniões plenárias – o que os autores do texto interpretam como alto grau de atividade e participação por parte dos membros de comitês. No vale do Jaguaribe, em raras reuniões há mais de dois terços dos membros presentes – mas isso pode ser tomado como apenas um detalhe, dada a variabilidade

possível, no que diz respeito ao comparecimento em outras regiões do Brasil. No entanto, o comparecimento numérico e a simples contagem de quem participa verbalmente não são bons indicadores do envolvimento das pessoas nos debates e negociações. Como a descrição etnográfica evidencia, blocos de membros se formam ao redor de interesses específicos; tais blocos se articulam fora das reuniões, e usualmente cada bloco tem alguns porta-vozes informais, geralmente as pessoas com maior desenvoltura verbal, domínio dos conceitos técnicos e autoridade reconhecida pelos opositores. Desta forma, mesmo que uma minoria de pessoas participe verbalmente e faça proposições, como se constata nas filmagens, boa parte dos demais membros presentes se sente de alguma forma representada pelos que falam¹⁵. Além disso, há uma gama de sons e movimentos corporais que não contam exatamente como “propostas”, mas que tem influência no resultado das discussões (cf. GOFFMAN, 1967. Ver também TADDEI *et al*, 2004 e TADDEI, 2005, 2011). Por essa razão, os dados apresentados nessa seção do texto são apenas uma ponta visível de complexos padrões de participação que precisam ser analisados com outras metodologias e em estudos específicos.

A seguir, a pesquisa buscou saber em que se baseiam os membros dos comitês para tomar decisões nas reuniões plenárias. 41% dos respondentes disseram basear-se em seu próprio conhecimento pessoal sobre o assunto em questão; 28% conforme orientação das câmaras técnicas ou grupos de trabalho do comitê; 18% em função de orientação da entidade que representam, e 10% em função de orientação do seu segmento profissional ou categoria. Nesse panorama, como seria de se esperar, formas institucionalizadas de retorno e prestação de contas dos membros a suas entidades são raras. Isso confirma observações de campo descritas anteriormente. O que parece ocorrer

é que esses membros levam para os comitês formas habituais de atuação nas suas entidades ou comunidades: numa sociedade fortemente marcada pela hierarquia e pela concentração do poder de mando (DaMATTA, 1997 e MARTINS, 1994, 2008), é esperado que isso se transfira para dentro dos comitês. Muitas vezes, como antes mencionado, é preciso que os membros mais comprometidos com os valores horizontais de participação e democratização confrontem abertamente hábitos decisórios arraigados, solicitando a manifestação explícita daqueles que ficaram calados, e que frequentemente silenciaram devido a um ambiente de discussões opressor (Ver TADDEI *et al*, 2004; TADDEI, 2011).

A cobrança da água bruta, isto é, não tratada, retirada diretamente de rios, reservatórios ou poços é, sem sombra de dúvida, o item mais polêmico e socialmente difícil da legislação sobre água no Brasil. O texto do Marca D'Água aborda timidamente a questão, limitando-se a mostrar que 57% dos entrevistados acreditam que a capacidade de organização dos comitês não é dependente dos recursos oriundos da cobrança, e que as opiniões sobre quem deveria pagar concentram-se nos que poluem (77%), seguido por todos que captarem e consumirem (69%), a indústria (66%), a agricultura de grande e médio porte (61%), seguido do saneamento (52%), sendo a agricultura familiar citada por apenas 20% dos respondentes, enquanto 3.3% são contra o pagamento por água. Não ficam claras quais são as lógicas e razões que embasam as respostas, e esse é um fator crucial no estudo do desenvolvimento da gestão participativa, especialmente para entender o que não funciona. Atualmente, há resistência à ideia de pagamento por água em praticamente todo o território nacional. No Ceará, a população do vale do Jaguaribe entende a cobrança como algo ilegítimo, porque não está baseada

na ideia de reciprocidade que ordena as trocas sociais. O Estado quer cobrar por uma água não tratada, retirada diretamente do rio, sendo que o usuário é quem paga pelos custos de bombeamento. Desta forma, o usuário médio entende que o governo quer tirar sem dar nada em troca. Isso não é verdade, obviamente, dados os investimentos tanto em infraestrutura física como no sistema de gestão. O fato, no entanto, é que os governos se comunicam pouco e mal com a sociedade, e parte do problema é que mesmo os técnicos do governo tendem a ver essa questão como técnica¹⁶ – ou seja, a ser “ensinada” aos membros de comitês e produtores rurais, em atividades como as palestras educativas que integram as reuniões de alocação participativa de água – e não como política, a ser negociada. Efetivamente, a cobrança pela água foi instituída na lei estadual 11.996 de 1992, e nunca esteve aberta à negociação. Por essa razão, a cobrança é, de forma geral, entendida mais como punição do que como estímulo ao uso racional: punição ilegítima dos que trabalham, por aumentar os custos de produção de suas atividades, e punição legítima para os que poluem, como no caso dos resultados mostrados pela pesquisa do Marca D’Água. Em qualquer um dos casos, a cobrança é o item com menor grau de participação do sistema: desde o princípio ela já estava lá, como requisito legal, imposta de cima para baixo, e não haveria discussão alguma sobre o tema, não fosse a notória incapacidade do poder público em fazer valer esse item da lei (TADDEI, 2004). Esse é um dos imbróglios que mais incomodam as pessoas comprometidas com a expansão e o desenvolvimento da participação social na gestão das águas do Brasil: o fato de que aos comitês foi transferida a missão de implementar a parte mais antipática da legislação, sem que pudessem questioná-la ou discuti-la. Isso, sem sombra de dúvida, afetou e continua afetando

negativamente a imagem e a legitimidade dos comitês junto à sociedade.

Com relação ao quesito propósito e desempenho dos comitês, uma vez mais se percebe que as expectativas dos participantes afetam sua percepção da realidade (ou pelo menos suas respostas ao questionário). 59% afirmaram que os comitês têm boa capacidade de influenciar decisões de órgãos públicos; 53% crêem poder influenciar empresas privadas, e 47% acreditam que os comitês influenciam o comportamento dos habitantes da bacia. Isso contradiz os resultados de análises qualitativas de vários autores, e os autores do texto são cuidadosos em mencionar esse aspecto. Em nossa experiência, por exemplo, numa pesquisa com 550 agricultores – principal grupo de usuários de água localizados ao longo do vale perenizado do rio Jaguaribe, realizada nos anos de 2007 e 2008 (TADDEI *et al*, 2010) –, 52% dos entrevistados declararam não ter conhecimento das reuniões dos comitês de bacias em que a alocação da água dos principais reservatórios do Vale é negociada. Na região do Alto Jaguaribe, esse percentual chegou a 74%. Dos que sabiam da existência das reuniões, 31% declararam não ter conhecimento dos objetivos ou atividades desenvolvidas na reunião. 64% dos entrevistados declararam não saber pra que serve uma outorga. Desta forma, a desinformação é o principal obstáculo, no Ceará, para que os comitês de fato tenham poder de influência.

Discussão

Esta publicação do Marca D'Água é extremamente eficaz no objetivo a que se propõe, que é apresentar dados relevantes e instigantes e suscitar o debate. Dado o fato de o retrato apresentado da percepção dos membros de comitês sobre a gestão de águas no país ser em geral negativo, chama a atenção a ausência de uma postura mais crítica, por parte dos autores, ao examinarem os dados disponibilizados. Dentre os comentários e conclusões que foram incluídos, há alguns que merecem ser comentados.

O primeiro ponto é o fato de os autores sugerirem que os comitês constituem-se de equipes multidisciplinares, em razão da formação heterogênea e diversificada dos seus membros, o que pode contribuir para abordagens mais abrangentes. Isso reflete uma visão dos comitês como corpos técnico-políticos, o que, em nosso entender, é apenas uma parte da história. Na realidade, e como as descrições etnográficas procuraram evidenciar, os comitês têm uma dupla vida: em alguns momentos e contextos, agem como entidades, com identidade e agenda próprias; em outros, são arenas de debate e de embate, sem a sincronia e o alinhamento entre seus membros que possam garantir seu posicionamento, face aos contextos políticos exteriores, como unidades distintas. É possível identificar certa dinâmica político-institucional de como se conforma o perfil dos comitês: a existência de uma causa ou ameaça externa tende a unir os membros numa ação coordenada, ocasião em que o comitê ganha identidade e agenda, ainda que isso apenas se mantenha enquanto os membros puderem identificar a causa que os une. O caso da articulação dos comitês em favor da alteração da fonte de água para o perímetro irrigado do Tabuleiro de Russas, como já descrito neste artigo, exemplifica bem essa questão.

Outro exemplo vem das atividades do comitê da sub-bacia do Baixo Jaguaribe, considerado o comitê mais bem organizado e politicamente articulado, do fim dos anos 90 até meados da década passada, no Ceará. Boa parte dos principais municípios da bacia estava sob administração do Partido dos Trabalhadores ou tinha vereadores do Partido com forte atuação local, e na região existe um grande número de organizações não-governamentais ligadas à Igreja Católica e a movimentos sociais de esquerda. De forma espontânea, formou-se no comitê um grupo que se opunha fortemente às políticas desenvolvimentistas agressivas, e com altos impactos sociais e ambientais, do governo estadual do PSDB. Durante esse período, não só era possível notar que o comitê possuía uma identidade marcada, como também havia dentro do governo estadual o temor de que a atuação desse comitê desarticulasse os planos oficiais de desenvolvimento da região. O embate entre governo e comitê do Baixo Jaguaribe acabou por gerar um retrocesso na situação dos comitês do estado, quando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos votou a alteração do status dos comitês de entes deliberativos para entes consultivos, no ano de 2001 (TADDEI, 2005).

Num viés mais educativo, recentemente a questão da poluição se fez sentir de forma mais intensa no estado, onde a vazão dos rios é pequena e desta forma a capacidade de diluição de poluentes reduzida. Neste contexto, é possível notar que alguns comitês têm se fortalecido, em sua identidade de grupo, na causa do combate à poluição. Na inexistência de uma causa ou ameaça, os comitês tendem a sofrer um processo de desarticulação, e subsistem, de forma quase latente, como arenas de negociação, reativadas quando do aparecimento de alguma disputa local. De qualquer forma, o reconhecimento dessa dupla natureza dos comitês, no contexto brasileiro, é fundamental para

que as avaliações de suas atividades sejam eficazes.

Outro ponto de destaque do texto é a afirmação de que

(...) a fragilidade do sistema de gestão participativa não pode ser atribuída às pessoas que se dedicam aos comitês de bacia, pois elas, na sua maioria, são capacitadas, experientes, com alto nível de escolaridade e comprometidas com a gestão da água. Essas pessoas, no entanto, se encontram situadas em um contexto institucional frágil, que frequentemente mina a capacidade dos comitês de bacia de se tornarem espaços públicos eficazes. Tal situação frequentemente frustra, mas não desmobiliza os membros dos comitês. (FRANK *et al.*, 2008: 8).

Certamente, a participação social na gestão de água no Brasil atualmente depende de um alto grau de voluntarismo por parte dos membros dos comitês, voluntarismo esse que em certa medida compensa (mas também reproduz) a fragilidade institucional do sistema de gestão de água. Uma pergunta surge: até que ponto o perfil dos membros – tecnicamente capacitados, experientes e escolarizados, além de homens em sua maioria e com alta renda familiar – é um atributo positivo do sistema, ou é sintoma de problemas graves de representatividade que minam a legitimidade social dos comitês? Tomando como referência a democratização das relações políticas, em meio à qual a construção de soluções socialmente legítimas, porque discutidas e negociadas, é mais importante que eficiência e precisão, esse perfil médio dos membros de comitê se constitui um elemento claramente negativo do sistema. Ocorre que, como mencionado anteriormente, os critérios de avaliação usados pelos autores da publicação do Marca D'Água se focam excessivamente nos itens capacitação e adequação

institucional, sem atentar para outros elementos importantes da forma como tais comitês existem em suas atividades efetivas.

Uma pergunta relevante neste contexto é: de que modo esse quesito vem evoluindo no tempo? A afirmação da mobilização dos membros dos comitês, no trecho citado, só seria possível com uma análise longitudinal da atividade e composição dos comitês, ou seja, ao longo do tempo. Uma pesquisa de questionários, como um retrato estático no tempo, não oferece evidências a esse respeito. Seria mais apropriado dizer apenas que os membros participantes se declararam motivados e mobilizados. Para se conhecer de forma real até onde a fragilidade institucional da gestão participativa de água resulta em desmobilização de seus membros, se faz necessária uma análise detalhada de quais membros abandonaram os comitês e porque o fizeram. No Ceará, e em especial no vale do Jaguaribe, por razões diversas, nos últimos anos uma parte importante de representantes de movimentos sociais deixou de frequentar as reuniões de comitês¹⁷, e alguns foram substituídos por pessoas ligadas ao meio técnico (ver TADDEI, 2011). Perdeu-se diversidade social e política nos comitês, ainda que as reuniões ocorram, com número satisfatório de participantes e de manifestações verbais. Entre os membros de comitê ligados a profissões técnicas, é comum a opinião de que as reuniões são mais efetivas porque menos conflituosas; ou seja, isso reflete uma maior eficácia no processo decisório dos comitês. No entanto, a referência deveria ser justamente o contrário: comitê eficaz, como todas as demais instituições ligadas a resolução de conflitos, é aquele que é capaz de atrair para si os conflitos sociais ligados à água. Sendo assim, altos níveis de conflito no comitê são bom sinal. O contrário pode significar que a sociedade não vê o comitê como instituição legítima para a administração de disputas.

Marcas de uma democratização diluída...

De fato, as decisões sobre água em uma das áreas mais conflituosas do Vale, em Icó, foram em recentes anos de escassez tomadas em tribunais locais, e não nos comitês.

O tema da cobrança da água bruta é um termômetro do distanciamento entre o comitê e a sociedade: no Ceará, a maioria dos membros do comitê defende a cobrança, enquanto fora das paredes de onde os comitês se reúnem, a resistência à cobrança é massiva. Apartados da sociedade complexa e heterogênea, os comitês deixam de ser um instrumento eficiente de transformação social da gestão hídrica, e ao mesmo tempo há um desgaste da imagem pública dos comitês.

Há, no entanto, ainda um ponto evidente na descrição etnográfica, mas de certa forma ausente nos dados qualitativos: a questão de como a participação é regulada pela forma como identidades sociais são construídas ao redor das ideologias da modernização e do desenvolvimento. Como todo discurso que se faz dominante e pervasivo, o discurso da modernização no Brasil impõe uma reorganização simbólica específica dos processos sociais e culturais com os quais se relaciona. O principal reordenamento ocorre no que diz respeito a relações temporais e espaciais: a modernização coloca relações sociais dentro de um marco temporal, apresentando certos elementos da vida social como representando o passado, sendo, desta forma, desvalorizados, enquanto outros elementos representam o futuro, sendo assim intrinsecamente desejáveis¹⁸.

O ritmo das relações e das mudanças sociais é um dos fatores capturado por essas estratégias retóricas: relações sociais e econômicas dinâmicas e ágeis são tomadas como ícones da modernidade, e o processo modernizador incorpora essa referência ao qualificar tudo o que ocorre em ritmo mais lento ou

resiste a mudanças como pertencendo ao passado. No que diz respeito às relações espaciais, o urbano é tomado como ponto de referência, e o rural é entendido como sendo uma categoria de existência política e social inferior (LIPTON, 1977; TACOLI, 1998). Essa reorganização de significados cria uma certa compreensão do social em que formas de vida e processos socioculturais são linguisticamente marcados como “tradicionais”, “rurais”, “subdesenvolvidos”, enquanto outras formas e processos permanecem linguisticamente não-marcados, e como tais, são tomados como pontos de referência naturalizados a partir dos quais outras formas de vida são qualificadas.

No Ceará, ainda que os efeitos do discurso da modernização¹⁹ tenham sido sentidos localmente por quase toda a sua história, a partir de meados dos anos 1980 há um fortalecimento sensível do projeto modernizador, em especial com a chegada de Tasso Jereissati ao poder como governador. No projeto desenvolvimentista do PSDB, atividades de subsistência ganham uma conotação de atraso, e são associadas à pobreza, à fome e à vulnerabilidade, enquanto a produção para o mercado de exportação ganha conotação de modernidade e participação na economia global.

Os efeitos simbólicos do discurso modernizador afetam, com distintos graus de eficácia, a identidade social de grupos e indivíduos. Esta configuração de valores acaba por resultar na culpabilização dos setores mais pobres da sociedade cearense, que passam a ser entendidos como um fardo para o desenvolvimento econômico do estado – ainda que tais setores em geral não possuam autonomia ou capacidade de investimento para mudarem suas atividades econômicas. Tais processos semióticos emprestam uma fachada econômica e desenvolvimentista a antigos preconceitos de classe e raça.

As consequências desse estado de coisas são politicamente dramáticas: nos processos de alocação de água, por exemplo, pequenos produtores de arroz foram imediatamente apontados como responsáveis pela escassez hídrica do vale do Jaguaribe, e indiretamente pela baixa capacidade de desenvolvimento do estado, uma vez que o alto consumo de água na produção do arroz impossibilitava o direcionamento da água para produções de mais alto valor agregado e geradoras de mais impostos para o Estado. No entanto, a produção de arroz fora introduzida pelo próprio governo federal na década de 1970, como parte de projetos desenvolvimentistas do governo militar. A maioria dos produtores de arroz fora induzida a tal atividade pelo Estado; agora, três décadas depois, são acusados de irresponsabilidade econômica por agentes estatais, desta vez sob a égide do neoliberalismo²⁰.

Em tal ambiente discursivo, qualquer argumento em favor de maiores volumes de alocação de água para a produção de arroz no vale do Jaguaribe é imediatamente entendido como tendo pouca legitimidade, a despeito da importância ímpar da produção de arroz na subsistência de milhares de famílias na região. O que se vê aqui talvez seja o maior desafio à introdução de abordagens participativas na gestão ambiental no Brasil: práticas e formas de conhecimento consideradas “tradicionais” são representadas como inadequadas para processos decisórios importantes; ao mesmo tempo, técnicos do governo reclamam a respeito do ritmo lento que caracteriza o processo participativo. Desta forma, ao invés da promoção de inclusão social através da abordagem participativa, o que se vê é a participação sendo efetivamente desarticulada pelas implicações excludentes do discurso modernizante²¹.

Ainda assim, a maioria das pessoas envolvidas com os comitês no Ceará valoriza sua existência. Há três razões principais para isso. A primeira é o fato de os comitês representarem um canal de comunicação com o governo do estado não-mediado pela política municipal, como ocorria no passado, o que é entendido como conveniente e positivo. O comitê é, nessa visão, visto como um “balcão de reclamações”, mais do que uma instância propriamente decisória. Avritzer documentou o fato de o “encaminhamento de documentos” ser a ação mais frequente nos conselhos de saúde no Ceará, o que denota pouca efetividade deliberativa (2007: 28); ou seja, tal fenômeno parece não se restringir à gestão de água. Em segundo lugar, a maioria dos integrantes de comitês possui uma visão bastante pragmática do que estes representam, entendendo a situação atual em contraposição a um passado onde não havia qualquer forma de participação, e não a partir de visões idealizadas de democracia. E em terceiro lugar está o fato de a participação nos comitês de bacia representar uma forma de ascensão política – ainda que restrita à política nos meios mais técnicos –, o que pode resultar em ganho de prestígio local para os indivíduos envolvidos.

Como nota final, salta aos olhos que, ainda que existam divergências entre algumas interpretações dos dados quantitativos do material do Marca D'Água e os nossos dados etnográficos, ambos sugerem que o sistema tem problemas estruturais seríssimos, muitos dos quais são sequer diagnosticados como problema. Há o risco da falência social e política do sistema de gestão participativa da água no Brasil. Não se pode deixar que ganhos em arrecadação e eficiência encubram esse perigo.

Notas

- 1 Este artigo é um dos resultados de pesquisa que iniciada em 2002, com quatro anos de residência permanente no Ceará (2003 a 2006). A pesquisa foi financiada, em diferentes etapas, pelas seguintes instituições: Renzo Taddei: CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Wenner-Gren Foundation, International Research Institute for Climate and Society, Center for Research on Environmental Decisions, Ruth Landes Memorial Fund, Comitês Institute for Anthropological Study, National Science Foundation, e Tinker Foundation; Ana Laura Gamboggi: Centro de Altos Estudos da Escola Superior de Propaganda e Marketing (CAEPM), Comitês Institute for Anthropological Study, Ruth Landes Memorial Fund e CNPq. Agradecimentos especiais a Júlio Hércio Magalhães Cordeiro, e aos colaboradores de diversas instituições do Ceará, como COGERH, SRH, Comitês de Bacias Hidrográficas do Jaguaribe e das Bacias Metropolitanas, e em especial da FUNCEME. As ideias e análises apresentadas neste texto são de responsabilidade exclusiva dos autores. Alguns trechos deste artigo apareceram anteriormente, em inglês, em TADDEI, 2011.
- 2 A décima primeira bacia do estado, do Parnaíba, é comparilhada por Ceará e Piauí, o que faz com que ela seja de jurisdição federal. Sua gestão, conseqüentemente, é feita pela Agência Nacional de Águas (ANA).
- 3 Partido da Social Democracia Brasileira.
- 4 Renzo Taddei realizou pesquisa etnográfica, no âmbito de seu projeto de doutorado e de sua pesquisa para o pós-doutorado subsequente, no vale do Jaguaribe e nos órgãos relacionados à gestão de água em Fortaleza (SRH, COGERH, FUNCEME), continuamente entre os anos de 2003 e 2006, e visitou o Vale todos os anos por pelo menos duas semanas desde então. As observações se deram, sobretudo, nos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Itaiçaba, Icapuí, Banabuiú, Jaguaribara, Jaguaribe, Icó, Orós e Iguatu – além de Fortaleza. Ana Laura Gamboggi realizou pesquisa etnográfica, para mestrado e doutorado, nos municípios de Jaguaribara (antes e depois da transferência para sua nova localização) e Fortaleza, tendo participado de reuniões de comitês em muitos outros municípios do Vale, também entre os anos de 2003 e 2006.
- 5 Segundo Avritzer, o que irá conduzir a alterações no panorama de participatividade no Ceará serão mais mudanças do grupo no poder e do que “processos endógenos de modernização social” propriamente ditos (AVRITZER, 2007: 18).
- 6 A foz do rio Jaguaribe se localiza em Fortim; no entanto, a gestão de água é feita de modo que a água doce chegue apenas até Itaiçaba. De Fortim até Itaiçaba há a penetração de água do mar.
- 7 O comitê da sub-bacia do rio Salgado, no entanto, participa apenas marginalmente nas discussões da alocação de água dos maiores açudes do vale do Jaguaribe. Isso se dá em função do fato de não haver açude que afete a vazão do rio Salgado, afluente do Jaguaribe; o projeto de irrigação de Icó, no entanto, apesar de receber água do açude Orós (via açude Lima Campos), está geograficamente localizado dentro da bacia do Salgado.
- 8 Com exceção da sub-bacia do Salgado.
- 9 Todos os membros dos comitês são, formalmente, representantes de alguma entidade ou organização. Oficialmente, não há membros participantes na qualidade de indivíduos.
- 10 É comum o envolvimento de radialistas em conflitos políticos, resultando em casos de assassinatos políticos, como ocorreu com Nicanor Linhares e Ronaldo Guedes Ferraz Júnior, assassinados em 2003. Ver jornal Diário do Nordeste, 1º de Julho de 2003.
- 11 Numa sociedade onde há a preocupação constante com a manutenção da imagem social, na forma de prestígio, honra, respeito, etc. (GOFFMAN, 1967), tal como ocorre a grupos rurais no interior do Nordeste brasileiro, a possibilidade de articulação política prévia, de modo que fracassos políticos em arenas públicas sejam previstos e evitados, e desta forma não resultem em humilhação, é expediente de grande valor (ver TADDEI e GAMBOGGI, 2009).
- 12 Em anos com baixo nível de conflito – o que em geral resulta em baixo número de participantes –, muitas vezes é possível que todas as decisões e votações sejam feitas pela manhã, sendo assim o almoço a atividade de encerramento da reunião.
- 13 Até o ano de 2005, o auditório era dividido em três grupos, cada um associado a um dos três açudes em discussão. A partir daquele ano, em razão da solicitação de decisão em conjunto dos comitês do Baixo Jaguaribe e do Banabuiú (devido ao problema da fonte de água do Tabuleiro de Russas), e, nos anos seguintes, em função do baixo número de membros presentes nas reuniões, foi decidido em plenária que todos os membros presentes dos quatro sub-comitês do Jaguaribe (Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, e Banabuiú) iriam deliberar sobre os três açudes.
- 14 Nos últimos anos, mesmo após a construção do consenso, por ocasião de cada reunião, o técnico coordenador solicita aos membros que “formalizem” sua decisão via voto aberto. O intuito é impedir que as estratégias retóricas usadas no processo de construção do consenso, por atores diversos, silencie o dissenso. A votação, desta forma, obriga todos a manifestarem seus votos individuais, mesmo aqueles que permaneceram em silêncio durante as negociações. O ato puro e simples da manifestação do voto não anula o silenciamento do dissenso; no entanto, cria uma última oportunidade para que a opinião diferente se manifeste.

- 15 Ainda que isso não resulte necessariamente em vitória nas negociações.
- 16 As duas ideias que embasam a cobrança, na visão dos criadores do sistema de gestão de água no país, que são a cobrança como mecanismo de estímulo ao uso racional e como mecanismo maximizador de riqueza, dado o fato de que a precificação acarreta mais água sendo direcionada a atividades de maior valor agregado, não chegam à imensa maioria dos usuários. Obviamente, esses critérios desconsideram os efeitos concentradores de renda e de água da precificação desta última. Esse tópico, no entanto, não será desenvolvido neste artigo.
- 17 Conforme GARJULI *et al*, 2002, alguns dos movimentos sociais e entidades mais representativos da sociedade civil no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), optaram por não participar dos comitês, entendidos por tais organizações como instrumentos de cooptação e de legitimação das agendas governamentais. A Cáritas Internacional teve participação ativa no comitê do Baixo Jaguaribe até meados da década passada, quando optou por se retirar. Uma das razões pelas quais os comitês do Ceará vêm perdendo diversidade sociopolítica em sua composição pode estar ligada à forma como a renovação dos membros ocorre: trata-se de processo endógeno, cabendo a cada comitê organizar a renovação dos seus membros e divulgar o chamado à participação. Sob controle de técnicos, há pouca motivação para atrair aos comitês representantes de entidades mais politizadas, inclusive porque estes são entendidos como “não entendendo de gestão de água”.
- 18 As referências temporais do discurso desenvolvimentista, no entanto, não podem ser tomadas literalmente. Como já foi afirmado (EVALUATION GAP WORKING GROUP 2006; GLENZER, PETERSON e RONCOLI, 2011), o mundo desenvolvimentista é marcado por uma ética “presentista”, de acordo com a qual, o esquecimento existe como fato e como agenda. Em tal contexto, passado e futuro existem como ficções estratégicas nos jogos políticos criados ou controlados por projetos modernizantes.
- 19 Em suas diversas encarnações ao longo da história.
- 20 Ainda que raramente tal acusação seja explícita, ela permeia a organização dos discursos desenvolvimentistas. Em algumas publicações estatais, como, por exemplo, SRH (2001), o vínculo entre o arroz e os problemas hídricos é bastante explícito e direto.
- 21 Um exemplo paradigmático, testemunhado várias vezes ao longo da pesquisa etnográfica, diz respeito à situação em que alguém, numa reunião de alocação de água, propõe algo com base em crenças religiosas (como “façamos X porque Deus não vai deixar faltar água”, por exemplo), e é tacita-

mente ignorado pelos técnicos em controle das atividades, estas seguindo adiante como se a proposição nunca houvesse sido feita. O poder de ignorar uma proposição sem ser cobrado a respeito é um indicador de que a participação ocorre dentro de limites simbólicos estritos, onde existem regras implícitas mas mais ou menos claras sobre quais argumentos são válidos e quais não o são – independente dos valores e crenças dos indivíduos participantes no processo decisório (ver TADDEI, no prelo).

Bibliografia

- ABERS, Rebecca Neaera e JORGE, Karina Dino. Descentralização da gestão da água – Por que os comitês de bacia estão sendo criados? *Ambiente & Sociedade*, vol. VIII, nº. 2, jul./dez. 2005.
- ABERS, Rebecca Neaera e KECK, Margarete E. Muddy Waters: The Political Construction of Deliberative River Basin Governance in Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research* 30 (3), 2006, 601–622.
- ABERS, Rebecca Neaera e KECK, Margarete E. *Mobilizing the State: the erratic partner in Brazil's participatory water policy*. Paper presented at the Environmental Politics Colloquium, University of California at Berkeley, December 7, 2007.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil*. Brasília: ANA, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. (org.), *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003.
- BELL, A. R., N. L. ENGLE, e M. C. LEMOS. How does diversity matter? The case of Brazilian river basin councils. *Ecology and Society* 16(1): 42, 2011.
- BROAD, Kenneth; PFAFF, Alexander; TADDEI, Renzo; SANKARASUBRAMANIAN, A.; LALL

- Upmanu, and SOUZA FILHO, Franciso de Assis de. Climate, stream flow prediction and water management in northeast Brazil: societal trends and forecast value. *Climatic Change* (2007) 84:217–239.
- COOKE, Bill e KOTHARI, Uma. The case for participation as tyranny. In Bill Cooke and Uma Kothari (eds.), *Participation: the New Tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DINAR, Ariel; KEMPER, Karin; BLOMQUIST, William; DIEZ, Michele; SINE, Gisele, e FRU, William. “Decentralization of river basin management: a global analysis. *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 3637, June 2005, Washington, D.C.
- ENGLE, N. L.; JOHNS, O. R.; LEMOS, M. C.; e NELSON, D. R. Integrated and adaptive management of water resources: tensions, legacies, and the next best thing. *Ecology and society* 16(1): 19, 2011.
- EVALUATION GAP WORKING GROUP. *When Will We Ever Learn: improving lives through impact evaluation*. Washington, DC: Center for global development, 2006.
- FLORIT, L. F. e NOARA, C. T. *Desenvolvimento, meio ambiente e democracia: a visão de mundo no contexto dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil*. Trabalho apresentado no XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, São Paulo, 25 a 29 de novembro de 2007.
- FORMIGA JOHNSSON, Rosa Maria e KEMPER, Karin Erika. Institutional and policy analysis of river basin management – the Jaguaribe River Basin, Ceará, Brazil. *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 3649, June 2005, Washington, D.C.
- FORMIGA JOHNSSON, Rosa Maria e LOPES, Paula Duarte (eds). *Projeto Marca d’Água: seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil. Caderno 1: Retratos 3X4 das bacias pesquisadas*. Brasília: FINATEC, 2003.
- FRANK, Beate et al. *Projeto Marca d’Água: Seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil. Caderno Dois: Comitês de bacias sob o olhar dos seus membros*. Blumenau: FURB, 2008.
- GARJULLI, Rosana; OLIVEIRA, João Lúcio Farias de; CUNHA, Marcos André Lima da; SOUZA, Edcarlos Rulim de; e FOLHES, Marcelo Theófilo. *Projeto Marca D’Água, Relatórios Preliminares. A bacia do Rio Jaguaribe, Ceará – 2001*. Brasília: Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas/Projeto Marca D’Água, 2002.
- GLENZER, Kent; PETERSON, Nicole; RONCOLI, Carla. Development, participation, and the ethnography of ambiguity. *Agriculture and Human Values* 28(1): 97-98, 2011.
- GOFFMAN, E. *Interactional ritual: essays on face-to-face behavior*. New York, Anchor Books, 1967.
- GUTIÉRREZ, Ricardo. Between knowledge and politics: state water management reform in Brazil. Tese de doutorado, Johns Hopkins University, 2006a.
- GUTIÉRREZ, Ricardo. *Participatory water policy in Ceará, Brazil: approaches and political viability*. Anais do XI Congreso Internacional del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, Ciudad de Guatemala, Guatemala, 7 a 10 de novembro de 2006 (2006b).
- KEMPER, Karin; DINAR, Ariel; e BLOMQUIST, William. *Institutional and policy analysis of river basin decentralization. The principle of managing water resources at the lowest appropriate level – when and why does it (not) work in practice?* Washington, D.C.: The World Bank, 2005.
- KOTHARI, Uma. Power, Knowledge and social control in participatory development. In Bill Cooke and Uma Kothari (eds.), *Participation:*

- The New Tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- LATOURE, Bruno. Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEMOS, Maria Carmen. Whose water is it anyway? Water management, knowledge, and equity in NE Brazil, in John M. WHITELEY, Helen INGRAM, and Richard PERRY(eds.), *Water, place and equity*. Cambridge, MA.: MIT Press, 2008, pp. 249-270.
- LEMOS, Maria Carmen; e OLIVEIRA, João Lúcio Farias de. Can water reform survive politics? Institutional change and river basin management in Ceará, Northeast Brazil. *World development*, 32(12), 2004, 2121-2137.
- LEMOS, Maria Carmen; e OLIVEIRA, João Lúcio Farias de. Water reform across the State/Society Divide: the case of Ceará, Brazil. *International journal of water resources development*, Volume 21, Issue 1, 2005, 133-147.
- LEMOS, M. C.; BELL, A. R.; ENGLE, N. L., FORMIGA-JOHNSON, R. M.; e NELSON, D. R. Technical knowledge and water resources management: A comparative study of river basin councils, Brazil, *Water Resour. Res.*, 46, 2010, W06523, doi:10.1029/2009WR007949.
- LIPTON, Michael. *Why poor people stay poor: urban bias in world development*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, J. S. *A aparição do demônio na fábrica. Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MESQUITA, Erle Cavalcante. Participação, atores políticos e transformação institucional no Ceará. In AVRITZER, Leonardo (org.), *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MOHAN, Giles. Beyond Participation: strategies for deeper empowerment. In Bill Cooke and Uma Kothari (eds.), *Participation: the New Tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- ORLOVE, Ben; TADDEI, Renzo; PODESTA, Guillermo; BROAD, Kenneth. Environmental citizenship in Latin America: climate, intermediate organizations and political subjects. *Latin American Research Review*, Vol. 46, 2011, pp. 115-140.
- PETERSON, Nicole D.; BROAD, Kenneth; ORLOVE, Ben; RONCOLI, Carla; TADDEI, Renzo; VELEZ, Maria Alejandra. Participatory processes and climate forecast use: socio-cultural context, discussion, and consensus. *Climate and Development*, 2 (2010) 14-29, doi 10.3763/cdev.2010.0033.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho; TOMAS, Maria Carolina. Instituições participativas e gestão municipal no Nordeste: uma análise dos efeitos da participação sobre as práticas de governo. In AVRITZER, Leonardo (org.), *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- SECRETARIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (SRH). *Águas do Vale: produza mais com menos água*. Fortaleza: SRH, 2001.
- TACOLI, Cecilia. Rural-urban interactions: a guide to the literature. *Environment and urbanization*. Vol. 10, nº. 1, April 1998, pp. 147-166.
- TADDEI, Renzo. Os usos da lei e a vida social da legislação hídrica. Notas e reflexões sobre o caso do Ceará. *Teoria e Pesquisa*. Nº. 45, Ago.-Dez. 2004.
- TADDEI, Renzo. *Of clouds and streams, prophets and profits: the political semiotics of climate and water in the Brazilian Northeast*. Tese de doutorado, Universidade de Columbia, Nova York, 2005.
- TADDEI, Renzo. Watered-down democratization: modernization versus social participation in water management in Northeast Brazil. *Agriculture and human values* 28(1): 109-121, 2011.

Marcas de uma democratização diluída...

- TADDEI, Renzo. Social participation and the politics of climate in Northeast Brazil. In LATTA, Alex e WITTMAN, Hannah (eds.), *Environment and Citizenship in Latin America: Sites of Struggle, Points of Departure*. Amsterdam: CEDLA Latin American Series, no prelo.
- TADDEI, Renzo; BROAD, Kenny; e PFAFF, Alex. Integrating climate and water management in Ceará: historical background, social and legal structures, and implications. In U. LALL e SOUZA FILHO F. A. (eds.), *Gerenciamento integrado dos recursos hídricos com incorporação da previsão climática: da informação e previsão climática à redução das vulnerabilidades às secas no semi-árido cearense*, Volume 5. IRI/FUNCEME, Palisades, New York, USA and Fortaleza, Brazil, 2004.
- TADDEI, Renzo e GAMBOGGI, Ana Laura. Gender and the semiotics of political visibility in the Brazilian northeast. *Social Semiotics*, Vol. 19, No. 2, June 2009, pp. 149-164.
- TADDEI, Renzo, PFAFF, Alex, BROAD, Kenny, LALL, Upmanue CORDEIRO, Júlio Hércio Magalhães. *Percepções de irrigantes sobre a gestão de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú*. Trabalho apresentado na Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID+18), Fortaleza, 16 a 20 de agosto de 2010.
- TENDLER, Judith. *Good Government in the Tropics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME-UNDP. *Human development report 2006. Beyond scarcity: power, poverty and the global water crisis*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- WORLD BANK. *Brazil poverty reduction, growth, and fiscal stability in the State of Ceará. A State Economic Memorandum. Volume 1. Report n°. 19217-BR, August 21, 2000*.

Apêndice:**EXEMPLO DE OPERAÇÃO SIMULADA DO RESERVATÓRIO DE ORÓS (2 CENÁRIOS)**

De 1º de julho de 2002 a 1º de janeiro de 2003

NÍVEL MÁXIMO:	199,50 m	NÍVEL DA VÁLVULA:	169,00 m
CAPACIDADE:	1.940,00 hm ³	VOLUME LIMITE:	16,87 hm ³

Simulação para 5,0 m³/s

MÊS	Nível (m)	Volume (hm ³)	Volume (%)	Área de evaporação (m)	Fluxo liberado (m ³ /s)	Volume liberado (hm ³)	Volume evaporado (hm ³)	Varição de nível (m)	Varição de volume (hm ³)
01/07/02	186,36	420,091	21,7%	0,19	5,000	13,39	10,30	-0,44	-23,70
01/08/02	185,92	396,447	20,4%	0,22	5,000	13,39	10,68	-0,49	-24,07
01/09/02	185,43	372,417	19,2%	0,22	5,000	12,96	10,73	-0,48	-23,69
01/10/02	184,95	349,137	18,0%	0,24	5,000	13,39	10,38	-0,54	-23,77
01/11/02	184,41	325,459	16,8%	0,21	5,000	12,96	9,42	-0,52	-22,38
01/12/02	183,89	303,167	15,6%	0,21	5,000	13,39	8,34	-0,55	-21,74
01/01/03	183,34	281,601	14,5%	1,29		79,48	59,85	-3,02	-139,35

Simulação para 6,0 m³/s

MÊS	Nível (m)	Volume (hm ³)	Volume (%)	Área de evaporação (m)	Fluxo liberado (m ³ /s)	Volume liberado (hm ³)	Volume evaporado (hm ³)	Varição de nível (m)	Varição de volume (hm ³)
01/07/02	186,36	420,091	21,7%	0,19	6,000	16,07	10,30	-0,49	-26,37
01/08/02	185,87	393,995	20,3%	0,22	6,000	16,07	10,68	-0,54	-26,75
01/09/02	185,33	367,513	18,9%	0,22	6,000	15,55	10,73	-0,56	-26,29
01/10/02	184,77	341,245	17,6%	0,24	6,000	16,07	10,38	-0,60	-26,45
01/11/02	184,17	314,934	16,2%	0,21	6,000	15,55	9,22	-0,61	-24,77
01/12/02	183,56	290,228	15,0%	0,21	6,000	16,07	8,34	-0,63	-24,41
01/01/03	182,93	265,816	13,7%	1,29		95,38	59,65	-3,43	-155,04

Siglas usadas neste texto:

CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SRH	Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

Recebido em: 26/04/2011.

Aceito em: 04/11/2011.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONFIGURANDO AS DINÂMICAS PRODUTIVAS E SOCIOCULTURAIS DOS CAMPONESES NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: EM BUSCA DE UMA SUSTENTABILIDADE

ARILDE FRANCO ALVES*

Introdução

Apresenta-se aqui o 'mundo rural' da semiaridez, no estado da Paraíba, universo marcado por múltiplas dinâmicas produtivas e socioculturais; nossa atenção se volta especialmente para algumas das inúmeras *representações* externadas pelas famílias ouvidas durante a pesquisa¹.

O presente artigo está organizado em duas seções. Destarte, primeiro um resgate teórico dessa temática sócio-psicológica, buscando subsidiar a compreensão dos *saberes e práticas*, socioculturais e ambientais, desenvolvidos pelas famílias camponesas no ambiente semiárido. Depois, enfatizam-se aquelas *representações* relacionadas com o processo de *convivência* com o ambiente de semiaridez. Por fim, apresentam-se algumas considerações, na conclusão, que são reflexões acerca da importância das *representações sociais* no conjunto de estratégias de reprodução social dos camponeses no contexto em que vivem.

RESUMO

As múltiplas dinâmicas produtivas e socioculturais desenvolvidas pelos agricultores do semiárido paraibano, verificadas através da pesquisa de campo, concernem a um conjunto muito complexo de representações sociais. Trata-se de um conjunto de ações, aliás, um conjunto de saberes e fazeres, cotidianos, sobretudo relacionados a crenças e mitos inerentes ao clima, à terra, aos animais, no universo dos camponeses do Curimataú Ocidental. Estas representações são sumamente importantes na compreensão das estratégias camponesas, sobretudo, daquelas relacionadas com o processo de convivência com a semiaridez.

Palavras-chave: representações sociais, configurações ou *habitus*, convivência com a semiaridez.

ABSTRACT

The multiple dynamic production and socio-cultural activities developed by farmers in semi-arid, verified through field research, concerns a very complex set of social representations. This is a set of actions, moreover, a set of knowledge and practices, life style, especially those related to beliefs and myths inherent in climate, land, and animals under the peasants of Curimataú Ocidental. These representations are extremely important in understanding the strategies farmers, especially those relate to the process of coping with the semi-aridness.

Keywords: social representations, settings or *habitus*, coping with the semi-aridness.

* Doutor em Ciências Sociais. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). E-mail: francalves11@gmail.com

1. As representações sociais

As inúmeras atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores do semiárido paraibano, verificadas através da pesquisa de campo, concernem a um conjunto muito complexo de *representações sociais*. Estas são sumamente importantes na compreensão das estratégias camponesas (COHEN e DUQUÊ, 2001), sobretudo, daquelas relacionadas com o processo de *convivência* com a semiaridez.

Nesse pressuposto, torna-se necessário explicitá-las, favorecendo a construção epistemológica das múltiplas funções que a agricultura familiar é capaz de desempenhar. Porém, antes de mencioná-las,

cabe registrar algumas considerações teórico-metodológicas referentes à noção de representações sociais desenvolvida, inicialmente, por Émile Durkheim e, posteriormente, aprofundada, em diversos centros de produção do conhecimento e em diferentes regiões

do mundo ocidental, por vários outros estudiosos das ciências humanas.

1.1. Epistemologia das representações sociais

Estudando a sociologia da religião e a teoria do conhecimento, em *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, cuja primeira publicação se deu em 1912, Émile Durkheim deu a partida científica e metodológica para a compreensão conceitual das *representações sociais*. Assim, para Durkheim (1995), os *conhecimentos empíricos* são aqueles em que a ação direta dos objetos suscita os espíritos, enquanto *estados individuais*, aplicados à natureza psíquica de cada indivíduo. Nessa lógica, as *representações* se traduzem em *estados* da coletividade constituída e organizada à maneira morfológica de suas instituições religiosas, morais e econômicas. Segundo o autor, existiam dois tipos de representações: uma individual e outra (coletiva) social, não podendo a segunda derivar-se da primeira, como não se pode deduzir o todo da parte, a sociedade do indivíduo.

Rodrigues (2005: 21) exalta a originalidade metodológica de Émile Durkheim que, ao manusear dados etnográficos, conseguiu definir as representações coletivas, como sendo ações mentais simbólicas, representadas por uma realidade empírica, isto é, analisando religiões primitivas de vários grupos sociais australianos – no totemismo² –, Durkheim delineou as construções mentais humanas sobre a realidade e a concepção de mundo.

Mesmo levando em conta que essas constatações teóricas de Durkheim foram produzidas em outra época, em situação completamente diferente da existente no âmbito do presente estudo, considero-as importantes por indicarem a morfologia social de determinadas sociedades. Dessa maneira, as representações resultam em uma intensa cooperação que se

estende muito além do espaço e do tempo, acumuladas sob a forma de experiências ao longo das gerações.

Assim, olhando para a realidade estudada através desta pesquisa, constatamos a existência de práticas culturais e saberes que se manifestam no cotidiano dos sertanejos da região semiárida, que possuem uma forte religiosidade e um conjunto de crenças mescladas com certos sincretismos. Nesse viés, os camponeses inserem suas “experiências” – com o tempo através das chuvas e períodos de seca; com o ciclo das plantas; com a fisiologia reprodutiva dos animais, etc. – numa visão religiosa de mundo. Um exemplo está na crença popular expressa nesta frase ouvida comumente na região: “se chover até, ou no dia dezoito de março, o dia de São José, o inverno vai ser bom”.

Analisando dados da pesquisa de campo, apoiado no raciocínio de Durkheim, ao tratar de “Sociedade como fonte do pensamento lógico” (*op. cit.*), concluo que, no caso em estudo, a relação da fé com a incidência de chuva integra um sistema de idéias, que corresponde a um determinado objeto (natureza, infinito, desconhecido, etc.), caracterizando tipicamente representações de determinada sociedade. Por isso, essas representações têm a função de enriquecer o conhecimento, fazendo os indivíduos agirem solidária ou coletivamente³.

Nessa linha de compreensão, Sell (2002) diz que, ao estudar os fenômenos religiosos, Durkheim conseguiu apresentar o que se pode chamar de “teoria sociológica do conhecimento”, a partir do sistema de classificação e ordenação dos seres no mundo. Portanto, as “totêmicas”, na compreensão *durkheimiana*, fornecem critérios de ordenação de categorização, a exemplo das categorias de pensamento humano, como as noções de tempo, de espaço, de gênero, de causa, de substância e de personalidade.

As representações sociais configurando as dinâmicas produtivas...

No âmbito da sociologia clássica, também, cabe lembrar que Émile Durkheim, ao analisar as representações coletivas, não deixa de tratar explicitamente as representações sociais, considerando-as como categorias de pensamento, através das quais, determinada sociedade expressa idealmente sua realidade. Nesse sentido, Minayo (2007: 90)⁴ lembra que, em Durkheim, essas categorias são ligadas a *fatós sociais* passíveis de observação e de interpretação, isto é, as representações sociais constituem um grupo de fenômenos reais, com propriedades e formas específicas. Portanto, conservam a marca da realidade social da qual surgem, com determinada estrutura social.

Em área vizinha da Sociologia, isto é, na Psicologia Social, a *representação social* ganha uma teorização importante, desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet⁵. Ao estudar a população parisiense na década de 1950, Moscovici (1989) examina as representações existentes em torno da psicanálise. No que pese tratar-se de outra área do conhecimento e numa situação empírica bem diferente daquilo que se imagina existir numa sociedade (comunidade) rural, esse pesquisador nos oferece valiosa contribuição, ao concluir que os pesquisados assumiam valores escalares de positividade e de negatividade, materializados em termos de atitudes, mesmo antes de conhecer o objeto em questão (a psicanálise). Assim, nesta pesquisa, com base no exemplo prático pesquisado por Moscovici, vislumbramos a configuração de representações, que podem estar internalizadas nas concepções dos camponeses, sobretudo daquelas relacionadas às crenças e mitos inerentes ao clima, à terra, aos animais, etc.

Além disso, Moscovici (*op. cit.*), estudando a sociologia *durkheimiana*, procurou, ao mesmo tempo, pensar como tal, bem como contra ele [Durkheim] a realidade social, isto é, conseguiu mostrar uma nova

possibilidade, a da relação mais concreta do sujeito com o objeto. Desse modo, contrariando uma suposta epistemologia do sujeito ou do objeto “puro”, a teoria das representações sociais centra seu olhar na relação entre os dois. Sobre essa questão, Guareschi e Jovchelovitch (2007: 19) dizem que Moscovici se deu conta do risco existente na teoria durkheimiana, pelo fato de ela esquecer “que a força do que é coletivo encontra sua mobilidade na dinâmica social, que é consensual, é reificada, mas abre-se permanentemente para os esforços de sujeitos sociais, que o desafiam e se necessário o transformam”⁶.

Se, para Durkheim, as representações individuais estão sob o domínio da psicologia e as representações coletivas sob o domínio da sociologia, para Moscovici, as coletivas, devem ser explicadas no nível da psicologia social, surgindo daí, a noção de representação social. Na seqüência, a teoria das representações estabelece uma síntese teórica entre fenômenos que, no âmbito da realidade, estão profundamente ligados. Há uma dimensão cognitiva, afetiva e social própria dessas representações, no processo de construção de saberes que encontram uma base na realidade social. Com isso, diz-se que há uma imbricada relação entre a Psicologia Social e a Sociologia, da mesma forma que há uma coesão entre *indivíduo e coletividade*.

As representações são, portanto, fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariáveis. Organizam-se como um saber acerca do real, que se estrutura nas relações do homem com esse mesmo real, “... reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas...” (MOSCOVICI, 1989: 82). Nesse sentido, se estruturam na significação atribuída aos objetos desse real, nas relações estabelecidas pelo homem; são princípios geradores de tomada de decisões/posições contextualizadas “num conjunto de relações sociais e

organizam os processos simbólicos que intervêm nestas relações” (DOISE, 1986: 84).

Posteriormente, quando se refere ao peso valorativo das representações e, na busca de uma explicação sociológica para os fenômenos sociais, Moscovici (1990) relembra a lei *comteana*, de acordo com a qual a sociedade teria evoluído de uma fase religiosa para uma fase metafísica e, desta, para uma fase científica. Para fixar essa idéia, evoca a tendência alegada por Max Weber, para quem a sociedade moderna se orienta por uma racionalização econômica. Isto se dá sob uma forma burocratizada dos valores culturais, secularizando as crenças através da ciência. Ou seja, Weber elabora suas concepções, do campo das representações sociais, através de alguns termos como: “idéias”, “espírito”, “concepções”, “mentalidade”, muitas vezes, utilizando-os como sinônimos, ao tratar de “visões de mundo”.

No entanto, quem avança epistemologicamente, no conceito de representações sociais, delineando com mais precisão o campo de ação dessa teoria, é Denise Jodelet. Assim, no âmbito das ciências sociais a definição mais consensual é aquela de acordo com a qual “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2002: 22).

Em outro trabalho sobre representações, esta autora já havia delimitado o desenvolvimento de uma teoria, concebendo a idéia de representação pautada em cinco características: o caráter ‘*imaginativo*’ e ‘*construtivo*’, que as fazem ‘*autônoma*’ e ‘*criativa*’ e, finalmente, sua natureza ‘*social*’, advinda de uma cultura comum⁷. Além disso, considera que as representações sociais estão sempre ligadas às práticas dos sujeitos, sejam elas individuais ou coletivas. Através das representações, concebidas sob essa ótica, é possível

estudarmos a emergência dos processos sociais, principalmente daqueles relacionados às mudanças de condutas. Tal compreensão nos ajuda a nortear o entendimento da conduta dos agricultores estudados nesta pesquisa.

Há também outra forma de interpretação do papel das representações sociais, que é através da dialética marxista, pois, ao falarem da relação entre *as idéias e a base material* na obra *A Ideologia Alemã*⁸ – momento em que criticam a posição dos filósofos neo-hegelianos⁹ –, Marx e Engels apontam como categoria básica do pensamento a “consciência”, condicionada pelo modo de produção da vida material, premissa básica para o desenvolvimento das representações. Assim, percebem a enorme contradição existente entre as forças de produção, o Estado social e as idéias, conforme se pode ler a seguir:

A produção de idéias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e ao intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As **representações**, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal com aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações” (MARX e ENGELS [1845-46]/2004: 51, grifo meu).

Com isso, tendo como categoria chave de idéias a *consciência*, reiteram que, ao contrário do que

apregoava a filosofia alemã, “[os] homens em sua atividade real, e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se, também, o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital”¹⁰. Na interpretação desses autores, “Não têm história nem desenvolvimento; mas, os homens transformam, a partir de sua realidade, também o seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência”¹¹.

Contemporaneamente, esse debate foi visto por Pierre Bourdieu (2004) como algo que possui uma existência material, no geral traduzida em *atos e práticas*. Essa constatação de Bourdieu ampara-se numa espécie de alerta já feita por Marx e Engels. Ou seja, o sociólogo francês adota a idéia segundo a qual, as representações se estabelecem a partir do processo de produção da vida material. Além disso, no contexto das representações, Bourdieu busca romper com o senso comum, que se pauta em um conjunto de crenças ou opiniões colocadas de forma impositiva ao espírito racional.

Na interpretação da realidade encontrada nesta pesquisa, estamos, portanto, privilegiando o indivíduo e voltando às teorias que enfatizam a liberdade do sujeito, sem que esses sujeitos (os agricultores) venham orientar suas estratégias sócio-históricas, de forma indissociável, com um *ingrediente simbólico*¹².

A análise do simbolismo das representações, segundo Bourdieu, passa por uma “retificação de perspectiva”, em que a sociedade é definida como um sistema de relações, e cada elemento traz uma contribuição para o todo. Ao tratar-se da “Gênese e estrutura do campo religioso”, a idéia de Bourdieu é que os sistemas simbólicos – a religião, a arte e a língua – possam ser veículos de *poder* e de *política*. Neste sentido, seu pensamento se aproxima do que Marx já havia afirmado, ou seja, que a religião cumpre função de conservação da ordem social, rumo à “legitimação”

do poder, ou, ainda, como Durkheim havia percebido, isto é, a religião, enquanto representação, cumpre “funções sociais” em virtude de sua eficácia e importância simbólica.

Com efeito, Bourdieu (*op. cit.*) se propõe a analisar o mundo como um composto de estruturas que escapam à consciência dos agentes, coagindo-lhes as práticas e representações, e, concomitantemente, introduzindo a dimensão genética dessas práticas. Ao rever as heranças clássicas e buscando conciliar a análise da realidade objetiva com a da subjetividade, Bourdieu dedica-se ao que chamou de “construtivismo estruturalista” (COSTA, 2005: 272). Isso diz respeito a esquemas mentais de percepção, pensamento e ação dos indivíduos, que denominou de *habitus*.

O conhecimento de formações sistêmicas, também atua sobre os agentes, sem que os mesmos tenham consciência ou poder de intervenção. Estas formações, por Bourdieu denominadas de *campo*, possibilitaram explicitar as formas de representações subjetivas, aproximando sua obra das tradições *durkheimianas*, ou como afirma Corcuff:

(...) Se, da obra de Marx, Bourdieu tomou a noção de realidade social como um conjunto de relações de forças entre grupos sociais historicamente em luta uns com os outros, ele tomou, entre outras, da obra de Weber a noção de que a realidade social é também um conjunto de relações de sentido, que ela tem, então, uma dimensão simbólica (CORCUFF, 2001: 56).

Além disso, Bourdieu vê nas representações, o produto específico da posição que elas ocupam em um determinado espaço social; em que toda a ação humana envolve o uso da diversidade simbólica, pelas quais as estruturas sociais se legitimam e age sobre a realidade, como um símbolo, um poder constituído.

Por fim, para Bourdieu (2000), o poder simbólico constrói a realidade, que tende a estabelecer uma

ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do social), supondo aquilo que Durkheim chama de *o conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. Nesse sentido, os símbolos são os instrumentos, por excelência, da integração social; instrumentos de conhecimento e de comunicação tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social, que contribui, para a reprodução da ordem social. Dessa maneira, esse resgate teórico da noção de *representações* subsidia, a seguir, a descrição daquilo que se encontra em termos de *simbologias e ações*, internalizadas no estrato social do semiárido.

1.2. Representações sociais dos camponeses

Neste item da seção, descrevem-se sucintamente algumas das muitas representações sociais existentes no território pesquisado. Trata-se de um conjunto de ações, aliás, um conjunto de *saberes e fazeres*, cotidianos, identificado no universo cultural dos camponeses do *Curimataú Ocidental*. Portanto, à luz dos referenciais teóricos, anteriormente descritos, por nossa escolha, elencam-se três das principais representações existentes, relacionadas ao *clima*, à *terra* e às *atividades produtivas*.

1.2.1. A seca e o “inverno” gerando significados

Inegavelmente, os camponeses do semiárido paraibano vivenciam uma permanente preocupação com as adversidades climáticas. A principal delas é a falta de chuvas, predominante na maior parte do ano. Do ponto de vista das ciências sociais, a problemática das secas tem servido para “designar, não só a falta

de chuvas, como certas particularidades sociológicas geradas pela falta de chuvas no interior do Nordeste...” (ANDRADE, 1947: 15)¹³. Isso repercute na organização social, motivando a elaboração, cada vez em maior número, de estudos sociológicos concernentes a essa situação climático-ambiental do Nordeste brasileiro. Para esse autor, ainda no viés sociológico, o que talvez tenha ocorrido, ao longo dessa trajetória de estudos e propostas de soluções é que, “para o nordestino, estas [as secas] tenham deixado de ser uma simples idéia sobre a falta de chuvas, convertendo-se numa determinada ‘coisa’, antologicamente numa ‘entidade’¹⁴ [adendos meus].

Na nossa interpretação, no que concerne à construção de alguns significados da “seca”, seja ela devido à sazonalidade, seja por escassez das chuvas, na realidade pesquisada, os camponeses – vistos também como sujeitos de processos históricos –, desenvolveram, ao longo do convívio com essa característica climática, um conjunto de *normas e condutas*, que, do ponto de vista sociológico, pautado pelo que se pode chamar de *representações sociais*. Como Andrade (1947) já havia dito, “não é sem certo espanto que vemos, sobretudo desse modo antológico, as ‘secas’ ainda vivamente influenciando no universo social do Nordeste interior, delas derivando representações coletivas, relevos peculiaríssimos do espaço social nordestino”¹⁵, os quais, são mais importantes que o próprio fenômeno meteorológico em si [a seca].

De fato, há inúmeras crenças, baseadas em alguns indicadores meteorológicos, que, no semiárido paraibano, norteiam condutas, principalmente aquelas relacionadas com as práticas agrícolas. Por exemplo: o início da estação das chuvas, bem com a intensidade das mesmas, acrescidos de alguns outros sinais naturais explicitados por manifestações biológicas de algumas espécies vegetais e animais, prenuncia

a realização do plantio (da sementeira), apontando em direção a um prognóstico de safra. Nesse sentido, um importante exemplo, em região vizinha e de características semelhantes às do presente estudo, foi o estudo comparativo¹⁶ da realidade agrária regional, realizado por Cohen e Duqué (2001), no qual concebem, explicitamente, a seca como uma importante representação social dos agricultores familiares. Nessa pesquisa, as autoras verificaram que as pessoas distinguem, entre as chuvas, aquelas que permitem ou não a realização das atividades agrícolas, isto é, as que possibilitam ou não o plantio (o ato de semear) de culturas de subsistência, como o milho e o feijão.

Além disso, na observação de Cohen e Duqué (*op. cit.*), há, para esses agricultores, uma variação conceitual para a palavra 'seca', dependendo da intensidade e dos intervalos de períodos sem chuvas. Isso lhes permite definir, numa espécie de escala, o grau de intensidade das diversas secas, isto é, classificá-las como mais intensas ou menos intensas. Esse parâmetro serve para os agricultores qualificarem a estação das chuvas, como sendo inverno 'bom' ou inverno 'ruim'. Examinando tais exemplos, as autoras ponderam que a análise do discurso dos agricultores sobre a seca e/ou a chuva, revela a complexidade das *representações* sobre o clima, a ponto da necessária e hierarquizada interpretação de diferentes categorias positivas e negativas. Dessa maneira, para os invernos ruins (períodos em que chove pouco e/ou irregularmente), os agricultores os denominam de "seca verde". Esta denominação é indicada, sobretudo, pelas características botânicas da vegetação nativa permanente e daquelas que se desenvolvem anualmente. Os invernos são considerados bons, quando chove dentro da média, de forma bem distribuída ao longo da curta estação das chuvas, acumulando considerável reserva de água para as atividades produtivas.

Na revisão teórica da seção anterior, apresentou-se um exemplo de representação ligada às crenças, quando a questão, também, são as preocupações com os fenômenos climáticos. Ou seja, a idéia é que há uma forte associação da incidência das chuvas com determinadas datas do calendário religioso, as quais estão totalmente imbricadas na morfologia social de determinadas sociedades. Na pesquisa de campo realizada no semiárido paraibano, isso ficou patente, quando muitos afirmaram ser a seca o principal entrave das atividades produtivas, a exemplo daquelas longas estiagens ocorridas entre 2005 e 2007 na região. O fenômeno também corroborou com o processo de êxodo rural em algumas dessas comunidades, mesmo que haja outras variáveis que impulsionam a saída dos camponeses do semiárido, que aqui não cabe destacar, por exemplo, fatores relacionados às políticas públicas.

Em face dessa representação ou significação imaginária dos agricultores, é importante se resgatarem também as considerações de Neves (1994), que examina concepções imaginárias da seca¹⁷. Para este autor, trata-se de um imaginário instituído pela sociedade burguesa, frente à natureza inóspita, que propicia a construção de um universo de representações "que, por um lado, através da separação entre sociedade e natureza e, por outro lado, elaborando noções de tempo útil e trabalho produtivo, transforma o controle da natureza (...) no centro das possibilidades de estabilidade social"¹⁸. Na nossa experiência de pesquisa, isso pode ser verificado, ao realizarmos a coleta das informações (com os "atores sociais") e, posteriormente, através das entrevistas com as famílias camponesas, quando as respostas relacionadas às questões produtivas, majoritariamente, estiveram associadas à seca, a exemplo da manifestação: "(...) 'anos ruins', principalmente para o seguimento produtivo, do município,

principalmente para a lavoura de autoconsumo, de milho e feijão” (STR de Olivedos) (ALVES, 2009: 175).

1.2.2. A terra e seus vínculos

Outra forte representação é a *terra*, enquanto estabelecimento do núcleo familiar, no sentido do domínio de determinado espaço conquistado, adquirido ou herdado. Ou seja, um conjunto de normas e condutas que perpassa gerações, pautado em regras, inclusive as do processo sucessório. Isso cria um forte vínculo, uma relação muito estreita com a posse da terra e com as atividades produtivas e do cotidiano sócio-cultural nela desenvolvidas.

Teoricamente, não há relação de similaridade, no que diz respeito ao vínculo com a terra, entre trabalhadores rurais do Brasil e agricultores europeus (estes, secularmente estabelecidos). Aliás, nas duas situações, não há como tratar essas categorias sociais como se constituíssem, lá e aqui, homogeneidades. Para começar, estamos falando de um país e de um continente. Historicamente, são trajetórias muito diferentes. Inúmeros outros fatores, de ordem social, econômica e política, atravessam a realidade agrária brasileira; na região pesquisada não é diferente.¹⁹ O que há em relação à propriedade da terra é uma espécie de significado de caráter simbólico, além daquele significado real de patrimônio que permeia as relações socioeconômicas de produção da família.

Nessa simbologia da importância da terra, mesmo sendo uma concepção de forma majoritária entre os agricultores familiares, a ponto de afirmarem de que não se desfariam da terra para outra atividade, ainda perdura a questão econômica. Ou seja, venderiam a terra para adquirir outra maior ou de melhor qualidade. Isso demonstra um vínculo que a qualquer momento pode se fragmentar, principalmente

quando questões econômicas comprometem o processo de reprodução do núcleo familiar.

Prova disso pode ser confirmada, sobretudo na região semiárida, através da pesquisa comparativa realizada entre duas comunidades no *Cariri Paraibano*, bem próximas e com semelhante fisionomia a região averiguada no presente estudo. Nesse exemplo, as pesquisadoras Cohen e Duqué (*op. cit.*) demonstram que as representações sociais, relacionadas à natureza (ao espaço, à terra), modulam-se na ambigüidade entre uma visão de dominação, configurada pela visão de infinitude dos recursos naturais, e de uso racional da natureza. Esta última, por vezes, também desaparece com uma orientação comercial da agricultura, tomando como exemplo uma das comunidades estudadas (dos plantadores de alho do Ribeira).

Considerando as *relações sociais* no contexto dos processos de dominação ou busca de autonomia, a conclusão das autoras foi de que: quando as relações sociais se fragmentam põem em jogo, igualmente, determinadas *representações sociais*, a exemplo dessa relacionada ao patrimônio da terra. Uma prova disso já havia sido constatada por Garcia Júnior (1989: 156), pesquisando as estratégias de reprodução camponesa no *Agreste Paraibano*, ao afirmar que: “Os donos de ‘sítios’ pequenos vendem a propriedade que possuem, regra geral, quando, tentando escapar de viver ‘alugado’ (...) nas atividades dos grandes proprietários, migram para o Sul”. Isso é igualmente confirmado por Correia de Andrade, em sua obra *A terra e o homem no Nordeste* [1998 (1963)], numa edição atualizada, ao reportar-se ao trabalho de pesquisa de Sigaud (1979), sobre a problemática da propriedade da terra entre os pequenos agricultores, trabalhadores oriundos das grandes explorações agropastoris. A pesquisa de campo buscou averiguar essa realidade e/ou outras situações referentes a essa importante *representação*

social da agricultura.

Fato é que a terra, em decorrência do processo de êxodo rural ou migratório para outras regiões produtivas, sem precisar repetir que a principal das causas está ligada à problemática das secas, perdeu um pouco daquele significado identitário. Além disso, é notório, não só nesta região pesquisada, mas em grande parte da região semiárida, a ocorrência do processo de incorporação de pequenas áreas, antes utilizadas por camponeses parceiros e ocupantes, por projetos pecuários que se intensificaram ao longo das duas últimas. Contudo, isso não veio descaracterizar a supremacia do estrato fundiário dos pequenos estabelecimentos de até 10 hectares, que no lócus pesquisado ainda ultrapassa os 25%. Portanto, a manutenção da propriedade da terra é elemento bastante significativo nesse conjunto de *representações* sociais dos camponeses do semiárido.

1.2.3 “As criação”²⁰ e os seus fazeres

Uma terceira e importante representação são os animais ou “as criação”. Nesse aspecto, o camponês do semiárido, dependente de alguns animais para a reprodução de suas atividades, desenvolve um forte vínculo com esses outros seres, o que, muitas vezes, ultrapassa objetivos econômicos. Cria-se, também, uma vinculação desses animais com a terra e desta, por sua vez, com os afazeres e o clima. De fato, há uma intrincada relação entre homem e demais entes naquele espaço de convivência.

O exemplo mais típico de animal, utilizado como auxílio da força de trabalho, é o *jumento*, que, historicamente, desde a ocupação do semiárido, vem sendo o “companheiro inseparável” da população humana, nas mais diversas atividades econômicas. Cabe salientar, no entanto, que esse animal, nos últimos

cinco anos, vem perdendo progressivamente sua importância sócio-econômica, principalmente, como meio de locomoção e de transporte de mercadorias, ora substituído pela motocicleta. Explicita-se, assim, dentre outros aspectos, a produção e expansão de novas tecnologias, possibilitando a diversidade de itens de consumo. Essa constatação é uma realidade que se estende muito além do território pesquisado. Uma tendência da modernidade, corroborada com algumas melhorias estruturais, como a de acesso facilitado e melhora da renda, esta última representada pelo acesso ao crédito, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e a extensão de inúmeras subvenções sociais aos agricultores.

Outro exemplo, que representa muito para o ambiente semiárido, é o caprino ou, conforme usualmente chamado, o *bode*. Tanto que é corrente a concepção, por quase todo o Nordeste, de que a atividade da caprinocultura é o que ainda assegura a sobrevivência das famílias camponesas no meio rural semiárido. Isso se deve ao fato de essa modalidade ser a mais adaptada às características edafoclimáticas apresentadas. Ademais, essa atividade produtiva propicia o acesso à economia monetária, já que a venda desses animais é imediata, principalmente, naqueles momentos mais urgentes, por exemplo, no atendimento a necessidades de alimentação e saúde. Verificou-se tal fato na pesquisa de campo, quando os depoimentos de muitos dos entrevistados convergiram para afirmações como: “...tem sido uma espécie de moeda de circulação [...]; o agricultor vende o bode para comprar os mantimentos da casa” (STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do município de Algodão de Jandaíra) (ALVES, 2009: 176).

No âmbito das representações e simbologias, cabe acrescentar que essa atividade [criatória] produtiva

construiu um conjunto de práticas e saberes, que hoje faz parte da cultura local e regional. E é nessa prática adaptada de *convivência* com o semiárido, que se expressam muitas das tradições culturais, a exemplo de eventos como a “Festa do Bode Rei”²¹. Esta festa, mesmo sendo uma atividade sócio-econômica e cultural fora do território pesquisado, é bastante significativa, na perspectiva da produção e reprodução das *representações sociais*. Ali, a Festa se constitui como um complexo espaço de interações sociais, no qual se processam articulações de naturezas as mais diversas (cultural, política, econômica, etc), aglutinando, assim, expressivo contingente populacional do próprio município e de municípios vizinhos, enfim, um espaço que goza de forte prestígio no contexto da sociedade regional. Serve, também, como expressão de uma identidade, que foi construída por essa atividade produtiva-festiva ao longo do tempo, no processo histórico de reprodução social no ambiente de semiaridez.

Por fim, adverte-se que além desses exemplos de *representações sociais*, outros poderiam, ainda, ser tratados, à medida que situações empíricas de representações fossem aparecendo, quando da aplicação do questionário junto aos agricultores da amostragem na pesquisa.

3. Mais algumas peculiaridades na reprodução social dos camponeses do semiárido

Sem, contudo, precisar mencionar todas as *práticas e ações de convivência* desses camponeses com o bioma Caatinga, é importante destacar que as mesmas fazem parte de um conjunto de *representações*, que podem ser construídas dentro dos princípios da solidariedade e da participação coletiva dos agricultores. Elas demonstram a outra face das relações sociais, ou seja, das relações de autonomia, frente às persistentes

relações de dominação e de poder, representadas, na maioria das vezes, pelos próprios poderes instituídos (do Estado). Nesse sentido, concordamos com as afirmações de Duqué (s.d.), que refuta a tese de que essas experiências de *convivência*, as quais Diniz (2007) chamou de “experimentalismo institucional”, são iniciativas das políticas públicas.

De fato, Duqué rebate veementemente as informações, publicamente veiculadas, segundo as quais o atual governo tem apoiado, de todas as formas, a construção de cisternas, por exemplo, quando se sabe que essa é uma iniciativa com a marca da ASA- Brasil²². Cabe acrescentar que essa instituição atua por todo o semiárido, com ações práticas e educativas, comprovadas e premiadas internacionalmente por sua eficiência para, por exemplo, resolver a “problemática” hídrica do consumo humano, considerando ainda inúmeros outros trabalhos e pesquisas realizadas sobre a questão, reforçando o processo de *convivência* com o semiárido²³.

Aqui, cabem mais algumas considerações sobre essas *representações* sociais, sucintamente descritas na seção anterior. Concebendo as *representações sociais* como produto humano, “diretamente vinculadas à atividade material e ao intercâmbio material dos homens” (mais uma vez, buscando apoios nos argumentos de Marx e Engels), e, com base na investigação social realizada, pode-se dizer que, no contexto do semiárido paraibano, as representações têm uma carga ideológica, produzidas historicamente a partir das configurações econômicas, sociais e culturais impostas pelos colonizadores. Portanto, uma *construção social*, de certa maneira impositiva ou com um *ingrediente simbólico*, como um *poder constituído*, voltado à *conservação da ordem social*.

De todo modo, essas *representações*, carregadas por seus próprios simbolismos, que se manifestam

nas *configurações* ou *habitus* dos indivíduos que as compõem (ELIAS, 1994), propiciam *relações* e *funções* estruturadas e, ainda que não se expressem totalmente de forma coletiva, são capazes de externar um conjunto de alternativas de enfrentamento aos instrumentos de dominação, profundamente internalizados por grupos populacionais de todo o semiárido. Além disso, esse conjunto de *representações* passa a incorporar o cotidiano espacial das atividades [agrícolas] no território, onde se dão todos os processos de reprodução das sociedades agrárias.

Portanto, a pesquisa apontou um mosaico de situações de condições de vida e trabalho, conduzindo a uma híbrida identidade local/territorial²⁴. As razões para isso são muitas: a trajetória histórica de sujeição (GARCIA Jr., 1989) e da manipulação capitalista que as atividades agrárias sempre tiveram nessas localidades [região] (SARAIVA, 1981, MOREIRA e TARGINO, 1997), acrescidas de um processo de ‘urbanização *das atitudes rurais*’. Contudo, predominou entre os entrevistados, uma importante e pessoal identificação com a terra – ao se considerarem *agricultores* –, sobretudo, pelo fato de esta condição propiciar a subsistência do estabelecimento, com supremacia de uma produção voltada para o autoconsumo.

Essa identidade, de certo modo, referenda parcialmente o que foi descrito sobre a representação – a “*terra*” e seus *vínculos* –, que têm significados de caráter simbólico, em meio às relações socioeconômicas da família. Parcialmente, pelo fato de, num dado período (décadas de 1980-90), grande número de agricultores do *Curimataú Ocidental*, ter abandonado suas terras e migrado para outras atividades. Porém, guardadas todas as adversidades decorrentes das condições climáticas, no contexto atual, o conjunto de informações dá conta de que o grau de satisfação das famílias pesquisadas é [relativamente] positivo, mesmo com tímidas mudanças sociais.

Notas

- 1 Este artigo é recortado da tese de doutorado elaborada pelo autor, um estudo cujo campo empírico se constituiu da situação vivida por agricultores nordestinos da microrregião do Curimataú Ocidental, semiárido paraibano. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2008 e 2009. ALVES, A. F. “As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas socioculturais e ambientais de convivência com o semiárido”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande-Paraíba: PPGCS/UFCG, 2009. 314 p.
- 2 Émile Durkheim verificou que os seres eram classificados ou na esfera sagrada ou na esfera profana. Os entes ou objetos, que representassem o totem (objetos, plantas, animais, membros da tribo, partes do corpo, etc.) pertenceriam ao mundo sagrado, enquanto o restante das coisas existentes relacionadas às atividades práticas e cotidianas da vida (economia, família, etc.) pertenceria ao mundo profano. Nesse sentido, ao estudar as religiões, Durkheim concluiu que elas envolvem tanto o cognitivo ou cultural (crenças), quanto o material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. Assim, esses totens representavam não só um ser em particular, mas também todos aqueles artefatos que o imitassem (como a imagem de um crocodilo em relação ao próprio animal, por exemplo). E, diante desse ser e de suas representações, os indivíduos tinham que adotar comportamentos religiosos (DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1995).
- 3 Durkheim, *op. cit.*
- 4 Ver mais MINAYO, M. C. S. “O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica”. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVICTCH, S. (orgs.). *Textos em representações sociais*. 9a edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- 5 Ver mais em JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002: 17-44.
- 6 GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVICTCH, S. Introdução. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVICTCH, S. (orgs.). *Textos em representações sociais*. 9a edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- 7 JODELET, D. “Les représentations sociales: phénomènes, concept et theorie”. In: MOSCOVICI S. (ed.). *Psychologie social*. Paris: Press Universitaire de France, 1984: 357-78.
- 8 MARX K; ENGELS F. “Feuerbach: a oposição entre as concepções materialista e idealista”. In: *A ideologia alemã*. Volume 1. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- 9 Que “criticavam tudo, substituindo tudo por representações religiosas ou proclamavam tudo como teológico”. Assim, “para os jovens hegelianos, as representações, os pensamentos, os conceitos – em uma palavra, a produção da consciência transformada por eles em autônoma – são considerados os verdadeiros grilhões da humanidade (da mesma forma que os velhos hegelianos viam neles os elos verdadeiros da sociedade humana), e assim se torna evidente que os jovens hegelianos têm de lutar simplesmente contra essas ilusões da consciência” (MARX e ENGELS, 2004: 42-3).

- 10 MARX e ENGELS, 2004: 52.
- 11 *Idem*.
- 12 Sobre esse ingrediente simbólico, ver CASTORIADIS, C., 1982.
- 13 ANDRADE, L. (1947). *Introdução à sociologia das secas*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, p. 15.
- 14 *Idem*, p. 16.
- 15 *Ibid*.
- 16 Entre duas comunidades rurais da região do Cariri Paraibano – na aldeia do Ligeiro, caracterizada pelo sistema agropecuário tradicional e no povoado da Ribeira, produtora de alho irrigado, exemplo de tentativas de modernização da pequena produção nordestina. Ver mais em COHEN, M. & DUQUÉ, G. *Les deux visages du Sertão*. Paris: Éditions de l'IRD, 2001. (Collection à travers champs).
- 17 NEVES, 1994, p. 19.
- 18 *Ibid.*, p. 23.
- 19 BRUMER, A; DUQUÉ, G; WANDERLEY, M. N. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997: 179-234.
- 20 Geralmente, o termo “criação” refere-se a todo e qualquer tipo de atividade produtiva animal. Para os camponeses da região, refere-se àqueles animais de médio porte como caprinos e ovinos. Além disso, os sertanejos chamam esses animais de “miúças”, que significa migalhas, miudezas (FERREIRA, 1986: 1143).
- 21 Refiro-me à “Festa do Bode Rei”, realizada anualmente em Cabaceiras, cidade localizada a 60 km de Campina Grande, no Cariri Paraibano. Ali, além da expo-feira de caprinos e ovinos, o “ponto alto” é o artesanato em couro e gastronomia “bodística”, complementada pela ‘contagante’ cultura musical do forró “pé-de-serra”.
- 22 Conforme consta no *site* da Rede, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por cerca de 750 organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social.
- 23 Entre outros, destacou: Duqué e Cirne (1998); Carvalho (1998); Almeida e Cordeiro (2001); Diniz e Duqué (2002); Diniz (2002); Galdino (2003); Sabourin, Duqué e Malagodi (2003); Duqué (2006), Silva (2006); Suassuna (2007); Diniz (2007) e, Alves e Malagodi (2007).
- 24 Por considerar que os pequenos agricultores tiveram, em décadas anteriores, a dupla opção: permanecer na terra, mesmo que na situação de “sujeitos”, ou migrar para os centros urbanos.
- ALVES, A. F. (2009). As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas socioculturais e ambientais de *convivência* com o semiárido. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: PPGCS/UFCG, 314 p.
- ANDRADE, L. (1947). *Introdução à sociologia das secas*. Rio de Janeiro: Editora A Noite.
- ANDRADE, M. C. [1998 (1963)]. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6ª edição. Recife: Editora da UFPE.
- BOURDIEU, P. (2000). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- BOURDIEU, P. (2004). *A economia das trocas simbólicas*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva (coleção estudos, 20).
- COHEN, M; DUQUÉ, G. (2001). *Les deux visages du Sertão: stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste, Brésil)*. Paris: l'IRD Édition (Collection à travers champs).
- CORCUFF, Philippe. (2001). *As novas sociologias*. Bauru-SP: EDUSC.
- COSTA, M. C. C. (2005). *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3ª edição. São Paulo: Moderna.
- DINIZ, P. C. O. (2007). Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”. Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: experiências no Semiárido. Tese (Doutorado em Sociologia) Campina Grande: PPGS/UFPB-UFCG. 228 p.
- DURKHEIM, E. (1995). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GARCIA JR., A. R. (1989). *O Sul: caminho do*

Referências bibliográficas

As representações sociais configurando as dinâmicas produtivas...

- roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq. 160 p.
- GUARESCHI, P; JOVCHELOVICTCH, S. (org.). (2007). *Textos em representações sociais*. 9ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes.
- JODELET, D. (2002). *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ: 17-44.
- MARX, K; ENGELS, F. (2004). “Feuerbach: a oposição entre as concepções materialista e idealista, vol 1”. In: *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret.
- MINAYO, M. C. de S. (2007). *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVICTCH, S (orgs.). *Textos em representações sociais*. 9ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 89-111.
- MOREIRA, E; TARGINO, I. (1997). *Capítulos da geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 332 p.
- MOSCOVICI, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In, JODELET, D. (org.). *Les Représentations sociales*. Paris: PUF: 62-86.
- MOSCOVICI, S. (1990). *A máquina de fazer deuses: sociologia e psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- NEVES, Frederico C. (1994). *Imagens do Nordeste. A construção da memória regional*. Fortaleza: SECULT-CE, 127 p.
- RODRIGUES, J. A. (org.); FERNANDES, F. (coord.). (2005). *Émile Durkheim: sociologia*. 9ª edição. São Paulo: Ática.
- SARAIVA, I. L. M. (1981). *Cooperativa de sisal sociedade anônima*. Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande: CME/CH/UFCG.
- SELL, C. E. (2002). *Sociologia clássica: Durkheim, Weber [e] Marx*. 2ª edição. Itajaí-SC: Editora da UNIVALI/Edfurb.
- SIGAUD, Lígia (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Editora Duas Cidades.

Recebido em 16/02/2011.

Aceito em 01/10/2011.

DO TRABALHO PRECÁRIO AO TRABALHO DECENTE? A QUALIDADE DO EMPREGO COMO PERSPECTIVA ANALÍTICA

Tradicionalmente, estudos no campo da sociologia do trabalho ignoraram a ideia de que os empregos pudessem possuir “qualidade”. *Qualidade do emprego* é um conceito que tem sido desprezado nessa literatura, que tem privilegiado conceitos como precarização do trabalho e precariedade do emprego. Estes, sim, têm tido maior destaque na literatura, nos congressos científicos e no debate político e acadêmico desde o final dos anos 1970, quando muito se discutiu o processo de reestruturação produtiva e suas implicações sociais. A oscilação do padrão de emprego até então vigente alarmou sociólogos e economistas, que elegeram, naquela altura, o modelo de emprego industrial como uma referência para a “qualidade dos empregos”. Essa forma padrão de emprego passou a assumir os contornos de um modelo de

DANIEL GUSTAVO MOCELIN*

RESUMO

Este artigo propõe um diálogo teórico-metodológico sobre qualidade do emprego a partir do debate acerca do trabalho decente. Argumenta-se que qualidade do emprego configura um modelo analítico mais amplo para se compreender o desenvolvimento dos mercados de trabalho, no presente, haja vista que a concepção de trabalho decente seria uma categoria da qualidade do emprego, entre outras. Em termos analíticos, qualidade do emprego remete à possibilidade de hierarquização, segundo propriedades intrínsecas e relacionais de empregos, ou seja, um emprego de “melhor qualidade” é um emprego qualitativamente melhor do que um de “pior qualidade”. A concepção de trabalho decente demonstra-se limitada. No diálogo entre as concepções de “trabalho decente” e “qualidade do emprego”, conclui-se que o primeiro conceito busca recuperar um padrão de emprego historicamente definido como de qualidade – emprego típico – enquanto que o segundo sugere aperfeiçoar a concepção de emprego de qualidade.

Palavras-chave: qualidade do emprego; trabalho decente; trabalho precário; emprego de qualidade.

ABSTRACT

This article proposes a theoretical-methodological discussion regarding quality of employment based on the debate surrounding decent work. It is argued that quality of employment offers a broader analytical model to incorporate the development of job markets in the present with views that the concept of decent work would be a category of quality of employment, among others. In analytical terms, quality of employment suggests the possibility of hierarchization, according to intrinsic and relational properties of jobs, that is, a job of “higher quality” is a job qualitatively better than a job of “lesser quality”. The concept of decent work has shown itself to be limited. In the discussion regarding the concept of “decent work” and quality of employment, it has been concluded that the first concept seeks to recover a job standard historically defined as one of quality – a typical job – while the second suggests an effort to improve the concept of a quality job.

Keywords: quality of employment; decent work; precarious work; quality job.

* Doutor em Sociologia. Professor Adjunto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

“emprego de qualidade”, habitualmente também convencionalizado como “emprego típico” ou “emprego verdadeiro” (Cf. recente expressão de NEFFA, 2010).

A discussão sobre *trabalho decente*, promovida pela OIT, a partir de 1999, abriu margem para retomar o debate teórico sobre a *qualidade do emprego*. Ela surgiu carregada de anseios decorrentes da situação de informalidade do emprego nos países menos desenvolvidos, bem como do avanço de formas atípicas de empregos nas economias avançadas. Porém, tal discussão tomou fôlego já no contexto de uma realidade emergente, marcada pelo desenvolvimento econômico e o crescimento do emprego formal em diversos países, como o Brasil.

Do trabalho precário ao trabalho decente?

Esse contexto paradoxal caracteriza uma oportunidade singular para retomar algumas discussões que há muito tempo custam caro ao desenvolvimento da sociologia do trabalho. Se, por um lado, é fundamental defender que os empregos gerados sejam “decentes”, por outro, deve-se buscar observar a constituição dos mercados de trabalho, para que se possa analisar como têm se estruturando, quais tipos de empregos são criados, como é a distribuição desses tipos; em suma, além de promover o “trabalho decente”, faz-se necessário conhecer a composição dos mercados de trabalho, a fim de compreender, de fato, por que alguns empregos são melhores do que outros. A distribuição de empregos nos mercados de trabalho não pode ser simplesmente reduzida a uma dualidade entre trabalho precário e trabalho decente, entre “maus empregos” e “bons empregos”; é preciso conceber a composição dos mercados de trabalho em termos de diferenciações e desigualdades.

Este artigo propõe um diálogo teórico-metodológico sobre *qualidade do emprego* a partir de uma interpretação crítica acerca do *trabalho decente*. Argumenta-se que *qualidade do emprego* configura um modelo analítico mais amplo para se compreender o desenvolvimento dos mercados de trabalho, no presente, haja vista que a concepção de *trabalho decente* seria uma categoria da *qualidade do emprego*, entre outras.

1. Convergências e divergências do debate

Desde 1999, quando a OIT iniciou uma “cruzada” pelo chamado *trabalho decente*, foram escritos artigos em âmbito internacional, abordando o tema sobre diversas dimensões, com a intenção de solucionar o conceito em termos teóricos e operacionais. Tais estudos discutiram um conjunto de atributos que os empregos deveriam possuir para que promovessem

a inclusão social, fornecendo aos indivíduos acesso à proteção social, por meio de remuneração “mínima”, acesso ao sistema previdenciário, direitos laborais, seguro desemprego, acesso ao crédito, etc. Contudo, parece haver na concepção de *trabalho decente* uma ênfase demasiada nas condições contratuais e de trabalho, desconsiderando aspectos vinculados às características intrínsecas dos empregos – natureza do trabalho, complexidade, qualificação, envolvimento – e às condições econômicas e técnicas de segmentos produtivos.

A concepção de *trabalho decente* está fundada nas preocupações tradicionais e permanentes da OIT. De acordo com Ghai (2003), a noção de *trabalho decente*, conhecida pela primeira vez com essas palavras no Memorial do Diretor Geral na 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, celebrada em 1999, expressa variados assuntos relacionados com o trabalho e “os resume em palavras que todos poderiam reconhecer” (GHAI, 2003). No Memorial, foram destacados quatro elementos: o emprego, a proteção social, os direitos dos trabalhadores e o diálogo social. Nesta perspectiva, o emprego abarca todas as classes de trabalho, apresentando facetas quantitativas e qualitativas. A ideia de *trabalho decente* seria válida tanto para os trabalhadores da economia formal como para os trabalhadores assalariados da economia informal, os trabalhadores autônomos e os que trabalham a domicílio. Essa ideia inclui a existência de empregos suficientes, a remuneração, a segurança no trabalho e as condições laborais salubres. Os outros dois componentes têm por objetivo reforçar as relações sociais dos trabalhadores: os direitos fundamentais do trabalho (liberdade de sindicalização e erradicação da discriminação laboral, do trabalho forçado e do trabalho infantil) e o diálogo social, em que os trabalhadores exercem o direito de expor suas opiniões, defender

seus interesses e estabelecer negociações com os empregadores e com as autoridades sobre os assuntos relacionados com a atividade laboral. Conforme Infante e Sunkel (2004: 82),

El trabajo decente es definido como aquel empleo que tiene buena calidad, con elevado nivel de productividad y remuneraciones dignas, protección social de los trabajadores, incluyendo tanto la jubilación como la salud; en el que los derechos laborales son respetados y donde se pueda tener una voz en el lugar de trabajo y la comunidad. Además se trata de un empleo que, entre otros factores, facilite condiciones para una mayor equidad social, permita lograr un equilibrio entre el trabajo y la vida familiar, alcanzar la igualdad de género y promueva la adquisición de capacidades personales para competir en el cambiante mercado laboral.

Conforme Uriarte (2001: 15),

El de trabajo decente es un concepto aún en construcción, de profundo contenido ético y que tiende a resaltar la importancia de los derechos del trabajador y de la calidad de las condiciones de trabajo. El trabajo decente no puede ser sino el trabajo en cantidad y calidad suficientes, apropiadas, dignas y justas, lo que incluye el respeto de los derechos, ingresos y condiciones de trabajo satisfactorias, protección social y un contexto de libertad sindical y diálogo social.

Esta acepção do “trabalho decente” expressa, sobretudo, uma vontade de superar uma discussão precedente, pauta desde os anos 1970-80, fundada na concepção de “trabalho precário”. O problema é que essa concepção do “trabalho decente” tende a criar uma dicotomia entre o trabalho que é “decente” e o

trabalho que é “precário”, quando o mais importante seria conhecer os aspectos que diferenciam qualitativamente os empregos. A questão que fica evidente é a de que o conceito *trabalho decente* é uma concepção que inter-relaciona os propósitos da OIT, outorgando uma definição sem maiores novidades do que a sua semântica.

Conforme Espinoza (2003: 6),

(...) la idea matriz de “trabajo decente” es una propuesta integradora de diferentes aspectos que hacen a la “calidad y cantidad de los empleos”, pero también, y de manera fundamental, a las “relaciones sociales y en última instancia al tipo de sociedad y de desarrollo al que se aspira”. (...) Sin embargo, su sola enunciación y su carácter dinámico revelan una voluntad política y una capacidad de crítica que toma posición frente a los graves problemas que vive el mundo laboral, y puede servir como un instrumento que ordena diferentes ejes a nivel micro (en las empresas) y a nivel macro (la economía y la sociedad).

Os fundamentos do conceito são buscados na “sociedade industrial”, característica da realidade ocidental do início da segunda metade do século XX. Tais parâmetros vinculavam-se às relações laborais estruturadas naquele contexto, fundamentando um “padrão de emprego de qualidade”, conhecido como *emprego típico*: relação de dependência contratual assalariada com apenas um empregador, em instalações especialmente destinadas à produção de bens e serviços, com jornada em tempo integral, por tempo indeterminado, remuneração progressiva, trajetórias laborais estáveis, construídas numa mesma empresa por longo período de tempo.

Do trabalho precário ao trabalho decente?

Em alguns momentos, temos a impressão que *trabalho decente* seria um conceito “novo” e complexo, novidade conceitual no contexto de um terremoto das categorias teóricas tradicionais. Contudo, o uso do conceito *trabalho decente* parece carecer de uma apropriação teórica, especialmente, do embate entre teorias sobre *qualidade do emprego* elaboradas desde os anos 1960. Todavia, parece mais plausível pensar que na definição desse conceito não haja essa pretensão: expressaria primeiro uma diretriz sócio-política. A ênfase na perspectiva prática sobre o *trabalho decente* não é negada pelos seus próprios retratores, como fica evidente nas duas passagens seguintes.

Este concepto [“trabajo decente”], que ha ido adquiriendo cuerpo para transformarse actualmente en uno de los objetivos estratégicos de la OIT, surge como respuesta a la situación de creciente desprotección de los trabajadores y de inseguridad en que se desenvuelven las sociedades contemporáneas del capitalismo globalizado, especialmente los países en desarrollo (...) Para que la idea de “trabajo decente” pueda pasar a constituirse en líneas de acción, ésta debe ir tomando “sustancia” con datos relevantes de la realidad laboral (...). Se hace un ejercicio de análisis incluyendo datos que pueden servir de argumentos para construir una agenda país en torno a la calidad del empleo. Se desarrolla una mirada integral a los diferentes componentes de lo que sería en términos ideales un paradigma o modelo de “trabajo decente” (INFANTE, 2003).

Los aspectos medulares del trabajo decente, tanto como concepto cuanto como objetivo global (...), son las dimensiones normativa, política, ética y organizativa del mismo. Sin embargo, (...) ni el objetivo del trabajo decente será alcanzado ni sus

respectivas dimensiones serán adecuadamente desarrolladas sino es en un marco de integración de políticas, en especial de las políticas económica, social y laboral; de forma tal que el empleo de calidad, como sustento básico del trabajo decente, y, por tanto, el trabajo decente en sí mismo, dejen de ser considerados como un mero efecto residual del crecimiento económico y, más bien, pasen a ser, (...) el objetivo central de la política de crecimiento (MARTINEZ, 2006: III-IV).

Esta acepção de *trabalho decente* é prescrita *a priori*. Há um modelo de emprego de qualidade idealizado, que parece direcionado a delimitar normatizações trabalhistas. Como antes referido, não há uma preocupação relevante com elementos intrínsecos aos empregos e a aspectos que atuam no contexto dos empregos e do mercado de trabalho.

Defende-se, portanto, a importância da *qualidade do emprego* como perspectiva analítica, haja vista que nessa há preocupação com a análise do contexto dos empregos e do mercado de trabalho como determinantes da qualidade dos empregos, abordando, inclusive, os elementos de diferenciação entre os empregos provenientes das características e da natureza tanto das atividades econômicas como das atividades laborais. A perspectiva da *qualidade do emprego* remete à possibilidade de hierarquização dos empregos, segundo propriedades intrínsecas e relacionais dos mesmos, ou seja, um emprego de “melhor qualidade” é um emprego qualitativamente melhor que um de “pior qualidade”.

Nesta perspectiva, a concepção de *trabalho decente* mostra-se limitada. Por exemplo, um critério fundamental da concepção do “trabalho decente” é que seja formal. Porém, não se pode negar que entre

os empregos formais há diferenças explícitas, permitindo afirmar que há diferentes gradações de qualidade. Essas gradações podem ocorrer com base em critérios distintos da formalização, como: remuneração, benefícios, autonomia, natureza do trabalho, segmento econômico. Além disso, a discussão sobre *qualidade do emprego* englobaria as duas outras, sobre *trabalho precário* e sobre *trabalho decente*, em pólos distintos; porém, o *trabalho decente* não expressaria um emprego de qualidade genérico, mas uma primeira categoria, depois do *trabalho precário*, em uma escala de qualidade. Ou seja, o *trabalho decente* caracteriza-se antes como um “emprego de qualidade duvidosa” do que como um emprego de “boa” ou “alta qualidade”.

Em suma, a discussão sobre o *trabalho decente* possui uma conotação *política* mais acentuada (a preocupação central é com a condição contratual e com a “dignidade” do emprego) que a discussão sobre *qualidade do emprego*, enquanto que esta última tem uma conotação mais analítica do que a primeira. Assim, *qualidade do emprego* caracteriza-se como um fenômeno mais amplo que *trabalho decente*, uma vez que não se analisam apenas as características dos empregos para que os mesmos sejam remunerados regularmente, garantam seguridade social, permitam diálogo social, sejam “dignos” (dimensões mais amplas do conceito de “trabalho decente”).

2. Parâmetros para a definição de um emprego de qualidade

A idealização de um emprego de qualidade com base no padrão de emprego do mundo industrial afasta qualquer perspectiva de renovar o significado de melhores empregos. A concepção do *emprego típico*, como condição de suporte social privilegiado dos trabalhadores, não deveria deixar de levar em

consideração que inúmeras atividades laborais de conteúdo empobrecido caracterizaram a era industrial, promovendo reduzido nível salarial, precárias condições de trabalho e baixo padrão de vida para os trabalhadores. Mesmo assim, muitas vezes, estas foram, no passado, símbolo de padrão de qualidade, especialmente por que proveriam os trabalhadores da estabilidade, da permanência e do consumo padronizado e duradouro. Estes “atributos” dos *empregos típicos* privilegiavam recompensar o tempo e o dispêndio de energia dos trabalhadores no trabalho, desconsiderando, por exemplo, as qualificações e o envolvimento dos trabalhadores. Pouco importaria o trabalhador possuir conhecimentos ou estar satisfeito com seu trabalho; bastaria que ele fosse consumidor de produtos simples, e que “dependesse do trabalho para sobreviver”.

Não é de hoje que a sociologia busca uma definição para a *qualidade do emprego*. Quando Émile Durkheim (2004[1894]) estudou *a divisão do trabalho social*, buscou analisar se as sociedades modernas – com divisão do trabalho crescente e cada vez mais organizada na forma de mercado – ainda estavam em condições de criar entre seus membros um sentimento de pertencimento social. Durkheim estava convicto de que somente a perspectiva do crescimento e eficiência econômicos não bastava para legitimar moralmente a sociedade moderna. Examinando as estruturas da organização capitalista do trabalho, sobretudo na perspectiva da contribuição que elas poderiam fornecer para a integração das sociedades modernas, Durkheim entendeu que esta ocorreria apenas através de demandas de um trabalho dotado qualitativamente de sentido. Para o autor, com a divisão do trabalho surgem relações nas quais os membros da sociedade desenvolvem uma forma especial de solidariedade: no reconhecimento recíproco de suas respectivas

Do trabalho precário ao trabalho decente?

contribuições para o “bem-estar” conjunto, tais membros desenvolveriam laços de interdependência. A linha de argumentação com que Durkheim fundamenta sua tese retoma a constatação de que as novas relações de trabalho só podem gerar formas “orgânicas” de solidariedade se elas forem experimentadas por todos os trabalhadores como um esforço comum e cooperativo. No entanto, é necessária uma divisão do trabalho em um contexto cooperativo onde cada etapa do trabalho seja complexa e exigente, a fim de que o indivíduo possa relacioná-las, a partir de sua perspectiva, com o restante dos trabalhos socialmente necessários, de modo a fazer razoável sentido. Durkheim concebe como uma exigência a existência de um trabalho rico em qualidade e com sentido:

A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista os seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação. Ele não é, pois, uma máquina que repete movimentos cuja direção não percebe, mas sabe que tendem a algum lugar, a uma finalidade que ele concebe mais ou menos distintamente. Ele sente servir a algo (DURKHEIM, 2004 [1894]: 390).

Desse modo, um “trabalho de qualidade”, complexo, promoveria a associação entre os indivíduos, fortalecendo uma interdependência entre eles, destinando-lhes uma posição social, além de potencializar a individuação dos mesmos.

No desencadear da revolução industrial, o emprego não se distinguiu de forma muito rigorosa quanto a graus de *qualidade*. Entre os primeiros críticos, a fragmentação do processo de trabalho tendia a caracterizar praticamente todos os empregos como “empregos ruins”, pois, diante do progresso técnico industrial, a modernização do aparelho produtivo

conduziu ao empobrecimento de atividades laborais e a redução da qualificação necessária para cumprir tarefas. A mudança tecnológica foi associada ao deslocamento da qualificação do indivíduo para o posto de trabalho. Contudo, à medida que o trabalho assalariado, mesmo que de natureza pobre, alcançou conquistas sociais e políticas, os atores sociais passaram a ter expectativas mais elevadas quanto aos empregos. Assim, desde antes do século XX, o trabalho assalariado passou a assumir função de suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Conforme Robert Castel (1998), existe forte correlação entre o lugar ocupado na divisão do trabalho social e a participação em redes de sociabilidade e em sistemas de proteção social que dispõem o indivíduo durante os acasos de sua existência.

Deve-se questionar, portanto, se o padrão de *emprego típico* – fundamento da concepção de *trabalho decente* – representaria, de fato, um emprego de qualidade elevada. A definição de emprego típico estruturou-se privilegiando condições laborais, dando pouca importância às características intrínsecas dos empregos.

De acordo com Slaughter (1993: 7-8), o “bom emprego” deveria ser interessante, permitir ao trabalhador aprender, outorgar controle sobre o ritmo do trabalho e “estimular o trabalhador a ir trabalhar todas as manhãs”. Porém, no modelo sócio-técnico industrial, a maioria dos empregos não cumpria tais requisitos. Desde o início da industrialização, a maioria dos empregos, inclusive os considerados como “bons empregos”, com base nos benefícios promovidos nas condições laborais, não se encaixariam em descrições desse tipo. Foram então considerados outros componentes para definir um “bom emprego” como: salários, benefícios, período de férias, duração da jornada, ritmo de trabalho, proteção à saúde, acesso a seguridade e previdência.

Mesmo difícil de mensurar, o conceito proposto por Slaughter engloba importantes atributos intrínsecos à natureza do trabalho, destacando a importância do conteúdo da atividade laboral e das relações, inclusive subjetivas, que se estabelecem em razão do emprego. Trata-se do reconhecimento pelos próprios indivíduos de que o trabalho os “enobrece”, provendo-lhes de melhor “qualidade de vida”, não apenas por oferecer-lhes melhores condições laborais, como maior remuneração, mas também por prover sua atividade sócio profissional de sentido social. O trabalho os engrandece quando os trabalhadores entendem que eles próprios engrandecem os seus trabalhos. Se o “bom emprego” deve produzir satisfação, o processo de qualificação dos empregos será tanto maior quanto mais envolver profissionalização, conhecimento e envolvimento. Neste sentido, ter uma relação puramente instrumental com o trabalho, quando o emprego provê os trabalhadores apenas de meios de subsistência, sem envolvimento e motivação, parece ser uma característica relegada a empregos que seriam caracterizados como de baixa ou pouca qualidade ou de qualidade duvidosa – fundamentalmente aqueles empregos que, mesmo formais, carecem de rendimento, inserção e reconhecimento social, responsabilidades, envolvimento; mas que não deixam de ser dignos, contratualmente.

Do mesmo modo que a *qualidade do emprego* refere-se à combinação de um conjunto de elementos que regularmente faz referência às propriedades do trabalho assalariado, esta também se refere aos sujeitos que ocupam os empregos. Para os sujeitos pouco ou não-qualificados, a condição contratual e de trabalho por si só definiria um emprego de qualidade. Porém, para aqueles mais qualificados, a formalidade não seria suficiente para definir um emprego como “de qualidade”: almejam reconhecimento por suas

competências e não se contentariam com promoções com base apenas no tempo de serviço.

Conforme Freyssenet (1989: 74), o método mais adequado para se analisar a divisão do trabalho consiste em considerar a partição da inteligência. Com base nesse pressuposto, pode-se argumentar que a qualificação do trabalho depende da “reflexão” envolvida no trabalho, e que a *melhor qualidade do emprego* envolve mais o conhecimento e o uso da informação do que, por exemplo, a continuidade numa relação contratual.

Como bem observado por Farné (2003: 15), as dimensões recorrentes no estudo da *qualidade do emprego* desde a perspectiva fundada no trabalho típico representam “uma enumeração de ingredientes que serve para preparar um ‘bom emprego’”, porém, não representam “uma descrição do seu ‘sabor’” e, por essa razão, tais abordagens deveriam passar por um profundo exame crítico.

3. Fundamentos metodológicos para a análise da qualidade dos empregos

Analisar a *qualidade do emprego* consiste em classificar e avaliar empregos segundo um conjunto de características que revelam porque alguns empregos podem ser considerados como “melhores” ou “piores” do que outros. Classificar empregos implica admitir a existência de hierarquia de empregos segundo sua qualidade, bem como supor que o mercado de trabalho pode ser estratificado com base na *qualidade dos empregos*. A classificação decorre, pois, de uma avaliação de acordo com a qual, empregos com “maior qualidade” seriam empregos com mais qualidade do que empregos com “menor qualidade”.

Os parâmetros para definir graus de *qualidade dos empregos* são os atributos intrínsecos aos empregos, e as condições laborais propriamente ditas.

Do trabalho precário ao trabalho decente?

Os atributos intrínsecos aos empregos referem-se à natureza do trabalho, conteúdo e envolvimento. As condições laborais, por sua vez, referem-se a um conjunto de elementos objetivos como: condição contratual, rendimento do emprego, benefícios, direitos trabalhistas.

Essas duas dimensões de análise da *qualidade do emprego* indicam que os empregos possuem qualidades relacionais, o que permite averiguar as diferenças que se estabelecem no mercado de trabalho. Os elementos vinculados à natureza do trabalho pré-indicam gradação de *qualidade de emprego*, enquanto as condições laborais são mais indicadas para controlar graus de qualidade, estabelecer comparações.

Há forte convergência entre os atributos intrínsecos e as condições laborais dos empregos. O rendimento do emprego, por exemplo, tem sido apontado como *proxy*[?] da *qualidade do emprego*, uma vez que “melhores empregos” tendem a ter melhor remuneração, apresentam melhores benefícios e são menos instáveis, ou seja, quanto mais rica em conteúdo a atividade laboral, melhores são as condições laborais. Estudos recentes também têm demonstrado forte associação entre empregos de qualidade e a complexidade das ocupações, sua amplitude, as competências requeridas, as responsabilidades envolvidas e a produtividade gerada; quanto maior a complexidade das ocupações, menor a exposição às características de “maus empregos”, considerando que os “melhores empregos” oferecem maior remuneração, mais benefícios, oportunidades de aprendizagem, bem como mais oportunidades de progressão e mobilidade (TILLY, 1997; MEISENHEIMER, 1998; KALLEBERG, RESKIN & HUDSON, 2000; MCGOVERN, SMEATON & HILL, 2004).

Fatores exógenos como as condições econômico-sociais de grandes setores econômicos, atividades

produtivas ou empresas interagem com os atributos dos empregos, provocando variações na composição de mercados de trabalho específicos e nas condições laborais. Poder-se-ia sugerir que quanto mais frequente a recorrência de atividades laborais de conteúdo rico em mercados de trabalho específicos, menos freqüente a presença de empregos de baixa qualidade no mercado de trabalho.

Estudos sobre *qualidade do emprego* demonstram que, à medida que a base de conhecimentos e de qualificações dos trabalhadores aumenta, a *qualidade do emprego* melhora (CARTY, 1999). Os trabalhadores com maior grau de educação e mais envolvidos com sua biografia profissional apresentariam “habilidades transferíveis” e estariam, portanto, mais protegidos diante de acasos, pois desenvolveriam suportes sociais diferenciados. O trabalhador sem qualificação estaria mais sujeito a situações de insegurança, visto que seria facilmente substituível, teria menor probabilidade de receber algum tipo de capacitação, possuiria capacidade de negociação relativamente pequena e, portanto, se encontraria menos protegido (CARTY, 1999). Além de conotar um atributo da pessoa, a profissionalização e a formação qualificada permitem obter graus superiores de satisfação material e vocacional no trabalho; esta condição explicaria porque haveria poucos desempregados com níveis educacionais elevados e ainda que quem tem formação básica incompleta está acima da média de taxa de desemprego (GHIONE, 2001: 159).

A opção dos pesquisadores por modelos de análise fundados em oposições discretas ocorre em razão da dificuldade de construir uma medida de *qualidade do emprego* aplicável ao conjunto das diferentes atividades econômicas. A tarefa de classificar os empregos segundo a qualidade foi facilitada ao se definir que um “bom emprego” seria um emprego em que se

expressasse o referido conjunto de condições laborais típicas, pois um “mau emprego” seria simplesmente aquele em que não ocorressem tais requisitos.

Entretanto, tomar as condições contratuais e de trabalho como indicador da melhor *qualidade do emprego*, sem enfatizar a natureza das atividades laborais, significa tratá-la através de parâmetros pouco sensíveis a variações do contexto econômico.

Em que sentido a definição de “emprego de qualidade” baseada na sociedade industrial fundou-se em critérios que valorizaram atividades laborais empobrecidas? A estabilidade garantiria segurança econômica para trabalhadores mal remunerados; a jornada de trabalho completa e longa promoveria melhor remuneração para trabalhadores executando tarefas limitadas; a remuneração fixa e progressiva, mesmo baixa, garantiria uma trajetória duradoura, permitindo consumo de produtos padronizados; a relação com um único empregador, e em local específico de trabalho, favoreceria tanto o controle dos trabalhadores por empregadores como a organização dos trabalhadores por sindicalistas. Os trabalhadores com suas competências individuais pouco desenvolvidas recorreriam às organizações para desenvolver uma identidade, enquanto a seguridade social passava necessariamente pelas instituições estatais, corporativas e empresariais.

No modelo de emprego de qualidade baseado no padrão típico, a estabilidade é um importante critério para a *qualidade de emprego*, não somente por causa dos custos humanos do desemprego friccional, quando ocorre mudança de um emprego para outro, mas também em termos de desenvolvimento da carreira e de acesso aos benefícios previstos em caso de demissão (REINECKE, 1999: 127). Nessas “condições”, o emprego sem estabilidade era considerado de baixa qualidade, a qualidade estava relacionada ao tempo que o trabalhador estivesse empregado. Menos

do que representar um emprego de elevada ou boa qualidade, o *emprego típico* parece caracterizar um emprego de qualidade duvidosa. A estabilidade foi o fundamento que mais determinou a qualidade do *emprego típico*. Porém, a estabilidade, muitas vezes, pode caracterizar um indicador ambíguo. A permanência no emprego denota segurança ou estagnação? Em atividades laborais restritas, estabilidade pode ser sinônimo da qualidade. Por outro lado, a segurança econômica pode ser buscada na transição de emprego, desde que o trabalhador tenha qualificação.

Ao fundamentar-se no emprego típico, a concepção de *trabalho decente* consistiria numa categoria em que a *qualidade do emprego* seria boa ou razoável, de certa maneira inclusiva e digna, porém *duvidosa*.

Nas relações laborais que estão em formação ante ao novo paradigma tecnológico e de trabalho, não estaria a continuidade no emprego perdendo espaço para o conhecimento, como determinante de melhoria da qualidade do emprego? A qualidade do emprego não estaria mais associada a aspectos intrínsecos aos empregos, tais como a complexidade do trabalho, o envolvimento do trabalhador, do que propriamente a alguns elementos vinculados às condições contratuais e de trabalho?

4. Esboços para uma fundamentação teórica da *qualidade do emprego*

O mercado de trabalho atual é mais diversificado que o mercado de trabalho da sociedade industrial do século XX. Esse último tendia a homogeneidade, com predominância de formas específicas de atividade laboral, de menor qualificação. A heterogeneidade crescente de atividades laborais não significa, necessariamente, fragmentação da “classe que vive do trabalho”, para usar a expressão de Antunes (2006), nem mesmo uma “corrosão do caráter”, na expressão de Sennet (1998), mas antes, tende a significar oportunidades

Do trabalho precário ao trabalho decente?

para que os trabalhadores possam desenvolver e utilizar suas capacidades e habilidades, em ocupações mais ricas em conteúdo, em razão do adensamento de especialidades que promove a nova configuração do mercado de trabalho. No final do século XIX, Durkheim (2004 [1894]) já demonstrava que a diferenciação do mercado de trabalho tendia a ampliar a coesão social devido, sobretudo, ao processo de individuação, que significa a ampliação de posições sociais e a potencialização da interdependência entre atores sociais; na conformação atual, o mercado de trabalho parece tender a potencializar essa “função”.

O contexto atual abre a perspectiva para a criação de emprego qualificado, mas também para a destruição e a realocação de emprego desqualificado. A qualificação tradicional tende a perder valor como capacitação. Tarefas simples tornam-se cada vez mais subsumidas em tarefas mais abrangentes e, diferentemente do passado, as empresas não requerem tanto o operário especializado, mas a versatilidade, a criatividade e a geração de competências (INFANTE, 1999).

Em uma sociedade em que conhecimento e informação estão cada vez mais na base de seu modo de desenvolvimento, empregos de qualidade elevada são representados por atividades laborais em que o conhecimento e a informação são mobilizados, agregando aos empregos qualidades que promovam o padrão de vida individual e profissional de quem os ocupa. Supõem-se, portanto, que quanto maior a mobilização de conhecimento em uma atividade laboral, mais elevada será a *qualidade do emprego*; *qualidade do emprego* será tanto mais elevada quanto mais elementos diferenciais forem gerados para promover o padrão de vida. Na realidade atual, empregos de qualidade mais elevada englobam as profissões relacionadas com o conhecimento e a informação; sejam ocupações que lidam com as mais novas tecnologias, tais

como “criadores” de *software*, profissionais de *marketing* e analistas de sistemas, sejam ocupações tradicionais, como engenheiros, administradores e médicos. Portanto, a elevação da qualidade associa-se a atividades exercidas por categorias ocupacionais antigas ou modernas, desde que envolvidas com o uso, a produção, a circulação e a valorização do conhecimento.

O *melhor* emprego promove o “bem-estar” dos empregados: é o emprego que possibilita segurança econômica, suportes sociais sólidos, desenvolvimento profissional. O *melhor* emprego agrega valor econômico, ou seja, é produtivo, mas precisa também agregar valor social, ou seja, ser rico em conteúdo, possibilitando reconhecimento. Para cumprir esses requisitos, o emprego envolve o conhecimento adquirido e a informação. É o emprego que melhora o padrão de vida, adicionando elementos que possam gerar satisfação econômica e social, correspondendo às aspirações individuais e profissionais dos trabalhadores. Um emprego de qualidade se define como tal desde o ingresso do trabalhador, visto que recompensaria as qualificações e a competência e não apenas a experiência ou o tempo de “sofrimento” dedicado ao trabalho.

Há uma interdependência entre as características dos empregos e as características dos trabalhadores (OECD, 2001; CÉLESTIN, 2002). Nas “condições” da sociedade industrial, os *empregos típicos* não possuíam propriamente qualidade: estes adquiriam qualidade, tanto quanto mais tempo fossem ocupados. Menos do que representar um emprego de elevada ou boa qualidade, em diversas situações, os *empregos típicos* carecem de qualidade, podendo, portanto, caracterizar um emprego de qualidade duvidosa. O mercado de trabalho é constituído por diferentes categorias ocupacionais, trabalhadores de direção e gerência, profissionais das ciências e das artes, técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos, da

produção, de manutenção, trabalhadores rurais. Essas categorias ocupacionais podem não apenas constituir ambientes sociais distintos, como também possuir natureza distinta, exigindo competências e responsabilidades diferentes.

A gênese de um padrão de “emprego de qualidade” que adquire legitimação pode-se definir com base na influência de três elementos que se influenciam reciprocamente:

1. o *perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores*, que diz respeito a quem está empregado e às características profissionais das gerações de trabalhadores;
 2. as *atividades laborais*, que dizem respeito tanto à demanda por trabalho quanto à natureza das ocupações e que estão no cerne das formas de trabalho que impulsionam o desenvolvimento econômico de uma época; e
- as *atividades econômicas* que conduzem o curso do desenvolvimento econômico e que são geradoras de maior riqueza, embora, nem sempre, sejam as que mais se destacam na composição do mercado de trabalho. As atividades econômicas são reflexo das

condições econômicas e infra-estruturais de uma sociedade específica.

Esses três elementos estão no núcleo de uma concepção interpretativa que delimita, esquematicamente, condicionantes e determinantes sócioeconômicos da *qualidade do emprego* (ver ilustração da Figura 1). Há um conjunto amplo de fatores que envolvem a *qualidade do emprego*, para que se possa, de fato, conceber um emprego como sendo um emprego de boa ou alta qualidade. Entretanto, muitas das concepções recentes de *trabalho decente* não consideram a conjugação de muitos desses fatores. Esse modelo interpretativo permite imaginar inúmeros elementos de análise da *qualidade do emprego*, apontando para as possibilidades de sua variação.

O perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores, as atividades laborais e as atividades econômicas são elementos afetados por fatores mais amplos e que os englobam: sociedade, cultura, política e economia; que, por sua vez, também são interligados e, entre essas instâncias, não há uma hierarquia, visto que são esferas recursivas, que não só atuam entre si, como os elementos que as compõem são inter-relacionados.

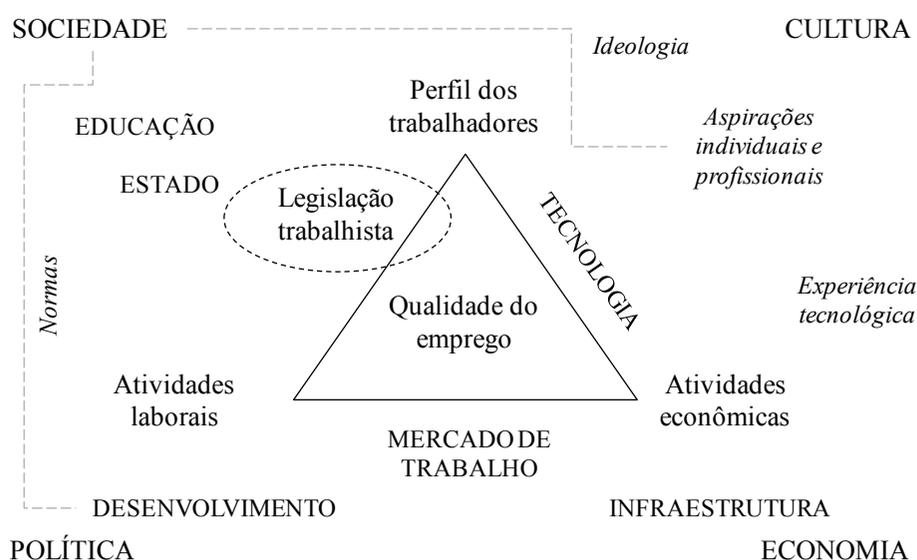


Figura 1: condicionantes e determinantes socioeconômicos da *qualidade do emprego*.

Fonte: elaboração do autor

Do trabalho precário ao trabalho decente?

Numa dimensão, é a sociedade que permeia a concepção de Estado e inclui a legislação laboral e a concepção de educação. Noutra dimensão, é a cultura, que também perpassa a concepção de educação e se vincula às aspirações individuais e profissionais. A dimensão política remete às aspirações sociais mais gerais que influenciam as ações públicas e o modelo de desenvolvimento adotado. A política está intimamente vinculada ao Estado, às normas, à educação e à legislação trabalhista, aspectos anteriormente mencionados no âmbito da dimensão da sociedade. A economia é dimensão central, que se vincula à infraestrutura produtiva, envolvendo diretamente as atividades econômicas, a demanda por trabalho e a tecnologia. No cerne dessas dimensões, também há a conformação do mercado de trabalho, que envolve recursivamente elementos econômicos, políticos, sociais, culturais, ideológicos e tecnológicos, respectivamente. Podemos citar as atividades econômicas que evoluem e as que são decadentes, o grau de desenvolvimento econômico, o tipo de educação ofertada, o perfil dos trabalhadores e suas aspirações e as possibilidades tecnológicas disponíveis.

Se os fatores presentes no modelo se modificam no contexto de um novo paradigma tecnológico e de trabalho, então a interpretação da noção de emprego de qualidade que servirá de parâmetro para analisar a *qualidade do emprego* nesse novo contexto também pode ser alterada. As formas da *qualidade do emprego* são constituídas por elementos que vinculam as características do ambiente econômico com outras características de cunho social e tecnológico. Aspectos determinantes na *qualidade do emprego* não são constituídos por elementos normativos, os quais expressam “consensos” estabelecidos sobre as condições laborais da realidade e buscam amenizar situações, em muitos casos de degradação; em outros, na solução

de impasses. Estes consensos costumam aparecer na forma de convenções ou recomendações, mas se expressam especialmente por meio da legislação trabalhista. Elementos exógenos às relações laborais, como a legislação, atuam sobre a *qualidade do emprego*, com base em arranjos institucionais provenientes da realidade social, cultural, política e econômica em questão. A legislação laboral é expressão do desenvolvimento das relações consolidadas em uma região geográfica e em uma época, mas sofre interferências econômicas e políticas de natureza mais profunda.

Embora tal legislação possa ser considerada fator relevante para a *qualidade dos empregos*, pode-se argumentar que a norma não é capaz de garantir todos os aspectos expressivos na representação da *qualidade do emprego*. As regras e normas estabelecidas podem reservar-se a preservar condições dignas de trabalho, garantindo o caráter de decência aos empregos, o cumprimento das prerrogativas contratuais e a resolução de questões de justiça. As relações sociais que estão por trás da *qualidade do emprego* dificilmente podem ser cobertas por normas prescritas, visto que a norma caminha a passos lentos ante a transformação social. Todavia, normatizações tendem a garantir algum grau de decência a atividades laborais aviltantes, que ainda existem em regiões subdesenvolvidas.

A definição adotada está baseada, sobretudo, na dinâmica social do trabalho e menos nas abordagens dicotômicas, pois considera-se que a *qualidade do emprego* refere-se à combinação entre a natureza do trabalho e as condições de emprego. Os principais elementos dessa relação são: a riqueza da atividade laboral, o acúmulo de capital humano, a mobilização de conhecimento, o desenvolvimento profissional, o envolvimento com o trabalho e o reconhecimento social do trabalho; todos esses elementos podem, relativamente, ser ponderados com base nas categorias ocupacionais.

Se pensarmos em classes de *qualidade do emprego* – tais como listadas a seguir –, em qual delas poderia ser localizado o “trabalho decente”? Considerando as dimensões recorrentes, seria o emprego que estivesse acima do emprego de baixa qualidade ou mesmo que não fosse um *trabalho precário*.

- I. Emprego de qualidade privilegiada: *meramente “trabalho decente”?*
- II. Emprego de qualidade elevada: *meramente “trabalho decente”?*
- III. Emprego de boa qualidade: *essencialmente “trabalho decente”.*
- IV. Emprego de qualidade duvidosa e emprego de baixa qualidade: *propriamente “trabalho decente”.*
- V. Trabalho informal, desqualificado, desprotegido, indigno (*trabalho precário*).

Esta escala sugere cinco categorias de empregos segundo sua qualidade. (Ver Quadro 1). Genericamente, pode-se dizer que “trabalho decente” seria aquele que não se enquadra na quinta categoria – trabalho precário. O fundamento político-normativo que assume a perspectiva sobre “trabalho decente” torna pouco relevante a heterogeneidade do mercado de trabalho. Nesse ponto, o debate sobre “trabalho decente” limita uma perspectiva analítica mais profunda, pois desconsidera as distinções entre tipos de emprego, ou seja, como poderia variar a *qualidade dos empregos* que se enquadram na categoria de *trabalho decente*.

Atribuindo pouca importância à análise da composição do mercado de trabalho e às diferenciações e desigualdades que lhe são inerentes, a aceção de “trabalho decente” não seria, portanto, o modelo mais apropriado para fins analíticos, pois poderia simplificar a realidade, ao enfatizar a condição contratual e a simples inclusão econômica. Estes seriam os pontos fortes da concepção

de “trabalho decente”, que justificam seu uso no âmbito dos movimentos sociais e das políticas sócioeconômicas. A perspectiva da *qualidade do emprego* seria uma abordagem mais adequada para proposições explicativas, por ser mais ampla e apropriada para observar maior variabilidade da *qualidade do emprego*; mais do que isso, compreender os elementos que ampliam a qualidade dos empregos.

O Quadro 1 apresenta algumas dimensões teóricas dessa discussão, apontando a complexidade do debate sobre a *qualidade do emprego*, incorporando a perspectiva do “trabalho decente” e demonstrando como esta seria menos ampla. O referido quadro é um mapa teórico-conceitual, mas não definitivo, tendo por finalidade um modelo de operacionalização. Nesse quadro, evidencia-se que os empregos de qualidade duvidosa também caracterizam “trabalho decente”, pois não se enquadram como *trabalho precário*. Porém, os empregos de qualidade duvidosa possuem qualidade marcadamente inferior aos empregos de qualidade boa, elevada e privilegiada, tanto no que se refere às próprias dimensões de “trabalho decente”, como no que concerne ao bem-estar econômico, à demanda por trabalho, ao conteúdo das atividades laborais, ao uso da informação e à relação que os trabalhadores estabelecem com o trabalho.

A classificação “trabalho decente” torna o emprego aceitável, estando implícita a intenção da OIT em atribuir qualidade a empregos precários e informais e recuperar condições de trabalho e emprego supostamente perdidas com reestruturações. Por sua vez, a noção de *qualidade do emprego* como perspectiva analítica pressupõe uma definição mais ampla, possibilitando maior compreensão dos condicionantes e determinantes sócioeconômicos da *qualidade dos empregos*.

Do trabalho precário ao trabalho decente?

Quadro 1: dimensões teóricas do conceito de *qualidade do emprego* e parâmetros do conceito de “trabalho decente”

Classes de qualidade do emprego		Qualidade do emprego							
		“Trabalho decente”			Bem-estar econômico	Demanda por trabalho	Conteúdo das atividades laborais	Uso da informação	Relação do empregado com o trabalho
		Rendimento	Seguridade	Diálogo social					
Qualidade privilegiada	“Trabalho decente”	Muito acima da média	Progressiva	Poder de barganha individual	Privilegiado	Qualificado e experiente	Rico	Estratégico	Envolvimento e dedicação
Qualidade elevada		Dobro da média	Progressiva	Poder de barganha individual e coletivo	Privilegiado	Super (meta) qualificado	Rico	Aplicado	Envolvimento e dedicação
Boa qualidade		Acima da média	Estabilidade	Poder de barganha coletivo e individual	Inclusão sólida e estável	Qualificado e Semi-qualificado	Enriquecido	Objetivo	Identitária
Qualidade duvidosa e baixa qualidade		Entre mínimo e média	Garantida	Poder de barganha coletivo	Inclusão	Semi-qualificado (rotineiro)	Empobrecido	Operativo	Utilitária (instrumental)
		Salário mínimo	Garantida	Poder de barganha coletivo	Inclusão frágil	Pouco qualificado ou desqualificado	Pobre	Operativo	Sobrevivência
Precário		Indefinido, não-regular	Inexistente	Poder de barganha nulo	Exclusão (marginal)	Desqualificado	Nulo	Indefinido	Sobrevivência

Fonte: Elaboração do autor.

Em termos teóricos, também cabe esclarecer que a evolução positiva da *qualidade do emprego* se expressaria principalmente na composição de mercados de trabalho, quando há participação crescente de empregos de qualidade elevada e boa qualidade. Dificilmente, pode-se analisar *qualidade do emprego* pressupondo que todos os empregos podem ou “deveriam” ser de alta qualidade. Os mercados de trabalho são duplamente heterogêneos. Existe uma miríade de atividades laborais e outra de atividades econômicas que projetam uma multiplicidade de variações nas relações e nas condições laborais. Além disso, as atividades laborais menos enriquecidas possuem uma “justificação” sócioeconômica. O que se pode pressupor é que os empregos de qualidade duvidosa ou de baixa qualidade não

prevejam na composição dos mercados de trabalho, para que se evite a constituição de mercados de trabalho marcados pela desigualdade plena.

Conclusões

No diálogo entre a concepção do “trabalho decente” e a qualidade do emprego, conclui-se que o primeiro conceito busca recuperar um padrão de emprego definido como de qualidade, enquanto o segundo sugere aperfeiçoar o padrão de emprego de qualidade.

O debate sobre “trabalho decente” é urgente e necessário no contexto de alguns países menos desenvolvidos, onde ainda há expressão acentuada da informalidade e baixo acesso a benefícios trabalhistas. Porém,

a discussão acerca deste não pode encobrir outras formas mais complexas de abordar a questão do trabalho e do emprego em um mundo globalizado, em que cada vez mais se observam economias emergentes, com crescimento do emprego formal.

Em termos analíticos, a perspectiva do *trabalho decente*, embora necessária ao contexto latino-americano, estaria definida por critérios insuficientes, pois nivelaria os empregos de forma rasteira, com pouca ou baixa qualidade. A própria concepção de “trabalho decente” nada mais é do que um contraponto direto à concepção de “trabalho precário”. O parâmetro de análise seria o contraponto do trabalho precário, atacando, especialmente, a questão da informalidade, da “desproteção” social dos trabalhadores e da instabilidade no vínculo contratual, não contemplando a análise sobre a origem da *qualidade do emprego* e seus fatores determinantes.

Neste sentido, considera-se que a passagem da discussão sobre o trabalho precário para a proposição do trabalho decente tem relevância limitada. A perspectiva de teorizar a *qualidade do emprego*, buscando compreender os elementos que definem a variação da qualidade nos mercados de trabalho, caracteriza um esforço mais significativo. A discussão sobre o trabalho decente não supera a velha discussão sobre *qualidade do emprego*, antes pelo contrário. A *qualidade do emprego* como perspectiva analítica pode constituir-se, hoje, como a forma mais abrangente de enfrentar a problemática laboral, haja vista a necessidade de identificar os elementos que potencializam a qualificação dos empregos.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. *O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005. 136 p.
- CARTY, Liz. El debate sobre la calidad del empleo: el caso de los Estados Unidos de América, 1970-1990. In: INFANTE, Ricardo (editor). *La calidad del empleo: la experiencia de los países latinoamericanos y de los Estados Unidos*. Santiago-Chile: OIT, 1999. 264 p (p. 85-114).
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 5ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- CÉLESTIN, Jean-Bernard. *A qualidade do emprego*. Lisboa: Cadavalgráfica, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2ª tiragem. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1894]. 485 p.
- ESPINOZA, Malva. *Trabajo decente y protección social*. Santiago-Chile: Oficina Internacional del Trabajo, 2003. Primera edición. 25 p.
- FARNÉ, Stefano. *Estudio sobre la calidad del empleo en Colombia*. Lima/Peru: OIT/Oficina Subregional para los Países Andinos, 2003. 38 p.
- FREYSSINET, M. A divisão capitalista do trabalho. In: HIRATA, Helena (org.). *Divisão capitalista do trabalho*. *Tempo Social*, São Paulo, 1(2): 73-103, 2.sem. 1989.
- GHAI, Dharam. Trabajo decente: concepto e indicadores. *Revista Internacional del Trabajo*, vol. 122, núm. 2, p. 125-160, 2003.
- GHIONE, Hugo Barretto. Concepto y dimensiones del trabajo decente: entre la protección social básica y la participación de los trabajadores en la empresa. *Boletín Cinterfor*, nº 151, p. 153-172. Montevideo, Uruguai: OIT, 2001.
- INFANTE, Ricardo; SUNKEL, Guillermo. *Chile: Trabajo decente y calidad de vida familiar, 1990-2000*. Santiago-Chile: Oficina Internacional del

Do trabalho precário ao trabalho decente?

- Trabajo, Organización Internacional del Trabajo, Primera edición, 2004. 135 p.
- INFANTE, Ricardo. Prólogo. In: ESPINOZA, Malva. *Trabajo decente y protección social*. Santiago-Chile: Oficina Internacional del Trabajo, 2003. Primera edición.
- INFANTE, Ricardo (editor). *La calidad del empleo: la experiencia de los países latinoamericanos y de los Estados Unidos*. Santiago-Chile: OIT, 1999. 264 p.
- KALLEBERG, Arne L.; RESKIN, Barbara F.; HUDSON, Ken. Bad jobs in America: Standard and nonstandard employment relations and job quality in the United States. *American Sociological Review*, 65 (April), 256-278, 2000.
- MARTINEZ, Daniel. Prólogo. In: LEVAGGI, Virgilio. *Democracia y trabajo decente en América Latina*. Lima-Peru: Oficina Internacional del Trabajo, 2006.
- McGOVERN, Patrick; SMEATON, Deborah; HILL, Stephen. Bad Jobs in Britain: Nonstandard Employment and Job Quality. *Work and Occupations*, Sage, vol. 31, n° 2, p. 225-249, 2004.
- MEISENHEIMER, Joseph. The services industry in the 'good' versus 'bad' jobs debate. *Monthly Labor Review*, vol. 121, n° 2, p. 22-47, 1998.
- NEFFA, Julio César. La transición desde los "verdaderos empleos" al trabajo precario. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; NEFFA, Julio César (coordinadores). *Trabajo, identidad y acción colectiva*. Madri: Plaza y Valdés, 2010. (p. 43-80).
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter. As conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (1998). 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005. 204 p.
- SLAUGHTER, Jane. Should we all compete against each other? *Labor Notes*, n° 170, p. 7-10, Canadian Dimension, September, 1993.
- TILLY, Chris. Arresting the decline of good jobs in the USA? *Industrial Relations Journal*, vol. 28, n° 4, p. 269-274, 1997.
- URIARTE, Oscar Ermida. Trabajo decente y formación profesional. *Boletín Cinterfor*, n° 151, p. 9-26. Montevideo, Uruguay: OIT, 2001.
- VALENZUELA, Maria Elena, REINECKE, Gerhard. *¿Más y Mejores empleos para las mujeres? La experiencia de los países del Mercosur y Chile*. Santiago del Chile: OIT, 2002.

Recebido em: 19/05/2011.

Aceito em: 29/11/2011.

DESCENTRALIZAÇÃO E CAPITAL SOCIAL: IMPASSES E DESAFIOS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Com a Constituição Federal de 1988, a descentralização ganhou novos impulsos, fazendo emergir propostas políticas a serem implementadas no âmbito dos municípios brasileiros. A agenda da redemocratização já explicitava como princípios básicos a descentralização, o resgate da dívida social, e a participação política. Entre os fatores importantes na autonomia municipal destacava-se a elaboração, em cada município, da lei orgânica segundo suas características, potencialidades e capacidade de promulgação pela Câmara de Vereadores. Ressalte-se que, antes da Magna Carta de 1988, cada estado brasileiro tinha apenas uma lei orgânica para todos os municípios a ele subordinados.

As políticas públicas, em particular a política urbana foram influenciadas, também,

MARIA ZEFISA NOGUEIRA SOARES MENEZES*

RESUMO

Este artigo objetiva analisar em que medida projetos de intervenções governamentais, com foco no planejamento urbano e gestão municipal, potencializam a constituição de capital social e induzem a descentralização, tendo por base o estudo de implementação do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB-CE), na cidade de Iguatu, no Estado do Ceará. A hipótese do trabalho é a de que a eficácia do Projeto estaria associada à gestão de poderes locais e às experiências de organização e participação social da população. Tanto a descentralização como o incremento do capital social dependem da conjugação destes fatores.

Palavras-chave: descentralização, capital social, participação.

ABSTRACT

The goal of this work is to analyze the extent to which government intervention projects that are focused on urban planning and local management potentiate the construction of social capital and lead to decentralization, based on the study on the implementation of Urban Development and Water Resources Management Program of the State of Ceará (PROURB) in the city of Iguatu, Ceará. The hypothesis developed here is that the project effectiveness is associated with the local power administration and experiences of the population's organization and social participation. Both decentralization and the increase in social capital depend on the coupling of these factors.

Keyword: decentralization, social capital, participation.

* Socióloga. Doutora em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona. E-mail: mzefisa@hotmail.com

pelos novos referenciais das agências multilaterais que atuavam no País, mais especificamente, pelo Banco Mundial cuja estratégia era apoiar a descentralização, impulsionada após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo o Relatório de Avaliação do Banco Mundial, as propostas privilegiaram transformações nas instituições e nas políticas urbanas com ênfase na eficiência e no fortalecimento administrativo e financeiro dos municípios:

Em médio prazo, os municípios terão necessidade de dispensar mais ênfase à eficiência e à administração financeira, de modo a atender às crescentes demandas de infra-estrutura e serviços em um contexto de uma maior autonomia financeira fiscal. Para isto, uma melhor administração municipal pode ajudar a preencher o vácuo deixado pela transferência dos programas federais de investimento (BANCO MUNDIAL, 1994: 43).

Descentralização e capital social...

A agenda de redemocratização, mobilizando atores institucionais e sociais, supunha a descentralização política e a participação da população na formulação de políticas públicas com foco em uma nova concepção de planejamento urbano, sobretudo na construção de planos diretores. A proposta do Banco Mundial era de transformar a elaboração do Plano Diretor em objeto de “discussão e participação dos diversos segmentos da sociedade, na forma de co-responsabilidade entre o poder público e a população, contemplando a diversidade de interesses e preocupações presentes na cidade” (Banco Mundial, 1994: 39).

A descentralização, no contexto cearense, entrou em sintonia com a proposta do novo grupo político, composto por jovens empresários que participavam do Centro Industrial do Ceará (CIC), liderados por Tasso Jereissati, que assumiu o governo do Estado em 1987¹. A retórica do grupo era modernizante e mudancista, afirmava o rompimento ideológico com o Estado autoritário, e de crítica ao seu modelo de intervenção².

A ênfase dada pelo Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB-CE) à descentralização das políticas públicas e ao modelo de articulação institucional centrado no pressuposto da coparticipação e corresponsabilidade, assim como a posição estratégica ocupada por Iguatu³ no contexto estadual e regional, além de compor o quadro de cidades de médio porte no Estado do Ceará, foram fatores determinantes para se priorizar o município como objeto de análise dos efeitos da participação social no Projeto.

Neste artigo⁴, minha atenção está focalizada na participação da população beneficiária do município de Iguatu nas discussões quando da elaboração do Plano Diretor e do mutirão habitacional para construção de moradia na Vila dos Inocentes/Beira Rio.

Com este enfoque, procurei verificar a participação de atores sociais, sobretudo da sede municipal, como possíveis canais de integração entre governo municipal e sociedade, considerando-os expressões de capital social. Busquei, também, averiguar como os atores sociais se apropriam do PROURB e o redefinem, na busca de atender suas demandas por melhores condições de vida, num contexto marcado por desigualdades sociais e por formas variadas do que é designado por “clientelismo” (LEAL, 1976).

Para análise das intervenções do Projeto, no âmbito municipal de Iguatu realizei pesquisa direta junto aos diferentes grupos de beneficiários⁵, mediante aplicação de questionários e entrevistas com líderes comunitários, prefeito e técnicos da prefeitura. Nas entrevistas com técnicos e líderes comunitários, utilizei questionário com perguntas abertas sobre as ações de planejamento urbano, de infra-estrutura e de reassentamento. Com o prefeito, a investigação foi mais abrangente, envolvendo solicitação de informações sobre as intervenções de planejamento urbano e temas afins. Outros instrumentos foram utilizados, como informações do Relatório da Avaliação Final do Componente Urbano do PROURB, realizada por consultoria contratada pela então Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR).

Contextualização do Projeto e do município de Iguatu

O Projeto de Desenvolvimento Urbano foi implementado, em 1995, pelo Governo do estado do Ceará, sob a responsabilidade da então Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU), contemplando em sua dimensão de planejamento urbano, 49 municípios cearenses, objetivando a estruturação urbana de uma rede de cidades estratégicas, para dar suporte à interiorização do desenvolvimento, observando a preservação ambiental e a convivência

com o semiárido, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população cearense.

De acordo com o escopo do Projeto, em sua dimensão urbana, foram realizadas ações para 49 cidades, beneficiando indiretamente uma população urbana de 2.012.910 habitantes dessas cidades; 48 planos diretores de desenvolvimento urbano; 44 bases cartográficas e fotográficas dos municípios participantes; cinco planos de desenvolvimento regionais (PDRs); 49 projetos estruturantes de requalificação urbana e ambiental apresentados pelos planos diretores; um Plano Microrregional da Área do Entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e um Plano Diretor de Habitação para o Estado do Ceará (PDH). Foram implantadas 26 unidades do Projeto ABC (Aprender, Brincar e Crescer), sendo 24 nos municípios participantes do PROURB e 02 em Fortaleza (CEARÁ, Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, 2003).

O município de Iguatu, situado a 386 km da capital cearense, na região Centro Sul do estado, com uma população estimada em 97.203 habitantes, em 2009 (IPECE, 2010), concentrando 73% de sua população na sede municipal, apresenta dupla estratégia explorada neste estudo: sua posição regional de entidade econômica e sua condição de catalisador de investimento e organização social, frutos da formação e legado histórico e de múltiplas intervenções oriundas de projetos lá instalados.

Iguatu, como centro regional, situa-se na sétima posição no ranking estadual da indústria de transformação, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 467.700,00, em 2007, e um PIB per capita de R\$ 5.069,00 (IPECE, 2010), se inclui entre os dez municípios do estado do Ceará que se destacam pelo porte e diversidade das atividades comerciais e de serviços, nas quais a população urbana encontra maiores

oportunidades de trabalho. Dispõe de uma rede de setores varejistas instalados na sede municipal, como também da presença de concessionárias das quatro principais indústrias de automóveis no Brasil (FIAT, CHEVROLET, FORD e VOLKSWAGEN), além de vários outros estabelecimentos comerciais. Está integrado ao contexto regional e estadual por dois eixos rodoviários, CE-282 e CE-060, atendendo às necessidades de deslocamento da população municipal e de escoamento da produção local, possibilitando, ainda, o acesso aos centros produtores e consumidores, localizados em nos municípios circunvizinhos e na região do Cariri.

Na cidade de Iguatu, encontram-se as sedes operacionais de 17 entidades públicas federais e estaduais, atendendo a todo o município e, também, a 28 outros municípios circunvizinhos, que dependem dos serviços prestados por essas instituições. Esta cidade se constitui relevante polo cultural, reunindo diversos equipamentos socioculturais, como o Teatro Pedro Lima Verde, o Memorial Humberto Teixeira, e um considerável calendário de eventos populares e religiosos.

A centralidade de Iguatu é ratificada pela disponibilidade de capital humano e por uma rede de formação educacional e profissional, contando com faculdades, Centro Vocacional Tecnológico (CVT), Escola Agrotécnica Federal, instituições prestadoras de serviços, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS), entre outros. Iguatu foi um dos primeiros municípios cearenses a descentralizar uma política de saúde, com a institucionalização do Programa Saúde da Família (PSF), ao lado de Quixadá. Estes

foram os primeiros municípios do País beneficiados com recursos do PSF.

Descentralização e capital social na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e na experiência do mutirão habitacional

A implementação do Projeto em Iguatu teve início em 1998⁶, com as ações de planejamento urbano contando com a participação de atores sociais, sobretudo na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e no mutirão habitacional para construção de moradia popular na Vila dos Inocentes/Beira Rio, na sede municipal.

A participação popular na elaboração do Plano Diretor estava articulada, segundo a metodologia proposta pelos consultores, em torno de procedimentos e eventos que iriam induzir o envolvimento dos atores nas “oficinas de planejamento participativo” divididos em grupos temáticos.

A presença de representantes de segmentos populares nas diversas fases do Plano Diretor constituiu-se, segundo os consultores, em um conhecimento orientado para a resolução de problemas e formação de consensos sobre determinadas questões. Para os participantes, foi uma aprendizagem coletiva de negociação e constituição de arena política, na busca de conciliar interesses divergentes e administrar conflitos entre diferentes atores.

Na visão dos entrevistados, a negociação e a busca de consenso eram complexas, porque os temas em discussão, bem como as decisões a serem tomadas, geralmente continham, além da dimensão política, forte conteúdo técnico. De acordo com o tema ou o ambiente dominante, enfatizava-se uma das dimensões em prejuízo da outra.

Os líderes identificaram no conflito e na negociação entre questões técnicas e políticas, elementos propícios à aprendizagem coletiva. Por um lado, o

conteúdo técnico do plano limitou a participação dos representantes populares nas discussões; por outro, essa participação democratizou em parte a cultura profissional e política dos consultores e da equipe técnica municipal, mesmo reconhecendo que os atores sociais tinham menores chances no jogo de negociação, por não disporem de argumentos teóricos para contrapor aos dos técnicos e consultores.

As equipes técnicas da Prefeitura e dos consultores passaram também por uma aprendizagem. No tocante à própria interação com a população, identifiquei uma mudança na linguagem e na atitude, mormente dos consultores, quando estes se dirigiam aos participantes, no decorrer das discussões.

As propostas técnicas foram, desde os embates iniciais, veiculadas e discutidas em linguagem acessível. Os critérios e a consistência técnica das propostas tiveram de ser bem esclarecidos e apresentados, bem como aquelas defendidas pelos representantes populares. Nenhuma proposta foi excluída sem que antes fosse demonstrada sua inviabilidade técnica e/ou financeira.

Os depoimentos de representantes da sociedade civil sobre as discussões entre participantes e consultores, acerca dos problemas vivenciados pela população, e as propostas dos projetos estruturantes, demonstraram o conhecimento e o poder de argumento dos participantes na identificação dos problemas e na busca de soluções. As formulações de propostas alternativas, feitas pelos representantes da sociedade, continham uma base de coerência racional e de laços de afetividade para com a cidade, que lhes conferiam valor equivalente às argumentações técnicas.

Em muitas situações, essa contraposição entre as dimensões política e técnica suscitava tensões entre as argumentações que visavam a uma transformação social de natureza emancipatória e a necessidade de

articular soluções técnicas mais adequadas para os problemas do planejamento urbano da cidade. De qualquer modo, constatou-se uma valorização crescente do conhecimento da população na luta pela transformação das relações sociais, pelo bem-estar individual e coletivo, e pela apropriação mais democrática do espaço urbano, coadunando-se desta forma, com os objetivos do Projeto de contemplar a diversidade de interesses e preocupações dos segmentos populares no tocante à cidade.

A importância do Plano Diretor para o desenvolvimento e a estruturação da cidade de Iguatu foi destacada com bastante ênfase pelos participantes que, assim, se posicionaram:

A consultoria deveria ser mais detalhista na finalização do Plano, principalmente no que diz respeito à questão dos projetos estruturantes, que não são realistas quanto ao porte dos mesmos (A-1).

Foi muito importante para disciplinar o uso e ocupação do solo, pois não existia nenhum tipo de controle (B-2).

Ajudou muito na orientação de técnicas construtivas e na qualidade do parcelamento do solo (loteamentos). Contribuiu na orientação do planejamento urbano da sede municipal (B-1).

A mobilização e o envolvimento de atores sociais e institucionais, além de revelar os desafios da proposta política de maior abertura à participação social, demonstraram também os impasses vivenciados na formulação de práticas participativas. O despreparo vinha de todos os lados: tanto por parte dos consultores e da instância municipal, em constituir um espaço para debate público, como por parte da população,

não habilitada a usufruir dos mecanismos de participação para a defesa de suas propostas.

Apesar dos impasses, foi possível partilhar decisões com aqueles que têm laços afetivos e experiências comuns na cidade, redefinindo políticas institucionais baseadas na necessidade de democratizar a sua gestão. Ganhou força a percepção de que é possível reunir interesses e visões díspares, num esforço de confiança e cooperação mútua na busca de soluções coletivas para as questões suscitadas.

Os relatos daqueles que nasceram, cresceram e constituíram suas vidas participando coletivamente das transformações da cidade, mediante seu trabalho e envolvimento nas discussões políticas e sociais como cidadãos, destacam o fortalecimento de sua identidade e dos laços de confiança como expressão do seu capital social. Além disso, eles mencionaram os impasses que, não sendo obstáculos concretos, possibilitaram a busca de respostas para as diversas questões suscitadas ao longo da elaboração do Plano Diretor:

A contribuição da sociedade foi muito importante, sobretudo na correção dos erros e equívocos da firma consultora responsável pela elaboração do Plano – erros de mapas, limites, etc. (A-2).

Sim, foi muito importante, tendo em vista a divulgação do Plano; as reuniões, em diversos momentos, possibilitaram a comunidade participar e emitir o conhecimento que detinha sobre os problemas da cidade (C-1).

O reconhecimento, por parte dos consultores, de que a participação em um projeto complexo e de tamanha dimensão como a do PROURB não poderia começar do ponto zero ampliou os mecanismos de interação e articulação entre sociedade civil, administração pública

Descentralização e capital social...

e consultoria. Representou, ainda, a alternativa para os gestores municipais viabilizarem a cooperação e os mecanismos de aprendizagem coletiva, buscando superar os impasses na participação popular.

Nessa perspectiva, a formulação e a discussão de propostas eram respaldadas nos anseios e experiências de organização e participação dos diversos atores, quando da elaboração dos planos diretores nos anos de 1970, nos conselhos municipais de políticas setoriais (estes institucionalizados no início dos anos 1990) e em movimentos populares. Foram consideradas ainda as experiências nas entidades estudantis, nas associações de moradores e nos movimentos emergentes na cidade.

Não obstante os desafios e dificuldades assinalados, o plano diretor da cidade de Iguatu, diferentemente da proposta anterior, foi concluído, e suas leis foram aprovadas pela Câmara Municipal, promulgadas e publicadas, oficialmente, pelo chefe do Poder Executivo municipal. Entre os desdobramentos mais significativos, destacam-se: a Administração Municipal passou a dispor de estrutura técnica, dispositivos legais e mecanismos da gestão para uma atuação planejada, principalmente quanto aos investimentos públicos em áreas carentes da cidade, onde se aguçam as mais precárias condições de habitabilidade. O Plano Diretor possibilitou maior disciplinamento do reordenamento do espaço urbano, de forma a responder às necessidades identificadas, minimizar e prever os possíveis conflitos de ocupação do solo, de oferta de equipamentos urbanos e preservação ambiental. A Administração Municipal passou a dispor de equipe técnica, dispositivos legais pertinentes ao ordenamento de expansão ou consolidação da malha urbana, desestimulando as ocupações em áreas desprovidas de infraestrutura, equipamento e serviços urbanos.

A instauração de estruturas de mediação e reconhecimento de atores sociais, revigorando uma esfera pública para discussão e negociação entre segmentos sociais e institucionais, viabilizou, em termos do Plano Diretor, a tomada de decisões mais próximas dos interesses daqueles líderes. Tal situação poderá vir a reforçar os vínculos de uma nova cultura associativa e cívica no Município. Os investimentos nesse modelo participativo, assim como na afirmação de uma cultura política articulada à cultura cívica são frágeis em razão da falta de apoio institucional da Prefeitura. Os impasses surgidos na auto-organização e criação de instâncias de representação mais próximas de atores sociais fortaleceram a democracia de bases territoriais.

A disseminação da participação na elaboração do Plano Diretor e em outras intervenções foi se concretizando à medida que foram emergindo outros canais de mobilização, fortalecendo os laços solidários e de compromisso, ajuda mútua e cooperação, ou seja, o que Putnam (1996) denomina de relações horizontais, considerando-as como testemunhos da presença de capital social.

Os desdobramentos posteriores, contudo, requeridos pela participação, como o apoio institucional e a efetivação da maior parte das propostas não foram implementados, sobretudo no que tange às proposições apresentadas por ocasião do planejamento estratégico, concernentes à melhoria das condições de vida, em termos de renda, educação e meio ambiente. Em consequência, observei certa retração das iniciativas dos participantes, do trabalho coletivo e do processo de auto-organização no desenvolvimento de outras intervenções do Projeto, mais especificamente, no mutirão habitacional.

Em síntese, a presença e o envolvimento de novos atores da sociedade civil no cenário político ligando

saberes e experiências, discutindo e apresentando propostas, buscando consensos e superando preconceitos – abriram perspectivas na reversão da expansão desordenada do crescimento urbano e no controle da atuação das instituições públicas, fortalecendo as relações sociais, o senso de responsabilidade pessoal e a solidariedade entre as pessoas, potencializando assim o seu capital social.

O mutirão habitacional

O mutirão habitacional era uma prática institucionalizada no âmbito da Prefeitura de Iguatu, desde as administrações anteriores, bem como em todo o Estado do Ceará. Para a participação dos moradores da Vila dos Inocentes/Beira Rio na construção das casas, em regime de mutirão, foi criada a entidade Sociedade Comunitária de Habitação Popular (SCHP) Vila União, que coordenou e executou os serviços referentes à construção de unidades habitacionais em parceria⁷ com a Prefeitura e a interveniência técnica e financeira do Estado, por intermédio da coordenação do Projeto de Desenvolvimento Urbano⁸.

A administração da Sociedade Comunitária era constituída pela Assembleia Geral, pela Diretoria (composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro), pelo Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, conforme instituía o estatuto padrão. O mandato dos componentes da Diretoria e dos conselheiros da entidade era de dois anos, podendo ser renovado por igual período. As atribuições dessas instâncias eram formalmente definidas pelo estatuto comum aos demais municípios participantes do Projeto.

Podiam participar da Associação pessoas que moravam na área de abrangência do Projeto, que não tinham sido beneficiadas com programas de moradia, fossem no âmbito estadual ou municipal, que percebiam rendimentos mensais até dois salários mínimos, que tinham família constituída e não possuíam casa

própria, solteiros idosos e deficientes físicos incapazes.

Quando a Sociedade Comunitária começou a funcionar com o início das obras do mutirão, com pouca margem de autonomia para se ajustar às condições locais, viu os debates e reivindicações dos seus associados extrapolarem o que estava regulamentado no estatuto e o previsto no PROURB. Enfim, era a realidade mais complexa do que previam o regulamento e a burocracia estatal.

O envolvimento da comunidade, apesar de não ser uma experiência nova, acionou, por um lado, perspectivas de organização dos seus membros na luta por uma habitação decente. Por outro lado, a natureza das responsabilidades atribuídas à direção da Associação expunha seus membros, notadamente seu presidente, a um processo de desgaste e de críticas, porque a solução dos problemas que foram aparecendo no decorrer do mutirão nem sempre estava sob o seu controle.

À proporção que o Presidente coordenava e administrava todas as atividades da Sociedade Comunitária e do mutirão, centralizava demasiadas responsabilidades: comprava o material para a construção das unidades residenciais, juntamente com os técnicos da Prefeitura, distribuía as tarefas e o material da construção entre os membros do mutirão, além de acompanhar e monitorar o desenvolvimento da construção das casas. Isso ensejou muitas expectativas e embates entre os membros e o presidente da Associação, dificultando maior inclusão dos integrantes do mutirão nas decisões, com vistas à democratização do processo.

Nas assembléias gerais dos associados, convocadas mensalmente pela Diretoria e Conselho Administrativo, apesar da existência de uma agenda para discussão pré-elaborada, prevalecia a homologação das contas já aprovadas pelo Conselho Administrativo e referendadas pela Diretoria da

Sociedade Comunitária, no lugar do debate democrático sobre pendências e impasses ocorridos no decorrer do mutirão.

As múltiplas inter-relações consideradas no mutirão demonstraram a forma como os atores sociais e as instâncias locais se apropriaram e redefiniram o Projeto. Da mesma forma, a concentração das decisões e atribuições demandadas pelo mutirão, notadamente nas mãos do então Presidente da entidade, em muitas situações sobrepondo-se aos interesses dos associados, levantou a questão da autonomia dos movimentos sociais ante o Estado.

Não sendo a Sociedade Comunitária um movimento genuinamente popular, mas uma composição institucional, concebida de maneira a funcionar como um espaço de interesse coletivo e de mediação entre a sociedade e o governo municipal, com vistas à construção de moradias, tem-se que a autonomia, no lugar de ser uma característica estável do mutirão, passou a ser um resultado provisório, fruto de embates contínuos, o que, de certa forma, é da natureza da democracia. Assim considerada, a autonomia do mutirão deve ser analisada em duas instâncias: a do funcionamento operacional da Associação, incluindo a coordenação do mutirão, a agenda de discussões e os prazos; e a de seus efeitos sobre a Sociedade Comunitária, com relação às mudanças na orientação política da Administração Municipal.

No tocante ao funcionamento, foi visto que a coordenação das construções estava sob a responsabilidade, principalmente, do presidente da entidade. No que concerne à agenda das discussões, os conflitos eram abertos. Os integrantes do mutirão lutavam pela ampliação dos espaços de decisão nas assembleias da Associação. Os técnicos da Administração Municipal e a direção da Associação, por sua vez, em muitas situações, argumentavam haver assuntos que

extrapolavam o âmbito de ação do mutirão, como, por exemplo, o destino do lixo, a implantação dos projetos apresentados por ocasião do planejamento estratégico, dentre outras. Esses tópicos, na visão deles, exigiam uma discussão mais abrangente, que ultrapassava a esfera do mutirão e requeria maior conhecimento da população sobre os problemas da cidade e, por essa razão, não podiam ser submetidas às decisões da assembleia de associados.

O ambiente do mutirão transformou-se, com efeito, em um espaço de contradição, não possibilitando, em muitas ocasiões, a criação de esferas de negociação capazes de articular e compatibilizar as diferentes reivindicações ou exigências dos associados. Os incentivos à participação limitavam-se à obtenção da moradia e não evoluíram para outros contextos de colaboração que estimulassem a apropriação de conhecimento sobre a realidade local e o exercício de propiciar novas identificações coletivas.

Os prazos para o cumprimento das metas físicas do mutirão estavam previstos no cronograma de sua execução, coincidindo cada etapa com o cronograma de desembolso financeiro, elaborado por ocasião da assinatura do convênio. No princípio, foi difícil cumprir a programação estabelecida para a construção das casas, dado o conflito entre a alocação de tempo para o mutirão e o trabalho formal de alguns dos beneficiários. A busca constante de cumprir as metas, sem levar em conta situações concretas, em termos de disponibilidade de tempo dos participantes, ensejava dilemas que negavam os laços de solidariedade comunitária indispensáveis à interação horizontal, a qual constitui uma dimensão irrecorrível do capital social.

Na visão de Putnam, a criação de laços de compromissos, de vínculos de reciprocidade, é determinante capaz de incentivar as iniciativas pessoais para com o grupo. Nesse sentido, concordo com o autor quando ele

acentua que “quanto mais desenvolvidos forem os sistemas de participação cívica numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo” (1996: 183).

A implementação do mutirão habitacional implicou uso de várias estratégias voltadas para incorporar beneficiários deficientes, idosos e trabalhadores sem disponibilidade de tempo. Para tentar superar esses impasses, a Diretoria da Sociedade Comunitária, geralmente na pessoa do presidente, conseguia junto à administração municipal a distribuição de cesta básica, que era entregue quinzenalmente para quem trabalhasse no mutirão. Embora a distribuição de cesta básica possa ser considerada uma prática “clientelística”, nesse novo contexto ela pode ser vista como mecanismo capaz de assegurar formas variadas de participação.

A questão da autonomia *versus* controle no mutirão configurou situações assimétricas no cotidiano da Associação. Momentos de impasse em que houve retração do processo organizativo, quando as pessoas foram menos incentivadas e mobilizadas a dedicar suas energias à construção de redes de interação e de cooperação, intercalados de momentos nos quais os laços, ainda que débeis, de confiança, compromisso e reciprocidade, foram capazes de estimular as iniciativas pessoais, fortalecendo as expressões do capital social.

Como a construção de grande parte das moradias ocorreu entre duas gestões de prefeitos diferentes, mas do mesmo partido político (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB) – à época, em Iguatu, aliado ao governo estadual –, constatei, dentro do possível, uma certa afinidade entre as orientações da administração municipal, mesmo com a troca de seu titular pela via eleitoral, e a direção da Sociedade Comunitária.

A baixa assimilação dos princípios democráticos

da Associação e as múltiplas atribuições assumidas pelo seu presidente, ajustando-se de forma acrítica aos objetivos delimitados pela administração municipal, produziram constrangimentos nas relações do presidente da entidade com os demais membros do mutirão, causando, em função desse comportamento por vezes subserviente, certo distanciamento entre ele e a comunidade, com repercussões óbvias na organização.

A representação foi vista à luz da autonomia do representante do mutirão em face do governo municipal. Pelo depoimento dos entrevistados e do próprio presidente da Sociedade Comunitária, identifiquei que o movimento se concretizou em torno do próprio mutirão, negligenciando a sinalização de uma proposta de participação mais efetiva na vida da Cidade. À proporção que as casas foram sendo concluídas e a infraestrutura instalada, ao mesmo tempo em que o presidente participava em outros eventos na sede municipal, foram se afrouxando os vínculos e os laços de confiança mútua entre ele e os membros do mutirão e, conseqüentemente, se enfraquecendo os mecanismos de cooperação. Esta afirmativa foi corroborada pelo depoimento do presidente da Sociedade Comunitária Vila dos Inocentes.

Durante o mutirão, quando eu estava trabalhando com recursos públicos, todo mundo me procurava. Agora não. Teve o cadastramento do Programa Bolsa Família, cada comunidade foi informada, e aqui não me avisaram. Só consultaram o Presidente da Comunidade da Vila Neuma.

Foi possível observar que a retração dos membros do mutirão e a falta de maior compartilhamento nas decisões demonstraram impasses e dilemas de uma gestão mais democrática da cidade. As experiências de solidariedade e participação foram importantes no

conhecimento e nas mudanças relativos à realidade municipal, fortalecendo os vínculos de cidadania e identidade. A instauração de estruturas de mediação e de reconhecimento de atores sociais, revigorando a esfera pública para discussão e negociação entre segmentos sociais e institucionais, viabilizou – em termos do plano diretor e no mutirão – a tomada de decisões mais próximas dos interesses e preocupações daquelas pessoas. Essa situação poderá vir a reforçar os vínculos de uma nova cultura associativa e cívica no município. Identifiquei, contudo, que são frágeis os investimentos nesse modelo participativo por parte dos governos municipal e estadual, não estando em consonância com as recomendações do Banco Mundial para o PROURB, com o quadro nacional de democratização, assim como não reforçam a afirmação de uma cultura política articulada à cultura cívica.

Aliada a essa fragilidade, a situação de escassez e a extensão dos problemas de ordem econômica, educacional, de saúde, saneamento básico e segregação socioespacial produzem limitações no âmbito do poder municipal, condicionando suas iniciativas às oscilações de recursos externos e ao jogo político que desenha a distribuição desses recursos no País, comprometendo a autonomia municipal. O quadro de exclusão social e de segregação só pode ser enfrentado com macropolíticas econômicas e sociais que promovam impactos sobre as dimensões e mecanismos de operação desse processo na cidade.

Apesar dos obstáculos assinalados, percebi o ensaio, ainda que tímido, de mecanismos de integração e solidariedade, como a participação coletiva na elaboração do Plano Diretor e na constituição de uma entidade em torno do mutirão para construção de moradia popular. São expressões de organização e engajamento da população na busca de adequar o Plano Diretor e seus instrumentos urbanísticos à realidade

socioeconômica, assegurando a formulação de um projeto de cidade sintonizado com seus anseios, coadunando-se assim, com os objetivos do Projeto de Desenvolvimento Urbano.

Ao mesmo tempo em que desigualdades sociais ensejam situações desfavoráveis à participação social, esta, quando efetivada em instâncias organizativas, pode desencadear situações que incidem sobre a conquista de direitos sociais e políticos. Desta forma, a situação de Iguatu, por meio da participação popular na elaboração do Plano Diretor e na realização do mutirão, revela dimensões coletivas de organização da sociedade civil e de incremento do capital social.

Notas

- 1 Tasso Jereissati governou o estado do Ceará no período 1987-1991. Em seguida, entrou Ciro Gomes (1991-1994), renunciando em setembro daquele ano, para assumir o Ministério da Fazenda. O Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos foi implementado na segunda gestão do governador Tasso Jereissati (1995-1998) e encerrado na gestão do governador Lúcio Alcântara (2003-2006), em meados de 2005.
- 2 Sobre o tema, ver Abu-El-Haj, Jawdat, 2002; Barreira, Irllys F., 2002 In: PARENTE, Josênio & ARRUDA, J. M. (orgs) *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza, 2002.
- 3 Ver informações sobre posição estratégica de Iguatu, no tópico “Contextualização do Projeto e do município de Iguatu”.
- 4 Este artigo está baseado em pesquisa que subsidiou minha tese de doutorado, na Universidade de Barcelona, na Espanha, na qual analiso a implementação do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB), em três cidades cearenses – Iguatu, Maranguape e Sobral.
- 5 Em Iguatu, foram aplicados 40 questionários com os beneficiários das ações do Projeto, sendo 20 com os moradores do Conjunto Habitacional João Paulo II e 20 com os participantes do Mutirão Habitacional na Vila dos Inocentes/Beira Rio, localizada às margens do Rio Jaguaribe, na Cidade. Realizei cinco entrevistas com líderes comunitários, três com técnicos da Prefeitura que acompanharam as ações do Projeto e duas com técnicos municipais que participaram da elaboração do Plano Diretor. Entrevistei, também, o então Prefeito de Iguatu.
- 6 O Conjunto João Paulo II é bastante afastado do centro da sede municipal e de outros bairros. Além disso, não dispunha de serviços de infraestrutura. O PROURB, em parceria com a Prefeitura de Iguatu, realizou as seguintes

intervenções de infraestrutura e urbanização: pavimentação de ruas, drenagem, terraplanagem, implantação de uma estação de tratamento de esgoto e ligações domiciliares de esgotamento sanitário, beneficiando 750 famílias. Foi construída, também, a Praça Marcelino Champagnat. Na Vila dos Inocentes/Beira Rio foi feito o reassentamento de 233 famílias em outra área de 3 hectares, distante das margens do Rio Jaguaribe. Na área foram realizadas ações de drenagem, pavimentação, terraplanagem e ligações de água, de esgoto e de energia elétrica. Foram construídas, em regime de mutirão, 114 habitações. A área remanescente foi urbanizada, transformando-se em um Polo de Lazer com *play ground*.

- 7 Parceria foi um dos conceitos que assumiu conotações diversas nos discursos e práticas de atores institucionais e sociais. Neste artigo, a parceria foi definida com papéis complementares assumidos pela Prefeitura, Sociedade Comunitária de Habitação Popular (SCHP) Vila União e Governo do estado, este, por meio da Secretaria de Infraestrutura, sucessora da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), na construção de casas populares para os reassentados da Vila dos Inocentes/ Beira Rio.
- 8 A criação da SCHP Vila União, a assinatura de convênio entre a Prefeitura de Iguatu, a SCHP e o Governo do estado e a formação da diretoria com candidatos eleitos pelos sócios da entidade, por voto secreto, eram regidas pelo Estatuto Social padrão, utilizado pelo Governo do estado nos programas habitacionais.

Referências bibliográficas

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. *A mobilização do capital social no Brasil*. O caso de reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. Classe, poder e administração pública no Ceará. In PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (orgs). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- ANDRADE, Ilza A. L. de. Descentralização e poder municipal no Nordeste: os dois lados da nova moeda. In SOARES, José Arlindo (org.). *O orçamento dos municípios no Nordeste brasileiro*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- ARRETCHE, M. T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 11, nº 31, jun., 1996.
- BANCO MUNDIAL. Appraisal Report referente ao PROURB. Relatório nº 12.836. ER. Relatório de Avaliação: Brasil. Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão Recursos Hídricos do Ceará. Fortaleza, 1994.
- BARREIRA, Irllys A. F. Pensamento, palavras e obras. In PARENTE, J.; ARRUDA, José Maria (orgs). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- BORDIEU, Pierre. Forms of capital. In RICHADSON, J. G. (ed.) *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Paris: West-port; Greenwood Press, 1986.
- CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO / Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. *Elaboração da avaliação final do componente urbano do PROURB: avaliação geral*. Fortaleza: 2003. T. 1.
- _____. / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Perfil básico municipal*. Fortaleza, 2010.
- GAUSISMETGAIA, Consórcio. Plano diretor de desenvolvimento urbano de Iguatu: caracterização do município de Iguatu. Tomo I. Fortaleza, 2000.
- IBGE. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 2001.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
- MENEZES, Maria Zefisa N. S. Subordinação versus autonomia: duas faces do movimento sindical bancário cearense (1955-1964). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 1984.
- _____. Descentralização e capital social: impasses e desafios de projetos estratégicos em cidades cearenses. In BORGES, C. CORTES, F., PONTES, R. *Desenvolvimento: formas e processos*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.
- _____. Descentralização e capital social: impasses e desafios de projetos estratégicos em cidades cearenses. Tese de Doutorado. Universidade de Barcelona. Barcelona. 2009.

Descentralização e capital social...

MONASTÉRIO, L. M. Capital social e crescimento econômico: mecanismos. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 31, nº Especial, Nov. 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Boaventura de S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos – *Democracia e governo local: dilemas das reformas municipais no Brasil*. Rio de Janeiro. REVAN: FASE, 2001.

Recebido em 12/05/2011.

Aceito em 29/11/2011.

COR E STATUS MARITAL NO BRASIL

JAKSON ALVES DE AQUINO*

1. Ideologia da democracia racial

Gilberto Freyre considerava que a ausência do Estado e a importância da família patriarcal no início da história brasileira favoreceram o desenvolvimento de características personalistas no caráter do homem brasileiro. O brasileiro tenderia a regular seu comportamento mais pelos sentimentos do momento do que por regras impessoais de conduta. Gilberto Freyre enumera várias circunstâncias que facilitaram a miscigenação cultural e biológica entre os povos de diferentes origens que vieram a compor a população brasileira. Ele argumenta que os portugueses, por terem tido extenso contato com os povos do norte da África, de religião muçulmana, teriam menor aversão à miscigenação e seriam mais abertos à assimilação da cultura de outros povos do que os demais europeus. Por um lado, isso fez os senhores de escravos brasileiros, mais do que os senhores norte-americanos, por exemplo, verem as escravas negras como objetos sexuais atraentes. Este seria um importante ponto de partida para a formação de uma camada mulata da população, que viria a retirar a nitidez da distinção entre pretos e brancos. Por outro lado, as crianças brancas tinham

RESUMO

Este artigo investiga a associação existente entre cor e status marital. São revisadas pesquisas empíricas sobre o tema, ficando evidente que as diferenças de rendimentos não podem ser atribuídas apenas a diferenças de escolaridade. A análise dos dados da PNAD apresenta indícios de que existe discriminação racial até mesmo nas relações afetivas entre homens e mulheres: é maior a proporção de mães sem cônjuge entre as mulheres que se declararam de cor preta.

Palavras-chave: discriminação racial, status marital, democracia racial.

ABSTRACT

This paper discusses the association between skin color and marital status in Brazil. Empirical evidence show that income differences between people with different racial profiles can not be due to differences in formal education. The PNAD data analysis shows strong evidence that there is racial discrimination even in affective relations between men and women: the proportion of single mothers is higher among women who declared themselves as black.

Keywords: race discrimination, marital status, racial democracy.

* Professor da Universidade Federal do Ceará.
Contato: jaa@ufc.br.

amas-de-leite e babás negras e, portanto, tinham oportunidade de interiorizar valores culturais africanos.

O resultado da história de miscigenação e do caráter cordial do brasileiro seria a existência no Brasil de um tipo de comportamento que Gilberto Freyre caracterizou como democrático e inexistente nas democracias liberais, norte-americanas e europeias:

A experiência de bi-continentalismo étnico e cultural começada há séculos em Portugal tomou nova dimensão no Brasil: três raças e três culturas se fundem em condições que, de modo geral, são socialmente democráticas, ainda que até agora permitindo apenas um tipo ainda imperfeito de democracia social; imperfeito tanto na sua base econômica como nas suas formas políticas de expressão (FREYRE, 1947: 190).

Enquanto nos Estados Unidos a segregação racial era prescrita pela lei e na Europa se desenvolvia um regime autoritário e racista como o nazismo, no Brasil, negros, mulatos e brancos, perante a lei, eram iguais, e podiam, por exemplo, em grande extensão, utilizar os mesmos transportes públicos e frequentar os mesmos espaços.

Conforme levantamento feito por Cruz (2002), Gilberto Freyre, quando escrevia em português, raramente utilizava o termo “democracia racial”. A expressão era mais comum em seus artigos dirigidos ao público de língua inglesa, talvez para chamar a atenção do leitor para o fato de a desigualdade

Cor e status marital no Brasil

entre negros e brancos, então reconhecida pela lei dos Estados Unidos, ser contraditória em relação à estima que o povo desse país tinha e continua tendo pela noção liberal de democracia. Na democracia liberal, o indivíduo respeita os direitos do outro, ou seja, sua liberdade de fazer tudo o que queira desde que não prejudique os interesses de outros indivíduos. Em caso de conflito de interesses, se procuraria uma solução que garantisse o mínimo de sofrimento e sacrifício e o máximo de satisfação para todos os indivíduos sem que nenhum seja especialmente privilegiado ou prejudicado. O que Gilberto Freyre chamou de “democracia étnica”, “democracia social” ou “democracia racial” foi o fato de no Brasil as pessoas, geralmente, dispensarem o mesmo tratamento cordial a todas as outras, independentemente da sua cor ou raça. Gilberto Freyre não era cego, e sabia que os negros e mulatos no Brasil estavam em desvantagem econômica e social em relação aos brancos. Ele também sabia que existiam práticas racistas no Brasil, mas procurou enfatizar o fato de que, aqui, brancos e negros estavam mais dispostos do que em outros lugares a assimilar aspectos da cultura do outro e as uniões entre as pessoas de diferentes raças estavam mais próximas de serem aceitas com naturalidade, sendo até mesmo festejadas.

Gilberto Freyre certamente exagerou o grau com que ocorre miscigenação no Brasil e o grau de cordialidade e respeito mútuo existente nas relações entre indivíduos brasileiros de diferentes origens raciais, mas, como veremos a seguir, os autores contemporâneos que estudam as relações raciais demonstram a existência no Brasil tanto do racismo quanto da democracia racial; o primeiro como uma realidade encoberta mas não invisível, e a segunda como uma ideologia da maioria dos brasileiros e que pode vir a ser utilizada como ferramenta de combate ao racismo.

De acordo com a ideologia da democracia racial, não há racismo no Brasil. Negros e brancos obtêm os empregos que sua condição educacional e sua rede de relações lhes permitem conseguir. Homens e mulheres namoram e se casam com pessoas de seu meio, de níveis econômico e cultural equivalentes, e de personalidade compatível com a sua. A cor ou raça da pessoa não tem importância, e os casamentos mistos só não são mais frequentes porque, devido a razões históricas, há uma diferença entre os níveis de escolaridade e de poder aquisitivo de negros e brancos. Brancos ocupam melhores posições no mercado de trabalho porque têm uma grande vantagem histórica em relação aos negros, ou seja, os brancos são filhos e netos de pessoas que tiveram acesso à educação formal e a um patrimônio econômico considerável, ao passo que os negros são filhos e netos de ex-escravos analfabetos e sem nenhum patrimônio. Da abolição da escravidão para cá, decorreram apenas quatro ou cinco gerações, o que não foi suficiente para que as desigualdades fossem eliminadas.

A ideologia da democracia racial brasileira faz parte de um contexto mais amplo em que se pensava a construção da nação como “comunidades de pertença cultural, linguística e racial homogêneas” (GUIMARÃES, 2006: 272). Nas últimas décadas, entretanto, houve mudanças significativas:

As reformas constitucionais recentes na América Latina, portanto, no que toca às identidades raciais, trouxeram como novidade a concepção de sociedades e nações pluriétnicas e multiculturais. Tais constituições submergiram, assim, o ideal fundador de nações mestiças e culturalmente homogêneas, vistas como produto da miscigenação biológica e cultural entre europeus, indígenas americanos e africanos, ideal cuidadosa e trabalhosa gestado

desde as guerras de independência do século XIX (GUIMARÃES, 2006: 273).

2. Desigualdade racial

Em pesquisa realizada pelo Datafolha em 1995, quando perguntados se são racistas, os brancos, em grande maioria, responderam que não. Os pretos e pardos por sua vez, em sua grande maioria, dizem nunca ter sido vítimas de preconceito racial. Fatos como esses parecem corroborar uma hipótese de que a democracia racial, mais do que mera ideologia, é uma realidade no Brasil. A maioria dos entrevistados responde que há racismo no Brasil, mas isso não precisa necessariamente ser interpretado como contraditório em relação à resposta anterior de nem ser racista e nem ter sido vítima de preconceito. Afinal, mesmo que apenas uma diminuta parcela da população seja racista, se todos souberem da existência desses racistas, todos dirão que há racismo no Brasil. Os resultados da pesquisa levaram Paul Singer a concluir que: “Ao menos no nível verbal, a ‘democracia racial’ brasileira tem sua existência confirmada” (SINGER, 1998: 80).

As respostas dos entrevistados, entretanto, contrastam com as práticas discriminatórias das quais todos ouvimos relatos ou que testemunhamos pessoalmente. Uma pesquisa como a realizada pelo Datafolha pode estar medindo mais a eficácia da ideologia da democracia racial do que propriamente o racismo existente no Brasil. A afirmação de que existem práticas racistas não precisa ficar na dependência de observações casuais. Como veremos nos parágrafos seguintes, várias pesquisas etnográficas têm apresentado em detalhes como são essas práticas.

Sandoval (1991, citado por CASTRO e GUIMARÃES, 1999: 89) examinou a história de vida de trabalhadores paulistanos e observou que os negros dificilmente eram promovidos a postos em que

tivessem que lidar diretamente com os altos escalões da empresa ou com clientes brancos.

Silva (1999) realizou, em 1989, 75 entrevistas com homens e mulheres negros também na região metropolitana de São Paulo e ouviu vários relatos de discriminação:

[...] negros consistentemente relatam que, quando têm as mesmas funções dos brancos, seus cargos e salários são inferiores aos de seus colegas brancos. [...] outros sujeitos observam que mesmo quando o seu cargo tem o mesmo título e o salário é igual, eles nem sempre têm permissão de desempenhar as mesmas funções. Por exemplo, negros frequentemente relatam ter sido impedidos de exercer funções envolvendo o manuseio de dinheiro e equipamento ou o acesso a áreas sensíveis da empresa. [...] a pesquisa também revela que quanto maior a mobilidade experimentada por um negro dentro de uma empresa, mais desconfortáveis se sentem seus colegas brancos [...] (SILVA, 1999: 115).

Robin Sheriff morou durante dois anos (entre 1990 e 1992) na favela do Morro do Sangue Bom, no Rio de Janeiro, para a realização da sua pesquisa de doutorado. A autora encontrou na comunidade, em primeiro lugar, silêncio sobre o racismo. Os moradores raramente discutiam a discriminação racial com os amigos ou familiares. Entretanto, quando perguntados se haviam sofrido discriminação, a lembrança mais frequente era a de ter se apresentado a uma empresa para se candidatar a uma vaga e ser comunicado de que não havia nenhuma vaga aberta. O entrevistado relatava saber que havia vaga e que, depois, ficara sabendo que ela havia sido ocupada por um branco (SHERIFF, 2001: 106 e seguintes).

Sheriff também encontrou vários casos em que um casamento entre pessoas de cores diferentes era

fonte de conflitos na família. Os pais da pessoa mais clara geralmente se opunham à união e algumas vezes a pessoa mais escura afirmou para Sheriff que estava deliberadamente procurando uma pessoa de pele mais clara para casar (2001: 135). A motivação, entretanto, não parecia ser propriamente racista, mas uma estratégia de defesa contra o racismo existente na sociedade. Quanto mais clara a cor da pele dos filhos que viriam a nascer, menor a probabilidade deles sofrerem discriminação racial e, portanto, maiores as chances de serem bem sucedidos na vida. Infelizmente, este não parece ser um raciocínio equívoco, pois Sheriff também encontrou mais de um relato de famílias mistas, em que o passar das gerações permitia aos indivíduos de cor clara ascenderem socialmente enquanto que os de cor mais escura permaneciam tão pobres quanto seus pais (2001: 147).

Um dos motivos da facilidade de ascensão dos brancos é o preconceito existente na sociedade como um todo, o que impõe um freio aos seus concorrentes de cor escura. Uma das manifestações desse preconceito é bastante sutil e se deve às diferentes expectativas que os adultos têm em relação às crianças de cores diferentes:

Os mais claros na família [...] frequentemente são vistos como mais atraentes e talvez mais inteligentes, e embora eu não tenha nenhum dado verdadeiramente sólido no qual basear tal conjectura, frequentemente tenho a impressão de que pais e demais membros da família têm expectativas mais elevadas em relação às suas crianças mais claras do que em relação às mais escuras (SHERIFF, 2001: 144).¹

A criança precisaria ter uma personalidade especialmente forte para se manter motivada a tentar progredir quando todos à sua volta lhe dizem que ela não tem futuro.

Alguns ativistas frequentemente se referem à ideologia do branqueamento como um obstáculo. Considerando os fatos mencionados aqui, podemos dizer que a atitude individual de busca de branqueamento dos descendentes é baseada em uma visão acurada do funcionamento da sociedade e, portanto, não pode ser chamada de ideologia (falsa consciência).

Evidências da existência de racismo também surgem da análise de dados quantitativos. Em estudos patrocinados pela UNESCO nas décadas de 1950 e 60, Roger Bastide e Florestan Fernandes puderam demonstrar com números que os negros viviam em situação econômica pior do que os brancos. Entretanto, de acordo com a típica máxima marxista de que a vida material determina a consciência, e não o contrário, interpretou-se que o racismo ainda existente era algo anômalo, dado que o regime escravista não mais existia:

O preconceito de cor é tratado como sobrevivência deslocada e não funcional. A ênfase é posta no “preconceito de não ter preconceito” (Bastide e Fernandes, 1955), ou seja, a incapacidade das classes dominantes e das elites de encararem as persistências do passado e sobrepujá-las. Para os intelectuais brasileiros, mesmo para o sociólogo e ativista negro Guerreiro Ramos (1954), o “problema negro” deveria ser subsumido à questão da formação da classe trabalhadora ou à questão da formação do povo brasileiro (GUIMARÃES, 2003: 21).

O capitalismo estaria eliminando os preconceitos de cor, ao tratar todos os trabalhadores de forma homogênea, como parte do proletariado. As diferenças de rendimento entre brancos e não-brancos tenderia a se diluir com o tempo. Assim, para que as evidências de que há discriminação racial no mercado de trabalho sejam aceitas com maior segurança, é

preciso demonstrar que as diferenças de rendimentos não podem ser explicadas por outras variáveis, como escolaridade e origem sócio-econômica.

Foi precisamente isso o que fizeram Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg no final da década de 70. Em um trabalho publicado em 1999, por exemplo, Nelson do Valle Silva analisa os dados da PNAD de 1988 e conclui que a cor do indivíduo está associada à sua renda mensal, mesmo quando se usa como variáveis de controle a região metropolitana em que o indivíduo vive, sua escolaridade, a escolaridade paterna, a origem rural do indivíduo e o tempo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho (VALLE SILVA, 1999). Em outro trabalho, o mesmo autor encontrou resultados equivalentes para a PNAD de 1996 (VALE SILVA, 2000).

Segundo Soares (2000), os negros sofrem discriminação em três momentos: no processo educacional, na inserção no mercado de trabalho e na definição salarial. No terceiro momento, a discriminação cresce com a importância do cargo ocupado: quanto mais elevado o cargo, maior a diferença salarial entre brancos e negros o que, para Soares, indica que “existe uma visão do que seja o lugar do negro na sociedade, que é o de exercer um trabalho manual, sem fortes requisitos de qualificação em setores industriais pouco dinâmicos” (2000: 24). Campante, Crespo e Leite (2004) confirmam o estudo de Soares, destacando a importância do nível educacional da mãe para o rendimentos dos negros.

As tabelas e gráficos elaborados pelo IETS (2003) também utilizam os dados das PNADs e demonstram claramente que os negros têm, em média, permanecido em situação de desvantagem em relação aos brancos nos últimos anos em termos de rendimentos, escolaridade e desemprego. Em 1992, por exemplo, 28,6% dos brancos e 54,9% dos negros (pretos +

pardos) foram classificados como pobres. Em 2002, os números equivalentes foram, respectivamente, 22% e 45% (IETS 2003). Isso significa que a razão entre o percentual de brancos pobres para negros pobres passou de 0,52 para 0,48. Ou seja, embora tenha diminuído o percentual de pobres tanto entre brancos quanto entre pretos, relativamente aos brancos, os pretos estão mais pobres do que antes. Ao contrário do previsto por Florestan Fernandes e Roger Bastide, esses dados indicam que as desigualdades raciais, até 2002, estavam aumentando e não diminuindo. Uma possível argumentação seria a de que o aumento na desigualdade entre brancos e pretos seria decorrente do aumento da desigualdade em geral entre ricos e pobres no Brasil. De acordo com tabelas do IETS, o índice de Gini no mesmo período variou de 0,58 para 0,59.

Percebemos, ainda, que a razão entre taxa de desemprego de brancos e negros passou de 0,83 para 0,77 e a razão entre a escolaridade média de brancos e negros passou de 1,64 para 1,42. Ou seja, a situação dos negros em relação à situação dos brancos piorou quanto ao desemprego, embora esteja menos ruim em relação à taxa de escolaridade. Vale lembrar, entretanto, que o aumento de escolaridade dos negros pode não estar sendo proporcional ao aumento da escolaridade exigida para que um indivíduo ocupe um posto elevado na hierarquia do mercado de trabalho.

Nos trabalhos acima, pretos e pardos são agrupados numa mesma categoria porque as estatísticas relacionadas a renda e escolaridade dos pardos têm revelado que eles estão muito mais próximos dos negros do que dos brancos. Isso contraria afirmações de muitos trabalhos acadêmicos no Brasil que consideram que os pardos são menos discriminados do que os pretos. Os pardos estariam melhor integrados à sociedade, sendo menos discriminados e tendo maiores oportunidades de mobilidade ascendente. Vários

autores contemporâneos compartilham este posicionamento (BERNARDINO, 2002: 252; SOUZA, 2000). Singer, por exemplo, comentando a pesquisa do Datafolha, afirma:

[...] as respostas são consistentes: mais de um terço dos negros já foram vítimas de discriminação, contra apenas cerca de um sexto dos pardos. [...] Os pardos que alcançaram emprego decente, eventualmente destaque em alguma atividade, são discretamente promovidos a brancos e deixam de ser discriminados. Já com os pretos, esta manobra fica mais difícil (SINGER, 1998: 72-3).

Quando 70% dos negros dizem nunca ter sofrido discriminação, parece que não percebem ou não estão levando em consideração pequenos atos, como, por exemplo, os olhares desconfiados que pretos, mais do que brancos, recebem ao entrarem numa loja porque, mais do que os brancos, os pretos são considerados “suspeitos”. Em todo caso, a estratégia de alguns indivíduos pretos e pardos de procurar alguém de pele mais clara para casar indica que esta opinião da menor discriminação sofrida por pardos é compartilhada pela população em geral.

De acordo com Valle Silva (1999: 185), entretanto, na análise estatística da renda, controlada por outros fatores relevantes como os níveis de escolaridade do entrevistado e o do seu pai, a origem rural do entrevistado e o seu tempo de experiência no mercado de trabalho, os rendimentos dos homens negros são superiores aos dos mulatos nas regiões metropolitanas brasileiras. Os resultados de Valle Silva foram obtidos a partir da análise dos microdados da PNAD de 1988.

A fonte mais comumente utilizada para se demonstrar a existência de desigualdades raciais são os dados das PNADs. Outros autores, entretanto,

realizaram sua própria coleta de dados e obtiveram resultados mais detalhados para uma realidade local. Castro e Guimarães (1999), por exemplo, coletaram vários dados (incluindo a cor) de trabalhadores de duas refinarias, uma pública e uma privada, ambas operando em Camaçari, na Bahia. Analisando os resultados, os autores concluem que há discriminação na refinaria privada, onde proporcionalmente há mais brancos nas posições melhores (engenheiros) e os intervalos entre as promoções são menores para os brancos. Na refinaria pública não há discriminação.

3. Cor e matrimônio

A ideologia da democracia racial é claramente falseada por evidências empíricas até mesmo no setor da vida social onde ela aparentemente tem domínio mais forte: nas relações afetivas, particularmente nas relações amorosas. No Brasil, quando há casamentos entre pessoas brancas e negras, é mais comum o homem ser negro e a mulher branca do que o inverso (PACHECO, 2006). Como veremos nesta seção, a observação de Sheriff de que as pessoas tendem a procurar parceiros mais claros é corroborada por dados das PNADs e dos censos.

Uma vantagem do uso de dados como os produzidos pelas PNADs ou pelos censos é que elas medem, predominantemente, variáveis indicadoras de status socioeconômico e não opiniões e atitudes. Tentar medir atitudes em relação a discriminação racial com sondagens de opinião, por exemplo, é problemático pelo fato de muitos entrevistados se verem obrigados a responder questões sobre situações que são para eles apenas hipotéticas (PAGER, 2006: 70).

Entretanto, pode-se dizer que a questão existente nas PNADs e nos censos para aferir a cor dos indivíduos, pelo menos em parte, mede uma opinião. Perguntar a alguém qual é a sua cor é algo

problemático no Brasil porque a opinião da pessoa sobre a própria cor não é formada apenas por uma avaliação de características biológicas. O status socioeconômico influencia na percepção. Schwartzman, utilizando dados da PNAD de 2005, verificou que a cor atribuída aos filhos pelas mães estava correlacionada não somente à sua cor e à do seu cônjuge, mas também com o status socioeconômico da família. As mães mais pobres tendem a atribuir aos filhos cor mais escura do que as de nível socioeconômico mais elevado (SCHWARTZMAN, 2007).

Longo (2011), trabalhando com dados do censo de 2000, demonstra existir diversas barreiras às uniões. As chances de duas pessoas se casarem é maior se ambas tiverem a mesma escolaridade, a mesma religião e a mesma cor. A barreira mais forte seria a diferença de religião (LONGO, 2011, p. 147), sendo relativamente pouco frequentes as uniões entre pessoas de religião diferente. Quanto à cor, a branca seria a mais valorizada, e as chances de uma pessoa mais escura ser casada com uma pessoa mais clara são maiores se ela compensar a cor da pele com escolaridade mais elevada:

As uniões inter-raciais mais raras são aquelas entre brancos e pretos, seguida das uniões entre pardos e pretos. Vale ressaltar que as uniões intrarraciais com a diferença de 1 nível de escolaridade são mais frequentes do que as uniões inter-raciais endogâmicas por escolaridade (LONGO, 2011: 133-4).

Longo destaca ainda que “há ainda diferenças consideráveis entre as mulheres casadas e as unidas, pois as uniões inter-raciais são mais prevalentes quando a união é informal” (LONGO, 2011: 100).

Para Schwartzman, mais do que usar a estratégia de branqueamento para ascensão social, os negros que conseguem elevar seu nível socioeconômico

passam, então, a conviver mais e a se unir com brancos. As maiores barreiras às uniões seriam socioeconômicas, e não raciais (SCHWARTZMAN, 2007).

Um homem leva muitos fatores em consideração no momento de decidir viver conjugalmente com uma mulher. E a mulher, por sua vez, pode ter muitos motivos para preferir permanecer solteira, mas, neste artigo, parto do pressuposto de que uma mulher com filhos prefere ter um marido com quem dividir a responsabilidade de criar os filhos do que ser mãe solteira ou divorciada. Se a cor da mulher for um dos fatores considerados pelos homens na escolha de uma esposa, e se as mulheres brancas forem as mais valorizadas no mercado matrimonial, será de se esperar uma maior probabilidade de uma mãe ter cônjuge se tiver pele clara. As mulheres brancas teriam maior facilidade para se casar e para se manter casadas. Assim, não farei aqui distinção entre mães solteiras e mulheres divorciadas. Para avaliar quais características das mulheres os homens procuram nas mulheres que escolhem como esposas, dividirei as *mães* em duas categorias: *com* e *sem* cônjuge. Uma mãe sem cônjuge pode ser solteira, divorciada ou viúva.

Para determinar os fatores que aumentam a probabilidade de uma mãe brasileira não possuir marido, faremos algumas análises usando um subconjunto dos microdados que incluem apenas as mulheres que são pessoas de referência ou cônjuge na família e têm filhos morando no mesmo domicílio.² Na maioria das PNADs, entretanto, não é possível saber se a ausência do marido se deve à mulher ser divorciada, viúva ou mãe solteira. Para minimizar o número de casos em que a ausência de marido se deve à viuvez, foram selecionadas para as análises seguintes somente as mulheres com idade igual ou inferior a 40 anos. Mulheres com idade superior podem já não ter nenhum filho morando no mesmo domicílio por eles já terem se

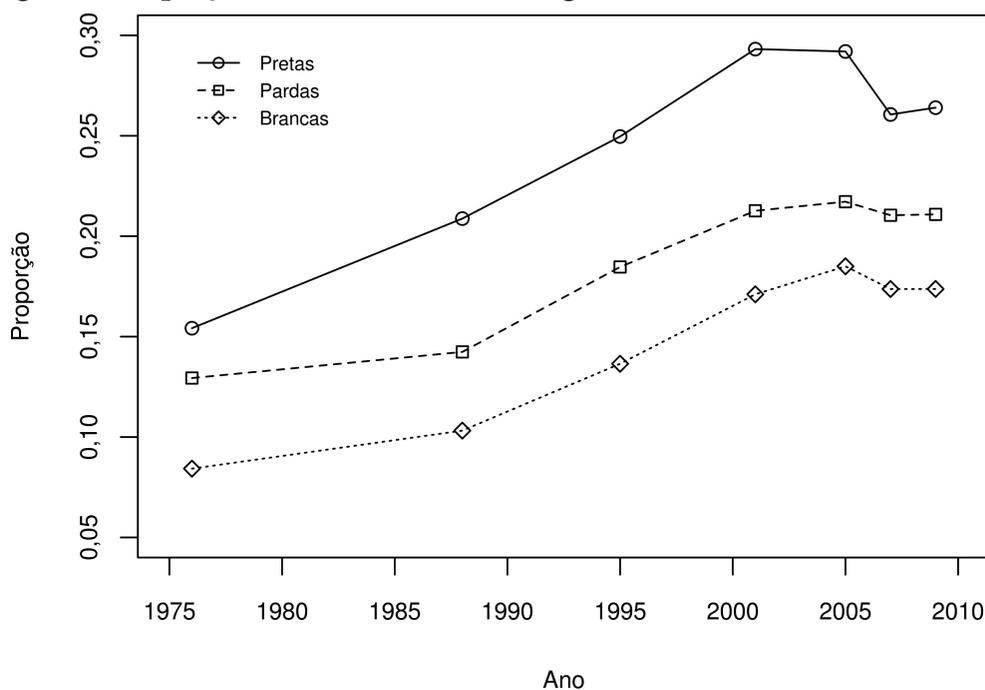
Cor e status marital no Brasil

tornado adultos e constituído a própria família. Para a maioria das PNADs, não seria possível identificar essas mulheres como mães.

A Figura 1 mostra que a probabilidade de uma mulher ser mãe e não ter marido tem aumentado nos últimos anos para todas as parcelas da população,

mas, entre as que se auto-classificam como *pretas*, a proporção de solteiras tem sido consistentemente superior. Devido ao seu pequeno número, as mulheres que se auto-classificaram como *indígenas* ou *amarelas* foram excluídas deste gráfico e das análises seguintes.³

Figura 1: Proporção de mães sem marido, segundo a cor — Brasil, 1976–2009



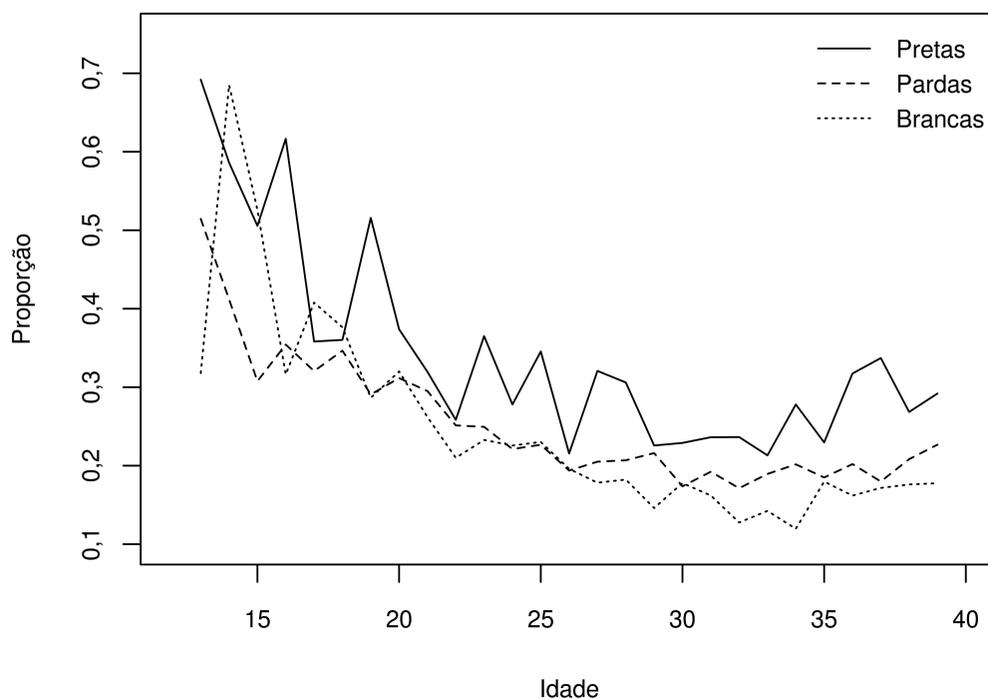
Fonte: Microdados das PNADs de 1976, 1988, 1995, 2001, 2005, 2007 e 2009.⁴

Os dados apresentados na Figura 1 podem ser considerados um indicador de mulheres de pele escura serem menos valorizadas como esposas do que as mulheres de pele clara. Mas algumas explicações alternativas são possíveis.

Em 2005, o ano com maior proporção de mães solteiras, a probabilidade de ser mãe sem marido era menor para as mulheres com pouco mais de 30 anos, como mostra a Figura 2. As mães adolescentes são as que apresentam maior probabilidade de não possuir cônjuge. Se houver uma diferença significativa entre

as idades com que brancas, pardas e pretas têm seus filhos, isso poderia ser um fator importante na explicação da diferença de probabilidade de uma mãe ser solteira conforme a sua cor.⁵

Figura 2: Proporção de mães sem marido, segundo a idade — Brasil, 2005



Fonte: Microdados da PNAD de 2005.

Como podemos ver na Tabela 1, há uma variação considerável na proporção de mães sem marido entre as diferentes regiões brasileiras, o que pode ser decorrente de uma série de circunstâncias sociais, culturais, históricas e econômicas. Assim, uma hipótese a ser testada seria a de que as mães negras não apresentem uma probabilidade maior de ser solteiras. Elas podem simplesmente estar mais presentes nas regiões brasileiras com maior proporção de mães sem marido.

Tabela 1: Proporção de mães sem cônjuge, segundo a Região — Brasil, 2005

Região	Cor		
	Branca	Parda	Preta
Sul	0,156	0,180	0,253
Centro-Oeste	0,178	0,195	0,253
Sudeste	0,190	0,218	0,291
Nordeste	0,208	0,223	0,301
Norte	0,215	0,231	0,320
Total	0,185	0,217	0,292

Fonte: Microdados da PNAD de 2005. Valores ponderados.

Outro fator que pode explicar o fato de algumas mulheres terem maior facilidade (ou interesse) em se casar e se manter casadas seria a escolaridade. As mulheres negras, em média, possuem escolaridade mais baixa e essa — e não a cor da pele — poderia ser uma das explicações para a grande proporção de mães solteiras entre essa parcela da população. Entretanto, observando a Tabela 2, podemos perceber que a correlação entre escolaridade e matrimônio não é linear. As mães com escolaridade mais elevada podem ser preferidas como esposas pelos homens, mas os dados

indicam que a escolaridade tem um efeito ambíguo sobre o matrimônio, pois mulheres com escolaridade mais elevada tendem a ter melhores condições de se emancipar financeiramente e, conseqüentemente, estão menos dispostas a suportar maridos ciumentos, infiéis, alcoólatras ou com alguma outra característica que a faça preferir ficar sem cônjuge. Essa parece ser uma interpretação adequada para o fato de a maior proporção de mães solteiras encontrar-se entre as mulheres que concluíram, ou pelo menos cursaram, o ensino médio.

Tabela 2: Proporção de mães sem cônjuge segundo anos de estudo — Brasil, 2005

Anos de estudo	Média	N	Desv. Pd.
15 anos ou mais	0,167	965.791	0,373
1 a 3 anos	0,192	2.017.389	0,394
4 a 7 anos	0,194	6.407.188	0,396
Sem instrução e menos de 1 ano	0,197	1.106.061	0,397
8 a 10 anos	0,222	4.056.002	0,416
11 a 14 anos	0,223	5.520.084	0,417
Total	0,207	20.072.515	0,405

Fonte: Microdados da PNAD de 2005. Valores ponderados.

Outro dado que parece corroborar essa hipótese é a correlação positiva entre renda e ausência de marido. Em 2005, a renda mensal média das mães sem cônjuge era de R\$ 413 enquanto as mães com cônjuge recebiam em média R\$ 283. Mas a renda familiar das que possuíam cônjuge, obviamente, era maior: R\$ 1.205 *versus* R\$ 472. Seria importante possuir os dados de uma variável como “renda do marido no momento da separação”, pois uma hipótese é que maridos economicamente fracassados abandonam as esposas (PACHECO, 2006: 181–2). A variável renda provavelmente tanto é causa como consequência da mulher ser uma mãe sem marido. Mães solteiras, mais do que mães casadas, têm necessidade de trabalhar para sustentar os filhos e mães que ganham o bastante para sustentar a si próprias e a seus filhos

podem achar mais interessante se divorciar do que tolerar um marido problemático.

Em zonas urbanas, em 2005, 22% das mães com menos de 40 anos não tinham cônjuge, contra apenas 13% das mães vivendo em zona rural. Esse é, portanto, mais um fator a ser considerado.

Outra variável a ser considerada é a razão de sexo de cada local. A razão de sexo, aqui definida como a razão entre o número de homens e o número de mulheres com idade entre 16 e 40 anos, para cada região urbana e rural de cada unidade da federação, variou de 0,84 (zona urbana do Acre) a 1,72 (zona rural de Roraima).⁶

A Tabela 3 apresenta o resultado de análises de regressão logística englobando todas as variáveis consideradas até aqui.⁷ A variável cor se mostrou

estatisticamente significativa tanto no Modelo 1 quanto nos outros dois modelos, em que há maior número de variáveis de controle. Mulheres com idade entre 34 e 40 anos têm uma menor probabilidade de ser mães sem cônjuge. Nos modelos, a chance de ser mãe sem cônjuge é maior para as mulheres de renda mais elevada. Morar na zona urbana aumenta a chance da mãe ser sem cônjuge. Em relação à Região Norte, a Região Nordeste não é significativamente diferente,

mas as mães residentes nas demais regiões apresentam chance menor de serem sem cônjuge, sendo as mães do Sul as que têm maior chance de ter cônjuge. A correlação entre ser mãe sem marido e escolaridade somente se apresentou estatisticamente significativa para as mulheres com 11 anos ou mais de estudo: ter escolaridade elevada reduz a probabilidade de ser mãe sem cônjuge.

Tabela 3: Regressões logísticas binárias para a chance de uma mulher ser mãe sem cônjuge como variável dependente, 2005

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
(Intercepto)	0,659**	-0,213	-0,174
Cor (Branca)	-0,294***	-0,209***	-0,159***
Cor (Preta)	0,349***	0,375***	0,372***
Idade (21-33)	-1,092***	-1,092***	-1,083***
Idade (34-40)	-1,327***	-1,323***	-1,297***
Logaritmo da renda	0,213***	0,217***	0,232***
Situação (Urbana)	0,253***	0,431***	0,466***
Razão de sexo	-1,954***	-1,082***	-1,103***
Região (Nordeste)		-0,048	-0,052
Região (Centro-Oeste)		-0,333***	-0,318***
Região (Sudeste)		-0,199***	-0,200***
Região (Sul)		-0,432***	-0,438***
Estudo (1 a 3 anos)			-0,083
Estudo (4 a 7 anos)			-0,105
Estudo (8 a 10 anos)			-0,053
Estudo (11 a 14 anos)			-0,192***
Estudo (15 anos ou mais)			-0,832***
N	45425	45425	45188

Fonte: Microdados da PNAD de 2005. O número de asteriscos indica a significância (*** p = 0, ** p < 0,01, * p < 0,05).

Nos modelos apresentados, as chances de uma mulher que se declarou como preta ser mãe sem cônjuge é maior do que a de uma mulher branca, o que pode ser considerado evidência de que as mulheres

brancas são mais valorizadas no mercado matrimonial. Existe, é claro, a possibilidade de os modelos não incluírem variáveis relevantes que anulariam o efeito da cor. Os dados apresentados neste artigo complementam as evidências apresentadas por Longo (2011) de que a chance de ser casada em relação a estar em

união estável é maior para mulheres brancas. As evidências empíricas sugerem a existência de uma associação entre cor (preta, parda e branca) e status matrimonial (solteira, unida e casada).

4. A realidade da democracia racial

As evidências apresentadas aqui, resultantes tanto de trabalhos etnográficos quanto de análises quantitativas, indicam haver racismo em grau considerável no Brasil em diversos setores de sociabilidade. No entanto, como vimos, a maioria dos brasileiros pretos e pardos afirma nunca ter sofrido discriminação, o que indica a força que possui no Brasil a ideologia da democracia racial. Ficamos assim diante de um quebra-cabeça que pode ser traduzido numa pergunta formulada em duas versões: Como a ideologia da democracia racial consegue prevalecer em um ambiente racista? Ou, mais especificamente, por que os não-brancos não vêem que são vítimas de preconceito?

Os autores que estudam o racismo no Brasil discordam quanto ao fato de os brasileiros terem ou não a categoria raça como nativa em seu discurso. Compreender como os brasileiros usam essas palavras é importante porque *cor* e *raça* podem ter pesos diferentes em um discurso racista.

A diferenciação pela cor é potencialmente menos segregadora do que a diferenciação pela raça porque a cor é apenas uma característica física superficial, sem a carga de significado do termo raça. Se considerarmos a história evolutiva de duas espécies próximas, perceberemos que em algum momento no passado os ancestrais das duas espécies pertenciam a diferentes raças de uma mesma espécie. Ou seja, o termo raça lembra o processo evolutivo que gera o surgimento de novas espécies. Falar em raças humanas implica, portanto, dizer que, embora os filhos gerados por relações de homens e mulheres de diferentes populações

sejam férteis, as diferenças biológicas entre os indivíduos das diferentes populações são grandes. Mais alguns milhares de anos de isolamento das populações e o processo evolutivo faria com que algumas das “raças” pudessem deixar de ser consideradas *Homo sapiens sapiens*. A conclusão do raciocínio racista seria que, se o indivíduo da outra raça quase não é humano, então, não merece ser tratado com a dignidade reservada aos humanos. Subjacente ao racismo, está a ideia de que a espécie humana poderia ser subdividida em diferentes subespécies caracterizadas por diferentes capacidades intelectuais e morais.

Para Guimarães (2003: 100 e 105), os brasileiros, quando pensam em questões raciais, pensam mais usando o conceito de cor do que o conceito de raça. Sheriff, entretanto, em sua pesquisa etnográfica percebeu que os moradores do Morro do Sangue Bom usam de forma nativa tanto o conceito de raça quanto o conceito de cor. Ela percebeu, ainda, que cor e raça não têm o mesmo significado para os seus entrevistados. O significado das diversas cores utilizadas para se referir às pessoas dependia do contexto. Em muitos casos, a cor é simplesmente um auxiliar na descrição física da pessoa, sem conotação especialmente positiva ou negativa. É quando usando as cores nessa acepção que os brasileiros fazem maior uso da sua criatividade para inventar nomes de cores. Uma mesma pessoa pode ser descrita como clara se estiver em meio a outras de pele mais escura ou como escura se estiver em meio a outras de pele mais clara. Em outros contextos, as cores são usadas para classificar racialmente as pessoas. Neste caso, não há muitas cores. São apenas duas: branco e negro. Na classificação racial, a cor branca lembra imediatamente e evoca todos os sentimentos associados aos indivíduos que são descendentes dos ricos, bens instruídos e poderosos. A cor negra é uma advertência de que o indivíduo a que

se está referindo é um descendente de escravos que viviam em posição de extrema subordinação e impotência e que tiveram uma vida repleta de sofrimentos. Por isso, chamar o outro de negro ou de preto pode ser um insulto. Neste sentido, palavras como mulato e moreno podem ser apenas eufemismos usados para se evitar se referir ao outro como negro. Na definição de branco e de negro, os informantes de Sheriff costumavam dizer que “Quem não passa por branco, preto é”, ou seja, se o indivíduo não for branco o bastante para ser considerado branco, também não é pardo ou mulato: é negro. Portanto, se as observações e interpretações de Sheriff forem corretas, os brasileiros têm uma noção de raça bem mais próxima do sistema de hipodescendência dos norte-americanos do que supõem muitos dos estudiosos do tema. O vocabulário dos moradores do Morro do Sangue Bom também expressa uma sabedoria equivalente aos resultados de alguns estudos quantitativos segundo os quais pretos e pardos no Brasil podem ser todos estatisticamente tratados como negros:

Quando perguntei às pessoas qual a diferença entre os dois termos, uns poucos me disseram que “*negro* é mais escuro do que *preto*”. Outros me disseram que não havia diferença. A maioria, entretanto, me disse que “*preto* é cor, *negro* é raça” (SHERIFF, 2001: 44)

Note que enquanto a maioria dos moradores do Morro do Sangue Bom diz que somente existem duas raças, alguns adotam a estratégia do branqueamento para facilitar a ascensão social dos filhos. Na estratégia de branqueamento, os pardos são, do ponto de vista da discriminação racial, considerados menos negros do que os pretos.

Os informantes de Sheriff não conversavam sobre racismo com familiares e raramente o tema era

abordado entre amigos. Eles normalmente lhe forneciam como primeira resposta à sua pergunta sobre racismo a afirmação de que sabiam que existia racismo mas de que, felizmente, eles próprios nunca haviam sido vítimas. Muitas vezes, entretanto, eles se lembravam de algum fato que fora marcante o bastante em suas vidas para despertar emoções negativas e que, portanto, era melhor ser esquecido (SHERIFF, 2001: 72).

Há ainda, o outro lado da moeda a ser explorado: a identidade étnica dos brancos. Conversando com brancos de classe média alta, Sheriff notou que muitos deles ao mesmo tempo que elogiam a miscigenação existente no Brasil, pretendem pertencer a uma espécie de comunidade internacional dos brancos, cujos membros, em sua maioria, têm o privilégio de viver nos países de primeiro mundo:

[...] brasileiros de classe média [...] percebem sua brancura como algo existindo dentro de e, em certa medida, contra um padrão transnacional. Esse padrão pode ser em boa parte imaginário [...], mas ele reflete e alimenta estruturas objetivas de poder racializado, estruturas que transcendem fronteiras nacionais mesmo quando mantidas as hierarquias globais entre Primeiro Mundo–Terceiro Mundo e Norte–Sul. (SHERIFF, 2001: 157).

As evidências apresentadas até agora indicam haver racismo no Brasil e o sentimento de impotência em parte explica porque a ideologia da democracia racial é tão popular. Mas a realidade brasileira é complexa o suficiente para que tenhamos que admitir que alguns elementos da democracia racial estão realmente presentes no cotidiano das pessoas, não sendo mera ilusão. Muitos autores estão hoje aceitando a noção de que no Brasil, ao contrário, por exemplo,

dos EUA ou da África do Sul, existem “áreas moles” nas relações raciais:

As áreas “duras” [...] são: (1) o trabalho e a procura do trabalho em particular; (2) o mercado matrimonial e da paquera e (3) os contatos com a polícia. [...] Já as áreas “moles” são todos aqueles espaços no qual ser negro não dificulta e pode às vezes até dar prestígio. Abrange o domínio do lazer, em particular o botequim, o dominó, o baba, o bate-papo com os vizinhos na esquina, o sambão, o carnaval, o São João (as quadrilhas, o forró, as visitas aos vizinhos), a torcida, a seresta e naturalmente a própria turma – grupo de “iguais” com os quais se compartilha uma boa parte do lazer em público. Há também a Igreja Católica, as crentes e os círculos espíritas. Estes podem ser considerados espaços negros implícitos, lugares nos quais ser negro não deveria ser um obstáculo. Há também os espaços negros mais definidos e explícitos, os lugares nos quais ser negro pode ser uma vantagem: o bloco afro, a batucada, o terreiro de candomblé e a capoeira. [...]. Nestes espaços implícitos geralmente evita-se falar em termos de cor e menos ainda de racismo; o importante é ser cordial e se dar bem com todas as pessoas compartilhando o mesmo contexto. [...] A presença desta hierarquização de domínios e espaços em relação à importância da cor – percebida através de entrevistas conduzidas com pessoas de diferentes cores – cria um continuum: na procura de trabalho há o máximo de racismo; nos espaços negros explícitos, o mínimo. (Sansone, 1998, citado por CRUZ, 2002:10).

Embora as áreas duras estejam justamente entre as áreas mais importantes para a mobilidade social ascendente, não deixa de ser importante a existência de áreas moles, que podem ser exploradas em tentativas de mobilizar as pessoas para combater o racismo.

Notas

- 1 Sou o responsável por esta e pelas demais traduções.
- 2 O código necessário para replicar as tabelas e gráficos produzidos para este artigo encontra-se em <http://www.lepem.ufc.br/aquino.php>.
- 3 A situação dos homens não será analisada aqui, mas vale ressaltar que, embora o número de pais sem cônjuge seja cerca de 10 vezes menor do que o número de mães sem cônjuge, as proporções conforme a cor são equivalentes. Entre os anos de 1988 e 2005, a proporção de pais sem cônjuge passou de 0,022 a 0,024 para os que se auto-identificaram como pretos, de 0,013 a 0,028 para os pardos e de 0,008 a 0,019 para os brancos.
- 4 A pergunta sobre cor na PNAD de 1976 foi feita apenas a uma subamostra de 19% das pessoas. A PNAD de 2007 permite identificar casais homossexuais, com e sem filhos, mas para o cálculo da proporção de mães solteiras também considere solteiras as mães em relação conjugal com alguém do mesmo sexo porque nas PNADs anteriores não há registros de pessoas de referência e cônjuges do mesmo sexo e, conseqüentemente, essas mulheres apareciam como solteiras.
- 5 Segundo Buss (1999: 184), com maior frequência do que mulheres de auto-estima elevada, mulheres com baixa auto-estima tendem a se envolver em relacionamentos passageiros com homens não comprometidos com o bem-estar seu e de seus filhos. Entretanto, não conheço dados que indiquem se a auto-estima de mulheres negras é, em média, mais alta ou mais baixa do que a de mulheres brancas.
- 6 Inclui a razão de sexo no modelo seguindo recomendação de parecerista da Revista de Ciências Sociais, a quem também agradeço pelas várias sugestões bibliográficas e de melhorias no texto, nas figuras e nas tabelas. É claro que sou o responsável por falhas remanescentes.
- 7 O uso de modelos hierárquicos seria mais adequado para a incorporação das variáveis que não representam características dos indivíduos: região, razão de sexo e situação (urbana ou rural). Essa possibilidade poderá ser explorada em trabalhos futuros.

Referências bibliográficas

- BENEDITO, Vera Lúcia (2002). Ações afirmativas à brasileira: em busca de um consenso. Caderno CRH, v. 15, n. 36, p. 69–91, jan./jun.
- BERNARDINO, Joaze (2002). Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos, v. 24, n. 2, p. 247–273.
- BUSS, David (1999). Evolutionary psychology: the new science of the mind. Boston: Allyn and Bacon.
- CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R. V.; LEITE, Phillippe, G.. P. G.. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. Revista Brasileira de Economia, v. 58, n.2, abr./jun. 2004, p. 185-210.
- CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (1999). Racial inequalities in the labor market and the workplace. In: REICHMANN, Rebecca (org.). Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality. University Park: The Pennsylvania University Press, p. 83–108.
- CRUZ, Levy (2002). Democracia racial: uma hipótese. Trabalhos para Discussão, n. 128, ago. 2002.
- FREYRE, Gilberto (1947). Condições étnicas e sociais do Brasil moderno. In: _____. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 179–226.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2, novembro de 2006, p. 269-287.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 47, n. 1, 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2003). Como trabalhar com “raça” em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93–107, jan./jun.
- IBGE. (1997). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados), 1976 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (1989). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados), 1988 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 29/11/2007.
- IBGE. (1996). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados), 1995 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 29/11/2007.
- IBGE. (2002). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados), 2001 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 29/11/2007.
- IBGE. (2006). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados), 2005 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 29/11/2007.
- IBGE. (2008). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados), 2007 (Banco de dados). Rio de Janeiro: IBGE.
- IETS. (2003). Indicadores da desigualdade racial no Brasil. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. [Coordenação: André Urani]. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php?id_article=41>. Acesso em: 12/12/2007.
- LONGO, Luciene Aparecida Ferreira de Barros. Uniões intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, UFMG/ Cedeplar, 2011.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos (2006). Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção

Cor e status marital no Brasil

- bibliográfica das ciências sociais brasileiras: um diálogo com o tema. *Afro-Ásia*, UFBA, n. 34, p. 153-188, 2006.
- PAGER, Devah. Medir discriminação. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, novembro de 2006, p. 65-88.
- R Development Core Team (2006). R: a language and environment for statistical computing. Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0. Disponível em: <<http://www.R-project.org>>.
- SCHWARTZMAN, Luisa Farah. Does money whiten? intergenerational changes in racial classification in Brazil. *American Sociological Review*, v. 72, dez. 2007, p. 940-963.
- SHERIFF, Robin (2001). *Dreaming equality: color, race and racism in urban Brazil*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press.
- SILVA, Maria Aparecida da (1999). Silent conflict: discriminatory practices and black responses. In: _____. *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park: The Pennsylvania University Press, p. 109-112.
- SINGER, Paul (1998). Radiografia da “democracia racial” brasileira. In: DATAFOLHA (Org.). *Racismo cordial*. 2ª ed. São Paulo: Folha, p. 69-81.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília, IPEA: novembro de 2000. (Texto para Discussão, n. 769).
- SOUZA, Jessé. (2000). Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38.
- VALLE SILVA, Nelson do (1999). Diferenças raciais de rendimentos. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do; LIMA, Márcia (orgs.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 184-216.
- VALLE SILVA, Nelson do. (2000). Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. p. 33-51.

Recebido em: 07/03/2011.

Aceito em: 28/12/2011.

A "RODA DE MACEIÓ" E O PROJETO REGIONALISTA: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DAS DISPUTAS OCORRIDAS NO MUNDO DO LIVRO DOS ANOS 1930

SIMONE SILVA*

Introdução

As rodas ou grupos de artistas¹ fazem parte do mundo do livro desde que ele fora constituído enquanto espaço de produção cultural. De fato, desde o período de Machado de Assis (século XIX), podemos encontrar registros de reuniões de amigos escritores, formação de grupos com ideologias semelhantes, porém a base e a função dessas associações no início do século XX são muito diferentes. Elas deixam de ser uma simples associação de companheiros de ofício, para ser uma 'instituição' determinante para o mundo do livro. No tempo de Machado de Assis, essas associações não eram imprescindíveis ao mundo do livro quanto ao seu funcionamento e ao processo de reprodução cultural. Havia a instituição oficial [jornal/revista], e os seus colaboradores, que quando consagrados, quase sempre também ocupavam um cargo público, o que lhe garantia também

RESUMO

Este artigo analisa disputas ocorridas no mundo do livro dos anos 1930, a partir da "roda de Maceió". A escolha por essa década justifica-se pelo fato de ser o período de confronto entre as idéias lançadas no chamado Movimento Modernista e o projeto Regionalista preconizado por Gilberto Freyre, ambos com o propósito de pensar uma estética e linguagem estritamente nacionais. O interesse de tentar compreender a discussão a partir da "roda de Maceió" dá-se pelo fato de seu projeto regionalista imprimir uma narrativa contrária àquela do grupo paulista. O objetivo, então, é analisar o processo de construção da grande narrativa regional através dos eventos e fatos nos quais a "roda de Maceió" foi protagonista.

Palavras-chave: movimento regionalista, José Lins do Rego, antropologia.

ABSTRACT

This article examines disputes in the world of books in the thirties, from the "Maceió Group" perspective. The choice of this period is justified by the fact that it is the period of confrontation between the ideas launched by the so-called modernist movement and the regionalist project foreseen by Gilberto Freyre, both of them with a vision of a strictly nationalist aesthetic of thought and language. The effort of trying to understand the discussion from the point of view of "Maceió Group" occurs because their regionalist project imprints a narrative contrary to that of the São Paulo Group. The goal, then, is to analyze the process of building the grand regional narrative through the events and facts upon in which the "Maceió Group" were protagonists.

Keywords: regionalist movement, José Lins do Rego, anthropology.

* Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS do Museu Nacional/UFRJ. Professora de Antropologia da Universidade Federal Fluminense/PUCG. simonesilvabr@gmail.com

capital social. E era nesse momento que o escritor consagrado tinha uma melhor possibilidade de movimentação dentro do espaço de produção e até fora dele.

Rio, 10 ago. 1896

Meu caro Dr. Rodrigo Otávio. - Acabo de saber que V. foi nomeado para substituir o Dr. Amaro Cavalcanti na mesa examinadora de candidatos ao lugar de cônsul e de chanceler, amanhã. Um desses candidatos é o meu am^o Sr. Rodrigo Pereira Felício, para o qual peço a sua indulgência em tudo o que não for contrário à justiça - o que aliás é inútil, sabendo que o seu espírito é reto e moderado. O Sr. Rodrigo Felício, conquanto já exercesse o lugar de chanceler, é a primeira vez, creio eu, que se apresenta em concurso, e a timidez pode prejudicar a habilidade. Creia-me sempre Velho am^o e adm^{or}.

Machado de Assis

A “roda de Maceió” e o projeto regionalista...

No final do século XIX, Machado de Assis já era um escritor consagrado, presidente da Academia Brasileira de Letras, com vários de seus livros traduzidos no exterior e também era Diretor Geral da Contabilidade do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. O escritor tinha, dessa forma, capital para atender aos pedidos de seus amigos. Entretanto, o espaço literário de sua época não dependia da relação de prestação e contraprestação entre os produtores culturais. Os escritores não estavam inseridos num sistema de pequenas associações que trabalhavam mutuamente em torno de suas promoções. Não significa dizer que os grupos de intelectuais do período de Machado sejam *outsiders*² ao sistema social e cultural que os circundava; mas este não tinha uma relação de interdependência³ com essas rodas.

Até aproximadamente meados da década de 1920, o mundo do livro era restrito a um pequeno número de consumidores e os artistas continuavam, como em épocas anteriores, sendo patrocinados por mecenas. A publicação de livros nacionais era feita em tiragens restritas, com financiamento do próprio escritor, e competiam com os livros estrangeiros traduzidos aqui (SORÁ, 1998). Desde o final do século XIX, São Paulo, por exemplo, o centro de produção brasileiro que dispunha de melhores condições, contava com poucas livrarias, tais como a Casa Eclética, a Empresa Literária Fluminense, a Paulista, e a famosa Casa Garraux, além dos salões de arte. Entretanto, os salões e os mecenas tiveram seus papéis de ‘promotores’ artísticos alterados, após o progressivo processo de autonomização do espaço cultural. A constituição das *rodas de artistas* explicita uma ruptura com o sistema de dependência total dos artistas das elites econômicas. As rodas passam a ser o meio pelo qual os artistas produzem suas obras. Eram elas, as responsáveis pelo julgamento, pela crítica e pela divulgação

do produto artístico. Elas são mais que associações de amigos; passam a dispor de mecanismos necessários e indispensáveis ao espaço literário.

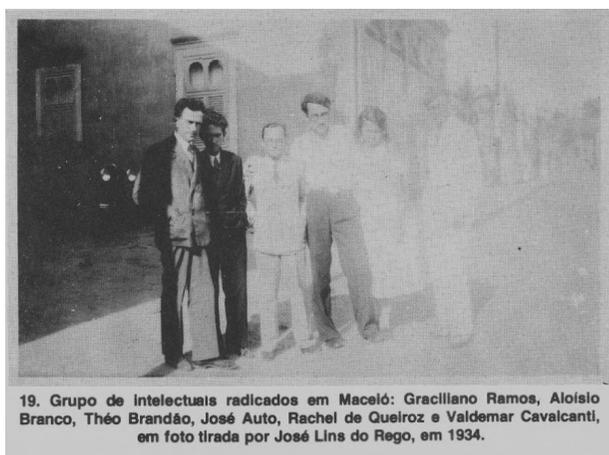
A participação dos mecenas, após a constituição e afirmação das *rodas* como parte do espaço de produção cultural, resumira-se em um patrocínio econômico. Já não cabia mais aos mecenas uma crítica ou uma determinação ‘estética’. Todas as atividades do espaço cultural, a partir da configuração das *rodas* como parte daquele sistema de produção, cabiam aos amigos pertencentes às mesmas. No caso do mundo do livro, por exemplo, evidencia-se a importância que as *rodas* passam a exercer no processo fundamental para a promoção do escritor – a publicação dos livros (SILVA, 2004). Vejamos o caso específico da “roda de Maceió”.

Após sair de Manhuaçu (Minas Gerais), onde era promotor público, José Lins do Rego vai para Maceió. Lá, ele passa a fazer parte da “roda de Maceió”, da qual já eram “membros” Rachel Queiroz, Graciliano Ramos, Valdemar Cavalcanti e Aurélio Buarque de Holanda, entre outros. Quase todos esses escritores se assemelhavam, no que concerne à situação econômica e à formação escolar. Foi dentro desse clima quase familiar que o escritor José Lins do Rego, paralelo à sua atividade de fiscal de bancos, prosseguiu dedicando-se à literatura, chegando até a assinar críticas literárias e pequenos artigos. *Menino de Engenho* seria, a princípio, uma biografia do avô do autor. Conforme Rachel de Queiroz,

José Lins, já na casa dos trinta, começava como romancista, mas era nome feito nas *rodas intelectuais* do Recife e até do Rio, autor de artigos, ensaios e estudos de crítica, já tinha bem afiada a sua ferramenta e já completa a sua formação literária; e com *Menino de Engenho*, o romancista José

Lins do Rego praticamente nos mostrava a sua face definitiva (QUEIROZ, 1972, c.f. SORÁ, 1998).

É que nós surgimos no mesmo tempo: Jorge, eu, Graciliano, Zé Lins, Amando Fontes. Éramos um grupo de contemporâneos e ainda amigos. O José Américo era meu amigo pessoal. Eu conheci quando ele era Ministro do Getúlio... éramos grandes amigos, eu, Graciliano e a mulher dele. A gente se freqüentava muito. Nesse período em Maceió, por coincidência, Zé Lins morava lá, engraçado. Ele era fiscal de imposto de consumo e morava lá. E o Aurélio Buarque de Holanda também morava lá; era de lá. Era uma roda de tantos que depois vieram para cá! Então a gente tinha um botequim, um café, um ponto chique de Maceió, onde a gente reunia-se todas as tardes a tomar um choppinho, um cafezinho, a conversar. Depois viemos para cá [Rio], o Alberto Passos Guimarães, Valdemar Cavalcanti, um político, Aurélio Buarque de Holanda, do dicionário, Graciliano, eu e Zé Lins. Nos reunimos em Maceió nesse período (Entrevista de Rachel de Queiroz, concedida a Gustavo de SORÁ, em 25/02/1997).



Fonte: Biblioteca da Academia Brasileira de Letras - RJ.

Há uma versão segundo a qual, foi devido à amizade que José Lins tinha com o político-escritor Valdemar Cavalcanti, que foi possível publicar *Menino de Engenho* pela pequena Adersen Editores. “Eu fui o datilógrafo dos seus primeiros livros, e foi por interferência minha que *Menino de Engenho* teve seu primeiro editor – Adersen Editores – de dois amigos meus” (CAVALCANTI, 1957, cf. COUTINHO, 1980: 10). Há aqueles que dizem que foi o poeta alagoano Jorge de Lima, também editado pela Adersen – *Poemas Escolhidos* – quem levou *Menino de Engenho* à pequena editora da Rua do Lavradio, 60. Segundo Hersen, o editor, os originais do livro lhe foram entregues por Hildebrando de Lima, irmão do poeta Jorge de Lima. A Adersen Editores foi um projeto dos jornalistas Adolfo Aizen e Sebastião de Oliveira Hersen, que a princípio tinham a idéia de vender livros por reembolso postal para o interior do país. A idéia da editora se concretizou depois da saída de Aizen do jornal *A Ordem*, onde era responsável pelo Suplemento Literário. Após a vitória da Aliança Liberal na Revolução de 30, Aizen trocou *A Ordem* pelos jornais *O Malho* e *O Tico-Tico*, sob a direção dos irmãos Oswaldo e Antônio de Souza e Silva. N’O Malho, sob pseudônimo de Cabuy Pitanga Neto, é responsável pela seção “Caixa”, importante na formação de vários escritores, como o então menino Antônio Olavo Pereira, futuro autor de *Marcoré*. Através dessa nova função, Aizen percebeu a dificuldade para editar e para ter acesso às obras; então conversou com o amigo Hersen e, juntos, no ano de 1930, criaram a Adersen Editores. Ambos não tinham dinheiro e aos autores que os procuravam era proposta uma edição em conjunto, como foi o caso de José Lins do Rego com *Menino de Engenho*, terceiro livro publicado pela Adersen Editora. Em pouco mais de dois anos, ambos foram responsáveis pela edição de inúmeros autores

A “roda de Maceió” e o projeto regionalista...

brasileiros, entre os quais o então popularíssimo Têu-Filho, com seu *A Fragata Niterói*, com capa de J. Carlos e anunciada tiragem de 10.000 exemplares. Apesar do sucesso imediato de *Menino de Engenho*, com a venda de toda a tiragem (2.000 exemplares), a sociedade de Hersen e Aizen foi desfeita. Seus donos, apesar de pertencerem ao meio jornalístico, não tinham o renome de críticos, tão importante na época em que estes estavam intimamente ligados à atividade de publicação. Deveu-se a isso, principalmente, o fracasso da Adersen Editores.

(...) No dia seguinte mandei uma proposta ao autor, que residia em Maceió, pela qual faríamos uma tiragem de 2.000 exemplares, financiada a meias, lucros também a meias, proposta que foi prontamente aceita. A particularidade desse contrato é que, na cláusula referente à tiragem estava especificado que, embora de 2.000 exemplares, numeraríamos a edição de 1 a 5.000, suprimindo, naturalmente, três milhares intermediários, a fim de que realmente os leitores pudessem encontrar exemplares numerados até 5.000. Isto para contestar publicidade que seria feita em torno de uma tiragem excepcional – 5.000 exemplares! (...) A 9 de julho rebentou a Revolução Constitucionalista de São Paulo, dificultando a distribuição do livro, particularmente para aquele Estado, cujo mercado desapareceu completamente (...) Tinha 22 anos de idade e precisava vencer. Com os primeiros exemplares debaixo do braço visitei a livraria mais próxima – ‘Minha Livraria’ – de Benjamim Costallat, que dirigia sozinho o pequeno estabelecimento...O exuberante livreiro-escritor não queria vê-lo. Sua casa não tinha espaço para baboseiras. (...) Saí. Havia em mim um misto de ofensa e desolação. (...) A todos procurava convencer de que *Menino de Engenho* era um livro

excepcional, que ali estava um escritor fora do comum. (...) A título de favor pessoal saíram as primeiras notas nos jornais. As primeiras críticas, simples trechos publicitários, tive eu mesmo de fazê-los, usando nomes de amigos que sorriam diante das fotos consumados. Aí estão, entre os vivos: Jorge Amado e Arnon de Melo: entre os mortos lembro-me de Aurélio Pinheiro (...) Aos poucos o trabalho frutificava. (...) São Paulo reabriu o mercado...Os críticos foram chegando do norte para o Sul (...) era o início da consagração (HERSEN, cf. MARTINS, 1980: 345-349).

Pouco importa para o nosso argumento saber com exatidão se foi Valdemar Cavalcanti ou Jorge de Lima quem levou os manuscritos de José Lins até Hersen e Aizen, porque ambos pertenciam à mesma roda do autor dos manuscritos. Vale a pena assinalar que mais uma vez podemos ver que eles seguiam um circuito, e necessariamente deviam passar por ele. No tempo dos mecenas, o julgamento, a crítica e o encaminhamento da obra eram de responsabilidade das damas e senhores da oligarquia local. Nas décadas de 1920 e, especialmente na de 30, essa função foi transferida à roda de amigos escritores: “Os grupos de intelectuais eram como unidades de um sistema de produção e circulação cultural – central para a evolução das práticas intelectuais e editoriais de inícios dos anos 30” (SORÁ, 1998).

10 de setembro de 1935.

José Lins,

Recebi já há dias *O Moleque Ricardo*, que foi devorado em pouco tempo. Não lhe mando parabéns: isto é desnecessário, você bem sabe o que fez. O receio meio ingênuo que tinha de o livro sair inferior aos três primeiros com certeza desapareceu. (...) o livro é

excelente, como os outros, mas o que achei admirável foram as páginas 268, 269, 282 e 283. (...) Escrevi há dias ao Zé Olympio, pedindo um milheiro do Humberto Campos, que tem sido aqui bastante esculhambado. Terminei a minha história, mas não sei se a publico. (...) Diz o Aurélio que você está com vontade de vir para o Norte. É bom para nós, mas isto por aqui está uma peste: hoje a *Gazeta de Alagoas* me atacou porque não fui ouvir um discurso do Armando Wacharar sobre a pátria, no dia 7 de setembro. Imagine.

Adeus, Zelins. Abraços do Graciliano [Ramos].

Belo Horizonte, 14 de julho de 1934.

José Lins do Rego,

Rodrigo está entusiasmado, e muito, com você. Ele, aliás, acha *Banguê* seu maior livro. Prudente não, acha primeiro, e neste ponto sua opinião coincide com a minha, que lhe tinha dado. Mas todos estão cheios de admiração por você. Nas *rodas* mundanas, de que fugi, achei também sinais de uma admiração quase mística pelo grande romancista que o Norte afinal deu (como era de seu dever) ao Brasil, depois de ter se ensaiado em *Bagaceira*, em *O Quinze*, *Cacau*, de se ter quase completamente realizado em *Corumbás*, que é romance de verdade.

Gilberto Freyre

As obras, assim como as críticas que lhes eram atribuídas, ou seja, tudo que se referia à ajuda mútua entre os artistas, constituíam o grupo que eles formavam entre si. O compromisso de ajudar a distribuir o

livro recém lançado, levar o artigo de um deles para um jornal ou revista, cobrar pagamento por artigo escrito e encaminhá-lo ao amigo, estar disponível para ler as provas do livro e fazer as sugestões, enfim, todas essas iniciativas faziam parte do ofício de produtor cultural dos anos 1920 e 30. Cada uma dessas obrigações representa uma ação essencial para a circulação da mercadoria artística. A leitura dos manuscritos, por exemplo, implicava, além de conhecer a obra, encaminhá-la a um editor. Enviar um artigo de seu companheiro a um jornal ou revista era uma forma de lhe garantir publicidade. Vejamos a operacionalidade desse mutirão através da crítica literária.

Após ter ganhado o prêmio Graça Aranha, *Menino de Engenho* foi resenhado pelos principais críticos da época: Gastão Cruls, João Ribeiro e Augusto Frederico Schmidt. Com a palavra, Schmidt:

Menino de Engenho é um livro brasileiro, muito longe dessa literatura de imitação a que se referiu o Sr. Afrânio Peixoto há pouco em uma entrevista... É um livro mesmo muito verdadeiro, que sai, se vê logo, diretamente das experiências vividas pelo autor. Não se pode chamar de romance à história do *Menino de Engenho*, que nos conta o Sr. Lins do Rego... No livro do Sr. Lins do Rego temos 'vida vivida', experiência... E este pequeno livro de menos de 200 páginas é de extraordinária riqueza... O Sr. José Lins do Rego consegue dar uma vida admirável aos acontecimentos. *Menino de Engenho* revela uma grande natureza do homem e de escritor.

(Augusto Frederico Schmidt, *Diário de Notícias* – Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1932).

Augusto Frederico Schmidt, cuja atividade editorial começa com a abertura, em 1930, da livraria

A “roda de Maceió” e o projeto regionalista...

Católica, que depois se tornaria Schmidt, era proprietário da Schmidt Editora. Em sua livraria circulava o chamado *círculo católico* composto por Manuel Bandeira, Hamilton Nogueira, Afonso Arinos de Melo Franco, entre outros. Até aproximadamente 1934, alguns livros dos escritores da “roda de Maceió” pertenciam ao catálogo literário da Schmidt Editora; como exemplo, cito: *João Miguel*, 1932, de Rachel de Queiroz e *Cahetés*, 1934, de Graciliano Ramos. Schmidt, apesar de não pertencer à “roda de Maceió”, tinha alguns de seus integrantes em seu catálogo. Visto que foram eles que, provavelmente, encaminharam a obra de estréia de José Lins do Rego à Schmidt e garantiram ao estreante uma crítica e propaganda do romance no disputado mercado do Rio de Janeiro. Era importante para a *roda* ter amigos em outros lugares, principalmente em centros como Rio de Janeiro e São Paulo, que pudessem defender sua produção; isso geralmente ocorria com a entrada de um escritor da *roda* em uma editora local. Esse escritor, por sua vez, teria como obrigação facilitar aos demais a divulgação de suas obras, ou mesmo, conseguir-lhes uma publicação. Assim, a inserção de Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz na Schmidt Editora pode ser vista como uma extensão do espaço de divulgação para todos aqueles ligados à “roda de Maceió”. José Lins, por exemplo, foi o primeiro do grupo a ir para a Editora José Olympio:

(...) Li o *Menino de Engenho* editado pelo Hersen e quis ser também editor de José Lins do Rego que então morava no Nordeste. O ano foi 1933, a Casa estava ainda funcionando em São Paulo e um dia fui pessoalmente ao telégrafo levando no bolso o rascunho do telegrama que ia enviar a José Lins. Oferecia-lhe uma edição de cinco mil exemplares de *Banguê* e 3 mil exemplares de *Menino de Engenho*. Os originais de

Banguê me foram entregues por Santa Rosa numa pensão do Catete. Das pessoas íntimas da Casa, Zé Lins sempre foi o mais íntimo. Dedicou-me dois de seus romances: *Usina* e *Eurídice* e fizemo-nos tão amigos que José Lins sofria conosco as aflições, participava das alegrias e das dificuldades da Editora. (...) Vinha de Manhã e à tarde aqui (José OLYMPIO, c.f. MARTINS, 1980: 355-359).

Em 1934 recebi um telegrama de José Olympio, então em São Paulo, pedindo-me os direitos autorais para uma Segunda edição de *Doidinho*, e uma primeira de *Banguê*, que eu estava escrevendo. Eu já havia publicado, então, o *Doidinho*, na Ariel, por conta do Gastão Cruls. Respondi que adoraria com prazer, dentro das propostas estabelecidas, mas caso, porém, o Gastão não se opusesse a isso. E Gastão, com aquele enorme coração que possui, não se opôs⁴ (Lins do Rego, em entrevista concedida a Joel SILVEIRA, em 1939).

Depois de sua entrada nesta editora, o catálogo da José Olympio dentro de pouco tempo já contava com quase toda a “roda de Maceió”. Inclusive o pintor Santa Rosa, também amigo de José Lins, foi para a José Olympio para fazer um novo projeto gráfico para as capas dos livros. Mesmo antes, quando José Lins era da Adersen Editora, ele fez com que a terceira edição de *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, que era amigo dos artistas da “roda de Maceió”, saísse por essa Casa. E é através dessa dinâmica que, depois de 1935, temos quase toda a “roda de Maceió” no Rio de Janeiro.

(...) pinta José Lins do Rego uma vida com muito colorido, muita força de realidade. A forte impressão do real que nos deixa essa novela estranha deve-se, entretanto, a José Lins do Rego não se distrair com a natureza, não se perder no puro interesse paisagístico: dela ele nos mostra o suficiente para fixar sua gente do romance em terra firme.

Do que José Lins do Rego nos expõe da vida do ‘Santa Rosa’ [engenho], com abundância de detalhes num delicioso frescor de tintas – frescor devido ao seu admirável poder evocativo – pode-se ver, como em nenhum outro livro brasileiro, o que é o cotidiano nos engenhos banguês do nordeste, hoje ameaçados de um trágico ‘lock out’. E do que sofrem as terras e as gentes dessas zonas açucareiras estão como álbuns coloridos nas páginas do grande livro, que vi dia a dia o meu querido amigo escrever.”

(Valdemar CAVALCANTI, *Boletim de Ariel*, nº 9, junho de 1932).

Valdemar Cavalcanti, jovem escritor de Maceió, foi um dos primeiros da *roda* a publicar uma crítica sobre o estreante romance *Menino de engenho*. O escritor alagoano, como muitos outros, não omitiu o fato de ser próximo de Lins do Rego. Os elogios feitos à obra e ao autor não são invalidados, nem em particular, através de cartas, e tampouco em público, através dos artigos e críticas, pela menção de ser amigo do criticado. Isso é dizer que essa união é reconhecida e aceita como parte do mundo do livro nas décadas de 1920-30. Não havendo, assim, razão para usar a amizade entre crítico e criticado como motivo de ataque e até de desqualificação do que foi escrito:

(...) Entre nós, se tais cenáculos nunca existiram e o escritor só deixa de ser um pobre

diabo quando se arrima a outras muletas profissionais, temos também que de uns anos para cá, nesse permanente tumultuar de agitações políticas que passou a ser a vida no Brasil, cada vez se torna mais difícil que um nome inteiramente novo, embora cercado das melhores credenciais, se possa impor, já não dizemos a grande massa, mas aos mil ou dois mil leitores de escola que lhe podem trazer um relativo triunfo literário... Essas observações nos ocorrem a propósito de uma estréia que reputamos das mais promissoras, mas que pelos motivos expostos acima, talvez não logre despertar a atenção que merece e os aplausos com que deve ser recebida. Queremos nos referir ao romance *Menino de Engenho*, da autoria de José Lins do Rego, jovem escritor nordestino... João Ribeiro e Frederico Schmidt, aquele o grande mestre que todos acoitamos, este uma expressiva voz da nova geração, já disseram o que é essa saborosa e comovente história de uma criança criada e solta num engenho...

(Gastão CRULS, *Boletim de Ariel*, nº 1, ano III, outubro de 1932).

Gastão Cruls era proprietário da Editora Ariel, que tinha em seu catálogo, dentre muitos outros, saídos e insatisfeitos com a Schmidt, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos. Além da editora, ele era diretor de sua revista *Boletim de Ariel*. Cruls não tinha vínculo direto com o estreante, porém era editor de seus amigos Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz. Estes, tal como fizeram com Schmidt, encaminharam *Menino de Engenho* a Gastão Cruls para garantir visibilidade ao livro, através da crítica na *Boletim de Ariel* que, segundo seus editores, era a revista de maior tiragem no Brasil, e assegurar, também, até uma futura publicação a José Lins do Rego, como ocorreu em 1933 com a publicação de *Doidinho* pelo selo Ariel: “(...)

A “roda de Maceió” e o projeto regionalista...

Já houve quem comparasse o romance do meu amigo José Lins do Rego a uma história mais comprida da velha Totonha. Este foi o maior elogio que se fez ao *Menino de Engenho*, contanto que uma história da velha Totonha entretenha e faça sonhar a gente grande” (Olívio MONTENEGRO, *Boletim de Ariel*, nº 6, ano 2, março de 1933).

Olívio Montenegro e José Lins do Rego se tornaram amigos quando este foi para Recife estudar Direito. Ambos com Gilberto Freyre publicaram, por um curto período de tempo, um mensário chamado ‘Dom Casmurro’. Olívio Montenegro, tal como fez Valdemar Cavalcanti, também destaca o fato de ser amigo do escritor e de uma forma carinhosa assinala seus elogios à obra de José Lins do Rego. De fato, o que Olívio Montenegro e os demais tentam fazer, e o fazem muito bem, é atrair e manter a atenção do público e do espaço literário para a obra lançada. Conforme Gastão Cruels, era quase impossível um escritor conseguir publicar e se manter visível no espaço literário sem a intercessão da *roda*. Na realidade, pela dificuldade enfrentada pelo mercado editorial brasileiro, que tinha que concorrer com as obras estrangeiras traduzidas aqui, além do papel para impressão ser de alto custo por ser importado (HALLEWELL, 1985), e não contar com uma variedade de meios de divulgação do livro, nenhum dos escritores que estreavam era totalmente desconhecido ou dissociado das *rodas*.

A crítica era uma expressão coletiva de um grupo. No caso de *Menino de Engenho*, por exemplo, com exceção de João Ribeiro⁵, que escreveu uma crítica sobre esse livro no *Jornal do Brasil* de 8 de setembro de 1932, as demais, como vimos, foram assinadas pelos amigos da *roda*.

A “roda de Maceió” e o projeto nacional

Os anos 1930 foram, assim, um período importante no que concerne não só à expansão do mercado editorial, como também à consolidação e divulgação das idéias lançadas no início dos 1920 através dos modernistas. A Semana de Arte Moderna, e toda a revolução artística impulsionada por seus mentores, não foi possível somente porque os artistas tinham a simpatia do governo do Estado, as páginas do *Correio Paulistano* e alguns salões da alta burguesia. Havia toda uma combinação de uma nova perspectiva histórica, os novos espaço e tempo da cidade grande e industrializada, as chaminés, a fumaça, a buzina e tudo mais que ‘invadiu’ os romances, as poesias, os quadros, enfim, a vida dos produtores culturais (BOSI, 2003). De fato, o mundo do livro e a arte dos anos 1930, de um modo geral, foram herdeiros das propostas da década de 20. Porém, foram inúmeras as interpretações do modernismo feitas pelas *rodas* de diferentes lugares do Brasil. E a década de 30 é o momento em que a arte produzida a partir dessas diferentes interpretações é divulgada.

O famoso *grupo dos cinco* – composto por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Menotti del Picchia, na década de 30 – já distanciado das idéias modernistas, do projeto ideológico característico desse movimento dos anos 20 e também com uma consciência mais crítica e reflexiva, não pode ser considerado propriamente como modernista, mas sim como moderno. “A modernidade difere do modernismo como um conceito em via de formulação na sociedade difere dos fenômenos sociais, como uma reflexão difere dos fatos” (LEFEBVRE, 1969). Mário de Andrade, por exemplo, segundo sua principal estudiosa – Telê Porto Ancona Lopez (Instituto de Estudos Brasileiros–USP) –, já no

início da década de 30 é mais moderno que modernista. O Mário modernista é o de até o livro *Macunaíma* (1928). A diferença entre as décadas de 1920 e 1930 está no fato de a partir dos anos 30, a prosa brasileira ser elaborada segundo um realismo ora ingênuo, ora crítico; política e não mais mítica; moderna e não mais modernista. Nas palavras de Alfredo Bosi,

(...) Não cabia na consciência de Graciliano, nem no melhor romance de 30-40, tematizar as conquistas da técnica moderna ou entoar os ritos de um Brasil selvagem. O mundo da experiência sertaneja ficava muito aquém da indústria e de seus encantos; por outro lado, sofria de contradições cada vez mais agudas que não se podiam exprimir na mitologia de tupi, pois exigiam formas de dicção mais chegadas a uma sóbria e vigilante mimese crítica (2003: 222).

O caminho da construção do romance ou da poesia já era outro; ou seja, aquele denso intervalo físico e social que se estende entre os extremos do mundo indígena e do mundo industrial passara a ser parte da literatura brasileira. Influenciados por Gilberto Freyre, os artistas da “roda de Maceió” produziram uma literatura nem mítica, nem cidadina. Trouxeram para seus livros, para seus quadros, aqueles personagens do quintal de suas casas, ou aqueles de suas ruas, ou ainda os de sua cidade. Esse estilo de linguagem chegou a ser comparado, por alguns estudiosos do período, às descrições etnográficas. E assim foi surgindo nos romances um Moleque Ricardo, um São Bernardo, a família de retirantes, os mulatos de Di Cavalcanti, etc.

Em diferentes lugares, houve um produtor cultural específico que ‘importou’ o modernismo para sua região; em Pernambuco, por exemplo, foi Joaquim Inojosa o responsável pela divulgação daquela nova

maneira de se produzir arte no Brasil. No Rio Grande do Norte, o Movimento contou com Luís da Câmara Cascudo e o poeta Jorge Fernandes, que por suas poesias, recebeu diversos elogios de Mário de Andrade e de Manuel Bandeira quando lhe foram apresentados, por Cascudo. “Jorge Fernandes falou em muitos de seus poemas com um timbre que é só dele; aquele seu livro deve estar na biblioteca de todos os brasileiros” (BANDEIRA, c.f. Veríssimo MELO, 1971: 16) “Tem neles certo ar brusco meio selvagem, meio ríspido e, no entanto, ecoa de tudo uma doçura e um carinho gostoso... Você é original, é incontestável e é duma originalidade natural, nada procurada. Fique certo que ando aguardando os poemas de você como dos mais interessantes de nosso Brasil de hoje” (Mário de Andrade, sobre Jorge Fernandes, *In*: Veríssimo MELO, 1971: 16).

Em Maceió, um pouco mais tarde, por volta de 1927, José Lins do Rego conseguia algumas aceitações como a do poeta e seu companheiro de *roda* – Jorge de Lima. De fato, as idéias modernistas paulistas não se propagaram com a mesma velocidade e nem no mesmo tempo em outros lugares do Brasil. A exemplo da maioria dos demais estados, foi pequena a repercussão do Movimento Modernista em Alagoas, na sua fase inicial; somente o trabalho de Carlos Rubens – *Livros* – o único localizado na imprensa – que se mostrou favorável ao Movimento paulista já em 1922 (SANT’ANA, 1978). Jorge de Lima e Lins do Rego receberam Mário de Andrade em dezembro de 1928, e, no mesmo mês, a Manuel Bandeira, Luiz Cedro e Martins Capistrano. Essas visitas, segundo Sant’Ana (1980), constituíram o ingresso oficial do Modernismo em Alagoas.

Em agosto de 1927, Manuel Diégues Júnior, jovem escritor de Alagoas, fundou em sua residência o grêmio literário *Guimarães Passos*, formado por:

A “roda de Maceió” e o projeto regionalista...

Aurélio Buarque de Holanda, Barreto Falcão, Raul Lima e Abelard França, entre outros. No início, os escritores do *Guimarães Passos*, tal como os demais, foram contra as idéias do grupo dos cinco. A 23 de junho de 1929, o grêmio, influenciado por José Lins e por Jorge de Lima, realizou “A canjica Literária”, primeira manifestação pública de adesão desse grupo ao Modernismo. Ornamentaram o local da festa com roçado de milho e muitas espigas verdes. Convidaram pessoas para irem caracterizadas de caipiras. O grupo de música “Jazz – Band Católico”, dirigido por Joaquim Silva, ensaiou, especialmente para a festa, peças brasileiras, como o *Mineiro-pau*, o *Yoyô-de-yayá* e sambas regionais, enfim, tudo o que os organizadores acreditavam que podia representar melhor a brasilidade.

A 17 de junho de 1928, os integrantes do Cenáculo Alagoano de Letras organizaram a “Festa da Arte Nova”, como uma introdução oficial do Modernismo em Alagoas. Diferentemente da Semana de Arte Moderna, a Festa da Arte Nova apresentou também músicas estrangeiras porque, segundo Jorge de Lima, membro do Cenáculo, “o Brasil tupi correu pra o mato há muito tempo. O atual é apenas ibero-alto-troiano-hebraico-grego-alemão...” (LIMA, c.f. SANT’ANA, 1980).



Fonte: Moacir Sant’Ana, 1978.

Segundo a interpretação de Moacir de Medeiros Sant’Ana (1980), o Movimento Modernista tardou a penetrar no Nordeste porque os artistas daí o tinham como sinônimo de negação de tudo que lembrava a tradição, que conforme Sant’Ana, conservou-se fortemente e sem influências alienígenas nessa região.

A 20 de abril de 1924, fundou-se no Recife o Centro Regionalista do Nordeste que, em 1926, organizou o Congresso Regionalista Tradicionalista e, a seu modo, Modernista. Esse encontro deu ênfase à cozinha, sobretudo, à afro-brasileira, e à doçaria e confeitaria das senhoras de engenhos e dos negros de tabuleiro do Nordeste. Ao mesmo tempo, enfatizaram as tendências modernas da pintura, escultura, arquitetura, móvel, cerâmica e renda. As reuniões desse grupo que organizou o congresso aconteciam na casa do professor Odilon Nestor e contavam com a presença de Gilberto Freyre, Samuel Hardmam, Alfredo Moraes Coutinho, Carlos Lyra Filho, dentre outros. Sobre o Movimento, este trecho é esclarecedor:

(...) Seu fim não é desenvolver a mítica de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearenses ou alagoanos tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentam importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no país outros regionalismos que se juntam ao do nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro... (...). Querem museus com panelas de barro, facas de ponta, cachimbo de matutos, sandálias de sertanejos, miniaturas de almanjarras, figuras de cerâmica, bonecos de pano, carros-de-boi, e não apenas com relíquias de heróis de guerras e mártires de revolução

gloriosa. Exaltar bumba-meu-boi, maracatus, mamulengos, pastoris e clubes populares de carnaval, em vez de trabalhar pelo desenvolvimento do ‘Rádio Clube’ ou concorrer para o brilho dos bailes do ‘Clube Internacional. (...). Ao voltar da Europa há três anos, um dos meus primeiros desapontamentos foi o de saber que a água de coco verde era refresco que não se servia nos cafés elegantes do Recife onde ninguém se devia lembrar de pedir uma tigela de arroz doce ou um prato de munguzá ou uma tapioca molhada. Os cafés elegantes do Recife não servem senão doces e pastéis afrancesados e bebidas engarrafadas. E nas casas? Nas velhas casas do Recife? Nas casas-grandes dos engenhos? Quase a mesma vergonha de servirem as senhoras os pratos regionais que nos cafés e hotéis elegantes da capital. (...). Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura... Donde a necessidade deste Congresso de Regionalismo definir-se a favor dos valores assim negligenciados e não apenas em prol das igrejas maltratadas e dos jacarandás, das pratas e ouros de família e de igreja vendidos aos estrangeiros... (FREYRE, 1952: 54, 62, 71 e 76, respectivamente).

Essa divergência entre as diversas interpretações do modernismo se viu mais vívida quando a “roda de Maceió” mudou-se para o Rio de Janeiro. Apesar de os artistas que impulsionaram o movimento de 1922 já não serem mais modernistas na década de 30, as suas idéias ainda divergiam das demais interpretações. Rachel de Queiroz, depois de ter a primeira edição de seu livro publicada pela Gráfica Urânia, de Fortaleza, custeada pela sua família, lançou, em 1930, a segunda edição de *O Quinze* pela Companhia Editora Nacional, editora de Monteiro Lobato. Em 1929, a escritora já estava ficando grande parte do ano

no Rio, onde conheceu Manuel Bandeira e também o seu futuro editor, Augusto Frederico Schmidt, que em 1930 encomenda a Graciliano Ramos um romance, e somente em 1933 que a editora publica *Cahetés*. Em 1931, o jovem escritor Aloísio Branco recebeu um jantar de despedida em Alagoas, oferecido pela revista *Novidade*, por conta de sua mudança para o Rio de Janeiro. Antes de se estabelecerem permanentemente na então capital da República, esses escritores em suas viagens de visita, costumavam se hospedar na casa do pintor Santa Rosa, que na década de 30 já morava no Rio, numa velha pensão, no bairro do Catete.

Assim, aos poucos, a “roda de Maceió” se inseria no disputado mercado do Rio de Janeiro. O eixo Norte–Nordeste não dispunha de uma variedade de revistas literárias e, tampouco, de editoras importantes com crítico conhecido ou livreiro experiente. José Olympio, por exemplo, antes de abrir sua própria editora, havia trabalhado na grande livraria Garraux; Schmidt trabalhara na importante loja Casa Costa & Companhia (comércio de fazendas e armazéns por atacado), e, nos fundos desse estabelecimento, havia a Livraria Brigueit, onde se reuniam os acadêmicos e políticos do período.

Em contrapartida, grande parte dos artistas e escritores do *grupo dos cinco*, nos anos 1920, foi estudar em Paris. Na década de 30, entretanto, quase todos já se encontravam em São Paulo. O encontro das *rodas* no concorrido mercado do Rio de Janeiro gerou disputas de prestígio e poder entre elas. As contradições ressaltadas no início deste artigo acerca da idéia de arte moderna tornaram-se instrumento pelo qual lutavam pelo prestígio e poder dentro do espaço cultural. Não se tratava de inimizades ou brigas ofensivas publicadas em revistas ou jornais. Os integrantes das *rodas* não trocavam palavras ofensivas em seus comentários sobre um livro ou um quadro, mas o *grupo*

A “roda de Maceió” e o projeto regionalista...

dos cinco, ao falar da produção artística e literária dos membros da “roda de Maceió”, sempre ressaltava que eram insuficientes para representar a Nação porque exprimiam somente uma região. Por sua vez, os artistas vindos do Nordeste achavam que a arte de Mário e de seus companheiros não era representativa porque negava as tradições do povo. Os escritores, em suas respectivas *rodas*, lutavam para defender suas idéias e impô-las como as mais legítimas do mundo do livro. Cada um desses grupos acreditava que a literatura produzida por seus membros era a mais representativa da brasilidade, sobre a qual tanto falaram ao longo das décadas de 1920 e 30.

Mário de Andrade e seu grupo acreditavam que o nacional não poderia ser verdadeiramente representado, se partissem de uma descrição de uma região ou de um único local. Eles acreditavam na inserção da arte nacional no cenário internacional, e para isso tinha que ser uma arte menos regional e mais nacional. “A busca do nacional não pode perder-se nas particularidades de uma região. Daí as críticas ao regionalismo. Uma visão crítica e sintetizadora do Brasil como um todo é que permite o diálogo com o universal” (Mário de Andrade, c.f. AZEVEDO, 1984) O *grupo dos cinco* tinha uma concepção da construção da arte nacional baseada no tempo, num passado memorial, enquanto que os escritores da “roda de Maceió” basearam suas obras no espaço, na região.

(...) Veja as cores destas casas antigas: excelentes; repare na pintura destas casas modernas: horríveis...E não pense que há incoerência nas minhas expressões, porque sou modernista. Sou-o sobretudo, por ser brasileiro. Quero, por isso, a formação de uma arte nacional, que se há de extrair, sem dúvida, da obra dos antepassados (Oswald de Andrade, c.f. JARDIM, 1988: 220).

O esforço pela construção de uma arte nacional não é peculiar a esse período. Desde a independência do Brasil, dos tempos da literatura romântica, que se tenta definir a arte caracteristicamente brasileira. A inovação desse período é o uso dessa discussão como instrumento de conquista de prestígio entre as rodas literárias. Na música, por exemplo, em 1895, com o retorno da Europa do músico Alberto Nepomuceno, esperava-se que ele fosse o revelador da música nacional. Entretanto, essa revelação não fora possível, devido ao fato de que na época ainda não haviam feito a coleta folclórica necessária para a composição do que se esperava de uma música nacional baseada no popular, além de que o povo não era suficientemente civilizado para compreender e reconhecer a canção como sua (GUÉRIOS, 2001).

Os escritores, em geral os artistas, seguindo os esforços anteriores, conceituaram, discutiram, gastaram telas e papéis para alcançar a definição exata e única de arte nacional brasileira. Nesse debate pela definição, as *rodas* disputavam a autoridade de classificar sua arte como sendo a mais legítima, além do prestígio e reconhecimento de seus membros.

O *grupo dos cinco*, por um lado, por serem seus integrantes pioneiros e mentores da introdução da arte moderna no Brasil, acreditava ser sua definição de arte nacional a mais legítima. Mário de Andrade foi um dos organizadores do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, por acreditar que o Brasil tinha uma língua própria e já bem diferente da herdada de Portugal; foi responsável pela lei que organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN; fundou em 1937 a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo; além do Departamento de Cultura de São Paulo, cuja idéia surgiu nas reuniões feitas no apartamento da Avenida São João, entre 1926-31. O grupo que lá se reunia era

composto, além de Mário, por Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Nino Gallo, Rubens Borba de Moraes, dentre outros. Fizeram um projeto e o enviaram ao então prefeito Fábio Prado, e a Júlio Mesquita, d'O Estado de São Paulo, Fonseca Teles, Fernando de Azevedo, Antônio de Almeida Prado. Foi aprovado pelo prefeito, e o Departamento teve Mário de Andrade como diretor. As atividades principais do centro eram: os levantamentos demográficos, a restauração de documentos perdidos, a formação de um museu da palavra, pesquisas folclóricas, e a finalidade era a construção do Instituto Brasileiro de Cultura. Porém, Mário de Andrade foi expulso da direção do Departamento e, mesmo tendo escrito cartas ao Ministro da Educação, não conseguiu retornar. Coerente com essa atividade – que de fato nada mais era que a expressão das idéias defendidas não só por Mário, mas por todo o seu grupo – o *grupo dos cinco* atacava toda a produção que não seguisse os moldes do chamado ‘moderno’. “A busca do nacional não pode perder-se nas particularidades de uma região. Daí as críticas ao regionalismo. Uma visão crítica e sintetizadora do Brasil como um todo é que permite o diálogo com o universal” (Mário de Andrade, c.f. AZEVEDO: 1984: 81).

Do outro lado, a “roda de Maceió” e seus amigos defendiam-se e, simultaneamente, lutavam pela inserção no mercado do Sul e pela legitimação de suas obras. Apoiados por suas editoras, esses escritores defendiam a idéia, impressa em suas obras, de uma arte nacional baseada na tradição local, nos personagens de suas regiões. Além do Congresso Regionalista Tradicionalista e ao seu modo Modernista, sobre o qual já falei, e da criação do Centro Regional em Recife, as coleções, surgidas na década de 30, fazem parte desse conjunto de meios utilizados para a propagação de uma concepção específica do nacional, e, é claro, integram a missão civilizadora que

propunham os editores. Gilberto Freyre dirigiu a coleção “Documentos Brasileiros”, editada, em 1936, pela José Olympio, na qual estava grande parte dos escritores da “roda de Maceió”. Além da “Documentos Brasileiros”, havia a coleção da Companhia Editora Nacional (Monteiro Lobato) – “Brasiliana”, criada em 1931 e dirigida por Fernando de Azevedo. Apesar de ser o lucro o carro-chefe para a existência dessas coleções (PONTES, 1988), não se pode omitir que por trás da organização do catálogo dos títulos da coleção, havia um interesse do seu diretor em defender uma determinada idéia. O próprio nome da coleção – “Documentos Brasileiros” – tenta legitimar as obras por ela publicadas. Não se trata de quaisquer romances; para Gilberto Freyre, os romances de Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Luís da Câmara Cascudo, e os seus próprios livros, são documentos que identificam a Nação.

Ao mesmo tempo em que se defendia, atacando a produção da *roda adversária*, o *grupo dos cinco* era freqüentemente acusado de falhar, ao tentar fazer arte nacional baseando-se em parâmetros internacionais. Esse era o ponto que as demais *rodas* tomavam para construir as suas críticas em relação ao *grupo dos cinco*. Não foi sem propósito que Mário de Andrade, na conferência em comemoração ao 20º aniversário da *Semana de 22*, omitiu a importância que teve para esse evento o salão da Villa Kyrial. Apesar de ter sido claramente um evento de inspiração estrangeira, não era estratégica a menção dos aliados na realização dos eventos. Não era segredo, só não havia um interesse por parte dos artistas pela divulgação dos aliados burgueses, ligados aos padrões europeus da época.

Considerações finais: a grande narrativa regionalista

Essa grande disputa travada pelas *rodas* fomentou um estilo específico de narrativa que, como bem apontou Antonio Candido (2011), revelou um Brasil

até então desconhecido dos próprios brasileiros. O fim da oligarquia e as transformações socioeconômicas que dele decorreram impulsionaram o surgimento de um Brasil moderno e, ao mesmo tempo, mais proletário. A ficção hermética diluída, por exemplo, nas páginas de *Macunaíma* deu espaço para uma narrativa neo-realista dos contos e romances dos anos 1930. Contudo, acredito ser superficial tratar a questão a partir de uma concepção de causa e efeito, uma vez que a reflexão tautológica reduz em muito o problema.

O mundo rural e a narrativa regional desde os românticos, por exemplo, José de Alencar, constituem-se objeto da literatura nacional, tal como o é para muitas outras, por exemplo, a inglesa. Analisando a questão sob os preceitos etnográficos, a diferença dessas escolas talvez esteja menos no objeto e mais no texto em si. Ou seja, o grande protagonista das narrativas deixa de ser o narrador-observador ou o turista, ou um curioso surpreendido e passa a ser a vida e a voz do observado. Desse modo, o que se contrapõe aos aspectos bucólicos da narrativa do índio Peri, por exemplo, não é exclusivamente o realismo da descrição do engenho de José Lins, mas, sobretudo, o fato de seu personagem ser construído pelo diálogo com o próprio narrador. Assim, ao contrário da figura romântica e singularizada de uma reminiscência do passado distante e de um lugar longínquo, passa a imperar um personagem cuja vida vem sofrendo transformações do tempo e das condições sociais presentes. Eu ousaria dizer que ele é um personagem que vai tomando forma no confronto das linguagens do narrador e do narrado. É nesse ponto que a sua construção coíbe a visualização, por exemplo, de um camponês isolado no tempo e no espaço. O regionalismo, tão evocado quando falamos desse grupo de escritores, fica reduzido a uma categoria de acusação, perdendo espaço

para o realismo, exaltado como o ponto forte das criações do período.

Esse realismo reside também no fato de os romancistas do decênio de 1930 trazerem para as suas narrativas as categorias nativas – aspecto ressaltado pelos críticos da época e usado como fator de comparação com a produção etnográfica. É nesse sentido que Agrippino Grieco, por exemplo, resalta que o ponto alto de *Doidinho* é expressar o “viver nordestino” sob o ângulo de uma sensibilidade trepidante de doze anos. Em uma coluna do jornal *A Manhã* (17.09.1935), Jorge Amado defende José Lins, dizendo que o autor não estava condenado a escrever somente sobre a vida nos engenhos, e traz como exemplo a realidade urbana de *Moleque Ricardo*. Todas as críticas citadas aqui sobre *Menino de Engenho* destacam o fato de ser um livro que revela ao leitor “as experiências” de seu autor. Experiências essas que, apesar de todas as transformações teóricas-metodológicas, também são base para a produção antropológica. O que estou tentando demonstrar é que “o realismo bem descrito” incorporava a narrativa do romance da época. Mas, em que consistia a realidade desse realismo? Que fator tornava a vida do engenho de José Lins “mais real” do que todas aquelas dos românticos do século anterior?

Tomemos como exemplo a literatura inglesa e a sua relação com a “realidade do mundo rural”. Desde o século XVI, a literatura inglesa mudou-se para o campo e fez dele objeto narrativo por excelência. Mesmo após a sociedade ter se tornado predominantemente urbana, a literatura inglesa permaneceu, durante uma geração, basicamente rural (WILLIAMS, 2011). Isso culminou numa apreciação pela narrativa bucólica como forma literária. Como bem assinalou Raymond Williams, cada retrospectiva tem um significado específico e que coloca em questão valores bem diversos. Do camponês isolado do século XVI

ao discurso de uma realidade propensa ao desaparecimento no século XVIII, o mundo rural foi objeto dos escritores ingleses. O que demarcou os períodos foi uma realidade que, ora mais ou menos verdadeira, oscilava entre o bucólico e o antibucólico.

Ainda que excessivamente resumido, o exemplo da literatura inglesa nos permite visualizar uma questão: a narrativa regionalista assim o é menos pelo objeto que descreve e mais pela forma de sua escrita. Diria mais: o texto dá vida aos personagens ou a uma dada realidade, menos pelo tema abordado e mais pela forma de sua narrativa. Recuperando as críticas feitas, na imprensa da época, aos escritores da “roda de Maceió”, cabe mencionar que o regionalismo é mais pela narrativa realista do que pelo fato de eles falarem sobre o Norte ou o Nordeste. Com isso, cabe dizer que não se trata exclusivamente de uma disputa entre literatura urbana ou rural, mas entre formas que estruturam cada texto. Desse modo, o realismo, tão evocado quando falamos dos romances dos anos 1930, constitui-se de uma invenção do confronto entre o escritor e o seu personagem. Ele nasce do relato das experiências vividas ou lembradas pelos e com os vizinhos e amigos. Se recuperarmos as discussões contemporâneas do texto etnográfico, acredito ser possível dizer que a narrativa regionalista do grupo de Maceió constitui um belo material etnográfico, que, como qualquer outro, caberia ser mais discutido, ter o seu realismo mais problematizado. Usando a idéia de Roy Wagner (2010), é uma narrativa acima de tudo inventiva. Entendendo aqui que o ato inventivo não se opõe ao realismo característico do grupo, mas sim é a própria habilidade de identificar/fantasiar os personagens que nascem do confronto do diálogo que ele mesmo estabelece.

Notas

- 1 O termo “rodas” refere-se, aqui, aos pequenos grupos de artistas e intelectuais que, ao longo das décadas de 1920 e 30, se uniam para conduzir o espaço de produção cultural, já que aos mecenas restava somente o patrocínio financeiro. As *rodas*, que faziam parte de todos os centros de produção cultural brasileiros, eram compostas, dentre outras categorias sociais, por pintores, editores e escultores. Porém, os escritores constituíam o maior número entre seus integrantes.
- 2 A problematização da idéia de “grupos de amigos”, como uma unidade social e culturalmente importante, foi baseada no ensaio de Raymond Williams (1980) sobre o grupo de intelectuais londrinos – *The Bloomsbury*. O autor discute, nesse trabalho, o significado social e cultural desses grupos, do mais ao menos organizado, que não tem por trás uma instituição relativamente organizada, tais como Igreja, educação, etc. A maior contribuição do ensaio de Williams para este trabalho foi o fato de o autor considerar esses grupos, aparentemente marginais ou efêmeros, como um elemento que pode nos dizer sobre a sociedade como um todo.
- 3 A formulação de “interdependência” segue a proposta de Nobert Elias (1989), isto é, de considerar que a sociedade, progressivamente em desenvolvimento, tem sua configuração estabelecida a partir de uma relação de interdependência entre os indivíduos. Os aspectos político e econômico do sistema são partes integradas e diferenciadas de desenvolvimento da mesma teia de interdependência.
- 4 “Lins do Rego, atônito, telegrafou a resposta imediatamente, de Pernambuco: “Tomo o próximo navio”, e enviou a Gastão Cruis um pedido de desculpas por sua deserção: “Recebi proposta de José Olympio de São Paulo para edições de *Menino e Banguê*. O editor quer se meter numa aventura, pois me propõe uma tiragem de 5.000 de um e 10.000 de outro. Não é preciso dizer que em igualdade de condições você terá preferência. Não acredito que este negócio lhe seja interessante” (José Lins do Rego, In: HALLEWELL, 1885: 354).
- 5 “Recebi em Maceió a crítica de João Ribeiro como se fosse um presente do céu. Nunca podia imaginar que valesse a novela tudo aquilo que o mestre lhe atribuíu. Dormi com a crítica no bolso do pijama. Pode ser uma confissão de bocó, mas vale como verdade” (José LINS DO REGO, jornal *O Globo*, 4 de julho de 1953).

Bibliografia

ABBUD, Marísia Costa. 1979. Mário de Andrade e as manifestações artística em São Paulo (1927-1930). Dissertação de mestrado. São Paulo: Escola

A “roda de Maceió” e o projeto regionalista...

- de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1979. *Jorge Amado: política e literatura*. Um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os 20 anos em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BOSI, Alfredo. 2003. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Editora 34, Livraria duas cidades, p. 209-242.
- CAMARGOS, Márcia. 2000. *Villa Kyrial: crônica da ‘Belle Époque’ paulistana*. São Paulo: Editora SENAC.
- CANDIDO, Antonio. 1992. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Editora da Unesp.
- CANDIDO, Antonio. 1997. *Formação da literatura brasileira*, vol. 2. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia Ltda.
- CANDIDO, Antonio. 2000. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: TA Queiroz Editor.
- CHAVES, Eneida Maria. 1977. O mundo literário: um periódico da década de 20 no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Letras da FFLCH – Universidade de São Paulo.
- COUTINHO, Afrânio e J. Galante de Souza. 2001. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Global Editora, ABL, vol. II.
- COUTINHO, Afrânio. 1970. *A literatura no Brasil*. Vol. 5, Modernismo. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana.
- FILHO, Adonias. 1969. *O romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.
- FREYRE, Gilberto. 1952. *Manifesto Regionalista de 1926*. Recife: Edições Região.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. 2001. Lutando por sua predestinação: um estudo antropológico da trajetória de Heitor Villa-Lobos. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, UFRJ.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, T. A Queiroz Editor, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. 1969. *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LIMA, Alceu Amoroso. 1958. A crítica literária no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Biblioteca Nacional.
- LOPES, José Sérgio Leite. 1977. “Relações de parentesco e de propriedade nos romances do ‘Ciclo da Cana’ de José Lins do Rego”, In: VELHO, Gilberto (org.). *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARTINS, Eduardo. *José Lins do Rego: o homem e a obra*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1980.
- MAUSS, Marcel e Émile Durkheim. 1974. “Algumas formas primitivas de classificação”, “Contribuição para o estudo das representações coletivas”. *Ensaios de Sociologia*. São Paulo: EPU, EDUSP.
- MELO, Veríssimo. *Contribuição do Nordeste ao Movimento Modernista*. Natal: Fundação José Augusto, 1971.
- MONTENEGRO, Olívio. 1953. *O Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, coleção Documentos Brasileiros (10).
- MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo Revisitado”, In: Estudos históricos, identidade nacional, Rio de Janeiro: CPDOC, vol.1, nº 2, p. 220-238, 1988.
- PONTES, Heloisa. 2002. “Destins entremêles. Le grupo clima, la faculté de philosophie et le système culturel paulista dans les années 1930 à 1950”. *Cahiers du Brésil Contemporain* (47/48).
- PONTES, Heloisa. 1988. “Retratos do Brasil: um

- estudo dos editores, das editoras e das 'Coleções Brasilianas', nas décadas de 1930, 40 e 50". BIB (26): 56-89.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros. 1978. Documentos do Modernismo. Maceió: UFAL.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros. 1980. *História do Modernismo em Alagoas (1922-1932)*. Maceió: EDUFAL.
- SILVA, Simone. 2004. As rodas literárias nas décadas de 1920-30. Troca e reciprocidade no mundo do livro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SILVEIRA, Joel. "Uma hora com José Lins do Rego". In: revista *Vamos Ler!* Rio de Janeiro, ano IV, nº 134, p. 8-10, 23 de fevereiro de 1939, continuação na página 37.
- SORÁ, Gustavo Alejandro de. *Brasilianas: a Casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- TRIGO, Luciano. 2002. *Engenho e memória: o Nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: ABL, Topbooks.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naif, 2010.
- WILLIAMS, Raymond. 1980. *Problems in materialism and culture: selected essays*. London - New York: Verso.
- WILLIAMS, Raymond. 2011. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia de bolso.

Recebido em 16/06/2001.

Aceito em 28/11/2011.

FOUCAULT E A HISTÓRIA NUMA TRAMA DE CONCEITOS

CLÓVIS DA ROLT*

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar alguns aspectos do pensamento de Michel Foucault sobre as relações entre História, Linguagem e Ciências Humanas. O foco exploratório desta breve reflexão está pautado na crítica de Foucault à suposta “linearidade” do processo histórico e em sua defesa de uma proposta “descontínua”, mapeada pelas modulações culturais da linguagem.

Palavras-chave: Michel Foucault; história; ciências humanas; linguagem.

ABSTRACT

This paper aims at discussing some aspects of Michel Foucault's thought on the relationships among History, Language and Humanities. The focus of this brief exploratory reflection is guided by Foucault's critique to the supposed “linearity” of the historical process and his defense of a “discontinuous” proposal charted by cultural modulations of language.

Keywords: Michel Foucault, history, humanities, language.

* Professor na Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão/Rio Grande do Sul.

1. Situando alguns argumentos

Sob determinados aspectos, e de forma não-consensual, o pensamento contemporâneo sofre de uma fobia crônica em relação à possibilidade de se ver amarrado à estrutura de valores e conceitos com que se tentava compreender o mundo no interior da modernidade.

Neste artigo, tomamos como ponto de partida a possibilidade de um enquadramento desse suposto pensamento contemporâneo numa rede de relações bastante diversas daquelas que foram amparadas pelos imperativos da modernidade, especialmente atreladas a um núcleo objetivador de práticas, conceitos e discursos vinculados ao progresso, ao aprimoramento técnico e ao otimismo diante da novidade e da superação temporal. Assim, validar ou confirmar a existência de um pensamento inerente à contemporaneidade está longe de ser o escopo aqui perseguido, já que apenas sugerimos que o momento atual é como uma estrada que se ramifica em diversas sendas e, deste modo, o que se entende por pensamento contemporâneo deve ser, necessariamente, matizado por um jogo de possibilidades não tratadas aqui. Talvez este pensamento sequer exista ou se apresente como uma ilusão produzida pelas profundas

modificações sociais que vêm afetando o mundo, especialmente desde o contexto posterior à Segunda Guerra Mundial.

Notadamente marcado por extremismos, convulsões epistemológicas, reviravoltas linguísticas e múltiplas coexistências discursivas, o cenário contemporâneo – amparado por concepções teóricas, históricas e culturais bastante divergentes – coloca-nos o desafio constante de pensar “o” limite e “no” limite, de pensar “a” fronteira e “na” fronteira. Por um lado, isso quer

dizer que, valendo-se de poucos argumentos, o contexto em que estamos inseridos parece produzir uma lógica de simplificações; por outro lado, tomado pela grandiloquência, parece fazer ressoar um silêncio perturbador. Estamos imersos em labirintos que nós mesmos criamos e, para pensar como Foucault, trouxemos à visibilidade e à notoriedade devido ao fato de que, em algum momento do nosso desenvolvimento mais recente, tais labirintos encontraram um lugar de proeminência (atrelados à linguagem, aos valores, às mentalidades e ao regime sógnico que os alimentam) frente ao complexo entrelaçamento de situações que experimentamos no mundo de hoje.

São muitos os rompimentos que estamos experimentando nesse ponto do desenvolvimento da

humanidade. Os vetores integradores da modernidade parecem ruir a olhos vistos; as reivindicações de teor político alcançam, atualmente, temáticas das mais diversas instâncias; a laicização do mundo, cuja discussão ainda tem fôlego de reserva, pode estar entrando em sua fase plena; a busca por um paralelismo entre diversos saberes e ciências coloca em xeque noções pretéritas mediante as quais as hierarquias definiam os limites da relação dos indivíduos com um corpo social; a estética já não responde aos objetos instituídos por um campo específico, a arte, visto que opera como um laço de sensibilidades e subjetividades que nos une sem deixar-se dominar por esquemas impositivos em relação à beleza e à correção da experiência que devemos esperar dela.

Não menos instigante e desafiador é pensar que lugar a História ocupa, atualmente, frente ao quadro de rompimentos em que estamos inseridos. De uma posição agregadora, pautada na noção de que os fatos condensam percursos evolutivos que precisam ser comunicados com objetividade, passamos a uma perspectiva em que a História perde seu caráter de registro e de prática de perpetuação de discursos essencialistas. Mediante estatutos metodológicos e epistemológicos remodelados, encontramos-nos diante de uma percepção histórica que, embora não seja unânime, tenta desprender-se da perspectiva do “fato”¹ para atuar no âmbito da “narratividade”², de modo a situar as ocorrências do passado em relação ao eixo discursivo a partir do qual são interpretadas.

A chamada Nova História³, por exemplo, se constitui numa reação deliberada ao paradigma tradicional, associado à “história rankeana”⁴ e ao seu modelo fortemente apegado às diretrizes sobre a maneira “correta” de se fazer História. Os contrastes da Nova História frente a um paradigma conservador são apontados por Burke (1992:10-16), em seis tópicos

básicos: 1) a Nova História pulveriza seus interesses e direciona-os a toda a atividade humana, e não somente à dimensão política do paradigma tradicional; 2) mais preocupada com a análise das estruturas, a Nova História rejeita a mera concatenação de acontecimentos sem que estes sejam considerados a partir de um viés estrutural; 3) novos objetos de interesse por parte do historiador rompem com a visão “superior” da História, ou seja, rompem com o discurso heróico e moralista que, frequentemente, analisava personagens que, num plano social, ocupavam posições de destaque; 4) o interesse por um campo mais vasto de atividades humanas traz implícitas novas práticas metodológicas, não apenas baseadas em documentos “oficiais” que revelam pontos de vista “oficiais”; 5) perguntas e questionamentos aplicados mediante um novo regime de intenções, reverterão em novas possibilidades de respostas; e, finalmente, 6) o olhar sobre a História tem origem num ponto de vista particular que, de forma alguma, consegue cobrir toda a experiência humana em toda a sua diversidade cultural.

Certamente, esse trânsito de uma esfera epistemológica a outra não ocorre sem sofrer sérios desgastes e conflitos, quer seja na própria atividade historiográfica e em sua abrangência e influência, quer seja na reivindicação de um estatuto de “veracidade” àquilo que a História resgata dos trajetos percorridos pela humanidade, quer seja, ainda, na possível perda da posição privilegiada que a História ocupou ao longo da modernidade. Como sugere Dray (1964: 10),

(...) talvez pelo fato de uma compreensão da história importar grandemente para nós, ou porque se espere, numa cultura predominantemente judaico-cristã, que a história “tenha significado”, sejamos nós, ocidentais, mais afeitos a conservá-la como um saber que nos mostra quem somos e de

Foucault e a história numa trama de conceitos

que forma nos tornamos o que somos. (...) Estuda-se a História em razão das “visões” que proporciona ou por permitir a fixação de “pontos de vista” significativos. E acredita-se (...) que nós todos temos, em verdade, uma implícita Filosofia da História.

O modo de revelação da História não se dá como um espelhamento perfeito. Se é lícito dizer – devido aos seus novos interesses e à inclusão de novos protagonistas a um projeto de mapeamento da evolução histórica humana – que a História não é mais para poucos, também é lícito afirmar que ainda nem todos se reconhecem nela. A História, por não conseguir jamais mapear uma totalidade de fenômenos (que sejam hábeis em condensar as complexas lógicas, leis e políticas da convivência humana), não pode almejar a posição de um saber clarividente acerca da globalidade do processo social, sempre descontínuo, que apaga certas luzes enquanto acende outras. A noção de um saber intermitente poderia ser muito mais coerente em relação à História, já que o passado, que é seu foco de interesse, não pode jamais ser reconstruído na sua integridade, visto que apenas pode ser referenciado mediante algum tipo de linguagem que não o representa integralmente.

O teor modificado com que, na atualidade, a operação historiográfica maneja sua atividade tem implicações profundas no modo como a História é percebida e no modo como orienta diversas práticas humanas. White, empenhado em compreender a posição da História na tênue fronteira entre a ciência e a arte, afirma:

(...) o homem ocidental contemporâneo tem bons motivos para estar obcecado pela consciência da singularidade dos seus problemas e está justificadamente convencido

de que o registro histórico, tal como é feito atualmente, pouco ajuda ou oferece na busca de soluções adequadas para aqueles problemas (1994: 53).

Essa obsessão pela singularidade tem uma razão de ser principal: a constatação de que a História, como sugere White, é muito mais um fardo em relação à vida social humana do que uma ferramenta que poderia auxiliar os homens na condução de suas vidas. White situa as discussões sobre a crítica à História num terreno no qual seus argumentos são conduzidos com base na noção de “discurso”. Assim, mais importante do que supervalorizar o “fato”, como se este fosse um elemento autoconstruído e isolado de uma rede onde são friccionadas as sustentações discursivas de uma determinada sociedade, White chama a atenção para a forma, o enredo, o conjunto linguístico complexo que marca a História, considerando que os suportes através dos quais ela pode existir são dependentes da linguagem humana e somente compreensíveis dentro deste campo. “Muitos historiadores”, assevera White (1994:56), “continuam a tratar os seus ‘fatos’ como se fossem ‘dados’ e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si.” Considerando a prática de um cosmopolitismo metodológico que vem se fazendo cada vez mais presente no campo das investigações científicas, White (1994:59) ainda sugere que “não há essa coisa de visão única, correta, de algum objeto em exame, mas sim muitas visões corretas, cada uma requerendo o seu próprio estilo de representação.”

Conforme foi mencionado anteriormente, White tenta compreender a posição da História frente à ciência e à arte, desde seu surgimento como um saber especializado no início do século 19. Ao longo do seu

desenvolvimento, segundo White, a História sempre se deparou com questões profundamente desestabilizadoras no que se refere aos quesitos epistemológicos e metodológicos. Algumas destas questões ainda estão sem respostas, sobretudo no que diz respeito à fusão entre os pontos de vista “científico” e “estético”, que permeiam a construção de um relato histórico alternando seus níveis de interferência. Um dos aspectos destacados por White a esse respeito é:

(...) atualmente, a História tem uma oportunidade de se valer das novas perspectivas sobre o mundo oferecidas por uma ciência dinâmica e por uma arte igualmente dinâmica. Tanto a ciência como a arte transcenderam as concepções mais antigas e estáveis do mundo, que exigiam que elas fossem uma cópia literal de uma realidade presumivelmente estática. E ambas descobriram o caráter essencialmente provisório das construções metafóricas de que se valem para compreender um universo dinâmico (1994: 63).

A dificuldade quanto ao tratamento da História dentro do desenvolvimento humano mais recente caminhou lado a lado com a própria noção de um progresso inerente aos diversos conhecimentos de que dispomos na atualidade. Talvez a ideia de História seja, para o contexto contemporâneo, um dos legados conceituais mais ubíquos com os quais nos deparamos em nosso processo social. Por ativar e manipular conceitos adjacentes como “memória”, “passado”, “cultura”, “fato”, “documento”, dentre outros, a ideia de História traz consigo diversas variáveis que precisam ser consideradas, tanto individualmente quanto no âmbito de seus paralelismos, a fim de nos aproximarmos de seu *modus operandi*. Tais variáveis, no bojo da prática historiográfica, deveriam suscitar ao historiador muito mais a desconfiança do que a certeza de uma improvável unidade interpretativa. Assim, ainda de acordo com o pensamento de White (1994: 63),

(...) o historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma História que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes, pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino.

A crítica ao valor unidimensional da construção histórica encontra em Collingwood (1986: 289) um de seus mais perspicazes formuladores, tendo em vista que, para ele, a História, muitas vezes, se parece com a ciência ao confinar-se em seu mundo de universais abstratos “que, em certo sentido, estão em toda a parte e, noutro sentido, não estão em parte nenhuma; que, num dado sentido, são de todos os tempos e, noutro sentido, de tempo nenhum”.

Quando acessamos a História, acessamos também um campo minado pelas forças sociais que a produzem. Isso quer dizer que a História não está disponível a todas as pessoas sob as mesmas condições de inteligibilidade, bem como mediante a garantia de uma homogeneidade em dispor dos seus registros. Como resultado de uma série de desencadeamentos sociais complexos e interatuantes, a História chega até nós em “estado gasoso”, não totalmente plasmada numa forma sólida e definitiva. Um dos grandes avanços da historiografia, cujos reflexos na atualidade são muitos, foi a descoberta da complexidade do relato histórico, do seu valor relativo e contextual. Passamos de uma prática historiográfica estritamente fechada e autoritária para uma prática corajosamente aberta e pluralista. As implicações desta mudança – drástica, poder-se-ia dizer – ainda não são totalmente conhecidas ou possíveis de serem descritas, visto que caminham lado a lado com outras dinâmicas que vêm alterando o modo de compreensão da humanidade como um todo.

2. Foucault e a História

Comumente vinculado ao movimento estruturalista, Michel Foucault poderia ser definido como o equivalente filosófico de Claude Lévi-Strauss na etnologia e de Jacques Lacan na psicologia. Eles partilham um interesse comum pelas estruturas profundas da consciência humana, além da convicção de que o estudo dessas estruturas profundas deve começar por uma análise da linguagem. Os protocolos linguísticos através dos quais são codificadas as ações e as intenções humanas oferecem, em relação a uma abordagem estruturalista, um material fértil para a análise das condições de vida e sociabilidade humanas, já que tais protocolos, na sua variedade e diversidade, agem diretamente na determinação dos modos de pensar e agir dos seres humanos.

Para White (1994: 254-255), Foucault encara o movimento estruturalista com total ironia, valendo-se dele apenas para minar as bases epistemológicas das ciências humanas. Desse modo, o estruturalismo marca, no entendimento de Foucault, a descoberta das bases linguísticas de conceitos como “homem”, “sociedade” e “cultura”, os quais dizem respeito não a objetos “reais”, a “coisas”, mas a formas linguísticas que não têm referentes numa realidade pautada por continuidades. Para Foucault, revela White (1994: 254), “isso implica que as ciências humanas, do modo como se desenvolveram no período moderno, não passam de jogos jogados com as linguagens em que foram formulados os seus conceitos básicos”.

As implicações e impactos do ponto de vista estruturalista, de certo modo, estão relacionados às duas grandes correntes de pensamento que marcavam o cenário ocidental em meados das décadas de 1960 e 1970: o marxismo e o existencialismo. Combatendo a noção materialista e engessada do marxismo então

em voga, assim como os rompantes niilistas do existencialismo, o estruturalismo veio ocupar um espaço altamente conflitante posicionando-se no meio de um fogo cruzado, entre marxistas e existencialistas. Tais grupos – cujas premissas diferiam radicalmente – propunham uma cruzada teórica de dimensões globais, capaz de dividir o pensamento crítico entre duas esferas que se repeliam, visto que duelavam, de um lado, na fronteira entre a exaltação dos brios revolucionários e a sua total inutilidade e, de outro lado, entre a manutenção de um projeto de mudança inscrito na genética da História e a desconfiança frente a um renascimento heróico da cultura humana pós-Segunda Guerra.

Profundamente voltado para os problemas decorrentes do caráter cumulativo e progressivo que, desde o século 16, minava a condução dos saberes científicos “humanos”, Foucault elabora uma poderosa leitura, baseada em matrizes linguísticas, sobre o processo de formação das chamadas “ciências humanas” e sobre a forma como essas ciências legitimaram seus discursos com base na suposta crença de que uma “ordem das coisas”, de teor naturalizado, poderia ser representada de maneira adequada numa “ordem de palavras”. De acordo com White, (1994: 255), “a ilusão em que todas as ciências modernas se basearam é a de que as palavras gozam de uma condição privilegiada na ordem das coisas, como ícones transparentes, como instrumentos de representação de valor neutro.”

Deste modo, ainda de acordo com os esclarecimentos de White (1994: 255), os conceitos através dos quais as diferentes “ciências humanas” estabelecem suas abordagens para o estudo do homem, da sociedade e da cultura são pouco mais que abstrações das regras dos jogos de linguagem que eles representam, isto é, suas “teorias” são apenas formalizações das

estratégias sintáticas de que se valem para nomear as relações supostamente existentes entre seus objetos de estudo. E suas “leis” não passam de projeções do campo semântico pressuposto pelos modos do discurso com que nomearam os objetos que habitam os seus respectivos domínios de análise.

No tocante às imagens históricas ou às narrativas de teor histórico, Foucault nos ensina que o “invisível” e o “impensado” de outrora podem surgir, após uma ordem de acontecimentos estruturalmente comunicantes, como facetas centrais de um novo processo em que adquirem protagonismo. O autor sugere que, no contexto de uma determinada “época”, uma fusão complexa de signos, linguagens, temporalidades e empiricidades atua de modo a configurar as imagens que lhe antecederam e as expectativas que se podem ter a partir delas, tomando-as como bases de análise (FOUCAULT, 1999).

O empenho de Foucault em compreender a formação das chamadas ciências humanas e as condições de surgimento de saberes específicos voltados para o Homem (dentre eles, a História) efetua-se mediante a ênfase num conceito que se desdobra em muitas facetas: a ordem. É a ordem que contrabalança e oferece à distinção e ao exame os materiais objetivos e subjetivos, naturais e culturais, sólidos e espirituais com que podemos operar uma leitura do mundo. A ordem, segundo Foucault (1999: XVI), “é aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem”. Mas, a ordem não pode ser plasmada pela linguagem humana de forma exata e mediante um espelhamento fiel. As representações que a linguagem humana produz estão, de certo modo, cerceadas pela abreviação e devem resignar-se a não conseguirem jamais o seu

intento de encerrar, em si mesmas, uma totalidade, ou, no caso da abordagem de Foucault, não produzirem uma relação direta e indiscutível entre as ciências e os seus objetos de análise.

É da própria natureza das ciências humanas o esforço em produzir protocolos linguísticos ontologicamente neutros que, desta forma, possam representar para a consciência uma ordem externa ao ser humano; ordem que ele crê poder ser traduzida mediante a ação de todo o campo constitutivo de uma determinada ciência. Entretanto, no entendimento de Foucault, a linguagem não passa de uma coisa, dentre tantas outras e, por isso mesmo, forçar a representação do mundo por meio de uma suposta autoridade da linguagem não passa de uma redução do “ser” do mundo, um desvio em relação ao conhecimento que poderíamos ter dele. Segundo White (1994: 256), o objetivo de Foucault é:

forçar a consciência a uma apreensão do mundo na forma como este poderia ter existido antes de aparecer nele a consciência humana, um mundo de coisas que não é ordenado nem desordenado, mas simplesmente ‘é o que parece ser’.

Em outras palavras, Foucault almeja destituir, através de um questionamento profundo, a positividade dos objetos da História – e das ciências humanas como um todo – pois a ênfase de sua leitura sobre o assunto está alicerçada na ideia de que não há objetos duráveis (“o Estado”, “a cultura”, “a loucura”) que, através dos tempos, evoluam ou sofram modificações a partir de uma fonte comum. Nesse sentido, a postura de Foucault deve muito à hermenêutica, com sua premissa geral de que as circunstâncias em torno do exame de um texto são delineadas por um contexto. Assim, não existe “a” loucura, mas apenas as situações

Foucault e a história numa trama de conceitos

em que as referências a este conceito (o de loucura) adquirem visibilidade numa esfera estrutural. Paul Veyne (1998: 274) reforça esta ideia ao escrever que Foucault nos lembra que “os objetos de uma ciência e a própria noção de ciência não são verdades eternas”. E, com uma metáfora instigante, o mesmo Paul Veyne – ao propor que a filosofia de Foucault é uma filosofia da relação, em que são as estruturas que dão seus rostos objetivos à matéria numa aversão à noção de que a consciência conhece seus objetos de antemão – escreve: “nesse mundo, não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o louco: as figuras são o que as configurações sucessivas no tabuleiro fazem delas” (1998: 275).

Tendo em vista que, para Foucault, a linguagem humana não goza de nenhum privilégio em relação às demais “coisas” constitutivas do mundo, também ela é opaca e não pode ser tomada, ingenuamente, para validar, através de representações fiéis, os fenômenos exteriores à consciência. Assim, conforme pontua White (1994: 263), os modos de operação dos discursos são passíveis de identificação não apenas por aquilo que eles permitem que a consciência “diga” sobre o mundo, mas por aquilo que eles a proíbem de dizer. No ato de eleição da linguagem está implícito também um ato de exclusão. E é pautado nesse raciocínio que Foucault confere uma dimensão política à linguagem, no sentido de que ela pode manejar caracteres repressivos e autoritários.

Sensível às formalizações “conclusivistas” do pensamento realista que marcava a cultura ocidental desde meados do século 19, Foucault toma para si a tarefa de desfocar a lente objetivadora da História e, com isso, celebrar um espírito de desordenação, desestruturação e desnomeação criativas. Nesse sentido, as pesquisas históricas de Foucault constituem exercícios de demolição das evidências; são cartografias,

mapas, diagramas concebidos para operar uma história problematizadora e apta a produzir um pensamento interrogativo, produtor de espanto e estranhamento (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009: 353). Para reforçar esta intenção, vale lembrar o que dizem Albuquerque Júnior *et all* (2008: 09), ao alegarem que uma das contribuições trazidas por Foucault é um “deslocamento do olhar daquilo que sempre foi considerado como central, nuclear, essencial para se entender o funcionamento da sociedade e das instituições, para aquilo que era descrito como periférico, marginal, menor, fronteiroço.”

Duas obras altamente representativas, em relação ao pensamento de Foucault, *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*, podem ser interpretadas como ataques declarados à noção idealista e objetivamente representacional da História, mediante as quais a modernidade, como um todo, encontrou a afirmação de sua própria causa, como se fosse um projeto “necessário” e inscrito na lógica de um tempo construído unilateralmente. Assim, Foucault propõe a substituição dos procedimentos canônicos da História por aquilo que ele designou de “arqueologia”. Este termo, inserido na ótica foucaultiana, designa seu total desinteresse pela “matéria-prima da história convencional das ideias: as continuidades, as tradições, as influências, as causas, as comparações, as tipologias, etc” (White, 1994: 257).

Entre os códigos fundamentais de uma cultura, por um lado, e as teorizações e interpretações científicas, por outro, há um domínio em que a transparência inicial da ordem é contestada na sua raiz. Nesse domínio intermediário, situado entre o pensamento e a ação, entre a prática e a reflexão, reside uma potência transformadora que, quando acionada, modifica ambas as extremidades entre as quais a ordem se situa. Esta potência transformadora é o que age para que a

cultura se modifique e possa ser referida por meio de um jogo de linguagem que dê conta de representá-la (sempre fragmentariamente) e de criar uma interlocução entre as palavras e as coisas, dentro de um âmbito que constituiu o que se pode chamar de narrativa. Deste modo, conforme pontua Foucault,

(...) entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerências, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou se espe-
lham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes, etc (1999: XVII).

Este autor sugere que os saberes humanos são constituições que, de forma alguma, ocorrem arbitrariamente, visto que possuem um eixo que os articula e lhes confere coerência e inteligibilidade. Ao que parece, dentro desta ótica, a formação da História – como um saber atrelado à compreensão do que é o homem – é também produto de uma ordem que ela mesma não alcança, visto que os saberes humanos são parciais e atrelados a uma linguagem que só os representa de forma aproximativa, mas não-conclusiva, o que também pode ser reforçado por Sant’Anna (2008: 86), que afirma que “Foucault trabalha com uma perspectiva de história que não é linear nem cíclica, pois ela congrega o antigo para fomentar não necessariamente o novo, mas, sobretudo, o impensado”. Na base de sua prática arqueológica, Foucault define muito bem que as intenções de seu mapeamento das mudanças na *epistême*, desde finais do século 16 até o limiar da modernidade do século 19, não está vinculada à

descrição progressiva do conhecimento em direção a uma objetividade na qual nossa ciência atualmente possa se reconhecer (FOUCAULT, 1999: XIX).

O objeto arqueológico é de uma natureza profundamente ambígua. Quando soterrado, vítima de uma condenação ao silêncio e ao obscurecimento, apresenta-se como um objeto em estado de coma, um objeto vivo, porém incapaz de estabelecer relações com sua exterioridade, a qual pressupõe o contato com o mundo das relações humanas. Quando resgatado de seu ventre telúrico e de sua mordada geológica, como num passe de mágica, o objeto arqueológico é incluído numa rede de dinâmicas temporais que agem de uma forma muito peculiar. Isso ocorre porque, após seu retorno à visibilidade e à temporalidade dos homens, tal objeto já não pode mais ser visto com todo o esplendor das sintaxes que lhe conferiam um lugar num mundo pretérito, um mundo de palavras e coisas que não vem à luz acoplado como um apêndice do próprio objeto. Este mundo de palavras e coisas – cujas interlocuções incidiam diretamente sobre o objeto de modo a defini-lo em suas condições de existência, em sua posição frente a esquemas classificatórios e em seu valor simbólico –, fica para sempre numa outra camada, numa ordem de relações distinta, sem equivalências com um presente do qual participa de forma bastante volúvel.

Destituído da relação de identidade com o “seu” tempo (já que a relação de identidade pressupõe não apenas as conexões do tempo com a matéria, mas também dos discursos e do sopro de vida espiritual que reconhece essa relação para além das coisas físicas), o objeto arqueológico assume uma condição de órfão, de total desfiliação em relação ao passado e ao presente. Sua posição frente a um novo sistema de referências é perturbadoramente conflitante, tendo em vista que, em relação ao passado, ele é apenas

Foucault e a história numa trama de conceitos

um fragmento não consumido em sua totalidade e do qual espera-se que dê respostas e, em relação ao presente, parece não encontrar um lugar de acolhida numa conjuntura atualizada, frente à qual parecerá descontextualizado. Tudo o que se diz sobre ele precisa passar por um campo de referências diferenciado, por meio do qual o objeto deixa de ser uma condensação fiel daquilo que se passou para assumir a posição de uma testemunha ocular, ela própria portadora de uma condição secundária em relação ao contexto ao qual se ligava. Assim, como uma testemunha que sabe de algo, o objeto pode sofrer as venturas e desventuras das ações humanas no presente, e isso quer dizer que ele pode ser coagido, subornado, ou mesmo torturado, para confessar o que seja mais conveniente ao seu inquiridor.

A prática arqueológica de Foucault tem implicações profundas no modo de processamento e de percepção da História, especialmente porque ela produz uma região específica onde os conceitos manejados pelo autor são articulados numa oposição à epistemologia. Como aponta Machado (1981: 10), a arqueologia de Foucault pretende ser uma crítica à ideia da racionalidade, uma crítica que reivindica sua independência em relação a qualquer ciência. O escopo de Foucault em investigar a formação das ciências humanas desvia-se de um percurso histórico epistemológico (concentrado no nível dos conceitos e da produção da verdade na ciência) para voltar-se à história arqueológica, a qual, segundo Machado, “estabelece inter-relações conceituais ao nível do saber; nem privilegia a questão normativa da verdade nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual” (1981: 11).

“Desde os confins da idade grega”, afirma Foucault, “a História exerceu na cultura ocidental um certo número de funções maiores: memória, mito,

transmissão da Palavra e do Exemplo, veículo da tradição, consciência crítica do presente, decifração do destino da humanidade, antecipação do futuro ou promessa de um retorno” (1999: 508). Tais funções encontravam um terreno comum de significação ao conceberem, conjuntamente, a ideia de uma “grande história plana, uniforme em cada um de seus pontos, que teria arrastado num mesmo fluir, numa mesma queda ou numa mesma ascensão, num mesmo ciclo, todos os homens e, com eles, as coisas, os animais, cada ser vivo ou inerte, e até os semblantes mais calmos da terra”. A análise que Foucault faz desse modo de abordar a História é extremamente corrosiva, visto que, segundo ele, essa unidade de propósitos da História foi desmantelada em meados do século 19, na grande reviravolta da *epistémé* ocidental.

Nenhuma história foi mais “explicativa”, mais preocupada com leis gerais e com constantes do que as da idade clássica – quando o mundo e o homem, num só movimento, se incorporavam numa história única. A partir do século 19, o que vem à luz é uma forma nua de historicidade humana – o fato de que o homem enquanto tal está exposto ao acontecimento (FOUCAULT, 1999: 512).

As implicações de um pensamento crítico em torno da noção de História não poderão ser aqui buscadas em toda a sua extensão. A razão desta impossibilidade é simples: o campo dos conceitos não se deixa delimitar e traduzir mediante um único ato de análise. O ponto de vista arqueológico de Foucault revela que a constituição significativa do mundo é semelhante a uma engrenagem que, continuamente, produz variações no tamanho e na velocidade com que giram as suas polias. Este movimento de variações é o próprio movimento da cultura e das formas simbólicas

mediante as quais tentamos compreendê-la.

Para White (1994: 267), Foucault entende a História como

(...) um modo fundamental de ser das empiricidades, de tal modo que as coisas sejam concebidas existindo exteriormente umas às outras de um modo essencial, de um modo diferente ao sugerido pelo quadro especializado da idade clássica. Pois, na verdade, a contiguidade espacial sugere a possibilidade de uma rede de relações por meio da qual é possível reunir as coisas enquanto habitantes do mesmo campo “intemporal”. Não há, porém, na ordem da serialidade temporal, nenhum modo legítimo de conceber um território em que se possa dizer que os elementos particulares da série têm origem comum.

A História, tomada sob uma perspectiva arqueológica, à maneira de Foucault, não pode ser jamais um saber íntegro ou vinculado à essência dos seres desdobrados em trans-historicidades. Foucault nos ensina a pensar no limite da revelação e do ocultamento, da visibilidade e da invisibilidade, instâncias que se tornam mais eloquentes na medida em que elevadas a um estado de exaustão de seus significados. Assim, o esforço de Foucault parece estar colocado no sentido de descrever as ilusões de uma época, através de funções que poderiam ser chamadas de “anti-históricas”.

Ao negar todas as categorias convencionais⁵ da descrição e explicação históricas, Foucault espera encontrar o limiar da própria consciência histórica. A arqueologia das ideias forma um contraponto para a “história” das ideias; é a antítese sincrônica da representação compulsivamente diacrônica das fases pelas quais a consciência formalizada passou desde a queda da

linguagem no limbo criado pela exigência não realista de que ela represente a ordem das coisas (WHITE, 1994: 262).

O limite formado pelo contato entre a revelação e o ocultamento está muito bem descrito no primeiro capítulo de *As palavras e as coisas*, no qual Foucault, ao invés de dissertar sobre a proposta geral da obra em questão, oferece ao leitor uma brilhante descrição do quadro “Las meninas”, do pintor espanhol Diego Velázquez. Ali, a metáfora do espelho, a sedução do espaço, o entrecruzamento dos olhares das personagens, as nuances entre o ausente e o presente, o jogo de oposições e semelhanças entre o real e o representado, as potências intencionais da imagem que conjuga discurso e metadiscurso, a exuberância das ambiguidades temporais, tudo é sinalizado por Foucault com a intenção de demonstrar que a prática arqueológica não é uma prática que oferece uma leitura estável e positiva como quer a prática histórica conservadora, mas, pelo contrário, é uma prática (ou uma tentativa de abordagem metodológica) marcada mais por ofuscamentos do que por transparências.

Há uma vasta lacuna entre a vida e a linguagem. O que vivemos pode não estar exatamente adequado àquilo que a linguagem nos informa sobre a vida. Assim, a História, para Foucault, é impotente para reconstruir quadros temporais com exatidão, não pode jamais assumir a forma de doutrina do tempo e não pode constituir uma forma de ditadura moral da experiência a partir de cenários pretéritos. Foucault não busca a “verdade”, a “certeza”, a “revelação”, o “fato”, a “evidência” e a “conclusão”, como se estes conceitos fossem frutos de uma relação direta e causal com os objetos que supostamente os sintetizam; busca, sim, compreender como estes e outros conceitos são produzidos no interior de complexas relações entre vida e linguagem.

Notas

- 1 White pondera sobre a noção de “fato” a partir de pensadores como Nietzsche, Droysen e Croce, que repudiaram a concepção rankiana do “olho inocente” do historiador e a ideia segundo a qual os elementos da narrativa histórica, os “fatos”, eram fornecidos apoditicamente, e não constituídos pela própria ação do historiador. Ver WHITE, Hayden. (1994) *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da USP, p. 68.
- 2 Como um exemplo da perspectiva que coloca em evidência a narratividade do processo de escrita da História, o texto de Irene Cardoso, “Narrativa e história”, explora, segundo palavras da autora, a questão da especificidade da narrativa histórica cuja atenção está voltada para os esquecimentos na história. Problema enfrentado pelas Ciências Sociais e pela História, quando se trata da construção dos acontecimentos como ausências, isto é, construções desaparecidas produzidas pelos silêncios, não-ditos, recalques. Ver CARDOSO, Irene. Narrativa e história. *Tempo Social*, revista de Sociologia. USP, São Paulo, 12(2): 3-13, novembro de 2000.
- 3 Um panorama detalhado da chamada Nova História pode ser encontrado em BURKE, Peter (1992). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP. O ensaio de Burke, presente nesta obra, tenta localizar o surgimento da Nova História dentro de um quadro de transformações e de oposições frente a um paradigma tradicional. O autor procura situar, na prática historiográfica de alguns historiadores, o surgimento de uma nova sensibilidade histórica, desde fins do século 19, passando pela École des Annales até chegar à consolidação do movimento nas décadas de 1970/1980.
- 4 “História rankeana” é como ficou conhecida a prática historiográfica elaborada por historiadores influenciados por Leopold Von Ranke (1795-1866), agrupados em torno de um paradigma considerado “conservador”.
- 5 Por “categorias convencionais de descrição e explicação históricas”, White enumera quatro posturas metodológico-epistemológicas: a) o método comparativo, que define as similaridades que parecem existir entre formas de pensamento diferentes; b) o método tipológico, que procura estabelecer a ordem, a classe, o gênero e as características da espécie dos objetos de um campo de estudo; c) a explicação causal dos fenômenos da “história das ideias”; c) qualquer explicação que apele para a noção de “mentalidade” de uma época. Ver WHITE, Hayden, *op. cit.*

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de (orgs.) (2008). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BURKE, Peter (1992). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP.
- CARDOSO, Irene (2000). Narrativa e história. *Tempo Social*, revista de Sociologia. USP, São Paulo, 12(2).
- COLLINGWOOD, R. G. (1986). *A ideia da história*. Lisboa: Editorial Presença.
- DRAY, William (1977). *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FOUCAULT, Michel (1999). *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes.
- LEMO, F. C. S.; CARDOSO JÚNIOR, H. R. (2009). A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Revista Psicologia & Sociedade*. N° 21 (3).
- MACHADO, Roberto (1981). *Ciência e saber*. A trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (2008). Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de (orgs.), *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- VEYNE, Paul (1998). *Como se escreve a história*; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- WHITE, Hayden (1994). *Trópicos do discurso*. Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP.

Recebido em 17/02/2011.

Aceito em 07/10/2011.

PARA UMA MICROSSOCIOLOGIA DO ACIDENTE E INCIDENTE DE TRÂNSITO

JOSÉ ALCÂNTARA JR.*

Pedestre e condutor de automóvel

O pedestre e o condutor de automóvel foram os dois sujeitos escolhidos nesta análise. A investigação permitiu compreender alguns dos aspectos sociais recorrentes em situações acidentais e incidentais, especialmente nos momentos de deslocamentos cotidianos desses indivíduos em situações transitivas específicas.

Início a análise com a caracterização social do sujeito pedestre, identificado pela origem do próprio vocábulo: vem do latim *pedester*, adjetivo e substantivo comum aos dois gêneros. Uma primeira inferência decorre da sua situação por andar a pé, ou estar em pé. Esse modo de locomoção desqualifica o indivíduo caminhante, por se encontrar desprovido de qualquer outro meio para efetuar os seus deslocamentos e, correlacionados ao homem simples, modesto e rústico; dos primários significados decorrentes da condição social humana.

Uma apreciação pioneira, conservadora, no

RESUMO

Este artigo analisa recorrentes acidentes e incidentes de trânsito, observados entre pedestres e condutores de automóveis, na cidade de São Luís, Maranhão. Os dois sujeitos sociais são examinados numa perspectiva microsociológica, investigando-se momentos dromocráticos da cidade, reconstituídos através de informações e observações de cenas sociais da mobilidade urbana da capital maranhense. A pesquisa tem como base dados institucionais do período de 1995 a 2000, complementada com observações em alguns logradouros da cidade, nos anos 2004, 2005 e 2006. As análises quantitativa e qualitativa possibilitaram uma reflexão sobre as formas e tipos sociais médios existentes nas vias de circulação urbana ludovicense.

Palavras-chave: automóveis, pedestres, acidentes e incidentes de trânsito.

ABSTRACT

This article analyses recurrent accidents and incidents, traffic observed between pedestrians and motorists in the city of São Luís, Maranhão. The two social subjects are examined from a perspective microsociologic, to investigate the city's dromocratics moments, reconstituted through information and observations of social scenes of urban mobility from the capital of Maranhão State. The research was made possible through the study of institutional data period 1995 to 2000 and supplemented with observations taken in some public places of this city in the years 2004, 2005 and 2006. Quantitative and qualitative analyses allowed a reflection on the ways and average social types existing in urban traffic routes ludovicense.

Keywords: automobiles, pedestrians, traffic accidents and incidents.

* Doutor em sociologia, professor da Universidade Federal do Maranhão. jalcantara@ufma.br

Brasil foi feita por Giucci, ao afirmar:

(...) o pedestre estabelece uma ligação mais cuidadosa com a rua e os caminhos. Símbolo do tempo acelerado, o automobilista ameaça o pedestre. É o inimigo do flâneur, pois a valorização do espaço está relacionada à visão demorada. Na rua, o motorista [encapsulado] rivaliza com o pedestre [desprotegido] (2004: 37, grifos meus).

Destacam-se do passado as primeiras demonstrações do antagonismo entre aqueles que caminham e os que transitam na órbita da circulação urbana. Nesse quadro das movimentações de pessoas e objetos, observam-se contradição e desigual-

dade social entre as situações vividas pelos pedestres e condutores de autos. Os primeiros – pioneiros transeuntes e usuários das ruas, avenidas, praças e demais logradouros urbanos – agora, são rivalizados pelos segundos, que possuem, em certas situações sociais, meios de deslocamento distintos da condição natural. Dessa forma, não possuem status social dignificante.

Para uma microsociologia do acidente...

Em uma retrospectiva, os pedestres podem ser aferidos com referências destacadas na história de alguns aglomerados urbanos. Para tanto, é oportuno considerar a descrição de parte da sua trajetória, como a apresentada por John Urry (1999), ao reconhecer algumas identidades dos caminhantes:

Before the late eighteenth century in Europe, walkers were generally considered to be the dangerous 'other'. [...] Walkers were regarded as necessarily poor, mad or criminal (hence the term 'footpad'). But during the course of the nineteenth century walking came to be viewed much more positively across Europe" (URRY, 1999: 51).¹

As qualidades históricas referenciais dos caminhantes, aqueles que efetuavam seus deslocamentos pelo modo a pé, ao longo do tempo, foram identificadas com aqueles que geravam desconfiança e preconceito, como aludido pelo teórico britânico.

A gênese da reflexão sobre mobilidade na teoria social poderia ser resgatada em estudos dos fundadores da Sociologia no século XIX. A problemática foi tratada, periféricamente, pelos precursores da teoria sociológica. Desses teóricos, assinei contextualizações referentes às apreciações do papel desempenhado pelos movimentos e deslocamentos de objetos e pessoas.

De Karl Marx e Friedrich Engels (2007: 78), destaca-se o papel assumido pela intensificação dos intercâmbios existentes, dentro e entre cidades, a partir dos impactos provocados pelos meios de transportes na vida social e urbana. Em 1845, Engels (1986: 57), em parágrafos do capítulo "Grandes Cidades", do livro *Die Lange Der Arbeitendem Klasse in England*, descreve itinerários dos ônibus londrinos. Em 1885, com a publicação do segundo volume da obra *Das Kapital*, Karl Marx (1983: 108-110) descreve as implicações

resultantes da produção de bens materiais – as mercadorias e os impactos impressos sobre elas. As trocas sociais efetivadas através da circulação produzem metabolismos sobre as mesmas. Assim, havia a consolidação do comércio global.

Em 1893, na sua obra *De la division du travail social*, Émile Durkheim (1999: 255) considerou o papel desempenhado pelas comunicações e transmissão de pessoas e bens, como um dos fatores responsáveis por suprimirem os vazios dos segmentos sociais, viabilizado no ato social do movimentar-se.

Há noventa anos, Max Weber (1999: 414) teve o ensaio *Die Stadt* publicado. Nesse escrito, destacou o papel dos transportes na regularização das trocas sociais como um fator importante para a consolidação dos mercados e, conseqüentemente, das próprias cidades, uma realidade semelhante a que havia sido tratado, também, por Marx.

Os teóricos pioneiros destacaram o papel desempenhado pela intensificação dos intercâmbios e dos efeitos de amplificação derivados dos fluxos circulatórios entre os diversos e diferentes povos. O circular, como o transitar são caracteres componentes das atuais relações sociais, formas sociais transitivas que amalgamam as relações sociais contemporâneas; o fluir é uma das características constitutivas das mobilidades e, no caso, no meio urbano.

Na atualidade, a mobilidade urbana constituiu-se em um dos grandes problemas da vida das cidades brasileiras e do mundo. A compreensão das suas regularidades sociais, impressas a partir das ações e práticas sociais verificadas na sua dinâmica cotidiana hodierna, requer análises sociais especializadas². A compreensão de aspectos das formas sociais contidas na mobilidade possibilita apreender as intervenções sobre operações sociais dos movimentos dos indivíduos, que se interpõem nesses intercursos sociais,

quando da realização de diversos processos de interações e relações sociais e que são produzidos por conteúdos sociais lá manifestados.

Mais recentemente e fundamentada em John Urry³, a socióloga portuguesa Emília Rodrigues Araújo (2004) formulou uma reflexão sobre a mobilidade urbana como uma das questões sociais contemporâneas. Araújo reforça a necessidade de se empreender e produzir análises da mobilidade e, portanto, essa dimensão deveria ser incorporada à Sociologia como um dos seus campos de especialização.

No Brasil, Eduardo Alcântara Vasconcellos (1996a e 1996b, *passim*), lançou bases teóricas sistemáticas no estudo de ações e relações sociais resultantes de embates de indivíduos sociais e objetos veiculares; propôs a criação de uma Sociologia da Circulação Urbana, com o objetivo de formular análises sociais sobre o transportar-se corporalmente no espaço urbano. A questão da mobilidade tem origem na Engenharia de Tráfego. Segundo Vasconcellos, é necessário examinar os conflitos sociais existentes no trânsito de uma cidade, levando-se em conta “o usuário cativo dos transportes públicos e proprietários de automóveis, o morador e motorista, proprietários de estabelecimentos, motoristas e passageiros de ônibus, e ao considerar o sistema de transporte como um meio coletivo de consumo” (VASCONCELLOS, 1999: 37-64).

As mobilidades cotidianas envolvem diversos atores, categorias e situações sociais em uma cidade.

Recentemente, a mobilidade foi institucionalizada no discurso oficial do atual governo brasileiro.

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia-a-dia, praticamente os cidadãos e cidadãs de todo

o mundo, no exercício do seu direito de ir e vir, de se locomover livremente para satisfação de suas necessidades, em busca de seu bem-estar e o da comunidade em que vivem (BRASIL2, 2002: 13).

A análise oficial atual dessa mobilidade percebe que, entre os diversos modos, há a presença do automóvel. Tal situação requer reflexões socioculturais, por encerrar aspectos e contradições sociais, além de um quadro de desigualdade social percebido a partir da análise de práticas e formas sociais distintivas entre os detentores de objetos móveis e os indivíduos desprovidos deles.

Da mobilidade urbana de São Luís, ou seja, dos momentos sociais transitivos, extraímos cenas sociais que se transformaram nas referências empíricas desta análise. Sobre as pequenas estruturas sociais de acidentes e incidentes foi feito o recorte epistemológico. Eles foram considerados como acontecimentos microsociológicos⁴, nos quais se destacaram pequenos traços das macroestruturas sociais. Por se tratar de um microcosmo social, faz-se necessário ponderar um aspecto considerado por Georges Gurvitch, no seu conceito de microcosmo social:

A única finalidade desta breve exposição é tornar mais concreta a tese de que cada grupo é um microcosmo de manifestações de sociabilidade, e que cada classe e cada sociedade global – (...) – representam, ao mesmo tempo, um macrocosmo de microcosmo e um microcosmo direto dos laços sociais (1977: 257).

Os acidentes e incidentes são pequenas eventualidades recorrentes na topografia do tecido urbano, nas quais se revelam microscópicos traços sociais, ao destacarem nesses instantes as tensões sociais que os recobrem, na maioria das vezes, por choques

Para uma microsociologia do acidente...

físicos entre objetos e indivíduos, gerando várias formas de ocorrências sociais. Nos primeiros instantes esses acontecimentos singulares atingem reduzidos números de pessoas. Entretanto, são formadores de gradientes sociais, momentos microsociais desencadeadores de grandes desestruturas sociais, das consequências dos danos materiais até as fatalidades existenciais. Essas eventualidades acidentais afetam grupos sociais familiares e profissionais. Através dos pequenos, médios e grandes danos materiais e das fatalidades individuais, atingem todo o conjunto social. Nessas ocorrências transitivas se revelam substantivas características sociais. A categoria conceitual apreciada no recorte analítico ficou restrita às formas de sociabilidades expressas nos momentos de acidentes e incidentes do tráfego na cidade, os quais revelaram traços sociais paradigmáticos.

Para tratar de sociabilidade, destaco as ponderações do sociólogo alemão Georg Simmel (1983) e, dele, incorporo as afirmações destacadas no trecho seguinte:

(...) O motivo deriva de duas proposições: uma delas é que em qualquer sociedade humana pode-se fazer uma distinção entre seu **conteúdo** e sua **forma**. Essa interação sempre surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos. Os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, **fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles**, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo, **para influenciar os outros e para ser influenciado por eles**. A importância dessas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem aqueles instintos, interesses, etc., a

formarem uma unidade – precisamente, uma “**sociedade**”. Tudo que está presente nos indivíduos (que são os dados concretos e imediatos de qualquer realidade histórica) sob a forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, **movimento** – tudo que está presente nele de maneira a engendrar ou medir influências sobre outros, ou que receba tais influências, designo como conteúdo, como matéria, por assim dizer, da sociação (SIMMEL, 1983: 165/166, grifos meus).

Com o conceito de sociabilidade desenvolvido por Simmel foi possível compreender alguns dos aspectos existentes nas estruturas das formas sociais. Ele ao escarificar os principais traços das entranhas organizativas dos constructos sociais, permite ressaltar os conteúdos que são responsáveis por produzirem determinadas formas sociais. Através desse conceito, é possível seccionar os elementos substanciais, identificados por traços, caracteres das estruturas, das ações e das relações sociais e, assim, demonstrar o quanto esses elementos constitutivos contribuem para o entendimento da estruturação das interações e relações sociais. Como é a estrutura social das ações sociais formadas pelas reações entre os indivíduos? Como é agir a favor de alguém? Como é reagir contra alguém? Essas referências estruturantes são dimensões acionadoras dos propósitos, dos interesses, dos impulsos, das inclinações, e – um adendo – dos “desejos”.

Perceber a metamorfose provocada pelos acidentes e incidentes contribui para o entendimento da própria formação de estruturas sociais. As formas de sociabilidades empreendidas pelos sujeitos sociais envolvidos direta e indiretamente na circulação urbana revelaram diversas e diferentes qualidades sociais. Nesses momentos, peculiares manifestações produzem determinadas **formas sociais**, indo do simples

assédio sexual aos bárbaros acidentes produtores de acontecimentos com múltiplos impactos sociais. O senso comum enxerga esses fatos sociais, as súbitas ocorrências dos acidentes e incidentes, de forma estigmatizada e naturalizada. Esses momentos sociais trágicos estão contextualizados conceitualmente, em uma dimensão destacada por Axel Honneth, em uma referência analítica aos critérios de consolidação de regularidades sociais.

Com essa reinterpretação do modelo hobbesiano, Hegel introduz uma versão do conceito de luta social realmente inovadora, em cuja consequência o conflito prático entre sujeitos pode ser entendido como **um momento do movimento ético no interior do contexto social da vida**; desse modo, o conceito recriado de social inclui desde o início não somente domínio de tensões moral, mas abrange ainda um *medium social* através do qual elas são decididas de maneira conflituosa (HONNETH, 2003: 48).

No contexto social urbano, os acidentes e incidentes são referenciais empíricos, por serem momentos sociais éticos médios, que se sobressaem como regularidades da cidade focada e uma contribuição à meditação.

Pedestres e condutores foram apreciados por Guillermo Gucci (2004), ao serem retratados ao longo da história do automóvel no século XX. Ele destacou os impactos e modificações no contexto do trabalho, do lazer, do amor, do vocabulário, das artes em decorrência de sua presença. Na interpretação de Gucci, “o automóvel desenvolveu uma *precária tradição* em meio às mudanças trazidas pela máquina”. E dá como exemplo:

(...) a destruição das paisagens campestres pelas estradas de asfalto, assim como dos passeios em coches, substituídos pelos passeios em carro ou mesmo a pé, quando há perigo para o pedestre, que não mais pode realizar longas caminhadas em paz sem o risco de sofrer acidente (...) os argumentos contra a utilização dos meios de transportes mecânicos que variam desde a desumanidade do objeto tecnológico à perda do contato direto com a natureza e os seres humanos (GIUCCI, 2004: 33).

Embora exista essa perda do contato direto entre condutores e pedestres, não se verifica total indiferença entre ambos, pois eles ainda se relacionam, mesmo que de forma conflituosa, como será demonstrado mais adiante através dos acidentes e incidentes verificados na pesquisa.

Pedestres e automóveis em São Luís

Nos primórdios do século XX, São Luís ainda tinha o seu trânsito marcado pelos movimentos de cavalos, carruagens, liteiras, tálburis e bondes; mas, como em outras cidades, transformações significativas vão alterando o cenário:

A situação da paisagem da via pública, antes dominada por carruagens e pedestres, se transforma em vitrine para os motores elétricos, a vapor e de combustão interna. O conflito entre os veículos de tração animal e motorizados foi um tema comum nas primeiras décadas do século na América Latina (GIUCCI, 2004: 37).

Na constituição do tráfego de veículos da cidade são identificados os primeiros conflitos na *realidade circular*: entre os cocheiros, apegados à tradição do

Para uma microsociologia do acidente...

coche (carruagens movidas à tração animal), e os carros, cujo surgimento foi logo, no início, marcado pela valorização da velocidade, continuando esse fascínio até os dias atuais.

A cidade de São Luís, no começo do século XX, registrava as primeiras manifestações do automóvel, um dos mais recentes meios de transporte a efetuar, a integrar e a compor o trânsito urbano. Os primeiros condutores de automóveis foram os filhos abastados da sociedade ludovicense. Esse equipamento era símbolo de modernidade para os seus primeiros usuários. Antes do início da fabricação em massa de carros populares, o automóvel era um item de consumo de luxo que conferia destaque social ao proprietário, o qual ostentava pelas ruas seus privilégios em termos de mobilidade, diferenciando-se dos demais. Até hoje, o bem-estar econômico é simbolizado pela troca frequente de um carro ainda seminovo por um mais moderno. Na sociedade brasileira, verifica-se a preferência pelo móvel em detrimento do imóvel para abrigo. Ou seja, compra-se um carro antes mesmo de uma casa.

O início da presença do automóvel em São Luís pode ser descrito através da seguinte colaboração:

O automóvel foi introduzido no Maranhão por Joaquim Moreira Alves Santos, o Nhozinho Santos. O tempo era o do fraque e da cartola! Carruagens e tîlburis circulavam pelas ruas de São Luís. Em novembro de 1905, regressando à terra natal, formado técnico em indústria têxtil, na cidade de Liverpool – Inglaterra, Nhozinho Santos trouxe na bagagem a maravilha tecnológica da época: um automóvel inglês SPEEDWELL, modelo Phaeton (*an open touring car* ou carro descapotável para passeio), de quatro lugares, motor De Dion Bouton, monocilíndrico, a gasolina. Antevendo o sucesso que o automóvel faria

em São Luís, tomou a iniciativa de ensinar empregados da [fábrica] Fabril a dirigir. Os dois primeiros habilitados foram Sebastião Raimundo dos Santos e Otaciano Pereira. Ambos tornaram-se *Chauffeurs* profissionais, desempenhando essa atividade até quando a idade permitiu. Sebastião foi proprietário de automóvel de praça. Seu último carro, um reluzente **Mercury**, cinza claro, ano 1951, fazia ponto no Posto Vitória. Otácio, nome com o qual Otaciano ficou conhecido, trajava impecável farda branca, com botões dourados e inseparável képi da mesma cor. Ao longo de muitos anos, foi motorista particular do industrial Adhemar Maia de Aguiar. Este também comprou um dos Peugeot e o outro foi vendido para o comerciante José da Cunha Santos Guimarães. Em 1914, já havia empresa local explorando os serviços de aluguel de automóveis⁵.

A capital ludovicense recebe a novidade técnica industrial como uma ‘especial’ modernidade para o conjunto dos seus moradores, que paulatinamente, eram socializados quanto aos procedimentos requeridos para dirigir, a nova máquina veicular com motor a combustão. No meio social, as ações de dirigir e lidar com os novos veículos adquire capilaridade. A nova forma de locomoção se destacava na urbe como símbolo de status e distinção social. No embrionário trânsito, começaram a surgir alguns problemas para o tráfego de automóveis e, também, os primeiros acidentes. Em São Luís, foram localizados alguns registros de ocorrências dessa ordem, na imprensa local, no início da segunda década do século XX, conforme se exemplifica a seguir:

Nesse ano [1914], às 14h do dia 17 de abril, aconteceu o primeiro acidente de trânsito. Um automóvel da firma Teixeira & Branco,

dirigido pelo *chauffeur* Sebastião e conduzindo em seu interior o desembargador Bezerra de Menezes, descia com **velocidade** adequada a Rua do Sol. Aproximando-se o veículo da rua dos Craveiros, surgiu repentinamente **um menor** correndo atrás de uma bola. Apesar da destreza do condutor, o atropelamento foi inevitável. A vítima, que se chamava João, faleceu no local. **O condutor foi inocentado**, contribuindo para esse ato de justiça o depoimento do passageiro e de pessoas que presenciaram a lamentável ocorrência.⁶

Quatorze anos depois, em 1928, outro registro jornalístico descrevia mais um acidente de trânsito na cidade de São Luís, com características semelhantes às do anteriormente relatado:

Ontem, às 18 horas mais ou menos o automóvel nº 18, guiado pelo cinesiphoro Anastácio de tal, atropelou, no parque Urbano Santos, **o menor** Octavio, filho adotivo do Sr. Miguel Neto, comandante do vapor S. José, do Loyde Maranhense. Ao que afirmam, o automóvel subia a Rua Oswaldo Cruz, a grande **velocidade**⁷.

Conforme se observa nos trechos citados, a chegada do automóvel em São Luís também trazia os primeiros acidentes de trânsito, cujas primeiras vítimas foram crianças. Nos atuais registros, a maior incidência recai sobre elas e os idosos. Se levarmos em conta a baixa velocidade dos veículos à época, podemos dizer que os pedestres, ainda não acostumados com esse tipo de máquina móvel, viram se iniciar, ali, uma convivência ameaçadora. A sua incorporação ao cotidiano da cidade se confrontava com um problema de escala espacial; perceptível na desproporção entre espaço físico da urbe e a força cinética potencial desses veículos, em tráfego nas vias urbanas, antes

dominadas por pedestres e carruagens.

Essa máquina se distingue pela capacidade de velocidade, que exerce tanto fascínio sobre as pessoas e se constitui em um dos fatores para incidências de diversos tipos de acidentes. As pistas de rolamento dos veículos se tornam local de direção perigosa, pondo em risco a vida alheia. Jean Baudrillard (2008: 77) nos oferece uma contribuição analítica sobre a velocidade:

(...) Vimos como velocidade é ao mesmo tempo transcendência e intimidade. Com o domínio sobre o espaço como signo abstrato do mundo real, nele o exercício do poder vem a ser projeção narcisista. Pensemos no valor “erótico” do veículo ou da velocidade: pelo levantamento dos tabus sociais ao mesmo tempo que da responsabilidade imediata, a mobilidade automóvel desata todo um sistema de resistência tanto para consigo como para com os outros: tônus, vivacidade, entusiasmo, audácia, tudo isto é devido à gratuidade da situação automóvel – por outro lado ela favorece a relação erótica pela intercessão de uma projeção narcisista dupla no mesmo objeto fálico (o carro) ou na mesma função fálica objetivada (a velocidade). O erotismo do veículo não é, pois, o de uma aproximação sexual ativa, mas aquela passiva, de uma sedução narcisista do mesmo objeto. O valor erótico desempenha aqui o papel que tem a imagem (real ou psíquica) na masturbação.

A velocidade é uma potência metafísica, ao excitar e ativar dimensões bastante subjetivas, reflexas nos indivíduos guiadores, impulsionando sensações e aspectos psicossociais que atendem a finalidades que vão além das necessidades exigidas pela mobilidade urbana.

A institucionalização do ato de dirigir ganhava corpo, como se identifica ante os primeiros procedimentos legais adotados para se autorizar a condução de um veículo motorizado na cidade de São Luís,

Para uma microsociologia do acidente...

no início do século XX:

É de se registrar que àquela época, os candidatos a *chauffeur* amador e *chauffeur* profissional eram examinados por uma banca presidida pelo Intendente (Prefeito), tendo como membros Joaquim Moreira Alves dos Santos (Nhozinho Santos) e o engenheiro eletricitista Antonio Nogueira Vinhais. Os três examinadores assinavam as carteiras dos aprovados. Com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, foi prejudicada a importação dos veículos europeus, surgindo a oportunidade para que os fabricantes da América do Norte colocassem, aqui, suas “máquinas”, conquistando o mercado.⁸

É possível que os primeiros acidentes com vítimas fatais tenham feito surgir a preocupação com a organização do trânsito. A ordem institucional e os problemas resultantes exigiam o aprimoramento na permissão para habilitação de dirigir um veículo automotor. Os exames para obtenção de autorização foram, progressivamente, aprimorados no tocante à legislação de trânsito, à sinalização e às técnicas de segurança (direção defensiva, primeiros socorros e mecânica básica), estas três últimas, somente, aplicadas na contemporaneidade. Tais medidas tinham o intuito de fortalecer a segurança de tráfego, para evitar acidentes de trânsito, mas não surtiram os efeitos esperados. Ainda assim, a sociedade continuou providenciando outros meios para amenizar o descontrole na *realidade circular urbana*. Esses primeiros recursos para o trânsito, foram produzidos pela Engenharia de Tráfego, sem uma interlocução com o lado sociológico que acompanha a vida do tráfego urbano.

A cidade de São Luís possui uma longa trajetória histórica quanto a instrumentos legais urbanos, no caso específico, destaco os seus Códigos de Posturas. Nesses institutos oficiais são contempladas as normas

para condutas de pessoas, animais e veículos. Dois deles foram criados no período imperial e os demais no período republicano. Na primeira metade do século XIX, em 1842, foi implantado o primeiro Código de Postura, no qual se destaca o disciplinamento no trânsito de animais na cidade de São Luís. Tal normatização visava evitar os atropelamentos de pessoas idosas e crianças, infrações cometidas, até por aqueles, que montavam a cavalo. Em 1866, o presidente da província, Laffayette Rodrigues Pereira, sanciona o segundo Código de Postura, instituído pela Lei nº 775, de 4 de julho do mesmo ano. Nesse regulamento, destacam-se os disciplinamentos quanto ao uso dos carros, ao exigir matrícula dos veículos junto à Câmara Municipal: normatiza o padrão mecânico dos veículos e, também, determinava os cuidados necessários para trafegar com carros a tração animal. As infrações eram aplicadas através do pagamento de multas ou da prisão, quando o infrator não as pudesse pagar. Um ano após a Proclamação da República, é instituído o Código de Postura de 1893, a Lei nº 8, que não tratava dos aspectos da mobilidade urbana. Somente mais à frente vamos encontrar o estabelecimento dessa preocupação na Lei Municipal nº 185, de 7 de fevereiro de 1913, a qual determina as obrigações e limitações quanto ao uso dos automóveis⁹. No século XX, no início da Era Vargas, temos o Código de 1936, instituído por decreto, de 3 de novembro do mesmo ano, pelo prefeito José Otacílio de Saboya Ribeiro, o qual sanciona o referido Código em razão da obsolescência do anterior. Esse Código se distingue por ser constituído por 508 artigos. Em mais uma edição de um Código, a mobilidade urbana era contemplada no capítulo “Polícia de Trânsito”. Atualmente, a cidade conta com o seu último Código de Postura, implantado em 1968, como fruto da Lei nº 1.790, de 12 de maio do mesmo ano, e a questão da mobilidade urbana se restringe

ao trânsito, contemplada no Título III, capítulo IV. Decorridos mais de quarenta anos, não mais estaria adequado às novas concepções e conquistas urbanísticas no Brasil.

Para efeito deste estudo, o conceito de trânsito está embasado no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997), que estabelece: “considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga e descarga”¹⁰ (CTB, Art. 1º, parágrafo primeiro).

Em São Luís, um quadro caótico no tráfego vem se acirrando. Ao longo da sua existência, a cidade absorve uma frota de veículos de forma desproporcional a sua escala espacial. Na época considerada neste estudo, a sua frota de automotores estava composta por 221.701 veículos¹¹. Em termos de uma *média per capita*, teríamos um veículo para um quarto da população da cidade. As condições para movimentação de veículos são, cada vez mais complicadas nas cidades brasileiras. Nesse fluxo de máquinas móveis, haveria uma nova “luta de classes”, a qual é travada entre os pedestres e os condutores no tráfego frenético de cidades. Tal batalha é marcada pelo desejo individual do prazer proporcionado pelo trafegar de forma veloz contra o direito coletivo à segurança e à liberdade de andar pelas ruas sem ser atropelado. Nessa luta, facilmente a potência do carro se sobrepõe à delicadeza pedestre. Os condutores, pouco preocupados com os excluídos, desejam o máximo de espaço nas vias públicas, sem impedimentos ou obstáculos à “corrida” rumo a seus objetivos particulares. Delineia-se, a partir daí, um conflito social travado entre pedestres e motoristas, ambos concentrados em seus próprios interesses e incomodados com a presença uns dos outros na estressante via pública. Deste modo, se

pronuncia Vasconcellos (1999: 50):

Pedestres e motoristas – enquanto o primeiro deseja segurança e conforto na sua locomoção, o segundo deseja rapidez no trajeto, o que gera um conflito de regulamentação do espaço. Este conflito pode ser visualizado, por exemplo, quando se tenta instalar um semáforo veicular em áreas de grande movimento de pedestres: o semáforo, se respeitado, melhora a segurança dos pedestres, mas prejudica a fluidez dos veículos.

Na cidade, há uma postura contrastante: é o fato de, a todo momento, pedestres e motoristas trocarem de posição, pois “a mesma pessoa assume vários papéis diferentes no tempo e no espaço, levando conseqüentemente a necessidades e interesses também mutáveis no tempo e no espaço” (VASCONCELLOS, 1999: 49). O mais surpreendente nessa dimensão é que ambos se esquecem, completamente, de suas necessidades quando desempenham outro papel. Para eles, o que importa é ter seus ímpetos atendidos em qualquer posição. Substitui-se explicitamente a empatia pelo egoísmo do prazer individualizado.

Na atualidade, a massificação do automóvel preencheu todas as vias. O automobilismo, expresso na intensificação do uso individual de veículos, tornou saturadas as artérias urbanas, resultando em infindáveis engarrafamentos, uma ironia para os apressados, ao pensarem que a aquisição de um automóvel para cada membro da família tornaria suas vidas mais lépidas. Como indicado por Vasconcellos (1998), na verdade, foi o crescimento desordenado das cidades o principal fator a provocar o aumento dos índices de vítimas fatais no trânsito. As posturas subjetivas ao volante são contornadas pela eclosão de excitações derivadas da situação de execução da liberdade de

locomoção.

A questão urbana é cláusula da Constituição Federal de 1988. Ela foi contemplada no Título VIII – Da Ordem Econômica e Financeira, capítulo II, artigos 182 e 183; regulamentados através da Lei nº 10.257, conhecida por Estatuto da Cidade, no ano de 2001. Na Carta Magna, se invoca a obrigatoriedade de se instituírem planos diretores nas metrópoles e cidades populosas, para estabelecerem diretrizes para o desenvolvimento do transporte urbano, sempre alerta às condições de sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Atente-se para o controle do uso do solo, já que, ao habitarmos num determinado lugar, necessitaremos transitar por ele.

A construção de um espaço urbano mais democrático depende de uma gama de diretrizes a respeito do transporte coletivo público, como parte do sistema de circulação urbano para permitir o fluir de indivíduos e objetos, que deverá estar conjugado com a política de desenvolvimento urbano, a qual deve apontar a necessidade de criação de um novo desenho para garantir o direito à mobilidade urbana sustentável.

As instituições e as estatísticas de acidentes de trânsito

As instituições oficiais de administração do trânsito e transportes, incumbidas do acompanhamento e dos procedimentos legais da circulação, são as responsáveis por registrarem e resolverem as ocorrências dos acidentes de trânsito. Para esta análise, a definição de acidentes é aquela presente no documento “Instrução Básica de Estatística de Trânsito”,¹² do Departamento Nacional de Trânsito, ou seja, “consideram-se acidentes de trânsito aquelas situações de choques físicos, inesperados, envolvendo condutores, conduzidos e pedestres”. Recorremos a uma forma concisa para definir o acidente de trânsito: é

a praga da modernidade cinética¹³. Indesejado, mal recebido, constitui um drama, como uma sombra a acompanhar a sociedade.

No Ocidente, o primeiro acidente de trânsito é atribuído ao ocorrido em Londres no dia 17 de agosto de 1896 (GIUCCI, 2004: 79). Um ano depois, no Brasil, em 1897, na estrada velha da Tijuca, no Rio de Janeiro, temos o primeiro registro de acidente, o qual se deu com uma personalidade já conhecida do grande público por sua habilidade literária: o jornalista e antimonarquista ferrenho José do Patrocínio, primeiro a circular em um automóvel no Rio de Janeiro. Ao volante estava Olavo Bilac, tentando aprender a dirigir (GIUCCI, 2004: 81; NED, 2004: 16).

A investigação das causas dos acidentes de trânsito perpassa a adoção de métodos estatísticos (definindo-se a forma de coletar dados, agrupá-los e sistematizá-los) e a imposição legal, aos órgãos de trânsito, da produção correta das estatísticas, isto é, com a maior fidelidade possível aos números reais. Ao longo do tempo, detectou-se, que a coerção e a sanção representadas por multas e outras penalidades não produziam os resultados esperados, por serem posteriores ao fato. Elas são informações dessa realidade, transformadas em dados estatísticos e com a função de fornecer pistas sobre as causas e prevenir os acidentes, orientando a população a respeito dos “comportamentos de risco no tráfego”, que aqui se constituíram na regularidade tratada pela investigação. Entretanto, esses mesmos dados não gozam de tratamento sistemático regular. Vejamos o que diz Vasconcellos acerca do tratamento dispensado aos dados estatísticos sobre acidentes no Brasil:

Os reveses, no entanto, não tardaram a ser identificados. Inexiste uma unificação dos dados coletados, uma vez que os vários órgãos responsáveis pela tarefa utilizam

suas próprias metodologias, com enfoques peculiares nos distintos Boletins de Ocorrência e nos diferentes softwares para a elaboração das estatísticas. A coleta assistemática de dados carece de uma política de integração, pois a falta de uma padronização permite que cada estatística apresente um resultado diverso. [...] Uma das maneiras de escapar a esta indeterminação tem sido a tentativa de quantificar o fenômeno, por meio de cálculo de índices, que procuram relacionar o número de eventos registrados com as variáveis que podem estar ligadas à sua causação. [...] há problemas ligados à confiabilidade dos dados existentes (1999: 203-204).

Nos registros de acidentes de trânsito da capital maranhense, verifica-se a ausência de procedimentos uniformizados. As instituições fiscalizadoras do trânsito não adotam modos comuns no registro das estatísticas dos acidentes e demais ocorrências alusivas à circulação de veículos e pedestres. Cada instância institucional – municipal, estadual e federal – adota procedimentos de forma particular. Não há, por parte das instituições oficiais locais, uma homogeneização metodológica, quanto aos instrumentos, nas anotações e eventual descrição de situações envolvendo os agentes, o que impossibilita o acompanhamento da mobilidade urbana. Dessa forma, os procedimentos para análise do trânsito, nos municípios e no Estado como um todo, ficam bastante comprometidos para uma avaliação sistemática dessa *realidade circular*.

Os estudos sobre acidente, através do exame de seus “componentes”, permitiriam avaliar os custos associados a cada um deles. No entanto, a precariedade dos registros compromete tais análises. Muito longe estaria, também, uma gama de informações dos impactos microssociológicos dos acidentes, produtores de metamorfoses sociais. Desse modo, há prejuízo

quando não se descreve a forma social do acidente, ou seja, quando não se busca examinar como aconteceu ou, conforme usualmente se diz, saber o tipo de acidente e as consequências sociais – diretas e indiretas – produzidas. A descrição das formas materiais poderia explicar as conexões entre os diversos elementos, ao considerar:

(...) a dinâmica do acidente, visualizando-o em uma dimensão temporal, analisando as forças atuantes durante o período em que o mesmo ocorreu, os materiais, sua resistência e deformação, incluindo-se aí o que se poderia chamar de fisiologia dos materiais¹⁴ [e as suas consequências sociais].

Há a necessidade do aprimoramento desses instrumentos de registros de acompanhamento, com formas mais sistemáticas e cuidadosas, enumerando-se algumas unidades analíticas, aglutinando-se informações descritivas dos acidentes. Uma descrição microssociológica seria uma forma de contribuir para a identificação do problema e os prováveis auxílios à sua compreensão social. Em muitas situações não é possível determinar a causa dos fenômenos em estudo, porque, como sugere Vasconcellos (1998: 64),

As causas dos acidentes de trânsito são muito variadas e complexas. Os principais fatores são o comportamento humano, as condições da via e do veículo e as características do ambiente de circulação (a disposição física das vias e calçadas, os conflitos de trânsito). Embora os estudos tendam a atribuir a maior parte da ‘culpa’ ao fator humano, é preciso cuidado: nos países em desenvolvimento como o Brasil, o ambiente de circulação tem uma participação essencial, na medida em que ele foi adaptado irresponsavelmente para o uso do automóvel.

Para uma microsociologia do acidente...

A aplicação das estatísticas possibilitaria traçar os quadros sociais derivados dos acidentes e dos incidentes de trânsito. A análise do ambiente da circulação forneceria, por exemplo, descrições das formas de sociabilidade conflituosas. Entretanto, levamos em conta as estatísticas, que, a grosso modo, em si mesmas, não significam muita coisa. Mas o seu registro alimentará a discussão sobre essa realidade cotidiana nas grandes cidades brasileiras:

A cada treze minutos ocorre uma morte por 'acidente' de trânsito no Brasil. A cada sete minutos ocorre um atropelamento. Além das 46 mil mortes anuais por 'acidentes' de trânsito, 300 mil pessoas ficam feridas, 60% com lesões permanentes. Desses mortos, 44% foram vítimas de atropelamento e 41% estão na faixa etária entre 15 e 34 anos. Cerca de 60% dos leitos de traumatologia dos hospitais brasileiros são ocupados por "acidentados" no trânsito (LUDD, 2004: 16-17).

Os indicadores sociais dos homicídios perpetrados pelos acidentes de trânsito alertam sobre esse aspecto da vida social na mobilidade urbana e um indicador vermelho da realidade, que vai receber seu primeiro tratamento quando da criação do novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O "estilo de vida automobilístico" requer uma lógica urbanística configurada pela prevalência do domínio do carro no movimento circular, fruto de um arranjo político orquestrado pela indústria automobilística instalada no país. Nas grandes e médias cidades do Brasil, as elevadas taxas de acidentes de trânsito configuraram-se em um problema de saúde pública. Os acidentes de trânsito produzem alterações e são desarranjos nas próprias veias do tráfego urbano, produtos dessas formas sociais transitivas. O País

possuía o índice de 6,8 acidentes para um grupo de 10 mil veículos (BRASIL4, 2003: 9), posição merecedora de uma consideração analítica por parte da sociedade brasileira.

Os números evidenciam uma realidade marcada pelo conflito travado diariamente no trânsito brasileiro, o qual pode ser observado na *realidade circular* de São Luís, quando o automóvel foi apontado como provocador do caos, poluidor da atmosfera, interventor da rotina e do curso normal do deslocamento. Sua pior face, entretanto, é a encontrada em um estereótipo: "máquina assassina", conforme evidenciam as elevadas estatísticas de acidentes de trânsito ludovicenses. Segundo as estatísticas do DETRAN-MA, morrem cerca de 80 pessoas por ano nas ruas da capital maranhense. O horror dos acidentes não mitigou o fascínio pelo veículo, mas representou um alerta para os perigos da modernidade cinética. Dessa forma, aqui estão destacadas as inferências estatísticas, com os traços constitutivos de um estúpido quadro social.

Análise das estatísticas dos acidentes de trânsito em São Luís

As estatísticas utilizadas nesta análise dos acidentes de trânsito em São Luís foram colhidas no Departamento de Educação para o Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (DETRAN-MA) e abrangem os anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000. Selecionei três anos anteriores à institucionalização do novo CTB e três anos posteriores à sua implantação. Dos seis anos considerados, destaquei três tipos de acidentes, em relação às suas consequências: danos materiais, não fatais e fatais. Os dados analisados e sintetizados no Gráfico 1 oferecem um resumo da evolução dos acidentes antes e depois da implantação do Código Brasileiro de

Trânsito, na cidade universo. A primeira leitura do Gráfico 1 é a de que há um movimento de acentuação nas ocorrências de acidentes nos anos de 1995 até 1997 e 1998; na época, um fato social já constatado até no senso comum. Havia um impacto decorrente do grande volume de colisões noticiada na imprensa. No ano de 1998, verifica-se uma estabilização nas ocorrências de acidentes. Logo após a implantação do CTB, diminuiu o número de acidentes de trânsito, que chegaram a ocupar o principal lugar de causa mortes no Brasil. Os acidentes estavam na órbita das fatalidades sociais; eram encarados como decorrência natural do trânsito nas cidades. Cotidianamente, quadros trágicos do trânsito eram anunciados na imprensa falada e escrita.

Os números de acidentes com *danos materiais* são os maiores em todos os anos do período aqui considerado. Esses danos dizem respeito a automóveis, a edificações e a equipamentos urbanos. Na cidade de São Luís, um indício dos frequentes choques nos equipamentos urbanos, destaca-se através da presença de um objeto de proteção contra as colisões junto às colunas da rede elétrica. No caso, faço alusão aos protetores implantados na parte inferior dos postes de transmissão e distribuição da rede elétrica da cidade, que são conhecidos pela alcunha de Cosme e Damião. Os mesmos têm a finalidade de preservar esses equipamentos da companhia de fornecimento de energia elétrica, dos constantes choques perpetrados nos acidentes de trânsito. No período considerado, os danos materiais totalizavam uma média anual de 1.489 acidentes.

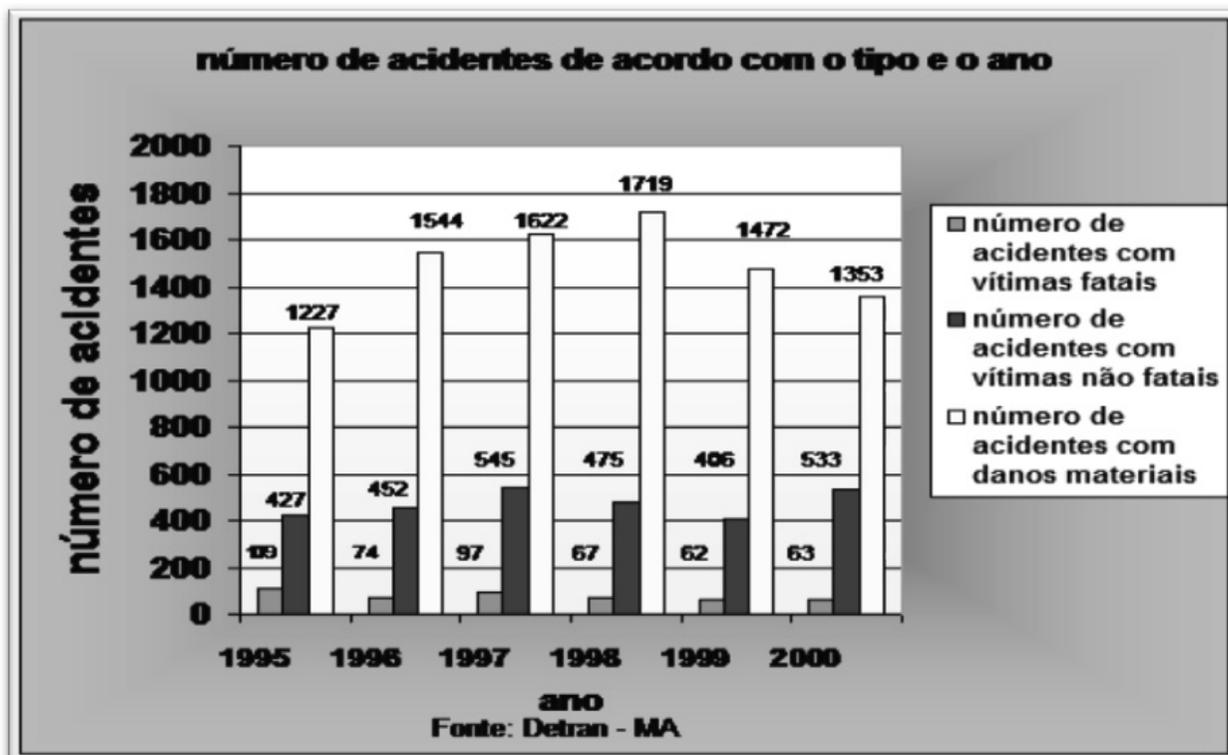
Os acidentes de trânsito com *danos materiais e vítimas não-fatais*, geralmente, são mais frequentes durante o dia. Tal variável é atribuída ao fato de ser maior o movimento de veículos nesse turno, período em que se realiza a maior parte das atividades de

produção e trocas da cidade. Felizmente, de acordo com as estatísticas do DETRAN-MA, não ocorrem tantas mortes no trânsito quanto prejuízos materiais e traumas físicos.

O segundo tipo de acidente de trânsito é o que deixa *vítimas não-fatais*, isto é, aquele em que pessoas são acidentadas, sofrem lesões corporais, mas, não chegam ao óbito. O total de acidentes dessa natureza, nos seis anos, foi de 2.838, perfazendo uma média anual de 405 casos com vítimas não-fatais, durante o dia, e 165 no período noturno.

O terceiro tipo de acidente de trânsito pesquisado é o que resulta em *vítimas fatais*, portanto, vidas interrompidas, destinos alterados.

Gráfico 1



Nos anos de 1995 e 1996, aconteceram mais acidentes com vítimas fatais durante o dia. Já, em 1997 e 2000, ocorreram em igual número, nos turnos diurno e noturno; e, em 1998 e 1999, aconteceram mais acidentes com vítimas fatais durante a noite. Depreende-se daí que a probabilidade de ocorrerem mais durante o dia ou durante a noite é igual, podendo haver variação nessa correlação. De 1995 a 2000, a média anual de acidentes com vítimas fatais foi de 78 ocorrências; sendo 39 durante o dia, e 38 à noite, as médias respectivas. Constata-se, em todos os anos, que a maior parte dos acidentes ocorre por atropelamentos, tendo como vítimas fatais pedestres ou animais que sofreram os impactos abruptos dos veículos nos logradouros. Portanto, nas vias urbanas, os pedestres são as maiores vítimas desse tipo de acidente. Tal informação evidencia a ocorrência de maior risco à vida entre aqueles que caminham, isto é, aqueles que estão

expostos diretamente nas vias de circulação. Situação diversa é a do condutor e do conduzido, encapsulados ou, de certa forma, protegidos pela lataria do carro. Observa-se, aqui, uma grave falha no sistema de estatísticas: a não-incorporação dos números de vítimas que falecem nos hospitais, mas que foram acidentados.

Na atualidade, identifica-se uma regularidade quanto às reações apresentadas pelos assistentes de acidentes de trânsito. Esse tipo de reação pode se destacar quanto aos cuidados às vítimas a partir de uma indução da obra do artista Andy Warhol. Em um quadro da série sobre *morte e desastres*, o artista destaca a simbiose do automóvel e o corpo humano. A pessoa acidentada e o veículo danificado compõem um todo orgânico. Uma análise da obra de Warhol foi apresentada por um crítico de arte e, dessa apreciação, destaco a seguinte constatação:

As pinturas da série *Death and Disaster* mostram a violência dos anos 1960 com uma crueza indelével e ainda mais aterradora por conta da riqueza e uniformidade da cor que o artista costumava aplicar em toda a sua iconografia. Porém, talvez fosse mais acertado dizer que o tratamento que Warhol dispensou à violência, na realidade, traduziu a **indiferença à violência** – a sua assimilação pelos padrões normativos da vida cotidiana – que caracterizava a sociedade norte-americana numa escala constante iniciada no final dos anos 1950, quando assassinatos em massa, assassinatos em série e chacinas de modalidades cada vez mais inusitadas e grotescas tornaram-se triviais, tanto na sociedade como na mídia dominante, ou seja, a televisão e o cinema de Hollywood.

[...] Na realidade, a obra de Warhol recomendava um tipo de **insensibilidade**, um **esvaziamento do conteúdo emocional**, um estado de consumo indiscriminado e sem fim de objetos e personalidades (INDIANA, 2010: 84).

No cotidiano dos cidadãos, estes teriam uma reação social de indiferença diante dos acidentes de trânsito, ignorando a sua existência. Os indivíduos são tragados pela lógica de suas rotinas, o que os impediria o aflorar das suas emoções e manifestações humanas de solidariedade nessas ocorrências trágicas.

No intervalo de tempo tratado nesta pesquisa, constatou-se que o veículo mais envolvido em acidentes de trânsito foi o automóvel, tipo de veículo predominante na frota de São Luís. A urbanista Jane Jacobs (2000: 377-413) atribuiu ao automóvel a condição de ser um dos agentes corrosivos das cidades. Para ela, os movimentos de tráfego deveriam ser reduzidos ao menor número possível. A existência de autoestradas deveria se limitar ao mínimo necessário. Nas palavras de Jacobs: “Atualmente, todos os que prezam

as cidades estão incomodados com os automóveis”¹⁵. O veículo automotivo é gerador de uma sociabilidade conflituosa, a julgar pela quantidade de mortes provocadas, pelo *stress* que ocasiona devido aos estacionamento forçados, pelo assassinato simbólico dos “outros”, pela acentuação da desigualdade social e por muitas outras situações. Mas esse tipo de veículo, frequentemente, confere status de dignificação social aos seus proprietários ou condutores. Roland Barthes (2007: 215) analisa o automóvel da seguinte forma:

Creio que o automóvel é hoje o equivalente bastante exacto das grandes catedrais góticas: quero dizer, uma criação que faz época, concebida com paixão por artistas desconhecidos, consumida na sua imagem, se não no seu uso, por um povo inteiro, que através dela se apropria de um objecto perfeitamente mágico.

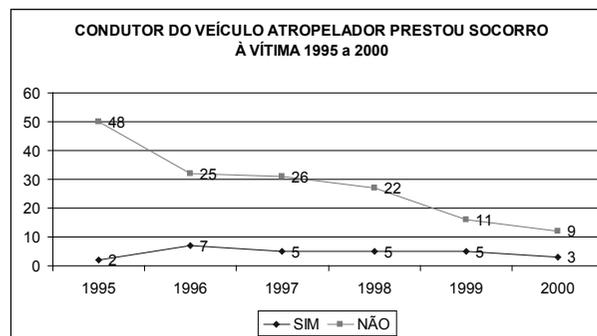
O automóvel ocupa uma centralidade social. No seu entorno, se desenvolve parte da vida social, assim marcado pelos rastros rodoviários, com consequências sociais sedutoras e nefastas. Para a economista Tatiana Schor¹⁶, a sociedade viveria em um autoconsumo. E o automóvel, nesse contexto, teria mais a função de ostentação (consumo) do que utilidade prática (apropriação). Ele é um objeto incorporado ao universo onírico dos indivíduos modernos. A sociabilidade entre condutores e pedestres estaria marcada pela anulação do indivíduo-pedestre em relação ao indivíduo-condutor. Esse tem, a seu favor, graças ao poder aquisitivo, a possibilidade de ostentar um bem luxuoso e confortável. Pode-se fazer uma analogia coloquial: uma pessoa possuidora de um carro e outra sem ele são duas pessoas distintas, em escala de prestígio socialmente opostas; vamos dizer: são duas pessoas socialmente diferentes.

Mobilidade urbana sem solidariedade

Neste aspecto, ficou definida a interrelação entre formas de solidariedade e mobilidade urbana circunscrita, a de “deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal”, à vítima do acidente, conforme artigo 302, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro. Essa dimensão foi reconstruída a partir do cotejamento analítico de amostra constituída por uma coleção de 545 matérias jornalísticas versando sobre o trânsito da cidade de São Luís. Essas reportagens foram extraídas do jornal *O Estado do Maranhão*, entre os anos 1995 e 2000. Desta coleção, foram selecionadas 455 matérias com as seguintes categorias: atropelamentos de pedestres e ciclistas; brigas de trânsito; abalroamento; colisões; capotamentos; derrapagens; engavetamentos; incêndios; tombamentos de veículos; estatísticas e acidentes. Desses *clippings*, foram escolhidas 168 matérias jornalísticas com descrições de situações e fatos sociais referentes à prestação de socorro às vítimas de acidentes de trânsito. Esse material nos serviu de base para analisarmos as formas de manifestações de solidariedade ocorrentes nesses instantes do trânsito urbano. Observar as manifestações de solidariedade na mobilidade urbana foi, assim, uma forma de escutar como se efetivam vínculos sociais no contexto urbano, para podermos qualificar relações sociais entrelaçadas na rede que compõe a *realidade circular* da cidade de São Luís.

As inferências foram sistematizadas no Gráfico 2, no qual estão aglutinadas as posturas regulares dos condutores de veículos quanto às reações de prestação de socorro às vítimas de acidentes. Para esta análise, foram consideradas duas fases: uma anterior e outra posterior à implantação do CTB.

Gráfico 2



Fonte: Coleção de *clippings*. Coordenação: autor; organização: José Wellington de Oliveira Silva.

Considerando o ano de 1995, fase anterior à implantação do novo CTB, a pesquisa mostra que, em 96% (noventa e seis por cento) dos acidentes, as vítimas não receberam primeiros socorros, por parte dos condutores envolvidos em tais acontecimentos sociais. Desse modo, constatou-se como regularidade a omissão de socorro aos acidentados de trânsito, preponderando, pois, a falta de solidariedade nesses instantes sociais. Tal procedimento parece enraizado na rotina desse tipo de situação do tráfego nacional. No período considerado, no lado oposto dessa mesma situação, constatou-se que, somente, em 4% (quatro por cento) dos acidentes foram prestados primeiros socorros às vítimas. Somem-se a isto, fatores inibidores, e que ainda perduram, exercendo, de um modo ou de outro, influência no comportamento dos condutores infratores: indivíduos que presenciam um acidente e já imputam responsabilidade aos prováveis “culpados”. Não raro, tais testemunhas passam a ameaçar os “responsáveis” e, muitas vezes, manifestam o desejo de “fazer justiça com as próprias mãos”. Com esse *ethos cultural*, a prestação de ajuda às vítimas pode ficar ainda mais distante, quando o provável responsável pelo acidente é, de imediato, sancionado com posturas agressivas, furiosas e coléricas, por

parte de pessoas presentes ou envolvidas nesse tipo de ocorrência.

No ano 2000 – período posterior à implantação do CTB –, ocorre uma diminuição nos números de acidentes e, as médias anteriores sofrem leves alterações quanto às manifestações solidárias. Nesse período, a prestação de socorro ficou reduzida a 25% (vinte e cinco por cento) das ocorrências. Mas, ainda, se constata que, em 75% (setenta e cinco por cento) das ocorrências não houve prestação de socorro às vítimas. Permanece, assim, um contingente elevado de vítimas sem socorro. Dessa forma, da análise comparativa entre as duas formas de reação, antes e posteriormente à implantação do CTB, deduz-se prevaler a falta de ações e manifestações de solidariedade nesses momentos do trânsito. Constitui-se num hábito e numa atitude recorrente, a prevalência do furtar-se à prática de ajuda humana às vítimas. Atesta-se a falta de uma postura solidária às vítimas imobilizadas de maneira involuntária devido ao infortúnio.

Um fato final deve ser registrado a título de referência sobre o assunto em pauta: verifica-se que o jornal consultado alterou o tratamento da questão urbana na cidade. Ou seja, no período anterior ao ano de 1997, as reportagens acerca das questões do trânsito se encontravam nas páginas do Caderno policial. Logo após a promulgação do novo CTB, as matérias referentes à mobilidade urbana passaram a ser editadas no Caderno Cidade. Daí se conclui que temas alusivos ao trânsito deixam de ser simples matéria policial e ganham um novo status, agora considerados como um problema de urbanização.

Dos incidentes entre pedestres e condutores de automóveis

Por incidentes se convencionou chamar as manifestações, ações, reações e transgressões institucionais

e sociais, entre condutores de automóveis e pedestres, ocorridas no ambiente social do trânsito na cidade de São Luís.

O trabalho de observação em campo ocorreu em duas fases, sob duas modalidades distintas: observações *livres* e observações *sistemáticas*.

O trabalho de observação livre transcorreu em alguns dos logradouros da cidade, no segundo semestre do ano de 2004. Sete artérias locais foram selecionadas para as observações. A escolha ‘dos pontos de vista’ foi embasada por indicações do órgão estadual de trânsito, isto é, DETRAN-MA (ESPÍRITO SANTO, 2006: 57-59). Nessas sessões de observação, captaram-se e registraram-se 639 incidentes de condutores e pedestres na *realidade circular*, uma coleção de observações oculares, agrupadas no Gráfico 3, com a síntese dos regulares incidentes na mobilidade urbana de São Luís. Desses procedimentos, distinguiram-se alguns traços peculiares das sociabilidades existentes na circulação urbana da cidade.

As observações sistemáticas foram realizadas durante quatro meses, especificamente, novembro, dezembro de 2005 e janeiro, fevereiro de 2006 e foram correlacionadas às categorias infracionais do Código de Trânsito Brasileiro. Esse trabalho se constituiu numa observação clínica¹⁷. O olhar se voltou para um fenômeno específico do objeto da pesquisa: identificados pelas manifestações incidentais dos pedestres e condutores no trânsito, nos principais logradouros da cidade de São Luís, nos períodos supracitados.

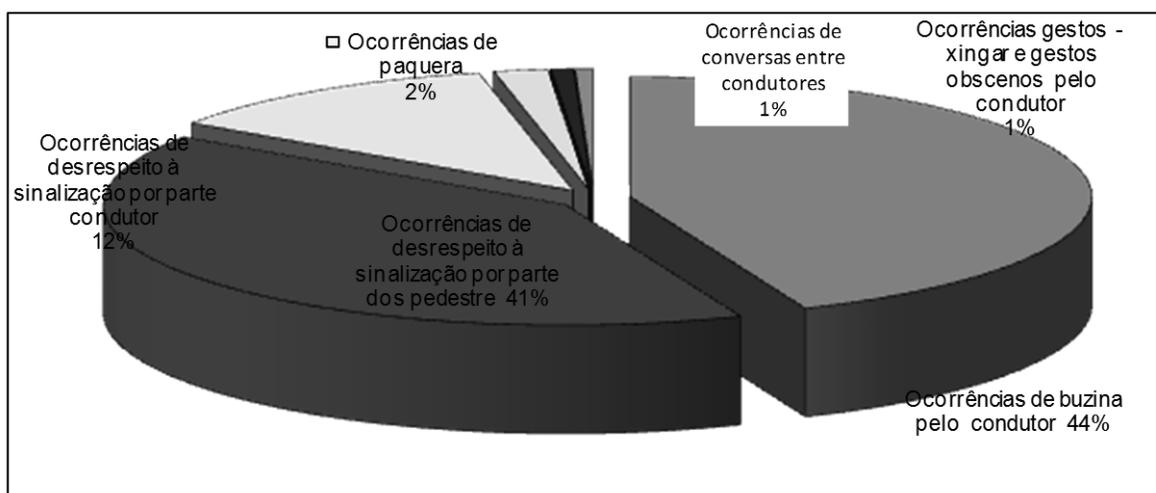
Na análise dos incidentes classificados no Gráfico 3, se destaca a prática da direção com o uso abusivo da buzina automotiva. O uso da buzina corresponde a 44% (quarenta e quatro por cento) das ocorrências. Condutores emitem sons de buzina contra os demais condutores e pedestres. Em alguns dos logradouros, uma atmosfera social urbana se conforma como um

Para uma microsociologia do acidente...

“concerto cacofônico” prejudicial aos indivíduos. Essa prática incidente é um elemento estressante. As diversas formas de buzinar decorrem das características das situações, correlacionadas em uma escala que se estende desde o gesto delicado de emitir um só toque sobre o acionador de som, até a maneira abrupta de bater sobre tal dispositivo. O uso da buzina foi subdividido em tipos, associados aos principais motivos identificados para acionar esse equipamento de sinalização sonora: 1) alertar o condutor de automóvel

para a abertura do sinal ou semáforo; 2) alertar os ciclistas, motoqueiros e carroceiros quanto à obstrução da via e do fluxo; 3) alertar um condutor à frente para a baixa velocidade; 4) alertar contra os movimentos precipitados dos pedestres; 5) alertar contra o tranca-mento da via de passagem; 6) o condutor de automóvel buzina para “paquerar” as mulheres, e em outras situações classificadas.

Gráfico 3



Fonte: Trabalho de campo. Coordenação: autor; organização: José Wellington de Oliveira Silva.

Uma surpresa foi constatar que os pedestres são responsáveis em 41% (quarenta e um por cento) das infrações por desrespeitos à sinalização de trânsito da cidade. Essa incidência maior de ocorrências envolvendo os pedestres deve-se à precária infraestrutura à acessibilidade dos moradores, que ficam desamparados de suportes requeridos pelo sistema de mobilidade urbana, necessário aos que andam a pé. O sociólogo Eduardo Vasconcellos (1996: 64) apontou ser a falta de planejamento da expansão do tecido urbano um aspecto responsável pelo precário conjunto de meios para a acessibilidade dos pedestres.

A própria infraestrutura urbana condiciona às infrações de trânsito nessas situações, que são favoráveis à criação de oportunidades para os acidentes de trânsito. Os atropelamentos identificados, em sua grande maioria, acontecem quando os pedestres tentam atravessar as vias de rolamento dos logradouros. A elementar capacidade de caminhar não conta com condições favoráveis para os deslocamentos seguros. Para as operações físicas exigidas pelo caminhar, as calçadas – humildes passarelas – são lamentáveis locais para o exercício do andar a pé. Por outro lado, há a valorização dos autos, ao se constatar o privilégio

das operações de deslocamento dos veículos automotores, em detrimento da mobilidade dos pedestres. Os condutores são responsáveis por 12% (doze por cento) de desrespeitos às normas de sinalização do trânsito. Os incidentes de “paqueras”, por parte dos homens para com as mulheres, registraram 2% (por cento) das observações. Como incidentes orais, foram registrados rápidos diálogos entre condutores e, por último, destacaram-se os xingamentos com 1% (um por cento) de ocorrências cada um deles.

Conclusão

Nesse momento se processa uma ação social matizada pelo hibridismo existente entre o automóvel e o condutor, uma situação produtora de uma terceira dimensão, ainda, não compreendida socialmente (URRY, 2000, *passim*). Assim, o *auto* se transforma em um *móvel* com uma nova potencialidade incorporada e assumida pelo ser humano, pela maneira artificializada de poder ser conduzido, originalmente encontrada no corpo humano, mas agora, intermediada pela máquina de locomoção. Com o uso do veículo, essa capacidade é incrementada, há uma extensão das funções corporais, passando a capacidade instrumental ao homem, potencializada por meio equipamento metal-eletromecânico encerrado no automóvel e como uma extensão, a qual apresentará formas bastante peculiares.

A pesquisa constatou haver um “litígio sociológico” no trânsito e, esse uma questão a requerer uma formulação conceitual e teórica especializada, principalmente, nas interações bastante conflituosas, expressas nos acidentes e incidentes recorrentes entre os dois sujeitos sociais analisados no espaço circulatório social urbano, que são situações análogas às lutas de classes: os condutores, os possuidores de bens e os

pedestres, despossuídos destes, convivem em constantes confrontos. Essa configuração tem grande repercussão na vida social da cidade e o trânsito exerce forte influência sobre as formas de sociabilidade na urbe. Mostra-se necessária uma análise social do cotidiano dos condutores e pedestres nessas situações transitivas.

O local comum dos acidentes de tráfego é uma das molduras das formas de sociabilidades no dia a dia de uma cidade brasileira e uma situação geradora de atmosfera *sui generis* hostil que entrelaça a convivência dos cidadãos. A Sociologia poderá caracterizar e explicar dimensões desse quadro pavoroso constituído pelos acidentes. Na análise das posturas dos condutores de automóvel na vida cotidiana, pode ser percebida uma situação mal resolvida entre os aspectos subjetivos dos indivíduos e as imposições objetivas do próprio objeto introduzido no cotidiano da modernidade.

Finalmente, ao inquirir alguns condutores sobre as razões para dirigirem veículos em alta velocidade, às vezes, encontramos o seguinte jargão: “*ter adrenalina nas veias*”. Isto é, os atos sociais dos condutores revestem-se de um desafogo dos seus desejos oriundos do mito recorrente de Eros – os prazeres proporcionados pela máquina – e, sem levar em conta as consequências advindas dos desastres, na insígnia de Tãtatos. Assim, uma linearidade tênue entre os limites produtores de fatos de gozo e de destruição no seio das sociedades modernas brota cotidianamente.

Notas

Registro a importância da colaboração, nesta pesquisa, dos trabalhos proporcionados por Lívia Feitosa e Rafaela Mendes, em 2003-2004, e José Wellington de Oliveira Silva 2004-2005, estudantes de Graduação, bolsistas de Iniciação Científica-PIBIC/CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

- 1 Urry, 1999: 51. Tradução livre: Antes do século XVIII na Europa, os caminhantes foram geralmente considerados perigosos ao 'outro'. [...] Ele está entre o nu, a fome e o louco, os excluídos da sociedade neste ambiente hostil natural. Caminhantes eram vistos como necessariamente pobre, louco ou criminoso (daí o termo 'ladrão de rua'). Mas, no decurso do século XIX andar veio a ser visto de uma forma muito mais positiva em toda a Europa.
- 2 Teóricos sociais modernos já abordaram a questão da mobilidade urbana, tais como Walter Benjamin (2006: 461-498) quando destaca a sublimação permitida pelos novos meios metal-mecânicos de circulação, de pudermos suprimir as funções do caminhar com a substituição pelo trafegar. Manuel Castells (1983: 236-255), destaca-se em suas análises sociais as tessituras produzidas pelos deslocamentos intra-urbanos, momentos produtores de regularidades ocasionadas pelas movimentações entre diversos locais de uma cidade; essas são derivadas dos fluxos transitivos urbanos empreendidos entre os diversos meios de deslocamentos espaciais. Richard Sennett (1988: 413) enfatiza a intensificação da circulação na constituição dos aglomerados humanos mundiais. Norbert Elias (1993: 196) se reporta às funções de integração social viabilizada pelos aglomerados urbanos. Henry Lefebvre (1991: 110) pondera acerca da substituição do morar pelas funções do circular, e o automóvel um ícone das movimentações. Paul Virilio (1996, *passim*) exalta as características dromocráticas encontradas na formação da sociedade, em razão da existência das operações das mobilidades urbanas em uma cidade. Marc Augé (2010: 16) atribui a mobilidade, e, no nosso caso a urbana, como espaço para compreender as atuais contradições sociais produzidas nas operações de desterritorialização e das posturas do individualismo. E, Martin Gegner (2007: 59-72) coteja a questão da mobilidade urbana como uma das ações forjadoras de um espaço público e, esse considerado como um dos últimos deles.
- 3 Urry, John. The 'System' of Automobility, *Theory, Culture & Society*, vol. 21, (4/5): 25-39, 2004.
- 4 Considerar a contribuição de Georges Gurvitch, 1977: 243-258.
- 5 *Jornal O Estado do Maranhão*, São Luís, 13 de novembro

de 2005, *Caderno Alternativo*, p. 3.

- 6 *Jornal O Estado do Maranhão*, São Luís, 13 de novembro de 2005, *Caderno Alternativo*, p. 3.
- 7 *Jornal A Pacotilha*, São Luís, 04 de fevereiro de 1928.
- 8 *Jornal O Estado do Maranhão*, São Luís, 13 de novembro de 2005, *Caderno Alternativo*, p. 3.
- 9 *Jornal O Estado do Maranhão*, São Luís, 13 de novembro de 2005, *Caderno Alternativo*, p. 3.
- 10 A partir deste ponto, utilizaremos a sigla CTB para nos referirmos ao Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997.
- 11 <http://www.detran.ma.gov.br/estatisticas/estvei.php?tpo=1&mnc=921>. Consultado na Internet em 10 de novembro de 2008.
- 12 <http://www.denatran.gov.br/Instrucao%20Basica%20de%20Estatistica%20de%20Transito/FRAMES>. Acesso em 19 de novembro de 2004.
- 13 GIUCCI, 2004: 78
- 14 BRASIL5, 2006: 25.
- 15 JACOB, 2000: 377.
- 16 SCHOR, 1999: 108.
- 17 A respeito da noção de observação clínica, afirma Granai: "a observação clínica ou estudo dos casos particulares é um procedimento complexo que visa à análise sistemática de uma situação concreta" (GRANAI, 1977: 201).

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Emilia Rodrigues. A mobilidade como objeto sociológico. Comunicação apresentada nos Encontros em Sociologia, 2, Braga, Portugal, 13 Dezembro 2004.
- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL; UNESP, 2010.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BRASIL1 Código de trânsito brasileiro. Lei 9503/1997. São Paulo: Editora Rideel, 2007.
- BRASIL2, Ministério das cidades. Trânsito, questão de cidadania. Brasília, 2004.
- BRASIL3. Ministério das cidades. Política nacional

- de mobilidade urbana sustentável, Secretaria nacional de transporte e mobilidade urbana. Brasília, 2004.
- BRASIL4, Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas brasileiras. Relatório executivo, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP). Brasília, 2003.
- BRASIL5, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras. Relatório executivo, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP). Brasília, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 2, 1993.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.
- ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). *São Luís: uma leitura da cidade*. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.
- GEGNER, Martin. *Das öffentlich bild vom öffentlich verkehr: eine Sozialwissenschaftlich-hermeneutische untersuchng von printmedien*. Berlin: Rosch-Buch, 2007.
- GIUCCI, Guillermo. *A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRANIER, Caroline. Abaixo o carro... Viva a bicicleta! In: Ned Ludd (org.). *Apocalypse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- GURVITCH, Georges. *Tratado de sociologia*. Lisboa: Editora Lda, 1977.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- INDIANA, Gary, O efeito Warhol. In: Andy Warhol, Mr. America, Philip Larratt-Smith. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.
- JACOB, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Jornal *A Pacotilha*. São Luís, Maranhão.
- Jornal *O Estado do Maranhão*. São Luís, Maranhão.
- LEFEBVRE, Henry. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LUDD, Ned. *Apocalypse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- MARANHÃO. Decreto nº 20.242/04, de 26 de janeiro de 2004. Regimento do Departamento Estadual de Trânsito.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Volume II, livro segundo, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- São Luís, Códigos de Posturas da cidade de São Luís de 1842, 1866, 1893, 1936 e 1968.
- SHOR, Tatiana. *O automóvel e o desgaste social*. In: Revista *Perspectiva*. Volume 13, nº 3. São Paulo, 1999.
- SILVA, Fernando. *O automóvel no Maranhão*. In: *O Estado do Maranhão: caderno Alternativo*, 23 de maio de 2004.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Evaristo de Moraes Filho (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- URRY, John. *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. London; New York: Routledge, 2000.
- VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *O que é trânsito*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Para uma microsociologia do acidente...

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara. *Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.

VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, volume 2, 1999.

Recebido em 22/06/2011.

Aceito em 01/10/2011.

ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS: REFLEXOS DE ÉPOCAS E ESTÉTICAS FEMININAS

CLAUDIA SCHEMES*

DENISE CASTILHOS DE ARAÚJO**

Introdução

Este artigo analisa a forma como mulheres foram representadas em anúncios publicitários veiculados pelo Jornal NH, nos anos 1960, período de efervescência de movimentos pela libertação feminina, e 1990, época áurea do culto ao corpo¹.

Esses anúncios desvelam-nos representações a respeito do feminino, bem como atitudes e comportamentos do grupo mulheres. A publicidade contém uma mensagem que passa do veículo que a comporta, o jornal, para esses grupos que a produzem ou que se apropriam dela.

Procuramos, aqui, decifrar uma realidade passada por meio de suas representações, tentando compreender as intenções daqueles que construíram essas significações através das quais expressavam a si próprios e ao mundo.

RESUMO

O corpo feminino tem sido utilizado pela publicidade como ilustrativo para várias mercadorias. Tal uso não é algo restrito ao tempo atual; pelo contrário, é possível observar que, muitas vezes, esse corpo já se fez presente em jornais, revistas, cartazes, televisão, enfim na mídia, desde a década de 1960. O objetivo deste artigo é analisar os modos como esses corpos foram anunciados em alguns textos publicitários durante as décadas de 1960 e 1990, em um periódico regional, estabelecendo-se um contraponto com as imagens e as construções femininas percebidas pelos leitores. Para a elaboração dessa análise, optamos pelo uso da Semiótica e da Análise de Discurso.

Palavras-chave: corpo feminino, anúncios publicitários, jornal.

ABSTRACT

The feminine body has been used by the publicity like illustrative image of several goods. His use is not something limited at the current time, on the contrary, is possible to notice that very often this body was already made a present in newspapers, magazines, posters, television, finally in the media of a constant way. The objective of this article is to analyse the ways like these bodies they were announced during the decades of 60 and 90, in the Newspaper NH, when a counterpoint is established with the images and the feminine perceived constructions. For the analysis there were selected publicity announcements of the mentioned newspaper, when there have been like tools of analysis the Semiotics and the Analysis of Speech.

Keywords: feminine body, publicity announcements, newspaper.

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

** Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Gênero, corpo feminino e mídia

O termo gênero e suas implicações vêm sendo discutidos na sociedade, por áreas como a pedagogia, a sociologia, a filosofia, a história, a psicologia, a psiquiatria e a política, há algumas décadas, em continentes como a Europa e as Américas; e vários estudiosos têm como seu ponto de partida uma afirmativa de Simone de Beauvoir – “não se nasce mulher” –, bem como situações vivenciadas pelas mulheres no pós-guerra (HARAWAY, 2004). Observamos que essas preocupações tinham relação com a necessidade de construção de um sujeito que até então não existia

para a sociedade; ou seja, transformar a mulher, principalmente a europeia, em um sujeito na história².

A intenção era evidenciar que as diferenças “naturalizadas” entre homens e mulheres tinham mais relação com a sociedade e suas orientações, do que

Anúncios publicitários...

propriamente com o sexo do indivíduo. Com os estudos de gênero, “pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos” (FILHO, 2005: 136).

O feminismo passou por três fases distintas: a primeira registrou a luta das mulheres pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a segunda evidenciou lutas pela afirmação das diferenças e da identidade e, a terceira fase, enfatizou a ideia de sujeitos “múltiplos” (SCAVONE, 2008: 177).

E, diante das inúmeras mudanças ocorridas a partir da década de 1970, o conceito de gênero passou a ser alvo de discussões por vários autores no mundo todo. De acordo com Matos (2008: 336),

(...) Tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o *sexo* – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional.

Os debates, oriundos das mudanças sociais desse período histórico, refletem/refletiram preocupações coletivas e presentes em muitos países, a respeito da necessidade de assegurar às mulheres alguns direitos destinados, muitas vezes, exclusivamente aos homens. E, além disso, observamos que as diferenças entre os homens e as mulheres³ dão-se, na verdade, através da “interação social construída e remodelada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos históricos” (SAMARA *apud* GONÇALVES, 2006: 74).

As discussões feministas da década de 1970 reclamavam os mesmos direitos dos homens. Nesse período, de acordo com Matos (2000), as mulheres começam a ser vistas como sujeitos da história, tendo suas ideias respeitadas na sociedade e na academia,

pois, até então, tais espaços eram destinados, quase exclusivamente, aos homens. Havia, nesse momento, a intenção de questionar, refletir acerca das relações patriarcais, bem como da dominação masculina. Observamos que a intenção dos grupos feministas que se mobilizaram era a luta pela igualdade de direitos.

A transformação mencionada pela autora começa a ser percebida, com maior evidência, quando os movimentos feministas geraram inúmeras discussões a respeito do papel da mulher, a partir de 1969 (MATOS, 2000). Nesse período, de maneira mais evidente, a mulher deixou a esfera do privado – seu lar, sua família –, e buscou engajamento na esfera do público, ou seja, exigiu ter os direitos que, na maior parte das vezes, eram dados somente aos homens.

Segundo Lindo *et al* (2007: 2), atualmente a participação feminina no mercado de trabalho vem aumentando de forma crescente no Brasil e esse fato “traz ainda à cena diversas outras questões relacionadas à qualidade do trabalho feminino como as de representatividade, igualdade salarial e, especialmente, das relações entre trabalho e família”. Para as autoras, além de as mulheres continuarem com grandes responsabilidades domésticas, ainda precisam “buscar estratégias para amenizar os conflitos existentes entre essas duas importantes instâncias de suas vidas⁴”.

Ou seja, a independência financeira não alterou profundamente as relações entre o público e o privado, pois a sociedade ainda espera ver a mulher cumprindo seu papel tradicional de colocar a família como prioridade.

Entretanto, via-se uma mulher que estava mais preocupada em assemelhar-se ao homem – desrespeitando suas próprias características –, do que ter seus direitos respeitados, pois a sociedade, até então, considerava como sujeito social o homem, relegando à mulher o *status* do privado, a casa.

Os estudiosos de gênero revelam que, na segunda fase dos estudos a respeito do gênero, a preocupação era apontar as características diferenciadoras entre os gêneros (MATOS, 2000). Observamos, inclusive, a criação de ONGs (Organizações Não-Governamentais) especificamente para mulheres, lutando pelos seus direitos, bem como de redes feministas. E os discursos produzidos por essas instituições foram direcionados não somente para as mulheres, como também para o Estado e a sociedade civil (MATOS, 2000).

A partir da década de 1990 – terceira fase –, vemos que tais discussões são pauta na academia, não mais se restringindo às diferenças entre masculino e feminino. De acordo com Lipovestky (2000: 224), essas mulheres objetivam “entrar no universo concorrencial e meritocrático, tradicionalmente masculino”. Ou seja, a mulher quer vencer por seu trabalho, numa concorrência explícita com os homens, com o intuito de provar seu valor profissional, bem como adquirir o reconhecimento pelo trabalho realizado. Observamos que houve uma longa caminhada, cujos resultados foram inúmeras modificações em relação aos papéis ocupados pelas mulheres nas sociedades ocidentais, mas, percebemos, por outro lado, que outras mudanças ainda são necessárias, concernentes, principalmente, à relação entre o trabalho e a família. À mulher, ainda, é mais fortemente delegada a tarefa de cuidar da família, sendo, muitas vezes, destinada ao homem a realização profissional.

Compreende-se, pelo volume das produções acadêmicas a respeito dessa temática, que o assunto não se esgota, pelo contrário, ele apresenta papel preponderante, no que diz respeito, principalmente, às construções sociais elaboradas pelos indivíduos. Construções essas que merecem o olhar do pesquisador, com o intuito de revelar sentidos.

Assim, diante de todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, desde o final do século XIX – no que se refere ao comportamento, ao posicionamento, à postura e à mentalidade das mulheres –, vê-se sua saída da esfera do privado – seu lar, sua família – e sua busca pelo engajamento na esfera do público. O contraditório é que, mesmo a mulher trabalhando fora do lar, ainda recai sobre ela a maior parte das tarefas domésticas, e, principalmente, o cuidado com os filhos (educação, agenda de atividades, deslocamento etc). De certa forma, os homens têm participado mais efetivamente da organização da casa, da família, mas continua sendo da mulher a maior responsabilidade em relação à organização familiar.

Com essas mudanças, surgiu o que Lipovetsky (2000) nomeia de terceira mulher, isto é, um indivíduo que, segundo o autor, é indeterminado, pois “a primeira e a segunda mulher estavam subordinadas ao homem”, e esta mulher atual não se subordina ao homem. Ela tem diante de si a possibilidade de decidir tudo o que diz respeito a sua vida: casar ou não, ter filhos ou não, descasar, estudar, enfim, ela tomou para si a tarefa de decidir como sua vida será. Lipovetsky afirma que a terceira mulher é uma criação feminina, ou seja, é a “ruptura histórica na maneira pela qual é construída a identidade feminina, bem como as relações entre os sexos” (2000: 231), priorizando o princípio de “livre governo de si”.

Mesmo reconhecendo tal independência da mulher atual, o autor enfatiza que “[...] o modelo da terceira mulher não coincide, de modo algum com o desaparecimento das desigualdades entre os sexos, especialmente em matéria de orientação escolar, de relação com a vida familiar, de emprego, de remuneração” (LIPOVETSKY, 2000: 238).

Percebe-se que, a partir de todas as mudanças ocorridas, a mulher adquiriu controle sobre sua vida,

Anúncios publicitários...

seus pensamentos, mas ainda precisa continuar a busca pela maior atuação no âmbito do público, pois os modelos sociais ainda permanecem muito semelhantes aos que a sociedade sugeria e estimulava há 50 anos.

Apesar da independência adquirida pelo sexo feminino, na maior parte das vezes, o que se presencia são mulheres extremamente atarefadas, pois, mesmo trabalhando fora de casa, tendo independência financeira, elas devem gerenciar suas casas, organizar a vida de seus companheiros e a de seus filhos; algumas vezes tendo o auxílio de uma empregada, que executará determinadas tarefas (limpeza da casa, elaboração de alimentos...). Então, houve o acréscimo de responsabilidades, e, apesar de um grande número de homens estar auxiliando nessas tarefas, a responsabilidade, na maior parte dos casos, continua sendo da mulher.

Com a saída do obscurantismo da casa, a mulher viu-se obrigada a preocupar-se mais intensamente com a forma física e aparência de seu corpo, pois ele tornou-se muito mais visível, desejado; isso não quer dizer que em períodos históricos anteriores o corpo feminino não estivesse sendo observado, vigiado e representado, por exemplo, nas Artes. A presença mais intensa desse corpo na sociedade fez com que, muitas vezes, ele fosse utilizado como objeto nos veículos de comunicação, seja para vender produtos direcionados ao público feminino ou ao masculino, elaborando padrões estéticos, e estimulando o consumo desses padrões.

Pode-se afirmar, então, que a igualdade buscada pelas mulheres deixa de existir no momento em que seus corpos saem do “escuro”, pois deixam de pertencer somente a si mesmas, e aos maridos, passando a pertencerem ao “público”. Dessa maneira, exigia-se, mais e mais, o absoluto controle, por parte das mulheres, sobre suas formas, gerando, muitas vezes, a

desordem desse corpo, a impossibilidade de dominá-lo, pois, frequentemente, os contornos expressos pela mídia são ideais, e não concretos.

Desse modo, parece ter acontecido, na verdade, outra forma de aprisionamento, pois se antes a mulher devia prestar contas ao pai ou ao marido, atualmente a cobrança é muito maior, porque presta contas, também, à sociedade, no que diz respeito à beleza, à manutenção da juventude, às formas físicas definidas como ideais (DEL PRIORE, 2000). Mesmo que se busque a aceitação das diferenças, conforme mencionado por Alves e Pitanguy (1991), o que se percebe é a reprodução de certos padrões que são sugeridos às mulheres, sendo que eles referem-se, principalmente, a modos de comportamento, de vestimenta, da silhueta que os corpos devem ter. Observa-se que a publicidade atua também na repercussão dessas imagens, através de editoriais de moda, capas de revistas, matérias e dos próprios anúncios publicitários.

Segundo Del Priore (2000), a valorização da beleza fez com que a maioria da população feminina consumisse uma imagem que, para grande parte dessa população, é um ideal difícil de ser alcançado. Verifica-se, pois, que a publicidade, além de vender o produto, vende também, simbolicamente, conceitos e formas físicas que as mulheres passam a desejar. Conforme Kellner (2001), a propaganda está tão preocupada em comercializar estilos de vida e identidades, socialmente desejáveis, associadas a seus produtos, quanto o próprio produto.

Observa-se em anúncios publicitários o uso, sobremaneira, do corpo feminino, este expondo padrões estéticos, formas, representando, muitas vezes, as modificações culturais pelas quais as sociedades têm passado. Del Priore (2000), a respeito dessa situação, afirma haver uma “revolução silenciosa”, no que concerne às formas de representação do corpo

feminino, mas, perceptível, verificável, também, nos anúncios publicitários.

O corpo, considerado como texto, apresenta uma série de significações e pode representar a cultura dos grupos, e pode ser lido a fim de que se tenha maior conhecimento das características de determinada cultura, pois, a partir da alteração das relações sociais, as representações dos corpos também são alteradas (BAITELLO et al., 2005: 97).

Segundo Malisse (*apud* Del Priore, 2000: 91), passou-se de uma estética para uma ética feminina, que “obrigaria a mulher a responsabilizar-se por seu próprio envelhecimento”. À mulher é imposta a idéia de que ela tem liberdade para fazer o que quer com o seu corpo; mas, na verdade, o que vemos, atualmente, é uma padronização de corpos veiculada pela mídia cujo alcance passa a se constituir alvo de desejo, por grande parte da população feminina. E tal padronização apresenta-se contrária à proposta feminista de aceitação das diferenças e singularidades dos corpos femininos.

Objetivando a verificação do uso do corpo pelos textos publicitários, bem como a identificação de valores sugeridos para os corpos femininos atuais, optou-se pela seleção de anúncios publicitários, comparando-se as décadas de 1960 e de 1990, a fim de se estabelecer, assim, diferenças entre os padrões estéticos dos dois períodos.

Os anúncios publicitários selecionados, nesta pesquisa, refletem o que Peruzzolo (1998) chama de “corpo do momento”, baseado nas aspirações, nas “recomendações” estéticas e comportamentais da sociedade daqueles momentos históricos.

A publicidade e o jornal

A origem da publicidade está relacionada ao crescimento de uma população com recursos

considerados acima do nível de subsistência e com condições de adquirir produtos considerados desnecessários. Sabe-se que é somente no século XVIII, na Grã-Bretanha, que essa população torna-se considerável, e que ela era interpelada, nos cafés, por anúncios de produtos como café, chá, cosméticos e espetáculos, entre outros.

Verifica-se que somente no século XIX, na Europa, com o desenvolvimento da tecnologia e das técnicas de produção de massa, e, conseqüentemente, com a produção de mercadorias com qualidade similar e preços semelhantes, surgiu a superprodução de mercadorias; mas ainda era pequena a demanda dessas mercadorias, conforme mencionado por Vestergaard/Schroder (2000).

Foi no século XX, principalmente com o advento da televisão, que os consumidores tiveram maior contato com os produtos oferecidos pelas empresas, e que a publicidade tornou-se corriqueira. Outro momento de grande desenvolvimento das ações publicitárias foi nos anos 50, no período do pós-guerra⁵, em virtude da existência de consumidores com potencial de compra. Então, viu-se a necessidade de aprimoramento, de dedicação e do desenvolvimento da publicidade, considerando os elementos que a compõem: texto icônico e texto verbal.

O mundo sugerido pelos anúncios publicitários, usualmente, apresenta um lugar diferente da realidade vivenciada pelos receptores desses anúncios, pois está presente na publicidade o encanto e, até mesmo, um mundo de faz-de-conta, em que o receptor é convidado a participar através da aceitação daquele produto (VESTERGAARD/SCHRODER, 2000).

Diante desse mundo apresentado, o indivíduo, na maioria das vezes, sente-se motivado ao consumo dos produtos oferecidos, pois com eles será possível, também, adquirir certos bens simbólicos que estejam

Anúncios publicitários...

agregados à mercadoria. Assim sendo, a publicidade não quer vender somente o produto, mas quer, também, comercializar conceitos de vida que serão adquiridos pelo comprador, a partir do momento em que ele se dispuser a gastar o valor necessário para adquirir o bem em questão.

Sabe-se, também, do aspecto onírico da publicidade, com a promessa de concretização de sonhos, de desejos, propondo, muitas vezes, determinado mundo, que vai ao encontro dos receptores, sugerindo a possibilidade de satisfação dos desejos de sua vida. Desejos os quais podem ser projetados para um futuro (VESTERGAARD/SCHRODER, 2000) que se estabelecerá para o indivíduo, como uma busca constante e, até mesmo, eterna, talvez pela dificuldade de serem alcançados.

É preciso lembrar que a publicidade também pode sugerir a prática de certos comportamentos que servem como passaportes para a inserção do consumidor em grupos sociais. Mais uma vez, passa-se a consumir não só o objeto, mas toda a carga semântica impressa no bem, explicitada pela publicidade.

Ao mesmo tempo em que a publicidade possibilita a construção de sonhos, de fantasias, ela tem como objetivo a venda de um produto, de um serviço que virá associado a uma imagem. Muitas vezes a linguagem utilizada pela publicidade traz consigo a espetacularização, pois deve surpreender, divertir de uma maneira inusitada, delirante, engraçada. Esse misto de fantasia e espetáculo criado apresenta a convivência do receptor, que compactua com esse mundo exibido pelas propagandas. A busca da imagem sugerida nos anúncios, extremamente sedutora, é constante, fazendo com que o receptor esteja eternamente vinculado a essas propagandas, porque o ideal que ele almeja jamais será alcançado.

Essa possibilidade de ser alguém valorizado socialmente ultrapassa, muitas vezes, o simples aconselhamento e torna-se um desejo do indivíduo, que exige a assimilação de certas características, as quais se tornarão o alicerce para a elaboração de identidades que poderão variar de acordo com o grupo de indivíduos. Assim, o indivíduo deixa de considerar somente os valores sugeridos pelo seu grupo social, passando a considerar, também, conselhos, “dicas”, definições e tudo o mais que a publicidade insinua. O grupo assume a identidade sugerida pelo anúncio, adotando, algumas vezes, características, gostos, ideias que nem passavam por sua cabeça, que foram incutidos através da publicidade que o alcança.

Bauman (2008: 45), a esse respeito, afirma que na sociedade de consumo da pós-modernidade há uma constante criação de novas necessidades que exigem novas mercadorias, e essas necessidades criadas seriam “insaciáveis” e resultariam numa tendência ao consumo instantâneo. “A maioria dos bens valiosos perde seu brilho e sua atração com rapidez, e se houver atraso eles podem se tornar adequados apenas para o depósito de lixo, antes mesmo de serem desfrutados”. Poderíamos entender essa questão como a hegemonia do mercado sobre o indivíduo que tem seus desejos remodelados através de novos e melhores produtos.

Na interpretação de Pinto (1997: 31), o anúncio propõe uma troca de identidades ao destinatário entre o seu “ser do mundo” e o “ser do discurso”, ou “ao propor esta troca, o anúncio diz-nos quem somos e como somos, ou seja, fixa os contornos da nossa própria identidade”.

E, através dos textos e das imagens postas nas publicidades, somos levamos a agir, pensarmos e, até mesmo, sermos de certa maneira, de acordo com o que é sugerido na propaganda. Assim,

o que inocentemente nos parece uma possibilidade de escolha, de ação, na verdade, é uma orientação ao modelo que deve ser seguido, ou às atitudes que devem ser tomadas em determinado momento. Pinto (1997) afirma que, muitas vezes, os produtos passam de criaturas para criadores; isso quer dizer que o produto criará em seu consumidor certas qualidades; ou melhor, o indivíduo é orientado pelos produtos, e não o contrário. Pinto (1997) sugere, inclusive, que a publicidade poderia vender, também, as identidades dos indivíduos, pois se deve considerar a presença do espelhamento nas publicidades, a qual serviria como reflexo para o consumidor.

Feita a ressalva, é significativo o fato de que a publicidade e a propaganda, mais do que vender produtos e serviços, atentam para a construção/trans-formação/reafirmção de idéias, valores e padrões. Nesse sentido, observa-se que muitos estilos de vida são expressos publicitariamente utilizando como sustentação o corpo humano.

A sociedade construiu/constrói beleza – corroborada/reforçada pela mídia – de um lado, exacerba as expectativas e, de outro, reforça o sentido de impotência frente às possibilidades⁶ de atingir e/ou superar tal ideal. Sabe-se que expectativas não-atingidas tendem a gerar frustração que, sob o viés desse estudo, acentua a angústia com a qual se consome beleza que, por seu turno, consome corpos.

Os anúncios publicitários são veiculados em diversos meios, dentre eles, os jornais que, como a maioria dos veículos de comunicação, necessitam vender anúncios para manter sua sustentabilidade econômica (MAINGUENEAU, 2002).

Segundo Pinho (1990: 140), o jornal apresenta várias vantagens para a publicação de textos em seus exemplares, tais como: a alta credibilidade dos veículos, a rapidez com que a mensagem é passada, a

seletividade do público leitor. Diante disso, a opção por analisar anúncios publicados em jornais é justificada, pois esse meio de comunicação é percebido pelos leitores como fonte de informação e de interesse geral. Desse modo, buscam nele informações do bairro, do município, estabelecendo-se, assim, um vínculo muito intenso entre emissor e receptor que, segundo Pinho (1990), pode ser visto como manifestação cultural da comunidade em que está inserido.

Além disso, no jornal há a possibilidade de escolha, em relação a: o dia da publicação; o número de dias em que será repetido o anúncio; o espaço, colunas destinadas e a sessão ou o caderno no qual se pretende veicular o texto, o que tende a definir ainda mais o público-alvo.

E, é claro, não se pode esquecer que o jornal é um veículo formador de opinião, pois seus leitores, usualmente pertencentes às classes A e B⁷ (PINHO, 1990: 40), são aqueles indivíduos que dentro da sociedade costumam influenciar os demais, podendo propagar, dessa forma, as idéias veiculadas pelo periódico.

O Jornal NH publica, desde os primeiros exemplares, anúncios publicitários. Esse periódico foi criado em 1960, defendendo a idéia de que um jornal deveria participar do processo construtivo de uma sociedade e enfatizando que o jornalismo deve comprometer-se não só com a informação, como também com o desenvolvimento e necessidades das comunidades onde atua.

A distribuição do Jornal NH, com o passar dos anos, ultrapassou os limites do município de Novo Hamburgo, circulando em outras cidades da região. É esse grande alcance que o veículo tem na região que o torna um objeto de estudo interessante, pois através de suas páginas é possível, também, verificar o papel que o corpo, ou a imagem feminina assumiu em duas décadas distintas (1960 e 1990), através da análise de

Anúncios publicitários...

alguns anúncios publicitários. A observação desses anúncios pode fornecer a identificação de certos padrões estéticos, de classe e de gênero.

Anúncios publicitários refletindo estéticas femininas

A produção de discursos e sentidos, de acordo com Charaudeau (2006), mantém relação estreita com o contexto. O autor menciona o fato de aspectos referenciais, vivenciados/observados pelo enunciador, se mostrarem no discurso elaborado pelo indivíduo. Tal situação pode ser verificada, por exemplo, na escolha lexical, pois a seleção dos signos reflete os períodos históricos nos quais os textos são elaborados, uma vez que o enunciador pode deixar traços ou rastros em produções discursivas, identificadoras de particularidades e a relação mantida com a sociedade, bem como os pontos de vista.

Tal relação é denominada de plano situacional por Charaudeau (*apud* Maingueneau, 2000: 130): “O nível situacional, aquele no qual são determinadas as condições do contrato de fala correspondente ao gênero de discurso: finalidade do ato, a identidade dos parceiros, temas a tratar e dispositivo físico da troca (cenário, mídia...)”.

A análise dos anúncios publicitários selecionados aponta para dois momentos históricos específicos, vivenciados pela mesma comunidade. Foram selecionados 4 anúncios (dois em cada período) para serem analisados, a fim de que se possa estabelecer o contraponto entre o valor dado ao corpo feminino nos dois períodos.

Inicialmente, observam-se textos dos anos 1960, momento em que se desvela a árdua tarefa realizada pelas mulheres na busca de seus direitos civis, políticos e sociais, conforme Scavone (2008).

Segundo Costa (2005: 13), na década de 1960, o movimento feminista ressurgiu na Europa e nos

Estados Unidos, no contexto dos movimentos contestatórios (movimento estudantil, na França; lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã, nos EUA; movimento *hippie* internacional); já no Brasil, com o golpe militar de 1964, “os movimentos das mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados”. Entretanto, acreditamos que podemos falar em pensamento feminista (entendido como ação política das mulheres) nesse contexto dos anos 1960, visto que desde a segunda metade do século XIX já existia uma imprensa feminina no Brasil, divulgando alguns dos ideais feministas, além de o movimento sufragista feminino ter começado no início do século passado, juntamente com outros movimentos nos quais mulheres buscavam seus direitos⁸.

A repercussão local dessas ideias pode ser encontrada no jornal analisado através de suas matérias e reportagens, mesmo estando o movimento feminista mais fortemente inserido em alguns países europeus e nos Estados Unidos.

Esses anúncios são de uma loja de roupa, e de uma empresa de calçados. Neles, há a presença de imagens femininas: fotografia; e ilustração, neste há a presença masculina.

No primeiro discurso, há corpos femininos fragmentados, ou seja, há o destaque para o rosto das modelos. O que se percebe são mulheres preocupadas com a aparência dos cabelos e dos rostos. No anúncio da *Casa Mena* – loja de roupas femininas –, três mulheres dividem o espaço do anúncio. Elas têm cabelos volumosos, longos, com penteados característicos da época, chamando a atenção do leitor para o cuidado com o penteado. As mulheres estão dispostas em formato de pirâmide, e têm os braços cruzados sobre o peito, numa remissão a certa defesa, pois que cria uma espécie de escudo em relação à realidade, ou aos leitores. Há a exibição de sensualidade, mas é discreta.

Enfatiza-se, aqui, a feminilidade, inclusive no texto verbal: “Sempre há uma razão feminina para comprar na Casa Mena”. As três mulheres colocam-se como signos de uma época, pois refletem as tendências estéticas do momento.

Por outro lado, tal imagem revela, também, a necessidade de essa mulher manter certos cuidados com seu visual, indicando-nos, então – corroborando com a ideia apresentada por Kellner (2001) –, que através da propaganda estilos de vida podem ser vendidos, associados aos produtos anunciados.

Outra peça publicitária observada é da indústria *Calçados Sinatra*: com ilustrações feitas à mão, apresenta imagens de uma mulher e de um homem. Ali, a mulher aparece usando vestido, sapato de salto alto e com os cabelos bem arrumados. O uso do avental sugere que a mulher permanecia em casa. Aqui, evidencia-se o papel conferido à mulher: a dona de casa, provida pelo homem, até mesmo quando o assunto é a compra de sapatos, algo tão pessoal. Por outro lado, a pose em que o homem se encontra – de joelhos –, lembra a cena da Cinderela sendo calçada pelo Príncipe Encantado. Talvez, um desejo presente no imaginário feminino.

O uso de um desenho no lugar de uma fotografia pode desvelar a intenção do sentido conotativo, descolando-o da realidade, e, assim, eximindo o emissor da responsabilidade da mensagem ser verdadeira – a situação feminina enunciada. Por outro lado, colabora com a ideia de que as mulheres, independentemente de suas idades ou épocas em que viveram, sempre estão à espera do homem ideal – cavalheiro, generoso, cuidadoso. E o desenho pode reforçar tal ideia, lembrando das ilustrações de narrativas lidas por tais mulheres quando meninas.

Na observação de tais textos, vê-se que a representação da mulher daquela década, talvez no Brasil,

ainda não fosse a que se via em outros países; nestes, provavelmente as mulheres já mais engajadas nas lutas femininas. Percebe-se, assim, que essas movimentações em torno da busca pela igualdade de direitos não obedeceram a uma temporalidade idêntica. E, mais que isso, no Brasil, parece que a exposição do corpo feminino tem valor diferenciado, tornando-se essencial em anúncios publicitários, pois que se torna auxiliar na venda dos produtos.

A partir desses anúncios, é possível elaborar o perfil estético sugerido na década de 1960. Vê-se nos textos uma mulher bonita, bem arrumada, mas discreta. O predomínio são os cabelos curtos. Esses cabelos devem ser bem trabalhados, ou seja, fugir do formato natural, elaborando franjas, cachos, enfim, mostrando que o cabelo foi preparado, que a mulher dedicou tempo para arrumá-los.

Constata-se, também, que a presença da mulher na mídia tornou-se corriqueira, enfatizando, assim, o movimento de saída do lar realizado por milhares de mulheres nessa década, na busca de seus direitos e de seu lugar na sociedade, ainda que seja uma presença discreta, ela começa a aparecer.

Os anúncios selecionados da década de 1990 são compostos, um por fotografia e outro por ilustração. Este é da empresa *Telhar*, e anuncia piscinas, e no alto do anúncio há a palavra piscina em negrito e caixa alta, e, sobre a palavra, a imagem de uma mulher vestida de biquíni, mergulhando na palavra. Ela usa um modelo chamado asa delta, conhecido por seu pequeno tamanho e pelo fato de salientar o quadril feminino, sugerindo a moda praia da época.

Pode-se afirmar, lembrando Del Priore (2000), que há nesse texto a banalização da beleza, que traz consigo a marca das décadas de 1980 e 90, o culto ao corpo perfeito, longilíneo, esguio, livre de adiposidades. Ou seja, o corpo feminino é exposto, sem ter

Anúncios publicitários...

uma relação estreita com o anunciado; é a presença da mulher como ‘enfeite’ de um produto. E, mesmo que se trate de uma ilustração, o discurso está posto, o enunciador reconhece o padrão estético do período, e o reforça através da veiculação da imagem.

Percebe-se que a empresa, ao optar pelo uso de uma “montagem ilustrativa”, e não por uma fotografia, revela uma situação corriqueira, mas de uma maneira sutil. Ou seja, não deixa de mencionar o fato de que um corpo feminino vende o produto anunciado, entretanto, o faz de modo que não fique muito evidente.

Com essa imagem, padrões estéticos são reafirmados, revelando que a empresa pode estar vendendo não somente piscinas, mas características físicas que um corpo feminino deve ter para ser admirado. Além disso, evidencia, também, o que a sociedade espera ver no momento em que uma mulher resolve, por exemplo, ir a uma piscina ou à praia. A imagem feminina é colocada como o símbolo da beleza dessa década, reforçando a necessidade que a mulher tem de cuidar do seu corpo. E, de acordo com Garcia (2005), “O corpo, portanto, emerge como mecanismo linguístico que pondera sua forma em um tecido enunciativo; ele deixa de ser mero objeto orgânico para transformar-se em linguagem, que enuncia e agrega valores socioculturais”. Os valores enunciados nesse anúncio referem-se aos padrões estéticos que devem ser seguidos pelas mulheres que desejam revelar seus corpos, por exemplo, em um banho de piscina.

Outro anúncio publicado no jornal é de esteiras para caminhada. Sobre a esteira está uma mulher (fotografia): vestida de maiô, descalça e com os cabelos soltos. O interessante é observar que a roupa usada pela modelo é completamente inadequada à prática do esporte; e, além disso, ela está descalça, ou seja, ou seja, sua imagem não se relaciona com a realidade de quem pratica algum esporte.

No texto, temos a nítida percepção de que, uma vez mais, o corpo feminino também está à venda, ou seja, há o oferecimento do perfil estético da época, talvez muito mais do que inicialmente pode-se perceber. A imagem é de uma mulher atlética, saudável, preocupada com a boa forma, e que se exercita a fim de mantê-la, ou seja, uma ideia que começou a ser cultivada na década de 1980, o corpo malhado através de exercícios físicos, aparece nesse anúncio. E essa imagem pode ter a intenção de sugerir a independência feminina conquistada anteriormente e reforçada na década, o que permitiria à mulher fazer o que resolvesse com seu corpo, sua vida. Entretanto, a liberdade anunciada pode ser percebida, também, como algo que a aprisiona, uma vez que de certa forma, deve seguir conselhos estéticos, se quiser permanecer no espaço público.

Questiona-se, assim, a percepção do feminino, da posição alcançada pelas mulheres na sociedade, uma vez que, ao menos em anúncios publicitários, observa-se o papel de adorno exercido pelo corpo feminino, longe dos desejos de afirmação da mulher como sujeito da história.

Considerações finais

Os anúncios recolhidos do jornal nos possibilitam verificar que há grande distanciamento entre as características dos perfis corporais femininos apresentados. Na década de 1960, os anúncios apresentam mulheres discretas, as quais têm seus cabelos bem cuidados, unhas bem feitas, ou seja, as imagens reiteram a necessidade de beleza na mulher. Exigência que não é nova, uma vez que na história da humanidade, desde a Antiguidade, há imagens que evocam cuidados que as egípcias e as gregas apresentavam em relação aos seus corpos, sendo vista, também, tal exigência

nos vários períodos históricos passados pela humanidade (FAUX, 2000). Entretanto, a beleza que está sendo exigida da mulher diz mais respeito a um cuidado com o visual, sem a necessidade de mudanças muito drásticas, como a forma física, por exemplo.

Os padrões estéticos reforçam a idéia de um corpo feminino discreto, ou seja, nos anúncios observados, não há exacerbação da mulher; há, sim, o uso de sua imagem como coadjuvante para a venda dos produtos. Os corpos femininos são fragmentados, destacando-se nesses anúncios os rostos das modelos e, quando o corpo é mostrado, ele está coberto até o joelho, mesmo sendo uma reprodução gráfica. O corpo feminino ainda apresenta-se sob certa obscuridade nos anúncios analisados.

Outro aspecto interessante é o uso de mulheres não tão jovens como as vistas nos anúncios atuais, e o fato de seus corpos permanecerem anônimos, sem serem exibidos como troféus; essas mulheres parecem servir como adornos dos produtos anunciados. O que, de certo forma, opõem-se ao comumente visto, ou seja, o uso de mulheres muito jovens, num culto exacerbado à juventude, como uma exigência imposta às mulheres.

Os textos publicitários da década de 1990 mostram corpos femininos super expostos, pois se apresentam de forma desvelada, ou seja, as mulheres vestem poucas roupas, enfatizando, assim, a valorização da forma física.

E, mesmo que o produto vendido seja uma esteira de caminhada, pressupondo-se que o indivíduo usará roupas apropriadas para a prática de exercício físico, a modelo veste um maiô, deixando à mostra quase todo seu corpo, reiterando características físicas apreciadas nesse momento.

Nesse período, vislumbra-se a ênfase que a exposição do corpo feminino recebe, as mulheres já não

estão mais restritas ao espaço doméstico; elas surgem na sociedade com maior visibilidade, e seus corpos são utilizados como suportes para a venda de inúmeras mercadorias.

Vive-se numa sociedade cuja construção da imagem do corpo saudável, independente de ser ou não realmente saudável, é um fato relevante para a aceitação do indivíduo nesse espaço social. Isto é decorrente de um processo de estetização da vida cotidiana e das influências da cultura de consumo, na qual realidade e imagem são consideradas sem distinção. Nesse processo, a mídia cria ícones de beleza e saúde, produz modelos a serem seguidos e que, muitas vezes, são tipos distorcidos de beleza e de saúde.

Há, por outro lado, o consumo desses corpos, ação que é motivada pela variedade e efemeridade dos bens, dos conceitos, da moda, os quais são apresentados a cada momento e, também, por meio de conselhos por parte, principalmente, da mídia a respeito do que consumir.

Observa-se, então, que nas sociedades modernas, pode-se caracterizar a beleza corporal como um fato social relacionado ao consumo, pois há, notoriamente, a busca coletiva de um corpo belo, embora existam diferentes construções desse corpo, em diversas sociedades e grupos sociais.

Notas

- 1 O Jornal NH faz parte do Grupo Editorial Sinos, criado em 1957, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, por Mário Alberto e Paulo Sérgio Gusmão. A partir de 1960, o grupo se instalou na cidade de Novo Hamburgo, defendendo a ideia de que um jornal deveria participar do processo construtivo de uma sociedade. Atualmente, segundo dados do IVC (Instituto Verificador de Circulação), o Jornal NH é o maior diário, em termos de assinaturas pagas, do interior do estado do RS. O Grupo Editorial Sinos publica, também, revistas e jornais voltados para o setor coureiro-calçadista como a revista Lançamentos e Lançamentos Componentes, Couros, Máquinas e Serviços, o jornal Exclusivo, o Exclusivo On Line, Portal do calçado e da moda, com notícias atualizadas diariamente, além dos jornais VS, Diário de Canoas e ABC Domingo. O grupo ainda mantém um provedor de internet, o Sinosnet, o Sinoscorp de internet corporativa, além de uma emissora de rádio, a ABC 900 AM.
- 2 É importante salientar o fato de aparecer, por volta de 6.500 a. C, grande número de estatuetas femininas, representando a deusa-mãe, no Oriente Médio; evidenciando o poder destinado à mulher (BADINTER, 1986).
- 3 Além das diferenças entre os gêneros, é importante salientar a existência de diferenças dentro dos gêneros, relacionadas às questões étnicas, de classe e de geração.
- 4 Bruschini e Lombardi (2002: 95) dizem que “uma das mais importantes transformações ocorridas no País desde os anos 70, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado em conjunturas específicas. A progressão da integração das mulheres ao mercado de trabalho foi, de fato, espantosa. Em 1976, existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no País, e, na década em análise, esse contingente passou de 22,9 milhões em 1990 para 31,3 milhões em 1998 [...]”
- 5 O período conhecido como pós-guerra (1950/1980) caracterizou-se pela otimização da produção e racionalização das atividades industriais, principalmente através da criação, por Henry Ford, da linha de produção, e do treinamento dos trabalhadores, especialização das tarefas e controle rígido do trabalho desenvolvido por Frederick Taylor. Essas ações resultaram num aumento da produção e da consequente necessidade de sua colocação no mercado através da publicidade.
- 6 Pensa-se, aqui, em possibilidades, tais como as econômicas, as da qualidade alimentar, as fisiológicas (estrutura física, aparelho digestivo, capacidade respiratória, massa muscular, idade etc.), as de tempo para realizar algum exercício físico, submeter-se a uma cirurgia, as psíquicas, dentre outras.
- 7 Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, a classe A possui renda familiar superior a R\$ 10.200,00 e a classe B de R\$ 5.100,00 a R\$ 10.200,00. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), de 2009, 87% das pessoas das classes A e B possuem ensino médio completo.
- 8 Sobre o movimento feminista brasileiro, ver Céli Regina Jardim Pinto, em Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Referências bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BAITELLO JR., Norval; CONTRERA, Malena Segura; MENEZES, José Eugênio de O. (org.). *Os meios da comunicação*. São Paulo: Annablume; CISC, 2005.
- BARROS, Darcymires do Rego et al. O corpo relacional. In: VARGAS, Ângelo. *Reflexões sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf>. Acesso em 15/09/2011
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero, Niterói*, v. 5, n.2, p. 9-35, 1.sem.2005.
- COUTO, Edvaldo Souza. et al. Gilles Lipovetsky: Estética corporal e protecionismo técnico higienista e desportista. In: GRANDO, José Carlos. *A(des) construção do corpo*. Blumenau: Edifurb, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- FAUX, D. S. *Beleza do século*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000.
- GARCIA, Wilton. *Corpo, mídia e representação: estudos contemporâneos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

- GRUPO EDITORIAL SINOS. Apresenta dados e informações a respeito do jornal NH e outros veículos de comunicação de propriedade do grupo. Disponível em: <http://www.gruposinos.com.br/> Acesso 12/08/2008.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 2004: 201-246.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- LINDO, Maíra Riscado; CARDOSO, Patrícia Mendonça; RODRIGUES, Mônica Esteves; WETZEL, Úrsula. Vida pessoal e vida profissional: os desafios de equilíbrio para mulheres empreendedoras do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/professores/pos/MATERIAIS/MBA%20em%20Gest%E3o%20Empresarial/Material%20Prof.%20Anderson/artigo%20adm%2012.pdf>. Acesso em 15/09/2011
- LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 333-357, maio-agosto/2008.
- PERUZZOLO, Adair Caetano. *A circulação do corpo na mídia*. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 1998.
- PINHO, J. B. *Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas*. São Paulo: Summus, 1990.
- PINTO, Alexandra Guedes. *Publicidade: um discurso de sedução*. Porto: Porto Codex, 1997.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, jan.-abril/ 2008.
- VESTERGAARD, Torben & SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu* (24) janeiro-junho, p. 127-154.

Recebido em 07/06/2011.

Aceito em 01/10/2011.

POR UMA ANTROPOLOGIA DA MOBILIDADE

De: Marc Augé

Por uma antropologia da mobilidade

Maceió: Edufal: Unesp, 2010.

Por: Igor Monteiro Silva

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO-UFC) e do Laboratório de Estudos da Violência (LEV-UFC).

Os paradoxos de uma hiperconexão

A experiência de mudança nos registros do tempo e do espaço, produzindo uma espécie de “avizinhamento” de partes antes remotas do mundo, definitivamente, não é algo novo, produto específico da contemporaneidade. Diversos pensadores já sinalizaram que tal “movimento totalizante”¹ possui uma história, tendo como raízes a expansão do capitalismo e o advento e consolidação das sociedades industriais, eventos localizados entre os séculos XV-XIX.

O que é interessante perceber, no entanto, é a radicalização deste “estreitamento” do mundo na atualidade, culminando, talvez, na produção de um espaço de “hiperconexão”², de extrema mobilidade, que não mais se restringe às pessoas, mas que engloba, também, produtos, imagens, informações e, até, desperdícios³. A nova constituição espaço-temporal, marcada pelo fluxo incessante de toda sorte de coisas e pessoas, implica a configuração de um cenário altamente desafiador que não pode mais ser compreendido a partir da utilização de referências, sejam elas científicas ou políticas, balizadas por valores como os de “estabilidade” ou “fixidez”.

É dentro desse movimento de inflexão, de assunção das interpelações e das ambivalências que marcam

o cenário atual, que a obra *Por uma Antropologia da mobilidade*, de autoria do antropólogo francês Marc Augé, parece se inscrever. Sem deixar de dialogar com temáticas já presentes em outras produções suas – como território, espaço, globalização e cultura –, Augé posiciona-se no título em questão como um pensador também preocupado com a dimensão da atuação política, fazendo-se, inclusive, uma espécie de proponente de uma agenda para os tempos atuais.

Por uma Antropologia da mobilidade é composto por seis capítulos, estruturados entre uma apresentação e uma conclusão, contando, ainda, com um “Prefácio à edição brasileira”. Logo nas primeiras páginas do livro, Augé anuncia o tom de sua análise: ele procura trabalhar o “paradoxo”, o caráter ambivalente daquilo que chamou de “mobilidade sobremoderna”.

O sentido de “sobre” no adjetivo “sobremoderno” deve ser entendido no sentido que ele possui em Freud e Althusser, na expressão “sobredeterminação”, o sentido do inglês “over”; ele designa superabundância de causas que complica a análise dos efeitos (p. 15).

Expressando-se pelas migrações, práticas de turismo, mobilidades profissionais, mas igualmente pela instantaneidade da comunicação, pela intensa circulação de imagens, produtos e informações, a mobilidade sobremoderna guardaria relação com um mundo pautado por valores como “desterritorialização” e

“individualismo”. Contudo, este mesmo mundo – fluido, movimentado, conectado, mutante – também carrega em seu bojo exemplos de sedentarismos, de reivindicações de territorialidades, de práticas gregárias.

Assim, é ao considerar a tensão entre a extrema mobilidade e os “abscessos de fixação” (p. 16), é ao levar em conta os paradoxos que impedem a utilização de rótulos estéreis e a manutenção de posturas maniqueístas, que a narrativa de Augé se compõe, tendo certas noções-chave como matéria privilegiada de reflexão.

A primeira noção mobilizada pelo antropólogo francês é a de *fronteira*. Em breve diálogo com Lévi-Strauss, Augé a considera a partir de uma posição de centralidade, no que diz respeito à atividade simbólica: a fronteira serve para significar, dotar o mundo de plausibilidade, estando em aliança com a produção de sentido, com a construção de um mundo humano habitável. Entretanto, tal noção parece ser desestabilizada por uma motivação dupla: científica e política.

No que tange ao pensamento científico, é a exploração das fronteiras que confere movimento à reflexão; parece ser a “profanação” de certos limites, no sentido do questionamento de *continuidades* e *oposições binárias*, responsável por novas construções, por um ir além, em termos reflexivos ou analíticos. No que se refere à história política do planeta, presenciamos nos últimos tempos a diluição de fronteiras físicas e simbólicas, o encurtamento de distâncias, a supressão de obstáculos tanto espaciais quanto temporais.

Ora, mas é justamente no cerne desse movimento de superação de fronteiras que Augé afirma se localizar uma contradição. Para o autor, “as aparências da mundialização e da globalização recobrem muitas desigualdades” (p. 20), sendo possível notar o ressurgimento de fronteiras⁴ nas mais diferentes escalas. Desse modo, a representação de um mundo global,

sem fronteiras, que permitiria a livre circulação de bens, conhecimento e homens deve ser problematizada; é necessário repensar, assim, a dinâmica do apagamento e da produção de novas fronteiras na contemporaneidade.

A segunda noção trazida à baila pelo autor é a de *urbanização*. De acordo com Augé, há um corrente processo de urbanização do mundo, composto por dois aspectos complementares, quais sejam: o crescimento dos centros urbanos e o aparecimento de “filamentos urbanos”⁵. Nesse sentido, há uma mudança na paisagem mundial, uma reverberação ecológica dos processos políticos e sociais da atualidade.

Além de por em xeque antigas noções como as de centro, periferia e subúrbio – novos centros econômicos, por exemplo, são constantemente estabelecidos; há a produção de vazios ou enclaves de pobreza em áreas anteriormente consideradas como nobres –, o crescimento das cidades promove a interligação, a instituição de redes de comunicação entre as megálópoles, cada vez mais extensas: as cidades se tornam mundos e o mundo se torna uma cidade.

O caráter contraditório da urbanização reside, assim, na relação estabelecida entre o *mundo-cidade* e a *cidade-mundo*. Enquanto a primeira expressão se relacionaria com aquilo que Paul Virilio chamou de “metacidade virtual” – onde certa recorrência de produtos, serviços e instituições poderia ser verificada – a cidade-mundo traz consigo todas as contradições e riscos do planeta: o hiato, cada vez mais crescente, entre ricos e pobres; as reivindicações étnicas e religiosas, as problemáticas advindas das migrações, sejam elas camponesas ou de outros países.

Migração, inclusive, é a terceira noção-chave analisada por Augé. As dinâmicas do mundo-cidade e da cidade-mundo, como dito, embaralham imagens, promovem pontos de cegueira, zonas inqualificáveis,

remodelam fronteiras. Nesse contexto, as práticas migratórias são passíveis de exclusão e o migrante, sobretudo o “clandestino” (*sans papiers*), tende a aparecer como figura invisibilizada ou portadora de um estatuto marcado pela fragilidade dentro dos países em que reside.

A migração, com efeito, se configura como mais um exemplo de problematização de uma representação de *globalidade* do mundo: em um primeiro momento, os migrantes se deparam com o estabelecimento de fronteiras propriamente físicas, mas também políticas, que procuram – de acordo com Augé – lidar com as pressões das “pessoas originárias dos países pobres que buscam ter acesso às regiões ricas do mundo” (p. 48). Entretanto, a questão não se encerra aqui; o interior da cidade-mundo é igualmente formado por uma série de outras fronteiras, agora de ordem também sociológica, afetando, além de migrantes e clandestinos, em larga escala, a própria população local que não se beneficia da riqueza de seus países⁶.

Dentre as práticas de mobilidade que atravessam e dão forma ao mundo contemporâneo, o *turismo* não poderia deixar de ser evocado, sendo a quarta noção-chave apreciada por Augé. A propósito, talvez seja possível dizer que o autor ocupa-se, prioritariamente, dos processos de transformação de *experiências e lugares em mercadorias*. Diante da lógica do turismo de massa, as ruínas – lugares de meditação, espécies de enunciados da história humana – figuram, como outros tantos lugares, em panfletos e *folders*, verdadeiros menus à disposição de quem pode pagar para consumi-los.

Todos os continentes, todos os países, todas as cidades, enfim, todos os sítios reunidos numa profusão de cores e letras chamativas tomam lugar nas paredes ou nos painéis das agências turísticas. As ruínas, assim – metáfora de um consumo “delicado”,

meditativo, envolto talvez na idéia de aura –, dão lugar a uma prática de consumo veloz, da ordem do imediato, onde não há projeto e a idéia de exploração parece se esvaziar: “Hoje não pode haver mais ruínas e nada do que morre deixará rastros, mas registros, imagens e imitações” (p. 71).

A prática do turismo, ainda para Augé, também evidenciaria um contraste surpreendente e, ao mesmo tempo, trágico (p. 73): países ou lugares “difíceis”, para utilizar uma expressão do próprio autor, desfavorecidos economicamente, de onde pessoas buscam emigrar, inclusive, por correrem risco de morte, tornam-se destinos turísticos cada vez mais procurados. Este movimento de contrários poderia ser considerado, para o antropólogo francês, um dos “símbolos possíveis da globalização liberal que, sabemos, não facilita igualmente todas as formas de circulação”⁷ (p. 73).

A quinta e última noção-chave explorada por Marc Augé é a de *utopia*. Para o autor, novamente dialogando com Paul Virilio, a idéia de uma “metacidade” ganha corpo na contemporaneidade. Vias de circulação, filamentos urbanos, crescimento dos centros, megalópoles... Uma cidade não é mais apenas uma cidade, não pode mais ser compreendida sem a admissão de suas múltiplas conexões, como um ponto autônomo, fora de uma rede.

Como frisado, o espaço urbano, desse modo, é complexo, emaranhado, talvez rizomático, destituindo de lugares clássicos, centros e periferias. Atravessado por fluxos incessantes, o espaço urbano é “extensão de fronteiras móveis” (p. 87), conjunto de rupturas, continuidades, reinvenções, que não param de interpelar de maneira prática, política ou científica seus cidadãos. Uma das principais questões levantadas por essa nova constituição da cidade diz respeito, segundo Augé, ao seu futuro: como imaginar a cidade do amanhã?

Durante muito tempo, a cidade foi pensada em sua plenitude, como um projeto que deveria se bastar. Dentro desta perspectiva, era vista como um lugar de esperança, mas de incessante produção, para muitos. A utopia, assim, estava localizada: era a cidade que deveria ser construída; era ela a figura espacial que conjugaria presente, passado e futuro. Contudo, conforme dito antes, a cidade agora é mundo, ao mesmo tempo em que o mundo é cidade. Então, como pensar uma utopia localizada? Melhor dizendo, como pensar em uma cidade sem ter que pensar no mundo?

As inquietações de Augé engendram, desse modo, uma espécie de “deslocamento da utopia”. A megalópole, a vocação global das cidades atuais, expressa uma história, uma arquitetura, uma geografia, uma cultura, também global: a cidade crescida, desenvolvida, paradoxalmente, se faz desaparecer. O deslocamento da utopia, da cidade para mundo, sugere outra história de diferente escala, de acordo com a qual, agora o planeta é objeto de pressentimentos e de projeções.

O último capítulo do livro de Augé toma a forma de um convite. Embora as realidades de um mundo cidade se apresentem constantemente, segundo o autor, ainda somos reféns de uma concepção “congelada, imóvel, de utopia” (p. 97). A imagem da Cidade Radiosa de Le Corbusier, sedentária e quase autônoma, ainda aparece como ideal. Porém, tais referências estão em franco declínio, não sendo possível nos esforçarmos por compreender nossa própria história sem considerar aquilo que talvez seja sua principal característica nos tempos atuais: a mobilidade.

Entretanto, o autor nos alerta: não basta pensar apenas a mobilidade no sentido dos fluxos ou das conexões. É preciso estar atento para uma série de contradições, ambivalências e paradoxos que acompanham os movimentos contemporâneos. Ao nos

debruçarmos sobre tais paradoxos – e esta me parece ser a posição mais evidente de Augé no decorrer de toda a obra em questão –, faz-se necessário o enlace de preocupações científicas com preocupações políticas. Assim, repensar políticas de migração, modelos de integração, bem como repensar o tempo em termos de mobilidade, ou seja, refletir sobre ideologias, palavras antigas e instrumentos ultrapassados é tarefa urgente.

Por uma Antropologia da mobilidade, por fim, inscreve-se em um conjunto de obras recentes que atentam para as singularidades dos processos constitutivos de novas configurações sociais. O convite à atuação política propõe questões ao estatuto do cientista social na contemporaneidade, assim como a provocação de pensar a mobilidade não somente em termos de espaço, mas também em termos de tempo, é significativa de um necessário movimento de auto-reflexão da área, talvez um daqueles momentos, já sinalizados pelo próprio Augé, onde fronteiras e limites da ciência são repensados.

Notas

- 1 Cf. ORTIZ, Renato. Um outro território: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- 2 Cf. CLIFFORD, James. Routes: travel and translation in the late twentieth century. Cambridge: Harvard U P, 1997.
- 3 Cf. URRY, John. Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century. London: New Fetter Lane, 2000.
- 4 Desigualdades entre países colonizadores e países colonizados, bairros ricos e bairros “difíceis”, bairros privados e, até, cidades privadas em diversos continentes, são exemplos. As fronteiras e seus ressurgimentos, assim, não deixam de responder às relações de poder instituídas local e globalmente.
- 5 Expressão utilizada pelo demógrafo Hervé Le Bras.
- 6 Como caso concreto para suas reflexões, Marc Augé examina a situação dos jovens franceses envolvidos na chamada “crise dos subúrbios”. O autor lança mão de uma análise em que articula temas como exclusão, migração, violência urbana, tradição e religião, cuja principal preocupação parece ser a de motivar-nos a não “consumir” de forma superficial ou monocausal o evento em questão, pondo em suspenso, inclusive, determinadas categorias analíticas largamente utilizadas, mas que, segundo

ele, não dariam conta da complexidade da situação. A oposição centro X periferia seria um exemplo.

- 7 Ainda em sua discussão acerca do turismo, constando como algo interessante, Augé procura estabelecer aproximações e distanciamentos entre as práticas do etnólogo e as práticas do turista. O deslocamento, aliado a curiosidade e vontade de conhecimento (pelo menos para alguns turistas, segundo ele), seriam aspectos que aproximariam os dois tipos. Contudo, as distinções é que parecem ter lugar de destaque: enquanto o turista está de passagem e busca visitar um grande número de destinos, sempre “protegido” por uma estrutura que o circunda (guia, transportes previamente agendados, roteiros etc.), o etnólogo busca uma experiência mais intensiva, localizada, prolongada, que culminará numa observação sistemática. No limite, os dois tipos se diferenciariam, sobretudo, pelo fato de o turista querer sentir-se em casa em todo lugar, enquanto o etnólogo vivencia uma experiência de desenraizamento “que não se limita à paisagem”, submetendo, inclusive, “sua identidade à prova dos outros” (p. 75).

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.
- CLIFFORD, James. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard U P, 1997.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- URRY, John. *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. London: New Fetter Lane, 2000.

Recebido em 15/10/2011.

Aceito em 29/10/2011.

BROTINHOS E SEUS PROBLEMAS: JUVENTUDE E GÊNERO NA IMPRENSA FORTALEZENSE DA DÉCADA DE 1950

De: Lídia Noêmia Santos

Brotinhos e seus problemas: juventude e gênero na imprensa fortalezense da década de 1950.

Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

Por: MAYARA MAGALHÃES MARTINS

Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Endereço eletrônico:

mayaramagal@yahoo.com.br

O livro *Brotinhos e seus problemas: juventude e gênero na imprensa fortalezense da década de 1950* é muito mais do que uma “história de mocinhas e bandidos, relatada nas páginas dos jornais locais” (p. 201). O estudo realizado pela historiadora Lídia Noêmia Santos é um mergulho na vida cotidiana dos jovens de classe média cearense da década de 1950.

A partir de pesquisa nos jornais *O Povo*, *O Jornal*, *O Nordeste*, *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias*, e na revista *O Cruzeiro*, dentre outras fontes da época, Lídia Santos identifica nas publicações vários elementos discursivos que ajudam a entender como os papéis femininos e masculinos eram pensados e elaborados naquele tempo.

Uma das hipóteses levantadas pela pesquisadora que justifica o seu recorte temporal no estudo de publicações da década de 1950 é de que nesse período a sociedade vivia a euforia do fim de duas guerras mundiais, celebrando o crescimento econômico e as novidades tecnológicas. Algo marcante desta década foi a especialização dos meios de comunicação e sua interação com o mercado publicitário. Jornais e revistas

transformaram suas linguagens e ampliaram seus temas, alcançando um número muito maior de leitores. Isto fez parte dessa fatia do mercado editorial que se estabelecia a produção de uma imprensa feminina, com temas voltados especialmente para mulheres.

No seu estudo, a autora também considera que jornais e revistas, junto com o rádio, foram os principais responsáveis pela difusão da cultura norte-americana, que buscava “massificar comportamentos, gostos, hábitos e desejos” (p. 17). Nessa perspectiva, passados os anos terríveis de guerra, a sociedade se encontrava em um momento de rever as estruturas que antes a sedimentavam. As mudanças de mentalidade pós-guerra aguçaram as diferenças de geração e a reformulação das relações familiares e de gênero. São esses conflitos que conduzem a análise das questões tratadas no trabalho de Lídia Santos.

No primeiro capítulo, a autora apresenta com muita propriedade a emergência da imprensa feminina em alguns jornais de Fortaleza, que acompanharam as mudanças do modelo editorial de publicações de circulação nacional, do qual a revista *O Cruzeiro*

era um dos principais exemplos. Uma das mudanças mais significativas que Santos identificou nas publicações foi a diagramação, a especialização do público-leitor (os espaços dos jornais e revistas foram segmentados e tematizados) e o aumento de anúncios de produtos ligados ao cotidiano doméstico, à beleza e à higiene. Na nova linha editorial, as propagandas tinham um caráter pedagógico. Nas peças publicitárias, era comum que os textos e gravuras explicassem para que servia o produto e como se deveria usá-lo.

As mulheres eram aconselhadas a usar os produtos de beleza porque esses seriam aliados importantes para que moças casadoiras e mulheres casadas obtivessem sucesso matrimonial. Com as mudanças de comportamento na relação entre homens e mulheres e o aumento da autonomia feminina na escolha do seu par amoroso, a beleza e a juventude tornaram-se uma qualidade importante para que a mulher pudesse concorrer no “mercado amoroso”. Mas não eram apenas as qualidades físicas que importavam às mulheres: o recato, a doçura e a delicadeza dos gestos também eram considerados. Uma das figuras que reuniam todas essas qualidades e que apareceram com muita frequência nas publicações estudadas foram as *misses*.

Lídia Santos considera a eleição de Emília Correia Lima – nossa primeira Miss Ceará e, posteriormente, Miss Brasil, no ano de 1955 – como um marco divisorio no estabelecimento da imprensa feminina no Ceará, pois o colunismo social surge juntamente com as competições de beleza. Com a emergência dessa nova modalidade jornalística, a vida social das jovens “bem nascidas” passa a ser de interesse público. As imagens das candidatas aos títulos de *rainha*, *miss* e *garota* eram retratos de como as jovens de classes média e alta deveriam ser. A atenção que a autora dá aos concursos de beleza nos oferece uma referência interessante de como as jovens se apropriavam dos

modelos modernos de construção do feminino.

No segundo capítulo, a historiadora analisa os discursos idealizadores dos papéis sociais femininos nas páginas femininas dos jornais locais e da revista *O Cruzeiro*. Os textos quase sempre tratavam de estratégias matrimoniais para que as “moças casadoiras” realizassem o sonho de casar e ter filhos. Mesmo que Lídia Santos tenha identificado matérias que abordam questões relativas à ocupação feminina no mercado de trabalho, o desejo de ter um lar, marido e filhos ainda era visto como prioridade na vida das mulheres. Em algumas matérias transcritas, o receio de que a mulher não conseguisse conciliar a vida doméstica com a atividade remunerada é posto com muita clareza. Para Santos, o temor que certos jornalistas apresentam diante das transformações das condutas femininas pode ser considerado um sintoma de uma sociedade originalmente patriarcal e que, aos poucos, “destituiu” o homem do seu poder absoluto diante das mulheres.

Na interpretação da autora, mais autônomas, as mulheres estariam muito mais expostas aos riscos que a vida pública oferecia. Para alertar as moças dos perigos dos galanteios de um sedutor, os cadernos femininos contavam com colunas de aconselhamento (uma delas dá o título ao livro) para que as jovens pudessem desfrutar da companhia do namorado sem ceder aos impulsos sexuais do rapaz (destaque-se que as matérias não tocavam na idéia de desejo sexual feminino). Na perspectiva das publicações, a realização da mulher dar-se-ia com o matrimônio.

Uma das grandes dificuldades em conciliar práticas cotidianas ditas modernas com padrões antigos entre membros de um mesmo núcleo familiar, diz respeito aos afetos e à sexualidade feminina. Lídia Santos mostra que, ao mesmo tempo em que a vivência na cidade pedia que os jovens tivessem uma vida social

mais intensa, havia uma preocupação para que essa categoria social, sobretudo as mulheres, mantivessem um comportamento que respeitasse a moralidade da família burguesa. As moças poderiam freqüentar bailes, ir aos salões de beleza e namorar, desde que obedecessem às regras da moral e dos bons costumes.

Nesse jogo de “sair da barra da saia da mãe” sem deixar de se orientar pela decência, a mãe ocupava um papel fundamental de conduzir e proteger a filha, atentando para os códigos de moralidade. O conflito vivido pelas mães consistia em acertar a medida da autonomia dada à filha para decidir o que vestir, que maquiagem usar e que rapaz namorar. Os artigos, ainda que tivessem como público-alvo as jovens, muitas vezes eram dirigidos às mães, pois os textos enfatizavam a necessidade de as jovens fazerem suas próprias escolhas; porém, caso se comportassem de maneira inapropriada, as mães eram responsabilizadas pelos deslizes das filhas.

Outro ponto forte em relação à vida social das jovens de classe média e alta fortalezense, segundo Santos, eram as matérias nas colunas sociais sobre “a festa de 15 anos”. Além de simbolizar um rito de passagem de menina para mulher, servia para alimentar as matérias dos periódicos locais: a exemplo do tratamento dado aos concursos de beleza, tais matérias apresentavam as jovens, suas famílias e relatavam não só a festa, mas o cotidiano das moças. Desse modo, podemos dizer que, com o colunismo social, pelo menos para integrantes de uma restrita classe social, os mecanismos morais de controle do feminino pareciam eficientes.

No terceiro capítulo, Lídia Santos compõe um mapa do que foi a chamada *juventude transviada*. Tratando de grupos compostos exclusivamente de rapazes, os jornais da época explicavam que as práticas de delinqüência entre jovens eram fruto da influência

de filmes norte-americanos, do enfraquecimento das relações familiares e das convicções religiosas. A autora justifica a escolha em focar sua investigação em matérias policiais por considerar que a figura do “bom moço” foi um coadjuvante na imprensa. A imagem do “bom partido” aparecia mais nas fotonovelas e nas colunas de aconselhamento amoroso. Os *jovens transviados*, no entanto, eram verdadeiras ameaças à honra das mocinhas.

Nesse capítulo, a autora elabora seu texto ressaltando a cronologia das matérias sobre o grupo de rapazes, considerados rebeldes e delinqüentes, transviados e depois apelidados de *rabos-de-burro*. Os adjetivos usados para qualificar os rapazes indicam uma temporalidade que modifica a forma como a imprensa enxergava as badernas e as práticas criminosas de jovens tanto da periferia, quanto das famílias mais ricas da cidade.

Dentre as práticas dos *jovens transviados*, uma das que mais preocupavam as famílias das mocinhas era a curra. Várias matérias foram veiculadas denunciando a prática do estupro coletivo. Nos jornais fortalezenses, o caso da jovem carioca Aída Curi, jogada (ou que se jogou) de um edifício em Copacabana, no Rio de Janeiro, depois de ter sido estuprada por um grupo de rapazes, em julho de 1958, era sempre lembrado quando crimes de curra ocorriam na cidade.

Chama a atenção de Santos, nas matérias, o tratamento diferenciado que a imprensa dava à ação criminosa cometida pelos jovens da elite, vistos com muito mais indulgência. Em algumas notícias, esses rapazes são considerados apenas *playboys*.

Analisando crimes sexuais cometidos por esses rapazes, a autora considera que tais delitos configurariam uma espécie de reafirmação da dominação masculina que se fragilizava com os avanços das mulheres na vida pública, no mercado de trabalho e nas

relações amorosas.

Quanto aos rapazes que entregavam as namoradas que cediam aos desejos sexuais para que os amigos praticassem o estupro coletivo e, ainda, sobre a curra cometida contra as jovens que andavam sozinhas, pelas ruas, na interpretação de Lídia Santos essas práticas revelam uma forma de desrespeito e menosprezo à liberdade feminina. Assim, para esses jovens, o exercício da força bruta, sobretudo contra as mulheres, seria uma estratégia de repreender os avanços da participação feminina no cotidiano da cidade e reafirmar os atributos ligados ao universo masculino como a força e o poder.

Com uma narrativa agradável, a autora revela a riqueza do seu material nos transportando para o cotidiano de Fortaleza na década de 1950. O livro conta também com muitas imagens que, mesmo sendo basicamente de peças publicitárias, nos oferecem as referências estéticas consumidas por mulheres fortalezenses na época.

Lídia Santos nos revela uma Fortaleza que aprendia a ser urbana, tomada pelo conflito entre o moderno e o tradicional, e que a autora identifica como ponto-chave na década de 1950.

Recebido em 27/10/2011.

Aceito em 16/11/2011.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Revista de Ciências Sociais aceita a colaboração livre de textos preferencialmente inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das Ciências Sociais, na forma de artigos e resenhas. Cada número contém um dossiê sobre uma temática específica, organizado ou a partir de autores convidados de notória experiência acadêmica, ou baseado na seleção feita pelo comitê editorial de assuntos convergentes que representem contribuição original ao debate. Todas as contribuições serão igualmente submetidas ao processo de revisão pelos pares.

É imprescindível que os trabalhos enviados para os editores em sua forma final apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e originalidade. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A NATUREZA DOS ARTIGOS E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A Revista aceita os seguintes tipos de contribuições:

Dossiê temático – o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da Revista, deliberando sobre sua publicação com base em pareceres. O comitê editorial faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo aos interesses da Revista.

Artigos de demanda livre – os textos passam inicialmente por uma avaliação prévia relativa às normas exigidas para a publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo também observadas a natureza da matéria e sua adequação à política editorial. Posteriormente os textos escolhidos seguem para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo previamente acordadas com os autores. A Revista não aceitará acréscimos ou modificação posteriores dos autores, após iniciado o processo de composição final.

Resenhas – Podem se originar tanto de demanda feita pelo comitê editorial como por convite, garantido o fluxo da programação. O Conselho editorial decide quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do conselho editorial às suas afirmações.

Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares

do número após publicado.

Situações que possam estabelecer conflitos de interesse de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflitos de interesse se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam à publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações nas quais possam estar presente conflitos de interesse relativo ao texto em análise.

A Revista de Ciências Sociais reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

Os textos deverão ter aproximadamente 25 páginas em espaço duplo, incluído notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do e-mail rcs@ufc.br, em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas, os textos devem ter, no máximo, seis páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.

A página inicial (em separado) deve indicar: **título do artigo** (até 70 caracteres); nome do(s) autor(es), resumo, 6 palavras-

chave (no máximo), *abstract* e *keywords*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, e-mail e sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).

Utilize letra Times New Roman, de tamanho 12 para todo o texto, inclusive para os títulos, subtítulos e notas de rodapé.

Os títulos, subtítulos etc. devem ser ressaltados por meio de 2 espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As citações que não ultrapassem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem ser separadas do texto por meio de 2 espaços, sem modificação do tipo de letra nem de margens do parágrafo.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

Formas de citação

1- a bibliografia, em ordem alfabética, e as notas de rodapé, numeradas, deverão aparecer no final do texto.

2- as referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data: página). Exemplos: (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963:35).

3 - se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b).

§ caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959:33-37) afirma que...

- referências bibliográficas que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como nota de rodapé.

- referências bibliográficas ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo as normas da ABNT.

Bibliografia

A bibliografia deve conter todas as obras citadas e orientar-se pelos seguintes critérios:

Livro: Sobrenome em maiúscula, Nome. (Data entre parênteses). *Título em itálico*. Local: Editora.

Exemplo: HABERMAS. Jürgen. (1987), *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores.

Coletânea: Sobrenome em maiúscula, Nome. (Data). “Título do capítulo entre aspas”, *in* em itálico, iniciais do nome seguidas do Sobrenome do(s) organizador(es), *Título da coletânea em itálico*. Local: Editora.

Exemplos: MATOS, Olgária (1990). “Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin”, *in* A. Novaes (org.), *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Artigo: Sobrenome em maiúscula, Nome. (Data). “Título do artigo entre aspas”. *Nome do periódico em itálico*, número da edição: numeração das páginas.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. (1996). “Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 125-149.



EXPRESSÃO GRÁFICA

Rua João Cordeiro, 1285
(85) 3253.2222 • Fortaleza-CE
www.expressaografica.com.br

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

